



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
Curso de Mestrado

PEDRO BRUZZI LION

A Fundação Pró-Natureza (Funatura):
Sua história e seu papel na criação das Reservas Particulares do Patrimônio
Natural (RPPNs)

Brasília-DF
Março, 2025

PEDRO BRUZZI LION

**A Fundação Pró-Natureza (Funatura):
Sua história e seu papel na criação das Reservas Particulares do Patrimônio
Natural (RPPNs)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

Co-orientadora: Prof. Dra. Ana Marcela França

Brasília-DF

Março, 2025

PEDRO BRUZZI LION

**A Fundação Pró-Natureza (Funatura):
Sua história e seu papel na criação das Reservas Particulares do Patrimônio
Natural (RPPNs)**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação do Centro de
Desenvolvimento Sustentável da
Universidade de Brasília, como parte das
exigências para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Brasília, ____ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

Departamento de História | Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB

Prof. PhD. Roberto Brandão Cavalcanti

Instituto de Ciências Biológicas | Departamento de Zoologia - UnB

Profa. Dra. Vivian da Silva Braz

Departamento de Biologia | Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica

Março/2025

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BL763f Bruzzi Lion, Pedro
A Fundação Pró-Natureza (Funatura): Sua história e seu papel na criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) / Pedro Bruzzi Lion; orientador José Luiz de Andrade Franco ; co-orientador Ana Marcela França de Oliveira . Brasília, 2025.
219 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, 2025.

1. Fundação Pró-Natureza (Funatura). 2. Conservação da Biodiversidade . 3. Desenvolvimento Sustentável . 4. Áreas Protegidas . I. de Andrade Franco , José Luiz, orient. II. França de Oliveira , Ana Marcela, co-orient. III. Título.

Agradecimentos

Voltar à academia depois de tantos anos exercendo a profissão foi uma experiência desafiadora e, ao mesmo tempo, gratificante respirar o ar de um campus, estar no ambiente de ensino e pesquisa, escrever a dissertação e conciliar com a rotina.

Agradeço e dedico a Nivea Marcondes, minha mulher e companheira de vida, que nos trouxe o Davi nosso filho querido, alegria e dádiva maior das nossas vidas. Ao nosso amor, a chama sagrada que não tem pavio.

A minha mãe Marta Maria Vereza Bruzzi que dedicou anos preciosos à minha formação, com muito amor e dedicação, a sua paixão pelo Grande Sertão: Veredas. As minhas avós Maria Laura e Regina Vereza e as matriarcas da nossa família. Meu pai, meus irmãos e as nossas famílias, fonte de vida e motivação. Meu padrinho Octavio Manuel Bessada Lion e minha madrinha Rita Carolina Vereza Bruzzi.

A Funatura, essa vereda viva de histórias, dedicação e entrega à conservação da Natureza e à melhoria da vida humana. A Maria Tereza Jorge Pádua e ao Cesar Victor do Espírito Santo. A equipe da Funatura, meus queridos Paulo Antas, Paulo Henrique de Souza, Eduardo Passos, Verônica Theulen, Fernando Lima, Arcanjo Daniel, Juliana Bragança, Isabel Heringer e aos que não pude citar. Àqueles que não deixam a chama apagar.

Ao ambientalismo e ambientalistas de ontem, hoje e do amanhã. Agradeço a Maria Beatriz Maury, que sempre me acolheu e agora conhecendo um pouco mais a história da saudosa Cilulia Maury, também a ela dedico esse apanhado. Ao incansável contador da nossa história ambiental, o Professor José Luiz de Andrade Franco, e a Ana Marcela França que estiveram mais próximos nessa caminhada e sem eles não seria possível chegar aqui.

Por fim, o Cerrado e o Pantanal, os Sertões e as Veredas, as Matas e Campos e o nosso poeta Rosa. As onças e guarás, tatus e tamanduás, os jatobás e as sucupiras. A cada cajuzinho e baru e toda natureza viva e original que vive, resiste e se multiplica enquanto o tempo passa. As crianças geraizeiras, quilombolas e veredeiras, as apanhadoras de flores sempre vivas e ao Povo do Cerrado.

Resumo

A presente dissertação teve como objetivo central compreender como se deu o processo de criação da Fundação Pró-Natureza (Funatura) e qual o papel ela tem desempenhado na história da conservação ambiental no Brasil. Como objetivos específicos a serem desenvolvidos tratava-se de: i) Descrever como tem se caracterizado o enfoque e a atuação da Funatura no âmbito da conservação da natureza no Brasil; ii) Identificar e analisar como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) podem contribuir para a conservação da biodiversidade e entender como a Funatura tem atuado nos processos de criação e gestão de RPPNs no Brasil; iii) Compreender e analisar, especificamente e em maior profundidade (estudo de caso), o papel desempenhado pela Funatura no processo de criação e gestão das RPPNs na Chapada dos Veadeiros. A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica e na leitura de documentação disponível na sede da Funatura, em organizações parceiras e na *internet*. Além disso, foram realizadas entrevistas com dirigentes e técnicos da Funatura, que foram ou ainda estão envolvidos nas suas ações e foram atores chave ao longo da sua história. A partir dos resultados da pesquisa, foi elaborada a descrição, a análise e a interpretação dos conteúdos encontrados. As conclusões do estudo realizado indicaram que a Funatura tem desempenhado ações de grande importância para a conservação da natureza no Brasil, especialmente nos biomas Cerrado e Pantanal. Sua atuação tem sido intensa na criação e gestão de UCs públicas e privadas e em ações para a melhoria da qualidade de vida de comunidades locais. Diante dos desafios ambientais enfrentados, a Funatura tem se mantido como uma organização relevante, capaz de articular diferentes atores e promover soluções inovadoras para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável, com um papel fundamental no apoio à criação e gestão de áreas protegidas, na promoção da conectividade da paisagem, no monitoramento e na conservação da biodiversidade, em estratégias de restauração ambiental e de *rewilding*, na proteção dos recursos hídricos, na mediação de conflitos, no apoio a organizações sociais de base comunitária, no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, na pesquisa e produção de conhecimentos.

Palavras-chave: Fundação Pró-Natureza (Funatura); conservação da biodiversidade; desenvolvimento sustentável; áreas protegidas

Abstract

The main objective of this dissertation was to understand how the process of creation of the Fundação Pró-Natureza (Funatura) took place and what role it has played in the history of environmental conservation in Brazil. The specific objectives to be developed were: i) To describe how Funatura's approach and performance have been characterized in the scope of nature conservation in Brazil; ii) To identify and analyze how Private Natural Heritage Reserves (RPPNs) can contribute to the conservation of biodiversity and to understand how Funatura has acted in the processes of creation and management of RPPNs in Brazil; iii) To understand and analyze, specifically and in greater depth (case study), the role played by Funatura in the process of creation and management of RPPNs in Chapada dos Veadeiros. The research was carried out based on a bibliographic review and reading of documentation available at Funatura's headquarters, in partner organizations and on the internet. In addition, interviews were conducted with Funatura directors and technicians who were or still are involved in its activities and have been key players throughout its history. Based on the results of the research, a description, analysis and interpretation of the content found were prepared. The conclusions of the study indicated that Funatura has performed actions of great importance for nature conservation in Brazil, especially in the Cerrado and Pantanal biomes. It has been intensely involved in the creation and management of public and private conservation areas and in actions to improve the quality of life of local communities. In the face of the environmental challenges faced, Funatura has remained a relevant organization, capable of articulating different players and promoting innovative solutions for biodiversity conservation and sustainable development, with a fundamental role in supporting the creation and management of protected areas, in promoting landscape connectivity, in monitoring and conserving biodiversity, in environmental restoration and rewilding strategies, in protecting water resources, in mediating conflicts, in supporting community-based social organizations, in strengthening sustainable production chains, in research and in the production of knowledge.

Keywords: Fundação Pró-Natureza (Funatura); biodiversity conservation; sustainable development; protected areas

Sumário

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA FUNATURA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	16
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO EM ÁREAS PRIVADAS NO BRASIL – DAS FLORESTAS PROTETORAS E REMANESCENTES ÀS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL	82
CAPÍTULO 3: O PAPEL DESEMPENHADO PELA FUNATURA NO PROCESSO DE CRIAÇÃO E GESTÃO DAS RPPNS NA CHAPADA DOS VEADEIROS	123
CONCLUSÕES	184
REFERÊNCIAS:	188
ANEXOS	201

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Mapa PNGSV	51
Figura 2 Programa Santuários da Vida Silvestre	99
Figura 3 Histórico de Criação de RPPNs CNUC.....	104
Figura 4 RPPNs na CNRPPN	105
Figura 5 APA de Pouso Alto e PARNA da Chapada dos Veadeiros na Microrregião Chapada dos Veadeiros IBGE.....	124
Figura 6 Mapa climático da APA de Pouso Alto	126
Figura 7 Geodiversidade da APA de Pouso Alto.....	128
Figura 8 Bacias hidrográficas APA de Pouso Alto.....	133
Figura 9 Microrregião da Chapada dos Veadeiros Fonte: (IBGE, 1990).....	159
Figura 10 Histórico criação de RPPNs na Chapada dos Veadeiros	165
Figura 11 Número e Área de RPPN criadas por ano na Chapada dos Veadeiros.....	166
Figura 12 Área de RPPN criada por ano na Chapada dos Veadeiros.....	166
Figura 13 Mapa Classificação Microrregião Chapada dos Veadeiros	177
Figura 14 Mapa RPPNs da Chapada dos Veadeiros com a APA de Pouso Alto e o PARNA da Chapada dos Veadeiros.....	180
Figura 15 Mapa RPPNs da Chapa dos Veadeiros e APA de Pouso Alto.....	181

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico de criação de Organizações Não Governamentais Ambientalistas no Brasil	20
Tabela 2 Mosaicos do Brasil	67
Tabela 3 CNUC atualização 29 de novembro de 2024 – unidades criadas até 1989	77
Tabela 4 Comparativo Santuários de Vida Silvestre (SVS), Refúgios de Vida Silvestre (RVS) e Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN).....	79
Tabela 5 CNUC 2001.....	104
Tabela 6 Panorama CNRPPN	105
Tabela 7 RPPNs Criadas com apoio da Funatura.....	122
Tabela 8 Compartimentos do relevo da APA de Pouso Alto	129
Tabela 9. Classes de solos na área da APA de Pouso Alto	130
Tabela 10 Principais corpos d'água da APA de Pouso Alto	134
Tabela 11. Tipos fitofisionômicos que ocorrem na APA de Pouso Alto	135
Tabela 12. Espécies da fauna ameaçadas de extinção que ocorrem na região da APA de Pouso Alto	138
Tabela 13 Microrregião da Chapada dos Veadeiros (IBGE, 1990)	160
Tabela 14 RPPNs apoiadas pelo Projeto GEF/PNUD	163
Tabela 15 RPPNs apoiadas pelo Projeto Reservas Privadas do Cerrado – CEPF	163
Tabela 16 RPPNs apoiadas pelo Projeto Aroeira Para Conservação de Terras Privadas.....	164
Tabela 17 Apoio a elaboração dos Planos de Manejo Funatura na região da Chapada dos Veadeiros	167
Tabela 18 Mapbiomas 2023 Microrregião Chapada dos Veadeiros	178
Tabela 19 Classificação Mapbiomas (2023) por município Microrregião Chapadas dos Veadeiros	179
Tabela 20 Classificação Mapbiomas (2023) RPPNs Microrregião da Chapada dos Veadeiros .	180

Introdução

A Fundação Pró-Natureza Funatura, desde a sua criação, em 1986, tem se constituído em uma das mais importantes organizações não governamentais brasileiras (ONGs), com atuação destacada, sobretudo nos biomas Cerrado e Pantanal. Com foco voltado principalmente para as áreas protegidas, públicas e privadas, ela tem desenvolvido também estratégias com base na integração de comunidades locais nos processos de conservação ambiental e produção sustentável. Buscar compreender os seus modos de encarar a conservação, a sua atuação e o papel por ela desempenhado no âmbito das instituições governamentais e não-governamentais foi a tarefa empreendida no âmbito da presente dissertação.

Compreender como se deu o processo de criação da Funatura e qual o papel ela tem desempenhado na história da conservação ambiental no Brasil foi o objetivo principal da dissertação. Como objetivos específicos a serem desenvolvidos nos propusemos a: i) Descrever como tem se caracterizado o enfoque e a atuação da Funatura no âmbito da conservação da natureza no Brasil, com especial atenção ao processo de criação, implementação e gestão do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; ii) Identificar e analisar como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) podem contribuir para a conservação da biodiversidade e entender como a Funatura tem atuado nos processos de criação e gestão de RPPNs no Brasil; iii) Compreender e analisar, especificamente e em maior profundidade (estudo de caso), o papel desempenhado pela Funatura no processo de criação e gestão das RPPNs na Chapada dos Veadeiros.

Como um dos aspectos focalizado no presente estudo foi o contexto em que a Funatura foi criada, a maneira como ela se insere na história da conservação ambiental no Brasil, bem como tem sido a sua atuação no processo de criação e gestão de RPPNs, a pesquisa se apoiará na perspectiva lançada pela história ambiental, descrita por Donald Worster (1991) como uma disciplina que “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (p. 201). Para ele, a história ambiental está organizada em três níveis: i) o primeiro trata do entendimento da natureza em si e como ela se organizou e funcionou no passado; ii) o segundo introduz o domínio socioeconômico, na medida em que humanos interagem com o meio ambiente; iii) o terceiro nível de análise trata “daquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no

qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (Worster, 1991, p. 202).

Outro autor importante para a construção de uma perspectiva teórica sobre o objeto de pesquisa foi Clifford Geertz (1989). Ele argumenta que os humanos se encontram suspensos em redes de significados expressos pela cultura. A interpretação do enredo dessas redes requer o que ele chama de descrição densa – que são relatos entremeados de análise e interpretação. Geertz propõe uma relativização dos pontos de vista do sujeito-intérprete, em favor de uma atenção concentrada no objeto a ser descrito e compreendido. Desse modo, a interpretação vai sendo urdida no mesmo tecido da descrição, por isso mesmo densa.

Vale dizer, no entanto, que esses autores não foram trabalhados de forma intensa na dissertação. Eles foram importantes, sobretudo, para informar a perspectiva mais ampla lançada sobre o objeto de pesquisa, garantindo um distanciamento mínimo e a profundidade requerida para as análises e interpretações elaboradas a partir do conteúdo pesquisado.

Desse modo, contar a história da organização passou por um exercício de história ambiental, um ramo que surgiu no âmbito mais amplo da disciplina da história, na década de 1970. A história ambiental junto com outras disciplinas e subdisciplinas, como a biologia da conservação, o direito ambiental e a sociologia ambiental, emergiu a partir de um momento de despertar das preocupações com a conservação da natureza e com as questões ambientais (Drummond *et al*, 2020).

Diante do drama socioambiental crescente, os historiadores e historiadoras ambientais buscam entender o presente a partir da interação entre os humanos e não humanos no passado, ou seja, nas diferentes temporalidades e espaços geográficos, de modo que a narrativa histórica deixou de se limitar à cronologia dos fatos para incluir igualmente a materialidade dos espaços vividos. A partir desses estudos é possível desenvolver um panorama sobre as transformações biofísicas de uma determinada localidade, considerando os aspectos culturais que motivaram as tomadas de decisão no contexto analisado. Neste quadro, os seres humanos não são os únicos agentes históricos, mas o que denominamos de natureza passa a ser considerado como um agente de

transformação importante nas sociedades: “a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo” (Pádua, 2010, p. 83). Assim, os estudos da história ambiental buscam compreender a relação das sociedades com o mundo orgânico, e vice-versa, ao longo dos processos históricos.

Durante a pesquisa foi realizada revisão bibliográfica e documental, bem como a descrição, a análise e interpretação dos conteúdos encontrados. O trabalho partiu de uma pesquisa documental, inicialmente em documentos disponíveis na sede da Funatura, em demais organizações parceiras e na *internet*. Uma parte consiste na documentação sobre a história da criação e das ações desenvolvidas pela Funatura, outra parte diz respeito à documentação relacionada mais especificamente ao papel desempenhado pela Funatura no processo de criação e gestão de RPPNs. Além disso, foram pesquisadas fontes, primárias e secundárias, que tratam da história da conservação da natureza no Brasil, da temática das unidades de conservação e mais especificamente sobre RPPNs.

Foram realizadas entrevistas com dirigentes e técnicos da Funatura, que foram ou ainda estão envolvidos nas suas ações e mais especificamente nas ações ligadas à criação e gestão de RPPNs. Foi realizado também trabalho de campo com entrevistas com proprietários de RPPNs, nas regiões da Chapada dos Veadeiros, Pirenópolis e no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, locais em que ocorreram processos de criação e gestão de RPPNs. As entrevistas foram semiestruturadas e a interpretação dos seus conteúdos levaram em conta os cuidados necessários para colocar em perspectiva as informações e pontos de vista dos entrevistados (Bosi, 1999).

Deste modo, entre bibliografias, fontes e entrevistas, foram localizados os projetos da Funatura, desde a sua fundação até a atualidade. Tais projetos estão listados na “Linha do Tempo Funatura” (Anexo IV) da presente dissertação, por ano de criação e acompanhados de um pequeno resumo informativo. Entretanto, pensamos ser importante trazer para a introdução algumas das iniciativas mais marcantes da história da fundação, antes de apresentar um sumário executivo que resuma cada capítulo. Dado o grande volume de material compilado, destacamos os seguintes projetos e ações para que o leitor/a tenha um panorama geral sobre a importância da fundação para a conservação da natureza no Brasil:

Em 1987, foi criado o Plano de manejo para a Fazenda Praia do Forte, na Bahia, no âmbito do projeto Santuários da Vida Silvestre. Em agosto do mesmo ano, a Funatura tornou-se membro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Em 1988, acompanhou os debates e divulgou o resultado da votação do artigo 225 – Do Meio Ambiente, da Constituição Brasileira de 1988, aprovado pela Assembleia Constituinte, no Congresso Nacional. Com base em proposta da Funatura, foi criado, em junho de 1988, o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, em Brasília. Em 1989, foi aprovada, pelo Governo Federal, a proposta apresentada pela Funatura para a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, assim como foi entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o anteprojeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Já nos anos 1990, a Funatura coordenou os trabalhos das reuniões preparatórias para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência Rio-92), em 1991, e no ano seguinte participou como observadora oficial da Conferência Rio-92. Em 1993, foi aprovada a proposta do Projeto de Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA GSV), para efeito de conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais. Em 1994, participou do processo de elaboração do Projeto de Lei que definiu os limites, funções e o sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado. Em 1995, participou dos atos em defesa do Parque Nacional de Brasília, da criação da Rede Cerrado e do Fórum de ONGs do Distrito Federal. Em 1997, por meio de decreto presidencial, foi declarada entidade de utilidade pública federal. Um projeto significativo neste período foi o processo de desapropriação das fazendas São Francisco e Gentio para a criação do Assentamento São Francisco (2000-2001).

A partir de 2002, a Funatura ampliou suas ações, focando na comunicação, educação ambiental e apoio a comunidades, como o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas e o Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros. Em 2003, concluiu a apresentação do Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O ano de 2006 marcou o início do Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico SVP) e em 2009 anunciou o reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de Portaria, do Mosaico SVP. Em 2015, iniciou a execução do Projeto Apoio a Estratégias Nacionais de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro (Procerrado Federal). Em 2018, desenvolveu o Plano de Ação Nacional (PAN) Pato-Mergulhão. Entre 2019 e 2021, a Funatura realizou o projeto Reservas Privadas do Cerrado, em parceria

com o Instituto de Educação para o Brasil – IEB e com o apoio do Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos – CEPF. Entre 2021 e 2023, realizou o Projeto Conserva Cerrado, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram).

Atualmente, a Funatura está trabalhando nos projetos Áreas Protegidas: Cerrado e da Caatinga (prazo: 2029), Comunidades Gerais: Restaurando Veredas e Sertões (prazo: 2028), GEF Áreas Privadas — Concretização do potencial de conservação da biodiversidade em áreas privadas no Brasil (prazo: 2026), Onde a Onça Bebe Água: Comunidades e Bem Viver (prazo: 2026), Rede Sociobio Cerrado-Pantanal (prazo: 2026), entre outros projetos igualmente significativos.

Assim, o presente estudo busca priorizar algumas ações e iniciativas que consideramos fundamentais no processo de criação da identidade da Funatura ao longo de sua história, a fim de construir uma narrativa que se adeque ao formato de uma dissertação. Diante disso, este trabalho se divide em três capítulos:

O primeiro capítulo trata de compreender como se deu o processo de criação da Funatura e o papel desempenhado por ela para os avanços na agenda ambiental brasileira, destacando as suas principais linhas de atuação. Mostra também o papel desempenhado pela Funatura no processo de criação, implementação e gestão do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, sua atuação no entorno deste parque e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, bem como o seu empenho na promoção da valorização da cultura e da melhoria da qualidade de vida de comunidades tradicionais, como no caso da realização dos encontros de povos do Cerrado.

O segundo capítulo focaliza as RPPNs, o surgimento dessa categoria de unidade de conservação e como ela tem se tornado importante para a conservação da biodiversidade. Destaca o papel da Funatura: i) na criação, implementação e gestão de áreas privadas destinadas à conservação, especialmente nos biomas Cerrado e Pantanal; e ii) no processo de criação da categoria de unidade de conservação RPPN.

O terceiro capítulo tem como foco a atuação da Funatura nos processos de criação, implementação e gestão de áreas privadas na região da Chapada dos Veadeiros-GO. Mostra também o seu papel como articuladora de redes nesta região.

A missão da Funatura sempre esteve associada à proteção da natureza, o processo de criação, implementação e gestão do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV), assim como o trabalho de conservação ambiental em áreas privadas, com o Programa Santuários da Vida Silvestre, depois rebatizado Programa de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, foram iniciativas que estiveram presentes na fundação da organização como propósito e diretrizes, que funcionam como agregadores, mobilizadores das pessoas, causas e equipes, que permanecem presentes atualmente. A conclusão da presente dissertação chama a atenção para o protagonismo da Funatura no que diz respeito à temática das áreas protegidas, mas mostra que ela tem atuado também em outras questões relevantes para a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Capítulo 1: A História da Funatura e a sua contribuição para a Conservação da Natureza

*O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e
depois desinquieta.*

O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

A FBCN no contexto de criação da Funatura

A Fundação Pró-Natureza (Funatura), criada em 1986, em Brasília, assim como a Fundação Biodiversitas, criada em 1989, em Belo Horizonte, e outras importantes organizações não governamentais (ONGs) conservacionistas, surgidas nas décadas de 1980 e 1990, tiveram sua origem estreitamente ligada à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Alguns dos principais personagens da FBCN foram fundadores da Funatura, entre eles Ibsen Gusmão Câmara (oficial da Marinha), Maria Tereza Jorge Pádua (engenheira agrônoma) e Helmut Sick (ornitólogo), como se pode constatar na ata de constituição da Funatura (Funatura, 1986a, Anexo 1), membros ou colaboradores em diversos projetos e planos de conservação, como no caso do anteprojeto de Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). (Franco e Drummond, 2012; Franco e Drummond, 2013).

Até meados da década de 1980, eram poucas as instituições não governamentais que se dedicavam às questões ambientais e que atuavam em âmbito nacional. A principal delas era a FBCN, fundada em 1958, e com atuação destacada, sobretudo, em questões relacionadas com a criação e gestão de áreas protegidas e com a proteção de espécies ameaçadas de extinção. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, ela era a principal referência para os grupos atuantes na conservação da natureza no Brasil. A organização coordenou a criação de onze núcleos conservacionistas em vários estados da União (Franco e Drummond, 2012; Franco e Drummond, 2013).

A FBCN foi pioneira no movimento ambientalista brasileiro. Seu objetivo principal era promover a conservação da natureza por meio de pesquisas, educação ambiental e políticas de gestão voltadas para a proteção da natureza e o uso racional dos recursos naturais. A FBCN desempenhou um papel fundamental ao fornecer um modelo e suporte para a criação de outras ONGs, estimulando em várias cidades importantes a criação de centros de apoio à conservação. Ela atuou como um catalisador, promovendo a consciência ambiental e influenciando a agenda política e pública. Através de parcerias com instituições internacionais e nacionais, a FBCN conseguiu destacar a importância da conservação ambiental no Brasil. Isso ajudou a fortalecer o movimento ambientalista e possibilitou a criação de redes colaborativas entre as ONGs (Souza, 2024).

A edição do Correio Brasiliense publicada no dia 30 de março de 1974 (Correio Braziliense, 1974) noticiou a criação do Centro de Conservação da Natureza de Brasília - CCNB, um dos núcleos conservacionistas vinculados à FBCN. Segundo declaração de seu Diretor, Antônio Alves de Queiróz, sua principal atividade seria a divulgação ampla da necessidade de defesa da flora e da fauna. No Boletim da FBCN de 1971 (FBCN, 1971, p. 90), é possível identificar o nome de Ezechias Paulo Hering, Hernani Azevedo Henning, Palmério de Azevedo Serejo, Aviner Póvoa e Paulo Afonso de Castro como integrantes do CCNB. A FBCN incentivou a criação de Centros de apoio a conservação da natureza em diversas unidades da Federação, preparando o terreno para o surgimento de organizações ambientalistas.

Embora os seus membros tenham se destacado, desde a sua criação, como organização, a FBCN começou a ter uma atuação mais efetiva a partir de 1966, durante a presidência do zoólogo José Cândido de Melo Carvalho. Desde então, a FBCN concentrou os esforços dos conservacionistas brasileiros, que se reuniam em torno dela para traçar as suas estratégias de ação, voltadas especialmente para as áreas protegidas e para as espécies ameaçadas de extinção. Ela desempenhou um papel central na criação de unidades de conservação (UCs) e em projetos para a conservação de espécies ameaçadas, como o mico-leão-dourado e o muriqui. Entre os seus quadros estiveram destacados conservacionistas, tais como: Harold Edgard Strang (engenheiro agrônomo), Luiz Hermany Filho (industrial), Victor Abdennur Farah (engenheiro agrônomo), Fuad Atala (jornalista), Wanderbilt Duarte de Barros (engenheiro agrônomo), Arthur Miranda (engenheiro agrônomo), Francisco Carlos Iglésias de Lima (industrial), Rossini Pinto

(jornalista e músico), Rosalvo de Magalhães (biólogo), Eurico Santos (escritor e jornalista), Luiz Simões Lopes (engenheiro agrônomo), Jerônimo Coimbra Bueno (engenheiro civil e político), Fernando Segadas Vianna (ecólogo), Augusto Ruschi (biólogo), Alvaro Coutinho Aguirre (zoólogo), Carlos Manes Bandeira (jornalista e arqueólogo), João de Vasconcelos Sobrinho (botânico), José de Paula Lanna Sobrinho (botânico), José Luiz Belart (oficial da Marinha), José Willibaldo Thomé (zoólogo), Ademar Coimbra-Filho (engenheiro agrônomo e primatólogo), Alceu Magnani (engenheiro agrônomo), Paulo Nogueira Neto (advogado e biólogo), Fernando Dias de Ávila Pires (biólogo), Helmut Sick (ornitólogo), Ibsen Gusmão Câmara (oficial da Marinha) e Maria Tereza Jorge Pádua (engenheira agrônoma) (Franco e Drummond, 2009; Franco e Drummond, 2013; Franco, 2021; Urban, 1998). Os últimos três nomes, como observado anteriormente, envolvidos no processo de criação da Funatura.

A FBCN foi bastante ativa na década de 1980, especialmente sob a liderança do Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, que ocupou a sua presidência entre 1981 e 1987. Ela trabalhou junto a ONGs internacionais, sobretudo com o World Wildlife Fund (WWF) e The Nature Conservation (TNC), para se tornar uma das mais influentes organizações privadas de conservação no mundo tropical. Por meio do Almirante Ibsen, que além de militar foi um paleontólogo autodidata e conservacionista nato, a FBCN liderou, entre outras iniciativas, pesquisas sobre mamíferos marinhos e foi a força motriz da proibição da caça às baleias no Brasil. A colaboração da FBCN com Maria Tereza Jorge Pádua e Paulo Nogueira Neto, que pertenciam aos seus quadros e eram respectivamente diretora do Departamento de Parques Nacionais e Reservas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e presidente da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), possibilitou que ela desempenhasse um papel preponderante no crescimento do número de UCs e no estabelecimento do atual Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) (Mittermeier et al., 2005, p. 18), entre outras muitas iniciativas para a conservação da natureza. A FBCN foi a principal parceira no rápido crescimento do programa do WWF no Brasil, conduzido por Russel A. Mittermeier e Thomas Lovejoy (na época, ambos do WWF). No final dos anos 1980 e durante os anos 1990, a importância da FBCN foi, gradualmente, suplantada por outras organizações conservacionistas nacionais e internacionais (Franco e Drummond, 2013; Franco, 2021; Mittermeier et al., 2005; Urban, 1998).

O surgimento de novas ONGs ambientalistas, no contexto da redemocratização, intensificou a concorrência pelos recursos disponíveis para a conservação da natureza. Os integrantes da FBCN encaravam o surgimento dessas organizações de maneira positiva, pois elas tornavam as reivindicações pela conservação da natureza mais visíveis e difíceis de serem ignoradas pelos governos. Além disso, ONGs estrangeiras, como WWF, TNC, Conservation International (CI) e Greenpeace, abriram sedes próprias no Brasil e passaram a financiar os seus próprios projetos. Isto limitou ainda mais o espaço de ação da FBCN. Um convênio assinado pela FBCN com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o IBDF, em 1988, fez com que ela assumisse inadvertidamente a responsabilidade por encargos trabalhistas e sociais. Isto lançou a FBCN em uma crise financeira e administrativa. Ainda foram assinados convênios com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), com as Centrais Elétricas de Furnas, com ONGs internacionais (como a WWF dos Estados Unidos), com a Fundação Ford e com algumas prefeituras do estado do Rio de Janeiro. No entanto, os recursos escassearam (Franco e Drummond, 2013). Ibsen de Gusmão Câmara, em diálogo com Miguel Milano¹, registrado por Teresa Urban, no livro *Saudade do Matão* (1998), falou sobre a relevância da FBCN no cenário nacional da conservação e sobre sua perda de espaço no final da década de 1980:

(...) são duas as causas desse decréscimo de atividades da FBCN: primeiro a proliferação das ONGs, algumas muito ativas e importantes, dispersando essa atividade, antes concentrada na FBCN; a segunda foi decorrente de falhas administrativas nesses contratos com o governo, que permitiu uma enxurrada de ações trabalhistas contra a FBCN, que quase quebraram a entidade (Urban, 1998, p. 314)

Nesse contexto, algumas ONGs conservacionistas foram criadas, ganharam autonomia em relação à FBCN e profissionalizaram a sua atuação, como as citadas Biodiversitas e Funatura, captando os seus próprios recursos e desenvolvendo os seus próprios projetos (Franco e Drummond, 2012; Franco e Drummond, 2009; Franco e Drummond, 2013; Urban, 1998). Os já citados integrantes da FBCN, Maria Tereza Jorge Pádua, Ibsen Gusmão Câmara e Helmut Sick, participaram da fundação da Funatura, como consta na sua ata de constituição (Anexo 1.), referente a Reunião de Membros

¹ Miguel Serediuk Milano é Engenheiro Florestal, M.Sc e Dr. em ciências florestais pela UFPR, onde também foi professor por 25 anos, tendo cumprido seu pós-doutorado como professor visitante na Colorado State University.

Fundadores, realizada no dia 30 de julho de 1986. A tabela 1 apresenta um histórico sobre a criação de ONGs ambientalistas no Brasil.

Tabela 1 - Histórico de criação de Organizações Não Governamentais Ambientalistas no Brasil

Década	Organização	Cidade de Fundação	Ano de Fundação	Objetivos Institucionais
Anos 1950	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)	Rio de Janeiro, RJ	1958	Promover a conservação da natureza através de educação ambiental, pesquisa e políticas de gestão sustentável.
Anos 1970	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (<u>Agapan</u>)	Porto Alegre, RS	1971	Conservação ambiental para a manutenção do equilíbrio do ambiente natural e para a continuidade da vida no Planeta.
Anos 1980	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)	Curitiba, PR	1984	Conservação da natureza, através da proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e do desenvolvimento de modelos para o uso racional dos recursos naturais.
	Fundação Pró-Natureza (Funatura)	Brasília, DF	1986	Conservação da biodiversidade, manejo de áreas protegidas e promoção do desenvolvimento sustentável.
	Fundação SOS Mata Atlântica	São Paulo, SP	1986	Proteger e restaurar a Mata Atlântica através de reflorestamento, educação ambiental e políticas públicas.
	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI)	Atalanta, SC	1987	Recuperação de áreas degradadas e educação ambiental, com foco na Mata Atlântica.
	SOS Amazônia	Rio Branco, AC	1988	Conservação da biodiversidade da Amazônia, promovendo desenvolvimento sustentável e inclusão social.
	Fundação Biodiversitas	Belo Horizonte, MG	1989	Conservação de espécies ameaçadas de extinção por meio de pesquisas e ações de conservação in situ.
Anos 1990	Conservação Internacional Brasil	Belo Horizonte, MG	1990	Proteger a biodiversidade e garantir que ecossistemas naturais continuem a prover benefícios essenciais para a vida humana.
	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Curitiba, PR	1990	Conservação da biodiversidade brasileira e engajamento da sociedade para enfrentar os principais desafios ambientais, sociais e econômicos.
	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Nazaré Paulista, SP	1992	Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável por

				meio de pesquisa, educação e envolvimento comunitário.
	Greenpeace Brasil	São Paulo, SP	1992	Ações diretas e protestos pacíficos para a proteção ambiental, focando na Amazônia, mudanças climáticas e energias renováveis.
	Instituto Socioambiental (ISA)	São Paulo, SP	1994	Defender direitos socioambientais de comunidades indígenas e tradicionais, promovendo sustentabilidade e conservação.
	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Belém, PA	1995	Ciência e política para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, focando em mudanças climáticas e manejo florestal.
	World Wildlife Fund (WWF) - Brasil	Brasília, DF	1996	Conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e combate às mudanças climáticas.
	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Brasília, DF	1998	Fortalecimento de capacidades e formação de lideranças para conservação e desenvolvimento sustentável, especialmente na Amazônia e Cerrado.
	Instituto Terra	Aimorés, MG	1998	Restauração ambiental e reflorestamento, particularmente na região do Vale do Rio Doce.

Fonte: dados organizados pelo autor com base em pesquisas na *internet* com apoio da IA.

Antes da criação da Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua esteve à frente de importantes projetos realizados pelo IBDF, instituição a qual estava vinculada, em colaboração com a FBCN. Um dos trabalhos mais importantes produzidos pelo IBDF junto com a FBCN foi o Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil (PSUC), elaborado em duas etapas - a primeira em 1979 e a segunda em 1982. O PSUC tratou de questões relacionadas com a criação e com o manejo UCs brasileiras². As duas Etapas do PSUC tiveram como principais coordenadores Maria Tereza Jorge Pádua e Eduardo Lourenço Rocha Porto, ambos do IBDF e da FBCN. Além de Maria Tereza, outros fundadores da Funatura compuseram a equipe técnica, como colaboradores: o biólogo Paulo de Tarso Zuquim Antas, então vinculado ao IBDF e à FBCN; o ecólogo Luiz Fernando Maceira de Pádua, do IBDF; e a ecóloga Lourdes Maria Ferreira, da Universidade de Brasília (IBDF/FBCN, 1979 e 1982).

² O termo unidade de conservação (UC), utilizado no Brasil, se refere a determinadas categorias de áreas protegidas, que hoje estão caracterizadas na Lei do Snuc. No mundo, o termo mais utilizado é áreas protegidas. No Brasil, além das unidades de conservação, existem outros tipos de áreas protegidas, como as reservas legais e as áreas de preservação permanente, previstas pelo Código Florestal.

Em artigo escrito para o *Boletim FBCN*, em 1978, com o título “Categorias de Unidades de Conservação: objetivos de manejo”, Maria Tereza Jorge Pádua, então no cargo de diretora da Divisão de Proteção da Natureza (DN/IBDF), já antecipava o que seria desenvolvido no PSUC: “no Brasil existem, previstas em lei somente duas categorias de manejo de unidades de conservação: Parques Nacionais e Reservas Biológicas” (Pádua, 1978, p. 79). A autora do texto menciona, então, a necessidade de serem criadas mais categorias de manejo para que fossem alcançados os objetivos de conservação previstos pela nação.

De acordo com Drummond, Franco e Oliveira (2010), um ponto fundamental trazido pelo PSUC foi a estratégia de se priorizar a criação de UCs em áreas remotas, pouco alteradas, representativas dos distintos ecossistemas do Brasil e com extensões maiores, visando garantir uma proteção ecológica que antecipasse o avanço da economia de mercado pelas regiões ameaçadas. A Etapa de 1979 do PSUC estabelecia que:

Este Plano, constituirá uma estratégia básica para a conservação e manejo dos recursos naturais renováveis e para a utilização adequada dos sempre escassos recursos humanos e financeiros necessários a implantação, administração, manutenção e manejo do Sistema de Unidades de Conservação (IBDF/FBCN, 1979, p 06)

De fato, houve um aumento do número e da área protegida por UCs após o planejamento estabelecido pelas etapas do PSUC: de 1.520.087 hectares protegidos por UCs federais, no início dos anos 1970, a área protegida por UCs federais cresceu para 26.383.247 hectares, no fim dos anos 1980 (Drummond, Franco, Oliveira, 2010). De acordo com Maria Tereza Jorge Pádua (2015), ao longo da década de 1980, já no contexto da emergência do debate ambiental nacional e internacional e da redemocratização do Brasil, ocorreu um visível avanço com a criação de 92 UCs espalhadas pelo país.

Quando Maria Tereza Jorge Pádua chegou ao IBDF, o Brasil tinha somente 15 UCs, e apenas uma na Amazônia, a Floresta Nacional de Caxiuanã. De proteção integral não havia nenhuma na Amazônia. Quando ela pediu demissão, em 1982, já contávamos com 63 unidades de conservação federais no país, sendo 14 de uso sustentável e 49 de

proteção integral (Pádua, 2015). Em entrevista ao *site O Eco* ³, Maria Tereza Jorge Pádua destacou a importância de Kenton Miller para abordagem e embasamento científico para a conservação ambiental no Brasil. O trabalho de Miller apoiou as iniciativas de conservação biorregionais, tais como as que vieram a se consolidar nas Reservas da Biosfera. Ou seja, tratava-se de pensar a conservação da natureza de forma integrada, de modo que as áreas protegidas não se tornassem blocos isolados e procurando garantir a conectividade entre elas (Miller, 1980 e 1997).

Russell Mittermeier destacou a relevância da criação do Parque Nacional da Amazônia (10.000 km², ao longo do rio Tapajós), em 1974, sob a influência da pequena Divisão de Unidades de Conservação do IBDF, dirigida por Magnanini e Maria Tereza Jorge Pádua (Urban, 1998). Também destacou o trabalho científico desenvolvido para o embasamento das propostas de áreas para criação de UCs. “A crescente preocupação nacional e internacional com o futuro da Amazônia resultou em um programa para identificação de áreas prioritárias para a biodiversidade, o primeiro deste tipo, baseado em uma análise biogeográfica – a ciência da conservação. O programa foi conduzido por Maria Tereza Jorge Pádua e Gary Wetterberg, na época, do Serviço de Pesca e Vida Silvestre dos Estados Unidos” (Mittermeier, 2005, p.15).

Maria Tereza Jorge Pádua chama a atenção, em sua autobiografia, *Conservando a Natureza no Brasil* (2015), para duas iniciativas que contribuíram com o avanço e ganho de escala no processo de criação de UCs no Brasil. A primeira delas, situada no período inicial do trabalho no IBDF, ainda no Rio de Janeiro, se remete a estreita colaboração entre o órgão e a academia: “Uma das estratégias que explica o sucesso da conservação naqueles dias foi a estreita colaboração do pessoal conservacionista do IBDF com o miolo da classe científica brasileira, brindando um enorme e valioso apoio ao seu trabalho” (Pádua, 2015, p 50). Pádua atribui essa estratégia a Alceu Magnanini, na época Diretor de Parques do IBDF, que abriu as portas para profissionais e pesquisadores que contribuíram com a conservação. A segunda estratégia de destaque foi a parceria estabelecida com a FBCN: “O acordo entre o IBDF e a FBCN foi um dos grandes fatores

³ “Maria Tereza Jorge Pádua, a mulher que criou 8 milhões de hectares em áreas protegidas no Brasil”, entrevista concedida a Sabrina Rodrigues. *O Eco*. 15 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/maria-tereza-jorge-padua-a-mulher-que-criou-8-milhoes-de-hectares-em-areas-protegidas-no-brasil/>

de sucesso da nossa gestão nos anos 1980. Permitiu sobrelevar as terríveis limitações burocráticas para usar o orçamento público e fazer muito mais com muito menos dinheiro” (Pádua, 2015, p 62).

Maria Tereza Jorge Pádua foi uma das figuras centrais na elaboração de estudos e dos primeiros planos direcionados à criação de um sistema robusto para a conservação da natureza no Brasil. Seu trabalho foi caracterizado pelo respaldo e rigor científico. Ela fez parte e liderou a primeira leva de técnicos do IBDF, de 1968. Dotada de personalidade forte e de grande capacidade técnica, esteve no centro de muitas das decisões que determinaram o rumo da conservação no Brasil. Foi ela que articulou a parceria entre a sociedade civil e o poder público, refletida nos convênios assinados entre a FBCN e o IBDF e também entre a FBCN e a SEMA, esta última presidida por Paulo Nogueira Neto, desde a sua criação, em 1973 até 1986. Os convênios com esses dois órgãos públicos foram fundamentais para o fortalecimento da atuação da FBCN, nos anos 1960-1980 (Franco e Drummond, 2009; Franco e Drummond, 2013; Souza, 2024).

Por outro lado, a FBCN auxiliou no gerenciamento do IBDF, que enfrentava dificuldades burocráticas recorrentes: “Estabeleceu-se um termo de cooperação da FBCN com o IBDF, que permitiria que a primeira gerenciasse de forma eficiente os recursos orçamentários dedicados a gastos operacionais, incluídas as contratações de pessoal, da área de conservação da natureza, que ficaram à disposição do IBDF” (Pádua, 2015, p. 63).

O Movimento de Criação da Funatura

A Funatura nasceu da iniciativa de Maria Tereza Jorge Pádua e de sua capacidade para dialogar e articular com diferentes atores políticos. Mais especificamente, a criação da Funatura surge influenciada pela preocupação dos seus fundadores com o modelo econômico desenvolvimentista em curso no Brasil, em que a prioridade era desenvolver e integrar, por meio de obras de infraestrutura, expansão urbana, abertura de estradas para ocupar o que era considerado um “vazio desconhecido” – no caso, o Cerrado, Sertões, Veredas e Chapadas. Nesse panorama, Maria Tereza Jorge Pádua, na publicação que marcou os 30 anos da Funatura registrou em depoimento:

Alguns amigos conservacionistas e eu mesma vivíamos há décadas em Brasília ou em outras áreas da Região Centro-Oeste, onde predomina o Cerrado. Vivi 36

anos em Brasília e tive a oportunidade de viajar muito pelo Cerrado para visitar seus parques nacionais e áreas protegidas. Fomos testemunhas, portanto, do começo da enorme destruição e do grande desprezo que se dava a este rico e espetacular bioma. Ninguém em geral se preocupava com o Cerrado. Servia para a criação de bois e, pela sua excelente topografia, começava a surgir uma incipiente agricultura, usando-se como principal ferramenta o fogo (Funatura, 2016, p. 157)

A fundação de Brasília, ocorrida em 1960, é um marco na história do Brasil, refletindo as aspirações de desenvolvimento e modernização do país durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK). Este período foi marcado por um contexto geopolítico e econômico específico, que influenciou a construção da nova capital. O período de JK foi marcado pelo desenvolvimentismo, uma corrente econômica que defendia a intervenção estatal para promover o desenvolvimento econômico e social. O Plano de Metas, lançado em 1956, tinha como objetivo principal acelerar o desenvolvimento nacional, integrando o país através da construção de infraestrutura, como estradas e a nova capital. Nesse contexto, a região do Cerrado era considerada "vazia" e "desconhecida" por grande parte dos brasileiros, o que justificava a intervenção estatal para "desenvolver" e "integrar" essa área ao resto do país. A construção de Brasília foi um símbolo desse esforço, refletindo a visão de que o progresso e o desenvolvimento poderiam ser alcançados por meio da exploração e transformação do meio ambiente, que se agravaram após o golpe de 1964 e o período da ditadura militar (Dean, 1996).

Para compreender o processo que levou à criação da Funatura e a sua contribuição para a conservação da natureza é importante observar como a intensa devastação dos biomas brasileiros, especialmente do Cerrado, e as reações da sociedade civil e no interior do Estado se entrelaçaram na tentativa de conservar a natureza. O Brasil por suas características proporciona um amplo e denso cenário, no qual esse conflito vem ocorrendo. Warren Dean (1996) alertava para o simbolismo do fato de que entre os primeiros atos dos colonizadores portugueses, logo após desembarcarem nas terras de Vera Cruz, estava o de cortar uma árvore para fincar uma cruz no chão. Ao sacrifício do tronco ao machado de aço, os portugueses associavam a salvação da humanidade.

Por outro lado, o primeiro ato de grande significado para preservar espaços naturais da devastação generalizada causada pela exploração imprevidente, que perdura

nos dias atuais, ocorreu apenas 437 anos após a chegada das primeiras naus, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em junho de 1937. Em comparação com a história da colonização, a história da conservação representa ainda um pequeno fragmento. Entretanto, nas últimas décadas do século XX houve um aumento significativo em relação à criação de UCs, de instituições e de leis voltadas para a conservação da fauna, da flora e dos ecossistemas representativos dos biomas nacionais (Urban, 2018; Drummond, Franco e Oliveira, 2010; Drummond, Machado, Barreto e Franco, 2024).

Diante desse cenário, um grupo constituído por Christopher Hrdina, Ibsen de Gusmão Câmara, Cleber Alho, Angela Tresinari, James Griffith, Paulo Zuquim Antas, Luiz Van Beethoven Benício de Abreu e Maria Tereza Jorge Pádua começou a se reunir em uma sala cedida pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), no escritório em Brasília, com a anuência de José Goldemberg, na época o seu presidente. O objetivo era criar uma instituição que valorizasse a importância da conservação da natureza no bioma Cerrado (Funatura, 2016). No dia 30 de julho de 1986, às 15 horas, foi constituída a Fundação Pró-Natureza – Funatura, conforme consta na Ata nº 1, da Reunião de membros fundadores (Funatura, 1986a, Anexo I).

Maria Tereza Jorge Pádua, ao relembra o período inicial da Funatura, comentou que:

Naquela ocasião, o Brasil possuía tão somente uma fundação dedicada ao tema e que trabalhava eminentemente na Mata Atlântica, a então muito conhecida Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) sediada no Rio de Janeiro, estabelecida na década de 1950.

Optamos, assim, por criar uma fundação que se dedicaria ao Cerrado. Depois de muito trabalho e ajuda de várias pessoas e até de organizações não governamentais do exterior como a *The Nature Conservancy* (TNC) e a *Conservation International* (CI), com total suporte de Russell Mittermeier e Thomas Lovejoy e de várias universidades, instituições de pesquisas do setor privado, preparamos um rascunho de estatuto e dois possíveis programas: Parque Nacional do Grande Sertão Veredas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Embora pudéssemos conseguir recursos para os dois programas, não tínhamos onde funcionar como uma instituição própria e se criou, então, um impasse difícil de ultrapassar. Eis que Christopher Hrdina nos ofereceu 70 metros quadrados de

seu escritório, em Brasília, para que nele funcionasse a Funatura. Ofereceu essa sala em quadra nobre do Lago Sul e nosso telefone ficou sendo uma extensão do dele.

Sem esta decisão e generosa oferta de Christopher, a Funatura talvez não tivesse existido.

Foi a segunda Fundação, com estas características, estabelecida no Brasil. Como mencionado, existia apenas a FBCN. Em seguida, felizmente, surgiram a SOS Mata Atlântica e a Biodiversitas.

Nesses 30 anos, que agora comemoramos, foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, graças ao trabalho da Funatura e ao suporte de muitas outras pessoas e instituições. Além de seu Plano de Manejo, a Fundação participou e participa de sua implementação e fiscalização, e conseguiu – para a manutenção do Parque – o único projeto de conversão da dívida externa aprovado no Brasil. Estabeleceu uma RPPN reconhecida pelo Poder Público e ajudou ONGs e organizações governamentais a estabelecerem várias outras no Cerrado.

Evidentemente, fez muito mais nas últimas décadas. Entretanto, menciono os dois programas acima porque foram os pais da credibilidade da instituição e se coadunam com o norte da mesma, que não pode e não deve mudar. Faz-se, na Funatura, o que é mais significativo e efetivo para a conservação da natureza: unidades de conservação e áreas protegidas (Funatura, 2016, p. 157-158).

É importante esclarecer que o segundo programa ao qual Maria Tereza se referiu, nasceu na instituição em 1987, sob o título de Santuários da Vida Silvestre⁴, pois a categoria RPPN surgiu oficialmente apenas em 1990, por meio do Decreto Federal nº 98.914.

Na Ata de Constituição da Funatura, consta que no trecho de abertura da reunião, realizada em 30 de julho de 1986, sua principal liderança afirmou o propósito da organização:

Em seguida, a doutora Maria Tereza Jorge Pádua tomou a palavra, agradecendo o grande interesse dos presentes. Afirmou que a necessidade de se criar uma entidade não governamental e sem fins lucrativos com a finalidade de **promover**

⁴ O Programa Santuários da Vida Silvestre foi uma iniciativa pioneira da Funatura no estabelecimento de áreas naturais protegidas em terras privadas. Ele será detalhado em item posterior e no capítulo 2. Nos documentos da Funatura, ora aparece a palavra programa, ora a palavra projeto. Com o decorrer do tempo, se define a ideia de um programa guarda-chuva, que abriga vários projetos voltados para a criação, implementação e gestão de áreas naturais protegidas em terras privadas.

a conservação da natureza no Brasil fez-se sentir em decorrência da atual realidade político institucional desta área no País, esclarecendo que a Funatura atuará irmanada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza FBCN a primeira fundação do gênero criada no país e que tem atuado de forma relevante desde a sua criação (Funatura, 1986a, Anexo I)

Durante a pesquisa documental no acervo da Funatura foram identificados dois documentos que registram a criação da organização: (i) Reunião de Membros Fundadores, Ata Nº 1 de constituição da Funatura (Funatura, 1986a, Anexo I) e (ii) Escritura Pública de Constituição da Funatura (Brasília, 1986, Anexo II). Na ata são identificados 69 fundadores, sendo 12 mulheres e 57 homens. Na escritura estão identificados 54 fundadores, sendo 11 mulheres e 43 homens.

Se destaca a quantidade de ambientalistas importantes na cena da conservação ambiental brasileira que fizeram parte da reunião de fundação da Funatura. De acordo com a Ata de Constituição, estiveram reunidas presencialmente 35 pessoas e representadas por procuração 34, em sua maioria pesquisadores, técnicos e ambientalistas. Dentre elas, se destacam algumas personalidades cujas biografias são brevemente descritas a seguir, iniciando com a fundadora, principal articuladora e primeira presidente da Funatura:

A engenheira agrônoma **Maria Tereza Jorge Pádua** é um dos nomes mais importantes quando se fala de meio ambiente no Brasil. Ela fundou a Funatura, uma das primeiras ONGs ambientais do país, ainda no período de transição da ditadura para a democracia no Brasil. Atuou no IBDF, o instituto que cuidava da política ambiental antes da criação do Ministério do Meio Ambiente, e foi presidente do IBAMA. Sob sua gestão, o Brasil criou um grande número de Unidades de Conservação (Maury, 2014). Durante 18 anos, a ativista trabalhou no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão que precedeu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ao longo das últimas décadas, participou no conselho das mais importantes organizações mundiais ligadas à conservação da natureza, como a International Union for Conservation of Nature (IUCN), World Resources Institute (WRI) e WWF-International. Depois de anos de trabalho intenso, Maria Tereza continua exercendo seu ativismo. É conselheira da Fundação Grupo

Boticário de Proteção à Natureza e membro do Conselho da Fundação Pró-natureza (Funatura) e da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA) da UICN. Em 1981, a brasileira já tinha tido seus esforços pela conservação reconhecidos ao receber o J. Paul Getty Wildlife Conservation Prize. Em 2016, durante a realização, no Havaí, do Congresso Mundial de Conservação, ela foi condecorada com a medalha comemorativa John C. Phillips. Desde 1963, somente uma outra mulher havia recebido a distinção: Indira Gandhi, ex-primeira-ministra da Índia, em 1984 (Camargo, 2016).

Helmut Sick (1910-1991), naturalista e ornitólogo, nasceu em Leipzig, na Alemanha. Em 1938, trabalhava na Seção de Ornitologia do Museu de Zoologia da Universidade de Berlim. No ano seguinte, participou da missão científica para coletar material ornitológico e estudar espécies raras do Brasil, quando então contraiu malária, doença crônica que o acompanharia por toda a vida. Em 1940, foi nomeado diretor da Seção de Ornitologia do Museu Nacional de Viena, onde estava depositada a maior coleção de aves da América do Sul. Naquele ano se tornaria preso político no Rio de Janeiro, acusado pelo governo Vargas de atividades subversivas a favor da Alemanha nazista, passando pelos presídios da Ilha das Flores e da Ilha Grande (Rio de Janeiro). Libertado em 1944, foi contratado por dois anos, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), como naturalista da Fundação Brasil Central (FBC). Em 1960, ingressou como pesquisador no Museu Nacional do Rio de Janeiro, aposentando-se em 1981, quando obteve o cargo de professor titular na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir de 1981, inicia sua mais importante pesquisa, que daria origem ao livro *A ornitologia brasileira* e descreveu grande parte das espécies de aves e flora conhecidas na época. Publicada primeiramente na Alemanha, foi depois traduzida para o português e o inglês. Sick produziu livros, artigos, recebeu prêmios, comandou inúmeras expedições científicas pelo país e foi representante do Brasil no Comitê Ornitológico Internacional de 1958 a 1986. Segundo dados do Museu de Astronomia e de Ciências Afins (Mast), no Rio de Janeiro, Helmut Sick catalogou mais de 3 mil exemplares de aves, 840 de mamíferos e répteis, 860 de artrópodes e 870 plantas. Os documentos de sua última grande expedição realizada em 1978, quando descobriu o habitat da arara-azul (*Anodorhynchus leari*), no Raso da

Catarina, estado da Bahia, encontram-se no arquivo do Mast. Naturalizado brasileiro, faleceu em 1991, no Rio de Janeiro⁵.

Braulio Ferreira de Souza Dias é, atualmente, Diretor de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. É professor da Universidade de Brasília (UnB), desde 1982. Tem graduação em Ciências Biológicas pela UnB (1975) e doutorado em Zoologia pela University of Edinburgh (1981). Foi pesquisador da Reserva Ecológica do IBGE em Brasília, entre 1978 e 2011. Tem desenvolvido pesquisas sobre a biodiversidade e ecologia do Bioma Cerrado. Estabeleceu e coordenou um grande projeto experimental de Ecologia do Fogo no Cerrado. Coordenou a Iniciativa Global de Polinizadores e a Iniciativa Brasileira de Polinizadores. Coordenou propostas de criação de unidades de conservação no Bioma Cerrado, incluindo o Parque Nacional Grande Serão Veredas e atua na interface entre ciência e políticas públicas de conservação da biodiversidade. Ocupou vários cargos no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA): Diretor de Pesquisa do IBAM, Diretor de Conservação da Biodiversidade e Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas do MMA. Participou das delegações brasileiras de negociação no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), entre 1991 e 2011, foi Secretário Executivo da CDB, entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2017, e coordenou a criação do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), em 1996. Foi presidente do conselho global da Birdlife International, membro do comitê consultivo da Aliança da Bioversity International, do Centro Internacional de Agricultura Tropical, do Comitê Consultivo do Programa Global de Pesquisa sobre Sustentabilidade - Future Earth, do Conselho Externo de Sustentabilidade da Bayer. Foi membro do conselho de várias organizações conservacionistas brasileiras – Instituto Life (Curitiba), SAVE Brasil (São Paulo), Fundação Biodiversitas (Belo Horizonte), Fundação Amazônia Sustentável (Manaus) e Fundação Pró-Natureza (Funatura). Foi presidente da Funatura. Recebeu do MMA, em 2018, o Prêmio Nacional de Biodiversidade⁶.

⁵ “Biografia de Helmut Sick”. *Arquivo Nacional Exposições Virtuais*. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/102-exposicoes/a-marcha-para-o-oeste/saiba-mais/323-biografia-de-helmut-sick.html>

⁶ Texto extraído parcialmente da Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9807604681802182>

José Pedro de Oliveira Costa - ambientalista com mestrado em Planejamento Ambiental - University of California Berkeley (1979) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1987). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1968). Atualmente é conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, secretário do comitê pró-criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes, conselheiro da Fundação Gilberto Freyre, conselheiro da Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste, sócio da Associação de Defesa da Juréia, conselheiro do Sistema Estadual de Informação Gestão de Áreas Protegidas, conselheiro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, conselheiro da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, membro de comissão da União Internacional Para a Conservação da Natureza, assessor da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, sócio da Fundação SOS Mata Atlântica. É professor da Universidade de São Paulo⁷.

Almirante Ibsen Gusmão Câmara (1923-2014) – foi um grande defensor das Unidades de Conservação, com papel de destaque na criação de parques e reservas na Amazônia. Sua história foi contada por Marcos Sá Correa no livro “Água mole em pedra dura: dez histórias da luta pelo meio ambiente”, de 2006. A participação de Ibsen foi fundamental também na criação de Unidades de Conservação marinhas, como a Reserva Biológica Atol das Rocas, em 1979, o primeiro Parque Nacional Marinho do país. Atuou também por Abrolhos, em 1983, e por Fernando de Noronha, criado em 1987. Após entrar para a reserva da Marinha, presidiu a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), foi conselheiro por mais de 10 anos no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), além de contribuir para a criação de uma dezena de ONGs⁸.

Thomas Eugene Lovejoy (1941-2021) - Graduado (1959) pela Millbrook School em Millbrook, Nova Iorque, Estados Unidos, Mestre (1964) e doutor (1971) em Biologia pela Yale University, Estados Unidos. Considerado um dos principais líderes do movimento ambientalista e o “pai da biodiversidade”, termo que ele cunhou (originalmente como “diversidade biológica”), é um pioneiro na biologia da conservação, elucidou o conceito de Tamanho Mínimo Crítico para os

⁷ Texto extraído da Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3953246206501000>

⁸ “Almirante Ibsen: uma vida dedicada ao Meio Ambiente”, reportagem de Fabíola Ortiz. *O Eco*, 05 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/27829-almirante-ibsen-uma-vida-dedicada-ao-meio-ambiente/>

ecossistemas e foi uma figura importante para chamar a atenção internacional para os problemas ambientais da Amazônia. Também ganhou notoriedade na década de 1970 com suas previsões sobre uma possível extinção em massa decorrente da destruição ambiental. Tem grande bibliografia publicada e recebeu vários prêmios, destacando-se o Prêmio Tyler de Conquista Ambiental 2001, o Prêmio Fundação BBVA Fronteiras do Conhecimento 2009, o Prêmio Planeta Azul 2012 e o Prêmio Muriqui 2013. A espécie *Polycyrtus lovejoyi* foi batizada em sua homenagem⁹.

Fábio José Feldmann - nascido em São Paulo/SP no dia 14 de maio de 1955. Advogado, administrador de empresas, ambientalista e político brasileiro, já foi Deputado Federal (1987-1999) e Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (1995-1998). Como Deputado foi autor da Lei de Redução de Emissões de Poluentes por veículos, da Política Nacional de Educação Ambiental e da Lei de Acesso Público aos Dados e Informações Ambientais. Relatou no Congresso leis como a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica. Já como Secretário de SP, implantou a Agenda 21, instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável¹⁰.

Paulo de Tarso Zuquim Antas possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1977) e doutorado em Ecologia pela Universidade de Brasília (1998). Trabalhou no Jardim Zoológico do Rio de Janeiro (1978) e coordenou o Centro de Nacional Pesquisas e Conservação de Aves do atual ICMBio entre 1978 e 1992. Publicou guias de aves na natureza do Planalto Central em conjunto com Roberto Cavalcanti e ilustrações de Maria Cândida Cruz e da RPPN SESC Pantanal no Mato Grosso com fotografias de Haroldo Palo JR. Publicou, com Inês de Lima Serrano, o livro com os estudos sobre o Tuiuiú no Pantanal de Mato Grosso. Atualmente, atua em conjunto com a Fundação Pró-Natureza (Funatura) em projetos de conservação da

⁹ “Considerado pai da biodiversidade, Thomas Lovejoy morre vítima de câncer”, reportagem de Cristiane Prizibiszki. *O Eco*, 25 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/considerado-pai-da-biodiversidade-thomas-lovejoy-morre-vitima-de-cancer/#:~:text=Thomas%20Lovejoy%20descobriu%20o%20c%C3%A2ncer,ao%20lado%20de%20sua%20fam%C3%ADlia>

¹⁰ “Grandes Ambientalistas: Fabio Feldmann”, reportagem de Raphael Rolim. *Folha do Litoral*, 29 de novembro de 2022. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/colunistas/pensar-verde/grandes-ambientalistas-fabio-feldmann/>

biodiversidade em áreas protegidas e ambientes fora de unidades de conservação, com foco em aves e suas interações com o meio. É membro do Grupo de Assoreamento Técnico do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Pato-mergulhão do ICMBio.

O grupo reunia um espectro amplo de expoentes da conservação, desde indivíduos voltados para uma proteção mais estrita da natureza, pelo seu valor intrínseco, até indivíduos mais preocupados com o uso racional dos recursos naturais (Funatura, 2016). A Funatura foi constituída, de acordo com o Art. 8º dos seus estatutos, pelos seguintes órgãos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Científico, Conselho Econômico e Conselho Fiscal. De acordo com a Ata Nº 1 do Conselho de Administração da Funatura (Funatura, 1986b), em sua primeira eleição foram indicados para Presidência do Conselho de Administração Maria Tereza Jorge Pádua e como Vice-presidente Paulo de Tarso Zuquim Antas.

O entusiasmo do momento e a relevância da criação da organização, no contexto da época, podem ser capturados nas palavras de Helmut Sick, reproduzidas na Ata de Constituição da Funatura (Funatura, 1986a, Anexo I):

Tornando então da palavra, o doutor Helmut Sick manifestou grande satisfação em participar da recém-constituída Fundação, a Funatura. Proclamou, com entusiasmo, que vem acompanhando o crescimento do meio científico brasileiro, e afirmou que a Funatura vem em encontro com as necessidades do país em termos de conservação. Por fim, enalteceu a doutora Maria Tereza Jorge Pádua, por sua competência e energia, parabenizando-a pela grandiosa iniciativa. Chamado ainda a palestrar sobre o símbolo da Funatura, o doutor Helmut Sick pronunciou reconhecimento de acerto na escolha da Ararajuba, *Aratinga guarouba*, ave por ele proposta como símbolo do Brasil, argumentando ser esta uma espécie endêmica do Brasil, estar em vias de extinção e apresentar plumagem com as cores nacionais, verde e amarelo (Funatura, 1986a, Anexo I).

No texto extraído do Boletim Funatura Ano 1, nº 1 (Funatura, 1987a), de outubro de 1987, está o registro histórico:

A Funatura foi criada em 30 de julho de 1986 por 69 profissionais ligados à área de conservação ambiental. Em 5 de setembro do mesmo ano, obteve

reconhecimento público com a publicação de minuta do seu estatuto no Diário Oficial da União e registro de seus atos constitutivos em Cartório de Registro de Documentos de Pessoas Jurídicas. Concretizada sua existência formal, procedeu-se à implantação da estrutura mínima necessária para a viabilização de suas atividades: a organização da sede, em espaço cedido pela firma André Safari e Tours, a contratação do biólogo Mauro de Paula Valle, no cargo de diretor-executivo, e da secretária Creuza Maria da Silva Souza e do contador, José Cláudio Lima Lopes e da engenheira florestal Elmar Andrade de Castro. Em reunião conjunta dos Conselhos de Administração, Científico, Econômico e Fiscal, em 5 de dezembro de 1986, os membros da Fundação fizeram uma primeira avaliação de suas atividades e traçaram as prioridades para o ano de 1987 e determinaram as fontes de recursos para a implementação dos projetos programados (Funatura, 1987a).

O foco inicial da Funatura no Cerrado se ampliou, ao longo do tempo, para o Pantanal e demais biomas brasileiros. Ainda assim, as suas principais iniciativas se concentram no bioma Cerrado, com forte atenção para o apoio à criação de RPPNs e para a gestão de parques nacionais e de seus entornos, como nos casos do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

História da organização

De acordo com o primeiro Estatuto da Funatura (Funatura, 1986c), presente em sua Escritura Pública de Constituição (Brasília, 1986, Anexo II), registrada em 5 de setembro de 1986, no Cartório do 2º Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, sob o nº 1086, em Brasília, em seu artigo 2º, a sua finalidade era “contribuir com a conservação dos recursos naturais renováveis em todas as regiões do país”. A finalidade da organização estava expressa tanto em sua ata de constituição (Funatura, 1986a, Anexo II) como em seu estatuto (Funatura, 1986c). Também chama a atenção a afirmação de sua fundadora, registrada na ata de constituição, de que a organização atuará de forma irmanada à FBCN, sinalizando que não havia uma ideia de substituição de uma fundação pela outra.

Além da finalidade, também em seu artigo 2º, o Estatuto trazia uma visão a ser observada:

Para tanto, poderá sugerir, promover, coordenar ou executar ações e projetos visando:

- a) A defesa do meio ambiente, lutando pela melhoria da qualidade de vida, através do uso auto-sustentável dos recursos naturais, de modo a obter o máximo benefício para as atuais e sobretudo futuras gerações;
- b) o estabelecimento de áreas protegidas ou unidades de conservação;
- c) o estudo, através de pesquisas científicas, dos recursos naturais renováveis do país e seu manejo adequado;
- d) a conscientização sobre a necessidade da conservação da natureza junto a dirigentes e ao povo em geral, através de todos os meios disponíveis, principalmente pela mídia;
- e) conhecer e procurar garantir a sobrevivência das espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção da flora e da fauna silvestres;
- f) a difusão de técnicas conservacionistas;
- g) a capacitação de recursos humanos;
- h) garantir a diversidade genética dos diferentes ecossistemas do país;
- i) estimular e realizar estudos do impacto ambiental decorrentes das atividades antrópicas na região, de modo a prevenir a degradação ambiental, em todas as suas manifestações;
- j) o turismo educativo, através da recreação e interpretação ambiental;
- k) estimular e apoiar todas as entidades quer públicas ou privadas que tenham alguma responsabilidade com relação ao meio ambiente, para que adotem medidas e práticas no sentido do uso racional e sustentado dos recursos naturais renováveis;
- l) promover o intercâmbio com entidades ambientalistas e científicas, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de iniciativas congêneres;
- m) promover e divulgar técnicas conservacionistas, métodos de produção e formas de aproveitamento fundamentados em manejo equilibrado dos recursos naturais em sítios ecológicos de relevância cultural (Funatura, 1986c)

Portanto, desde a sua fundação a equipe da Funatura tem feito propostas e promovido ações efetivas no âmbito da conservação do Cerrado, bem como de outros biomas brasileiros, por meio de convênios com os setores público e privado. Tais

convênios foram fundamentais para o seu crescimento interno e para a expansão de seus projetos, exigindo adaptação às novas realidades e às políticas ambientais que vinham surgindo no Brasil e no mundo.

Cerca de quatro anos depois de sua criação, a Funatura realizou a sua primeira alteração estatutária, que foi registrada em cartório no dia 18 de dezembro de 1990 (Funatura, 1990)¹¹. Em parecer exarado pelo Ministério Público do Distrito Federal, o Promotor de Justiça Curador de Fundações, Jair Meurer Ribeiro, argumentava que a nova redação proposta não alterava as finalidades da Fundação, nem a destinação dos seus bens. Ela visava apenas a nova estrutura administrativa, que lhe permitiria uma melhor e mais eficaz atuação. Tratava-se de uma estrutura que poderia ser aumentada na medida em que as atividades da entidade se ampliassem. Por fim, o documento concluía que a nova redação era fruto da experiência adquirida em quase quatro anos de existência (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 1990).

Na carta enviada pela então presidente da Fundação, Maria Tereza Jorge Pádua, ao Curador de Fundações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Paulo Roberto de Magalhães Arruda, está assim justificada a necessidade de uma alteração estatutária: “A FUNATURA após 3 anos e 9 meses de existência necessita de um estatuto que reflita seu crescimento e seja adaptado à realidade de sua atuação” (Pádua, 1990). Algumas mudanças foram realizadas no “Capítulo VI – Do Conselho de administração”, mas a mais significativa aparece no Art. 12. Nele se estipula que o Conselho da administração passaria a ser dirigido por um presidente e dois vice-presidentes, em um mandato de três anos, podendo ser reeleitos por mais dois períodos consecutivos (Funatura, 1990). O primeiro estatuto previa que o conselho fosse dirigido por um presidente e um vice-presidente, em um mandato de três anos, podendo ser reeleitos somente por mais um período consecutivo (Funatura, 1986c).

Em 3 de fevereiro de 2017, logo após completar seus 30 anos, sob a presidência do biólogo Herbert Otto Schubart, a organização registrou em cartório, devidamente autorizado pelo Ministério Público da União, o estatuto em vigor na data da presente

¹¹ A Ata do Conselho de Administração – reunião realizada em 13 de julho de 1990 e registrada em cartório em 18 de dezembro de 1990 – deliberou, entre outros assuntos, a primeira alteração no estatuto da fundação.

pesquisa (Funatura, 2017)¹². Em seu segundo artigo o documento traz o conceito de missão, substituindo o conceito de finalidade, presente nas versões anteriores. O longo e sólido trabalho da Fundação no Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV) nesse ciclo de 30 anos teve reflexo na alteração estatutária realizada em 2017. Outro aspecto relevante é que o estatuto observou questões trazidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13019/2014. Tais observações são percebidas em sua estrutura e atribuições. Nota-se uma importante mudança. Primeiro uma postura mais ativa, que opta por alterar o termo “contribuir com a conservação dos recursos naturais renováveis em todas as regiões do país” por “defender o meio ambiente no Brasil”. Adicionalmente é colocada ênfase na manutenção da diversidade biológica e na melhoria da qualidade de vida da população, bem como no uso sustentável dos recursos naturais, em todos os biomas do País, mas especialmente nos biomas Cerrado e Pantanal, como observado a seguir:

Art. 2º - A FUNATURA tem por missão defender o meio ambiente no Brasil, com ênfase na manutenção da diversidade biológica e na melhoria da qualidade de vida de sua população, contribuindo para o uso sustentável dos recursos naturais em todos os biomas do País, de modo geral, e nos biomas Cerrado e Pantanal, em particular (Funatura, 2017)

E segue inovando em seu terceiro artigo, agora dedicado as finalidades.

Art. 3º - Para realizar a missão definida no Art. 2º, a FUNATURA tem por finalidades promover, participar e estimular:

- a) os estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e seu manejo adequado;
- b) as pesquisas e ações visando garantir a sobrevivência das espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção, da flora e da fauna silvestre;
- c) a criação e o estabelecimento de unidades de conservação e outras áreas protegidas
- d) a conscientização da sociedade a respeito da conservação da natureza e da preservação quando for o caso;

¹² Estatuto Atual da Funatura – aprovado em 15 de dezembro de 2016 e registrado em cartório em 3 de fevereiro de 2017.

- e) a promoção da formação e capacitação de atores sociais, em especial, pequenos produtores rurais, comunidades urbanas, populações locais, quilombolas, indígenas, técnicos de organizações não governamentais, dentre outros, para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;
- f) a promoção e o incentivo ao turismo ecológico, cultural e educativo por meio da visitação, recreação e interpretação ambiental, em contato com a natureza;
- g) a ação das entidades públicas e privadas com atribuições ou finalidades relacionadas com a conservação do meio ambiente, e apoiá-las para que adotem medidas e práticas adequadas ao uso racional e sustentável dos recursos naturais;
- h) o intercâmbio com entidades ambientalistas e científicas, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de iniciativas congêneres;
- i) a divulgação de técnicas conservacionistas, métodos de produção e formas de aproveitamento fundamentado no manejo equilibrado dos recursos naturais em sítios ecológicos de relevância cultural;
- j) a realização de estudos de impacto ambiental decorrente das atividades antrópicas, de modo a prevenir a degradação ambiental em todas as suas manifestações;
- k) a educação do público para a correta utilização dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, dedicando especial atenção às comunidades carentes, sem qualquer forma de discriminação de cor, raça, condição social, gênero, credo político e/ou religioso;
- l) ações de saúde e assistência social junto a comunidades localizadas em áreas de influência de unidades de conservação.
- m) a atuação na área cultural e artística, por meio da promoção de encontros, festivais, seminários, cursos, oficinas, visando a difusão cultural nos seus mais diversos aspectos com enfoque na interdependência entre meio ambiente e cultura;
- n) a assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas que vivem em áreas de influência de unidades de conservação e mosaicos de áreas protegidas, identificando e divulgando práticas sustentáveis de produção, como agricultura orgânica, agroflorestas, agroextrativismo, integração lavoura-pecuária, dentre outras, visando auxiliar na proteção e

preservação das referidas unidades de conservação e outras áreas legalmente protegidas (Funatura, 2017)

Um ponto a ser ressaltado é a ênfase dada à manutenção da diversidade biológica, ainda ausente na versão anterior ao novo Estatuto. Uma hipótese plausível é que o Novo Estatuto foi elaborado após o lançamento da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada em 1992¹³. Na nova versão também se estipula “o uso sustentável dos recursos naturais em todos os biomas do país”, enquanto no Estatuto de 1990 está como “conservação dos recursos naturais renováveis em todas as regiões do país”, de maneira que se observa a introdução da ideia de desenvolvimento sustentável no Novo Estatuto da Funatura, em substituição da ideia de conservação dos recursos considerados renováveis. Igualmente vale comentar a entrada do conceito de bioma, em lugar de regiões. Enquanto o primeiro tem uma conotação mais ecológica, ao incluir a fauna, o clima, o solo etc. em seu escopo (Coutinho, 2006), região tem um sentido mais antrópico, ao associar, em sua definição, o ambiente natural necessariamente ao humano.

Voltando aos inícios da Funatura, um ano após a sua criação, mais precisamente em agosto de 1987, ela tornou-se membro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Fundada em 1948, a IUCN reúne atualmente mais de 1.400 organizações membros, que incluem Estados e agências governamentais, organizações não-governamentais, organizações de povos indígenas, instituições científicas e acadêmicas, além de associações empresariais¹⁴. Tornar-se membro da IUCN foi um passo importante para a Funatura, porque ela começou a participar das reuniões promovidas por uma organização internacional atuante no cenário ambiental global. Como membro, a Funatura se alinhou aos propósitos da IUCN “de desenvolver, promover e implementar atividades cientificamente conduzidas de conservação e utilização sustentada dos recursos naturais vivos do planeta” (Funatura, 1987a).

Maria Tereza Jorge Pádua, em texto editorial publicado em outubro de 1987, no Boletim Funatura (Funatura, 1987a), antecipava que em termos legais o texto constitucional, em elaboração na época, pelo que já havia sido apresentado, iria

¹³ Vale observar que o conceito de biodiversidade surge apenas em 1985, durante a preparação do National Forum on BioDiversity (Fórum Nacional sobre BioDiversidade), realizado em 1986, na capital norte-americana, Washington, pela National Academy of Sciences e o Smithsonian Institute, para discutir o tema da presente extinção de espécies (Franco, 2013).

¹⁴ International Union for Conservation of Nature (IUCN). Disponível em: <https://iucn.org/about-iucn>

representar um avanço significativo da agenda ambiental: “Em termos legais, a nova Constituição, a avaliar pelo que já foi aprovado até agora pela Assembleia Nacional Constituinte, representará um significativo avanço e uma conquista” (Funatura, 1987a). Segundo biografia publicada no portal da *web* Recanto das Letras, em 1988, a Funatura teve forte presença na Frente Verde da Assembleia Nacional Constituinte, que congregava mais de 80 Deputados e senadores de todos os partidos políticos. A assessoria técnica era dada pelo deputado Fábio Feldmann, que reuniu as diversas propostas que culminaram com a aprovação do Artigo 225 da Constituição Federal¹⁵.

Em maio de 1988, a Funatura acompanhou os debates e divulgou o resultado da votação do Artigo 225, do meio ambiente, da Constituição Brasileira de 1988, aprovado pela Assembleia Constituinte, no Congresso Nacional. O Boletim Funatura de 1988 comemorou com detalhes o capítulo aprovado como “uma vitória brasileira”, ao dizer que “pela primeira vez a questão da preservação do meio ambiente, uma das mais fortes reivindicações do movimento ecológico brasileiro ganha espaço numa constituição brasileira” (Funatura, 1988a). O autor do texto sobre o meio ambiente foi o então deputado Fábio Feldmann: “nosso amigo deputado”, de acordo com as palavras de Maria Tereza Jorge Pádua (Funatura, 1988a). Em junho de 1988, após a promulgação da Constituição Federal, em editorial do *Boletim Funatura* Ano 2 Número 2 (Funatura, 1988a), intitulado “Um acordo pela vida”, ela comemorou:

Palmas para o Deputado Fábio Feldmann pela sua energia, seu poder de persuasão, sua articulação política. Neste momento histórico para a conservação da natureza, o nosso amigo deputado é a grande estrela - seu palco na realidade foi iluminado pelos movimentos ambientalistas e conservacionistas do Brasil e pelos trabalhos precursores de grandes nomes na área (Funatura, 1988a)

O deputado foi um dos fundadores da Funatura, por procuração, como consta na Escritura Pública de constituição (Brasília, 1986, AnexoII), além de ter sido membro do Conselho científico, no ano de 1987 (Funatura, 1987a).

¹⁵ “Biografia da Ambientalista Maria Tereza Jorge Pádua”, reportagem realizada por Giovanni Salera Júnior. *Recanto das Letras*. Brasília, dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5078829>

Um importante marco institucional, ainda na década de 1980, foi a aprovação, pelo Governo Federal, da proposta apresentada pela Funatura para a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV), abrangendo uma grande área no norte de Minas Gerais e oeste da Bahia. O Parque foi criado no dia 12 de abril de 1989, por meio do Decreto Nº 97.658, com 84 mil hectares de extensão. Em julho de 1993, foi aprovada a proposta do Projeto de Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, para efeito de conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais, com duração de 20 anos, pela Comissão Técnica de Projetos Ambientais do Conselho Monetário Nacional/Banco Central (Espírito Santo, 2013, p. 03). O projeto teve uma importância determinante para o trabalho da organização da região, futuramente permitindo a ampliação da UC, a criação do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC)¹⁶.

Em 2003, sob a presidência do engenheiro-civil e ex-ministro do meio ambiente, Henrique Brandão Cavalcanti (1929-2020), a Funatura intensificou os trabalhos para a ampliação da área do PNGSV e teve os esforços reconhecidos com a ampliação dos 84 mil hectares iniciais para os atuais 231 mil hectares. Em 21 de maio de 2004, teve o seu decreto publicado pelo Governo Federal. A expansão do PNGSV aconteceu logo após a conclusão do seu Plano de Manejo e como resultado de mais de dois anos de campanha liderada pela Funatura (Brasil, 2004).

O ato de ampliação do PNGSV foi precedido de audiências públicas e muitas manifestações por parte da Sociedade Civil Organizada, em ação coordenada pela Funatura, por meio de seu superintendente executivo, na época, Cesar Victor do Espírito Santo, que desempenhou um papel importante. Com o intuito de fortalecer a luta pela ampliação do PNGSV, ele pressionou por meio de cartas à Presidência, manifestos, abaixo assinados, notas à imprensa, dentre outras ações. Em dezembro de 2003, foi encaminhado ao Presidente da República um abaixo-assinado feito durante a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente, com mais de 600 assinaturas e organizado pela Funatura. Três dias antes da assinatura do Decreto, no dia 18 de maio, mais de 100 ONGs, incluindo a Funatura, assinaram e entregaram um manifesto à Presidência da República em apoio a ampliação do PNGSV. Além disso, um grupo de entidades de base

¹⁶ “Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu tem novo Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista”. *Funatura*, 5 de maio de 2020. Disponível em: <https://funatura.org.br/mosaico-sertao-veredas-peruacu-tem-novo-plano-de-desenvolvimento-territorial-de-base-conservacionista/>

de Côcos (BA), também enviou documento semelhante à Casa Civil da Presidência da República. Estes documentos foram importantes para dar um maior respaldo à edição do decreto¹⁷.

Dentre os objetivos da Funatura relacionados com a criação de UCs, tem se destacado, ao longo da sua história, as ações voltadas para o incentivo e apoio à criação de RPPNs. O SNUC reconheceu as RPPNs, categoria UC criada no âmbito do IBAMA, em 1990. Trata-se de uma categoria que visa promover iniciativas do setor privado para a conservação da natureza. As RPPNs são registradas em um cadastro nacional¹⁸ e, até a presente data, já somam mais de 790 unidades, cobrindo mais do que 5.000 km². Embora a área protegida por RPPNs seja relativamente pequena, ela cumpre uma função altamente estratégica na conectividade da paisagem e na proteção de habitats chave de espécies ameaçadas de extinção, em especial nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal.

Quatro anexos ajudam a ilustrar a história da organização: Ata de Constituição da Funatura – Anexo I; Escritura de Registro da Funatura – Anexo II; Ata de Reunião dos Conselhos – Anexo III; Linha do Tempo – Anexo IV; e Histórico das Diretorias Funatura – Anexo V.

Diretrizes Institucionais

As diretrizes que orientam as ações da Funatura se assemelham bastante às da FBCN. Elas estão associadas, em grande parte, com a defesa do meio ambiente, por intermédio da criação e gestão de UCs públicas e privadas; atividades de pressão e articulação com o governo para efetiva criação e gestão de áreas protegidas (*advocacy*); captação, gestão e execução de recursos em projetos voltados aos objetivos de conservação e proteção da natureza. No caso da Funatura, as ações se guiaram por duas linhas principais: (i) a criação e gestão de UCs públicas, com a pressão para a criação de novas, o apoio ao processo de criação com a realização dos estudos e processos de consulta e o apoio à gestão e implementação; (ii) o Programa SVS (Santuários de Vida

¹⁷ Cesar Victor do Espírito Santo, engenheiro florestal, consultor técnico da Funatura e seu superintendente executivo de 1992 até 2020. Entrevista realizada na sede da Funatura em 26 de janeiro de 2025, por Pedro Bruzzi Lion, Ana Marcela França e José Luiz de Andrade Franco.

¹⁸ “Sistema informatizado de monitoria de RPPN (SIMRPPN)”. ICMBio/MMA. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>

Silvestre), que visava promover pesquisa, manejo, educação ambiental e ecoturismo em propriedades privadas destinadas à conservação da natureza.

Como visto anteriormente, o Programa SVS foi uma iniciativa pioneira da Funatura para conservação em áreas com pequenas dimensões. No primeiro boletim da Funatura (Funatura, 1987a), publicado em outubro de 1987, ele foi descrito da seguinte maneira:

Projeto Santuários de Vida Silvestre - Objetiva identificar vinte áreas prioritárias para a implementação desta nova categoria de Unidade de Conservação, não prevista em lei. Em pequenas dimensões, os Santuários visam a conservação de espécies e comunidades silvestres endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, e serão implementados e administrados pela FUNATURA. Em fase de levantamento de áreas. É financiado pela WWF (Funatura, 1987a).

Em 1990, a ideia dos santuários, no que diz respeito à conservação em áreas privadas, foi recepcionada mediante o Decreto Federal nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, que instituiu a figura das RPPNs no cenário ambientalista brasileiro, o qual foi atualizado pelo Decreto Federal nº 1.922, de 5 de junho de 1996, mais recentemente revogado pelo Decreto Federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006, que passou a regulamentar a RPPN como UC do SNUC (Wiedmann e Guagliardi, 2018). A Funatura já trazia em seus quadros a experiência e a percepção da importância da iniciativa privada na conservação ambiental. Inicialmente, ocorreram diagnósticos da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, raras e endêmicas, em vários pontos do Brasil, com o intuito de indicar áreas e espécies prioritárias para a conservação.

Durante os primeiros anos de funcionamento, a Funatura estabeleceu suas bases e começou a desenvolver sua missão de conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Importante marco nesse período inicial foi a criação, como vimos, do PNGSV, em abril de 1989, demonstrando desde cedo o compromisso da Funatura com a proteção de áreas naturais significativas. Desta feita, tratava-se de UC pública federal, de grande importância para a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado.

Conforme registrado em ata, pertencente ao acervo da Funatura, no dia 5 de dezembro de 1986, no Salão III do Garvey Park Hotel, foi realizada reunião conjunta do

dos conselhos Científico, Econômico e Fiscal e de Administração da Funatura. Na abertura da reunião, Maria Tereza Jorge Pádua explicou que a reunião tinha como objetivo a integração dos conselhos e a aprovação e validação dos projetos elaborados pelo Conselho de Administração. Os projetos consistiam em diretrizes estratégicas da organização, que nos próximos anos se caracterizaram como as principais frentes de atuação (Funatura, 1986d, Anexo III).

O primeiro projeto (diretriz) apresentado se denominava: **Conservação dos Gerais, Rio São Francisco, Brasil. Grande Sertão Veredas**. Durante a explanação do projeto e sua discussão, ficou clara a preocupação para que fosse criada uma UC em nível federal em uma extensa região localizada onde hoje se encontra o PNGSV. Tratava-se do início do projeto que culminou com a criação do Parque. “A seguir, o representante da COPAM pediu a palavra e informou da existência de esforço já efetivo desse órgão na conservação dos Gerais, emprestando total apoio à FUNATURA e a ideia de uma reserva a nível federal” (Funatura, 1986d, Anexo III).

O segundo projeto (diretriz) apresentado tratava da **Implantação de um Centro de Dados para a Conservação (CDC) no Brasil**. A seguir foram extraídos trechos importantes sobre a discussão em torno da criação do CDC.

A dra. Sandra Charity apresentou o projeto, reforçando a sua importância e informando aos presentes a respeito do histórico dos CDCs implantados pela The Nature Conservancy (TNC). Durante a discussão o dr. Carlos Ponce, manifestou contentamento da TNC pelo nascimento da Funatura e por poder contribuir com as suas atividades. Comunicou que na última reunião de planejamento da TNC, resolveu-se pela execução do projeto de implantação do 1º CDC no Brasil, em convênio entre TNC/ Funatura /USP, aberto à colaboração de outras entidades. Informou, ainda, que sete CDCs estavam planejados para 1987, tendo como finalidade repatriar as informações dispersas no mundo para os países da América Latina e ajudar na organização e na tomada de decisões referentes ao meio ambiente. O primeiro CDC do Brasil seria em São Paulo, procurando-se identificar locais para outros CDCs, sendo que o próximo corresponderia a um centro sobre áreas úmidas. O dr. Roberto Cavalcanti comunicou, em nome do Departamento de Biologia da UnB, disposição em apoiar o projeto do centro de

dados.¹⁹ Retomando a palavra, o dr. Carlos Ponce afirmou que a TNC não somente transferiria tecnologia, mas ajudaria no sentido de tornar o CDC um centro autossustentável (Funatura, 1986d, Anexo III).

Por fim, o terceiro projeto (diretriz) se denominava: **Diagnóstico para o estabelecimento de um Sistema de Santuários de Vida Silvestre a Nível Nacional**, a ser administrado pela Funatura. A referida ata da reunião conjunta dos conselhos Científico, Econômico e Fiscal e de Administração da Funatura registrou em dezembro de 1986 a primeira menção oficial do que viria a ser o Programa SVS, lançado em dezembro do ano seguinte.

Este foi apresentado pelo dr. Paulo Antas que demonstrou a carência que se fazia sentir no país desta categoria de unidade de conservação, discriminando inúmeros exemplos de sua real necessidade para a proteção de espécies e comunidades, raras, endêmicas, migratórias, e ameaçadas de extinção. A seguir, a dra. Maria Tereza argumentou que era um projeto ambicioso devido às dificuldades de uma ONG administrar um sistema de santuários, mas que se pretende que o primeiro santuário seja implantado próximo a Brasília, para que fosse adquirida uma boa experiência e aprendizado para que o sistema pudesse ser difundido pelo país. (Funatura, 1986d, Anexo III).

O Boletim Funatura, Ano 2, Número 2, publicado em junho de 1988 (Funatura, 1988a), registrou a data de início do Programa SVS, então referido como projeto. Tratava-se de uma estratégia de conservação alternativa ao que estava disponível em política pública. Ele buscava identificar e proteger pequenas áreas relevantes para a conservação.

Dentro de 2 anos o Brasil poderá contar com vinte pequenas áreas protegidas, visando garantir a reprodução de espécies da flora e fauna silvestres especialmente aquelas raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção. Este é o objetivo do projeto “Santuários de Vida Silvestre” que a FUNATURA iniciou em dezembro de 1987, visando, a longo prazo, a criação de um Sistema deste tipo de Unidade de Conservação, ainda não previsto na legislação brasileira. O projeto visa, de imediato, obter um diagnóstico a nível nacional de que áreas e espécies são prioritárias e que necessitam de proteção urgente, bem como as possibilidades

¹⁹ Atualmente, os professores Roberto Cavalcante, Jader Marinho Filho e José Luiz de Andrade Franco têm a intenção de criar um centro de documentação sobre a conservação da natureza e um laboratório de análise e monitoramento de dados de fauna em parceria com a Funatura.

de implantação de Santuários de Vida Silvestre através da compra da terra ou de contrato de cessão de uso do proprietário à Fundação. Futuramente, a FUNATURA pretende buscar financiamentos, principalmente na iniciativa privada, através dos benefícios da Lei Sarney, para a compra, manutenção e administração de áreas a serem mantidos por entidades não governamentais, em complemento ao sistema oficial de unidades de conservação. (Funatura, 1988a)

Os três projetos ou programas mencionados foram divulgados pelo Correio Braziliense, em duas edições do mês de dezembro de 1986: a edição do dia 4 de dezembro trouxe a notícia com o título: “*Sertão*” de Rosa poderá virar Parque (Correio Braziliense, 1986a) e salientava o apoio da IUCN e de outras organizações nacionais e internacionais ao projeto liderado pela Funatura, para criação de um parque nacional, que protegesse a região dos Gerais retratada na obra de João Guimarães Rosa – *Grande Sertão Veredas*. Na mesma notícia foi mencionada a iniciativa do Centro de Dados para Conservação (CDC) e o Projeto Santuários da Vida Silvestre. No dia 06 de dezembro, o periódico estampou a notícia: *O Sertão vai virar parque* (Correio Brasiliense, 1986b), destacando o apoio da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)²⁰ ao projeto de criação do referido parque.

O Grande Sertão Veredas: da Obra ao Parque Nacional

A criação do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas estava entre os principais objetivos da Funatura, desde o início. Maria Tereza Jorge Pádua tinha uma trajetória no IBDF marcada pela realização de um vultuoso processo de criação de UCs, pelo qual foi contemplada, em 2016, com a medalha John C. Phillips, honraria existente desde 1963, concedida a personalidades que dedicaram a vida à causa da conservação. Ela se tornou a segunda mulher, depois de Indira Gandhi, a ser agraciada com uma das maiores honrarias na área da conservação mundial Assim, o Parque Nacional do Grande Sertão Veredas se tornou uma das principais ideias aglutinadoras das ações empreendidas pela Funatura (Pádua, 2015; Funatura, 2016; Correio Braziliense, 1986b).

²⁰ A SEMA foi criada no âmbito do Ministério do Interior, por meio do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, e foi dirigida Paulo Nogueira-Neto, pioneiro da conservação no Brasil, de 1973 a 1986.

A proposta de criação de um parque nacional na região dos Gerais já havia sido proposta por Ângelo Machado e Célio Valle, do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, que a fizeram informalmente, em 1977, à Maria Tereza Jorge Pádua, então diretora do Departamento de Unidades de Conservação do IBDF. Com o surgimento da Funatura, que tinha o seu principal foco de atuação no bioma Cerrado, as ações visando o estabelecimento do parque foram encaminhadas. Na região dos Gerais (subunidade do Cerrado, que abrange cerca de 13 milhões de hectares na margem esquerda do São Francisco, compreendendo o noroeste de Minas Gerais e o oeste da Bahia, até o sul do Piauí) não havia uma única UC que pudesse proteger os ecossistemas descritos na obra de Guimarães Rosa. A região passava, já na década de 1980, por um processo de ocupação desordenado e em aceleração. Com o asfaltamento da BR-020 (Brasília – Fortaleza) e o baixo custo das terras, estavam dadas as condições necessárias para o aproveitamento agro-silvo-pastoril da região, com a consequente destruição dos habitats naturais. A ideia de criação de um parque na região dos Gerais também trazia consigo o propósito de homenagear o grande escritor brasileiro Guimarães Rosa (IBAMA/FUNATURA, 2003; Pádua, 2015; Funatura, 2016).

No primeiro boletim publicado pela Funatura, em outubro de 1987 (Funatura, 1987a), na matéria principal da capa do periódico se estampa a manchete: “Funatura Protegerá Grande Sertão: Veredas”. Na matéria se constata o avanço do compromisso assumido na ata da reunião de 5 de dezembro de 1986, em que a instituição manifestou a preocupação com o avanço da agricultura sobre a região, incentivado pela abertura da BR-020 - Brasília-Salvador: “Já em janeiro de 1988, pelo cronograma estabelecido pela FUNATURA, será iniciado o trabalho de caracterização ambiental e elaboração dos planos de manejo para as potenciais unidades de conservação, estando previsto para abril de 1989 a conclusão do projeto” (Funatura, 1987a).

Os trabalhos para a criação do PNGSV, realizados entre 1986 e 1988, foram liderados pela então presidente da Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua e coordenados por Bráulio Dias, com a colaboração de Paulo Antas, Tarcísio Filgueiras, Jeanine Maria Felfilli, Nickolas Von Behr, José Machado Neto, todos ligados à Funatura, e contando com o apoio da então Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, do IBDF e do WWF. De nove áreas estudadas, duas delas foram consideradas prioritárias para a conservação, sendo uma na Bahia e a outra em Minas Gerais. Após a conclusão dos

estudos e a elaboração de documentos justificando a relevância e a importância de conservação da área, pela Funatura, e da exposição de motivos preparada pelo recém formado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), foi criado o PNGSV (IBAMA/FUNATURA, 2003; Pádua, 2015; Funatura, 2016).

Assim, foi criado, pelo decreto nº 97.658, publicado no dia 12 de abril de 1989, o PNGSV, com os seus limites especificados e outras providências, como a desapropriação. Conforme o seu artigo 1º:

Fica criado, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com área estimada em 84.000ha (oitenta e quatro mil hectares), subordinado e integrante da estrutura básica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, autarquia federal vinculada ao Ministério do Interior (Brasil, 1989).

O *Boletim Funatura* Ano 2, Número 3 (Funatura, 1989), de junho de 1989, comemorou, na página central, com matéria especial, a criação da nova UC, estabelecida no coração do Cerrado:

Os cerrados ocupam 1/4 da área do Brasil, mas apenas 0,6% de sua área estava protegida por unidades de conservação. Isso até abril deste ano, pois com a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e do Parque Nacional Chapada dos Guimarães esta porcentagem cresceu um pouco mais. A criação do Parque Nacional Grande Sertão é um sonho antigo dos integrantes da FUNATURA - Fundação Pró-Natureza. Desde 1986, quando foi criada, a Fundação vem desenvolvendo estudos científicos visando o estabelecimento de uma unidade de conservação na região dos "gerais", ecossistema formado por veredas e chapadões de cerrados na margem esquerda do rio São Francisco. Segundo a Presidente da FUNATURA, Maria Tereza Jorge Pádua, os "gerais" constituem a última grande fronteira de ocupação humana do Brasil extra-amazônico. Região descrita com maestria por Guimarães Rosa, os "gerais" sempre foram tradicionalmente ocupados por pecuária extensiva em pastos naturais, com pequenas povoações e habitações isoladas ao longo das veredas ribeirinhas. "A conservação dessas áreas" ameaçadas, das veredas ribeirinhas, áreas ameaçadas pela expansão agrícola, tem um valor não apenas ecológico, mas também histórico e cultural", frisa Maria Tereza Jorge Pádua (Funatura, 1989).

Após a criação do PNGSV, a Funatura assumiu compromissos com a sua implementação e gestão. Em 1990, foi celebrado um primeiro convênio entre o IBAMA e a Funatura objetivando a implantação do PNGSV. A partir daí, o IBAMA deu início ao desenvolvimento das primeiras atividades e a Funatura, com a assinatura do convênio, buscou captar recursos para o processo de implementação. Em 1995, o IBAMA assinou um outro convênio (Termo de Cooperação Técnica) com a Funatura, com vigência até setembro de 2000. Tratava-se de uma parceria de cogestão do PNGSV. Em dezembro de 2002 foi assinado um novo Acordo de Cooperação Técnica, com validade de mais cinco anos, objetivando a continuação do apoio da Funatura na implementação e na gestão do PNGSV (IBAMA/ FUNATURA, 2003; Funatura, 2016).

Implementação do PNGSV

Com a delimitação da área do **PNGSV**, durante a sua criação e nos primeiros anos de gestão, foi necessária a mediação de um difícil processo de realocação de famílias de comunidades que ocupavam o que ficou sendo uma parcela da UC. Conduzido pela Funatura, esse processo gerou aprendizados institucionais que permanecem vivos na organização. Foi necessário o desenvolvimento de uma abordagem social aplicada ao território, com a participação da comunidade. Entre os anos de 1997 e 2014, a Funatura atuou intensamente no território, articulando ações de organização social, ações básicas de saúde, acesso à educação, gestão territorial, fortalecimento das cadeias produtivas e valorização das identidades culturais, que complementaram o trabalho de conservação ambiental ligado à criação do PNGSV como UC de proteção integral²¹. Um trabalho importante sobre o processo de criação e ampliação do Parque é o relatório elaborado em 2013, pelo então Superintendente Executivo e Coordenador Geral do Programa Grande Sertão Veredas da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo (Espírito Santo, 2013).

O contato com a comunidade que ocupava a área do PNGSV e o trabalho social desenvolvido contribuiu para o fortalecimento da Funatura, que consolidou uma abordagem capaz de enfrentar os desafios socioambientais, cada vez maiores, relacionados com o crescimento da importância dos componentes sociais e econômicos da conservação (Funatura, 1995). A realocação das famílias do PNGSV é um raro caso de sucesso, no qual, após a conclusão do processo e atualmente, pode ser confirmado um

²¹ Fernando Lima, engenheiro florestal e consultor técnico da Funatura. Entrevista realizada na Funatura por Pedro Bruzzi. Brasília, 17 de novembro de 2024; Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

alto índice de satisfação com o resultado²². O sucesso dessa complexa ação atribui-se à abordagem transversal e participativa adotada desde o início do contato com a comunidade, que participou das tomadas de decisão em todas as etapas do processo (Funatura, 2016)²³.

A comunidade de migrantes que habitava o interior do que veio a ser o PNGSV era formada por um grupo de posseiros. Eram trabalhadores rurais que cultivavam a terra sem possuírem a sua titulação definitiva, mas que tinham os comprovantes da compra de partes de antigas fazendas. O isolamento era tanto que foi somente na década de 1970 que o primeiro automóvel se aventurou pela região. As mudanças surgiram a partir da chegada, no ano de 1976, de imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, atraídos pelo Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (PADSA). Com a transferência da população dos antigos moradores do interior do PNGSV para o Assentamento São Francisco (ASF), os seus vínculos com as cidades de Chapada Gaúcha e Formoso, ambas no estado de Minas Gerais, e com os novos imigrantes gaúchos se ampliaram (Espírito Santo, 2013; Funatura, 2016).

A população que havia se estabelecido no atual PNGSV (Figura 1) foi identificada por Donald Pierson como veredeiros, em seu estudo *O Homem do Vale do São Francisco*, realizado nos anos 1950, para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) (Bomfim, 2006). Ao longo dos anos, os veredeiros estabeleceram um sistema produtivo baseado no manejo das veredas, das quais dependia a sua reprodução física e social. Havia, ainda, a criação de gado solto nas chapadas e o extrativismo de frutos, fibras e outros produtos do Cerrado. Cada família produzia o necessário para a sobrevivência imediata e para adquirir uns poucos produtos, principalmente sal, nas cidades de Januária e São Romão, em Minas Gerais (Queiroz et al., 2022).

²² “Os 30 anos do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e seus desafios”, reportagem de Marc Dourojeanni. *O Eco*, 16 de abril de 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/os-30-anos-do-parque-nacional-grande-sertao-veredas-e-seus-desafios/>

²³ Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Encarte do Jornal
Cerrado Vivo
Publicação da Funatura - Nº 8 - Julho/Agosto/Setembro - 2004

GOIÁS

MINAS GERAIS

BAHIA

MINAS GERAIS

MINAS GERAIS

PA

TO

PI

MT

DF

BA

GO

MG

ES

MS

SP

PR

Fonte

Funatura
Fundação para a Natureza

IBAMA
MMA

ESCALA

LEGENDA

- Área do parque
- Limites dos Estados
- Área Original
- Ampliação - Área I 83.364 ha
- Ampliação - Área II 146.200 ha
- Ampliação - Área III 140 ha
- Ampliação - Área IV 126 ha
- Ampliação - Área V 115 ha
- Ampliação - Área VI 274 ha
- Ampliação - Área VII 475 ha
- Área Total 230.671 ha

Os vereadores se estabeleceram como uma comunidade articulada por vínculos de parentesco e compadrio. Qualquer novo morador, com o passar do tempo, era incorporado, tornando-se “compadre” ou sendo admitido nas famílias pelo casamento, uma estratégia que possibilitava a inclusão social dos “estrangeiros” que adentravam o sertão. Tal característica permanece na comunidade do ASF, onde a totalidade de seus membros forma uma “coligação de famílias”, na qual todos se relacionam (Funatura, 2016, p. 40). O sistema produtivo das populações Vereadeiras é designado como um

sistema agroextrativista, por articular atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas em seu território (Queiroz et al., 2022, p. 52)²⁴.

De acordo com documentos técnicos da Funatura, durante a fase inicial, entre os anos de 1989 e 1996, foram desenvolvidas ações visando a proteção e a conscientização sobre a importância do PNGSV para a região e para o País (Funatura, 1990-1997)²⁵. No que se refere à questão fundiária, alertava-se para o fato da lei não permitir a presença humana residindo e explorando áreas de parques nacionais, sendo necessária a realocação a partir do momento em que o IBAMA procedesse com as indenizações devidas (Funatura, 1995).

Durante os anos de 1997 e 1998, a partir da realização de reuniões comunitárias e visitas domiciliares, se buscou uma solução para a realocação. Foi possível amadurecer uma ideia, construída com a participação das comunidades moradoras do PNGSV, capaz de indicar uma solução para resolver a situação fundiária. De acordo com o levantamento socioeconômico, os resultados entre posseiros e pequenos proprietários foi o seguinte: a) Posseiros: 92% aceitavam ser realocados para área próxima, com condições semelhantes às que viviam dentro do PNGSV; 5% pretendiam ser indenizados; 3% não tinham posição firmada; b) Pequenos Proprietários (< 100 hectares): 62% aceitavam ser realocados para área próxima, com condições semelhantes às que viviam dentro do PNGSV; 38% queriam ser indenizados (Espírito Santo, 2013).

A Funatura trabalhou na articulação com os órgãos federais - o Ministério do Meio Ambiente, a presidência do IBAMA, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o INCRA. A partir da conciliação entre os anseios da comunidade com as questões técnicas e políticas, considerando um conjunto de questões sociais, ambientais e econômicas, foi possível amadurecer um encaminhamento para resolver a questão por intermédio do Programa Nacional de Reforma Agrária. Foram realizadas cerca de dez visitas a fazendas da região, feitas por técnicos da Funatura e do IBAMA, acompanhados por membros das comunidades, para identificação de áreas para realocação. A escolha preliminar recaiu sobre três fazendas que seriam objeto de sondagens com os

²⁴ “Veredeiros”. Pesquisa realizada por Breno Trindade da Silva e Bruno Neris Basto. Museu Vivo dos povos tradicionais – MG. Disponível em: <https://museuvivodospovosmg.com.br/povo/veredeiros/>

²⁵ Tais informações podem ser consultadas nos relatórios referentes à “Prestação anual de contas”, da Funatura, entre 1990-1997.

proprietários. Para tanto, foram considerados os seguintes aspectos: a) condições semelhantes às que os posseiros viviam em termos de água, solos, paisagem; b) proximidade do PNGSV; c) localizar-se, preferencialmente, no município de Formoso, pois era desejo da maioria continuar a ter o vínculo com aquela cidade²⁶.

Em 1999, foram realizadas reuniões comunitárias e visitas domiciliares; análise da documentação das fazendas pelo INCRA; e vistoria técnica pelo INCRA. Foram vistoriadas: a) Fazenda São Francisco (antiga Gentio) – 4.200 hectares – município de Formoso; b) Fazenda São Francisco – 2.200 hectares – município de Formoso; e c) Fazenda Arapuá – município de Arinos. Além destas fazendas, a equipe do INCRA visitou algumas posses situadas dentro do PNGSV, para conhecer as condições em que viviam as famílias das comunidades locais. De acordo com a avaliação do INCRA, as duas fazendas São Francisco apresentavam as condições para receber as famílias do PNGSV, uma vez que detinham características que poderiam ser consideradas melhores do que às condições em que viviam no PNGSV. A chefe da equipe do INCRA disse que recomendaria em seu relatório, desde que a comunidade estivesse de acordo, a desapropriação das duas fazendas São Francisco, por se tratar de áreas contíguas e com características complementares entre si. A fazenda menor possuía terras melhores para cultura, enquanto a fazenda maior apresentava mais aptidão para criação de gado. Ambas tinham bastante água, relevo plano e estavam próximas à estrada que liga à sede do município de Formoso. Este último aspecto se constituía em uma vantagem importante, pois uma das maiores dificuldades para as famílias que viviam no PNGSV era justamente o deslocamento para a cidade, tanto em função da distância, como pelas próprias condições das vias que ligavam à estrada que vai até Formoso, Arinos ou Chapada Gaúcha (Espírito Santo, 2013).

Houve intenso debate entre a comunidade e os técnicos do INCRA que participaram da vistoria, em caráter educativo, sobre o que representava ingressar em um Projeto de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária: o que era necessário, o perfil do assentado, as formas de assentamento (individual, misto e coletivo), forma e prazos de pagamento, benefícios, riscos, dificuldades²⁷.

²⁶ Fernando Lima. Entrevista, 2024.

²⁷ Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2005.

A elaboração do relatório de vistoria, recomendando a desapropriação das fazendas e a análise interna no INCRA, foi realizada em 2000, assim como o envio de correspondência do INCRA à comunidade do PNGSV para manifestação sobre a concordância com a desapropriação. Também no ano 2000 foi realizada uma reunião da comunidade e endossada a manifestação favorável à desapropriação (Espírito Santo, 2013). Em novembro, finalmente, as fazendas foram declaradas de interesse social, para fins de reforma agrária, pelo decreto de 10/11/2000, publicado no Diário Oficial da União de 13/11/2000 (Brasil, 2000).

Em 2001 o INCRA realizou entrevistas com os interessados em ir para o ASF, ou seja, aqueles que já tinham feito o pré-cadastro através do Correio. Em junho de 2001, o INCRA teve a emissão de posse das Fazendas em seu nome. O fato de terem sido as fazendas desapropriadas pelo INCRA, no município de Formoso, para fins de reforma agrária, provocou uma grande movimentação por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, reivindicando a sua ocupação por filiados. No entanto, as fazendas haviam sido desapropriadas com o objetivo primordial de reassentar os posseiros moradores do PNGSV. Acontece que, como a comunidade que vivia no PNGSV em regime de posse não estava devidamente organizada, abriu-se espaço para outros interessados pleitearem lotes, fato que levou várias pessoas de Formoso a montarem barracas em uma das fazendas. Em função disso, a comunidade do PNGSV passou a agir de forma mais organizada e também marcou presença na fazenda. Foi necessária uma articulação junto ao INCRA, em Brasília, para fazer valer, como prioridade, o direito dos posseiros moradores do PNGSV. Para tanto, foi realizada uma reunião da equipe da Funatura com a presidência do INCRA²⁸.

Tal situação chegou a gerar um conflito entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso e a comunidade do PNGSV. Após um intenso debate, chegou-se aos seguintes consensos:

1. As pessoas do PNGSV teriam prioridade de assentamento;
2. A Fazenda São Francisco atenderia somente as pessoas do PNGSV;
3. As famílias do PNGSV que preferirem a Fazenda Gentio também terão prioridade;

²⁸ Fernando Lima. Entrevista, 2004; Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2005.

4. Após todas as famílias do PNGSV estarem assentadas, seriam atendidas as famílias cadastradas no Sindicato, desde que cumprissem os critérios adotados pelo INCRA para o Programa de Reforma Agrária;
5. O Assentamento atenderia, no máximo, 120 famílias;
6. A forma de assentamento (PDS ou PA) seria definido posteriormente, após a divulgação, pelo INCRA, da Relação de Beneficiários (RB) e com os devidos esclarecimentos sobre ambas as modalidades, prestados pelo INCRA.

Em 2001, também ocorreu a indenização das benfeitorias dos posseiros moradores do PNGSV, que se dispuseram a ir para o ASF. Em março de 2002, a Funatura apoiou a criação da Associação Rural Sertão Veredas (ARSEV), com a participação da comunidade, do INCRA, do IBAMA e do STR de Formoso. Foi elaborado, com a participação dos assentados, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco (PDA) e as famílias passaram a reestruturar as suas vidas, organizando suas moradias, a produção de alimentos e as ações sociais e coletivas. O INCRA estabeleceu convênio com a Universidade de Brasília, por intermédio do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, vinculado ao Decanato de Extensão, para a elaboração do PDA, exigência legal para o início de todos os projetos de assentamentos de responsabilidade do INCRA (Funatura, 2016).

Em julho de 2001, ocorreu uma reunião da ARSEV e da Funatura com o então presidente do IBAMA, Rômulo José Fernandes B. Melo. Na ocasião, foi discutida a necessidade do envolvimento do IBAMA na resolução do impasse sobre a questão do reassentamento dos posseiros moradores do PNGSV, já que até aquele momento ainda havia uma forte pressão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso junto ao INCRA para que o assentamento atendesse comunidades de fora do PNGSV. A ARSEV também se reuniu com o Superintendente Regional do INCRA, para garantir a prioridade de atendimento à comunidade do PNGSV e definir oficialmente em 90 o número máximo de famílias a serem assentadas (Espírito Santo, 2013).

Em setembro de 2001, foi realizada, na Escola Agrotécnica de Unaí, uma reunião que envolveu representantes do INCRA, FETAEMG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, ASERV, IBAMA, Funatura e os coordenadores da elaboração do PDA (UnB e UFV). O intuito era chegar a um consenso definitivo sobre a questão da Relação dos Beneficiários do Assentamento. A reunião, bastante tensa, teve como resultado a

formação de uma comissão para, nos dias seguintes, em visita ao ASF, chegar-se a uma conclusão (Espírito Santo, 2013)²⁹.

Nos dias 14 e 15 de setembro de 2001, a referida Comissão chegou a um consenso, tendo sido, finalmente, acordado quem iria ser beneficiário do Projeto de Assentamento. Se chegou à definição do número máximo de 90 famílias no ASF. A comunidade do PNGSV teve as suas reivindicações contempladas, ou seja, todas as famílias do PNGSV que tinham interesse foram atendidas (80 famílias) e 10 famílias restantes foram indicadas pelo Sindicato, porém essas últimas deveriam ter a concordância da ASERV, que representa as famílias do PNGSV que foram para o ASF. A elaboração do PDA ficou a cargo da UnB/UFV, com apoio da Funatura e do MMA (IBAMA/FUNATURA, 2003; Espírito Santo, 2013).

Alguns pontos merecem destaque no Projeto de Assentamento. A estrutura e organização da comunidade oriunda do PNGSV foi mantida. Procurou-se garantir, no ASF, que os laços de família, de compadrio, de vizinhança fossem continuados. Ou seja, as situações encontradas no PNGSV foram respeitadas e reproduzidas no ASF. Essa sempre foi uma preocupação, desde as primeiras conversas e reuniões sobre o Projeto de Realocação. Foi interessante verificar que, no momento da definição de quem iria ficar com que lotes, baseado em mapa elaborado com a participação da comunidade, chegou-se a um amplo consenso de arranjo, não sendo necessário haver nenhum tipo de sorteio. Fato relevante foi a realização de festas no Assentamento, como a folia de reis, no início do ano de 2003, e da confraternização de final do ano de 2002, que demonstraram a integração da comunidade e o desejo de que o ASF alcançasse sucesso³⁰. Outro fator importante diz respeito ao fortalecimento da organização comunitária, da ASERV. Em setembro de 2003, ocorreu a assinatura dos contratos com os assentados (Espírito Santo, 2013, p. 22).

Terminava assim, com participação decisiva da Funatura, o bem sucedido processo de realocação das famílias que viviam no interior do PNGSV. Acrescente-se que após o processo de realocação, a Funatura continuou por mais dez anos, até 2013, com o apoio ao ASF, na implementação de ações e projetos visando a sua consolidação.

²⁹ Fernando Lima. Entrevista, 2024.

³⁰ Fernando Lima. Entrevista, 2024; Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

Saúde e Meio Ambiente

A Funatura iniciou, em 1997, o projeto Saúde e Meio Ambiente, no entorno do PNGSV. Tratava-se de um projeto inovador, pois a proposta era unir o trabalho na área de saúde com meio ambiente. Para tanto, foi necessária a contratação de um profissional com perfil de agente de saúde local. A Funatura teve a sorte de identificar a auxiliar de enfermagem Lucelena Jesus da Silva, nascida no meio rural, que conhecia o perfil do público-alvo do projeto e possuía larga experiência, adquirida no hospital de São Francisco, localizado na região. O trabalho demandava grandes deslocamentos de automóvel, em lombo do burro ou mesmo a pé. Lucelena, sempre bem-disposta, muitas vezes, levantava-se no meio da madrugada para realizar algum atendimento em locais distantes e enfrentava horas de viagem. Ela ganhou a confiança da comunidade e obteve resultados expressivos³¹.

Foram registrados diversos compromissos: nas escolas, em reuniões comunitárias, visitas domiciliares, mutirões da saúde, capacitações de membros das comunidades e profissionais de saúde e vacinações. Lucelena desempenhou um papel destacado no repasse de informações sobre destinação adequada do lixo, prevenção contra doenças transmitidas por falta de saneamento, filtragem da água, higiene corporal e bucal, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar. Pessoas que jamais tiveram acesso a tais informações foram atendidas. Algumas mulheres nunca haviam se submetido a um exame ginecológico, ou sabiam o que era um preservativo ou métodos de prevenção de natalidade. A comunidade não tinha acesso a saúde bucal. Havia crianças mal nutridas e gestantes sem qualquer tipo de acompanhamento pré-natal. Também foram identificadas pessoas com hanseníase (doença vulgarmente conhecida como lepra), o que era um estigma para a comunidade (Espírito Santo, 2013; Funatura, 2016, pp. 46 e 47).

Quando Lucelena iniciou o seu trabalho, havia sete portadores de hanseníase na região do PNGSV, sendo dois em estágio avançado e com perigo de transmissão da doença. Esses doentes haviam iniciado o tratamento em outras oportunidades, mas a dificuldade de retirar o medicamento no Posto de Saúde da cidade de Chapada Gaúcha

³¹ Fernando Lima. Entrevista, 2024; Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

fazia com que o tratamento fosse interrompido. Para se curar, o doente precisa tomar o remédio, mensalmente, por um período de dois anos, sem interrupções. Foi o que o projeto desenvolvido pela Funatura proporcionou àquelas comunidades, com a importante colaboração da auxiliar de enfermagem (Funatura, 2016, p. 46).

Durante dois anos, todos os meses, Lucelena pegava os medicamentos no posto de saúde e os levava aos doentes que tomavam os comprimidos na sua frente. Os portadores de hanseníase ficaram curados. No caso mais grave, uma pessoa que estava totalmente alijada da família e da sociedade ficou curada, com algumas sequelas, mas curada. O projeto ainda garantiu a obtenção de documentos para a aposentadoria, o que possibilitou, a partir daquele momento, a sua reintegração ao convívio familiar e social, como um cidadão pleno, curado e com aposentadoria (Funatura, 2016, p. 47).

Cesar Victor do Espírito Santo, na época Superintendente Executivo da Funatura, deu o seguinte depoimento sobre o trabalho desenvolvido por Lucelena:

Um belo dia, transitando pela estrada próxima a sua casa – eu, Lucelena e Ernane – nos deparamos com ele aguardando no ponto de ônibus, para ir à cidade pegar a sua aposentadoria, fazer umas “comprinhas” e até dar uma “namoradinha”. Foi, realmente, muito emocionante. O trabalho que coordenou proporcionou a cura das pessoas e evitou que outras fossem contaminadas. Sobre a aposentadoria, o Projeto Saúde e Meio Ambiente, tendo Lucelena à frente, e com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujo presidente era o Mundinho, proporcionou, ainda, a aposentadoria de 34 pessoas, ou seja, 34 famílias diferentes que passaram a receber um salário-mínimo mensal³².

Após o término do Projeto, já no ano 2000, Lucelena foi contratada pela Prefeitura Municipal da Chapada Gaúcha. Ela continuou se dedicando intensamente ao seu trabalho. É difícil encontrar pessoas no entorno do PNGSV que nunca tenham sido atendidas por ela. Nos encontros dos povos do Grande Sertão Veredas, Lucelena ainda se ocupava da preparação das refeições, servidas a mais de mil pessoas.

³² Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

Ampliação do PNGSV

Em documento técnico e político encabeçado pela Funatura, de maio de 2004, denominado “Manifesto da Sociedade Civil em Favor da Ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas”, assinado por 120 organizações da sociedade civil e movimentos sociais, foram alinhavados os principais argumentos para a ampliação do PNGSV (Manifesto, 2004).

O manifesto fortalecia os setores do Governo Federal que apoiavam a proposta de ampliação do PNGSV. Ele vinha ao encontro do que determinava a Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18/07/2000), ou seja, de que a criação de uma UC deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública. Ao longo do ano de 2002, o IBAMA realizou os levantamentos que justificavam a proposta de ampliação. Estes estudos foram embasados em anos de pesquisas desenvolvidas na região, que indicavam a necessidade de proteção da área proposta para ampliação, devido a sua importância biológica extremamente alta e ao fato de funcionar como um reservatório de recursos hídricos, de englobar áreas de recarga de aquíferos, mananciais e nascentes de importantes cursos d'água que desaguam no rio São Francisco. Contava, também, o ótimo grau de conservação da área (Manifesto, 2004; Espírito Santo, 2013).

A área proposta para a ampliação do PNGSV se caracterizava pela existência de grandes fazendas improdutivas e com solos pobres. O documento afirmava que se tratavam de áreas praticamente sem a presença humana e relativamente baratas (Manifesto, 2004). Este fato contribuiu com a redução dos custos de desapropriação, que seriam cobertos com recursos de compensação ambiental, conforme informado pelo IBAMA. Ainda assim, a situação fundiária não foi solucionada com a finalização dos processos de indenização das fazendas. De forma geral, essa é uma situação que fragiliza diversas UCs no Brasil. Estima-se que aproximadamente metade das terras das UCs sejam regularizadas. A ampliação do PNGSV incorporou cerca de 120 mil hectares na Bahia (município de Côcos) e 30 mil hectares em Minas Gerais (municípios de Formoso e da Chapada Gaúcha). Com a ampliação, o Parque passou a ter 231 mil hectares (Funatura, 2016).

Com a consulta pública, em 2003, o IBAMA deu sequência ao processo de ampliação, objetivando ouvir a população local e demais interessados. Foram realizadas, no dia 31 de maio e 1º de junho, duas audiências públicas, uma no município de Côcos e a outra no município de Formoso, com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais e cidadãos em geral. Em Côcos não houve uma única objeção. Em Formoso, apenas dois fazendeiros manifestaram-se contrários. Houve várias manifestações favoráveis, inclusive de fazendeiros atingidos³³.

Posteriormente, o Governador da Bahia manifestou-se contrariamente à ampliação, alegando a existência de diversas áreas antropizadas e de empreendimentos agroindustriais na região. Com referência às áreas antropizadas, os estudos apontaram justamente o contrário, ou seja, a área apresentava excelente estado de conservação. No que se refere aos empreendimentos agroindustriais, os mais próximos estavam a cerca de oito quilômetros do limite proposto.

O manifesto encabeçado pela Funatura argumentava que o desenvolvimento de uma região não deveria estar pautado exclusivamente na questão econômica, ainda mais considerando as formas convencionais sugeridas pelo Governo da Bahia, com base na expansão da fronteira agrícola e na agroindústria. O documento indicava abordagens alternativas para o desenvolvimento regional e o uso da terra, agregando atributos que possibilitassem um desenvolvimento sustentável, no qual seria assegurada a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, com a geração de emprego e renda no entorno do PNGSV, por meio de atividades ligadas ao ecoturismo, extrativismo racional de produtos do Cerrado, agricultura orgânica e valorização da cultura das comunidades locais (Manifesto, 2004).

De acordo com nota elaborada pela Funatura, em 12 de fevereiro de 2004 (Funatura, 2004a), uma operação de fiscalização do IBAMA constatou várias irregularidades na Fazenda Fabiana, de propriedade de Wladimir Ressel. Esta fazenda, além de encontrar-se no centro da área a ser ampliada, foi definida pelo plano de manejo do PNGSV (aprovado oficialmente pelo IBAMA - DOU de 09/12/2003) como zona de amortecimento e corredor ecológico. Portanto, qualquer atividade a ser desenvolvida naquela área precisaria ter a anuência do IBAMA. Durante a operação o fazendeiro foi

³³ Fernando Lima. Entrevista, 2024; Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2025.

flagrado abrindo estradas em áreas de veredas, construindo ponte com base de concreto, desmatando fitofisionomias do bioma Cerrado (cerca de 1.400 hectares), produzindo carvão, sem qualquer licenciamento. Na operação do IBAMA, todas estas irregularidades foram detectadas e foram expedidas multas e embargada a obra da ponte. O técnico do IBAMA disse que, ao passar próximo à Fazenda Fabiana, escutou barulho de máquinas trabalhando, o que indicava que o fazendeiro continuava com atividades após a operação do IBAMA.

Na mesma nota elaborada pela Funatura, em 12 de fevereiro de 2004 (Funatura, 2004a) é aludido que na abertura da Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2003, o Presidente Lula mencionou em seu discurso:

(...) é preciso marcar a extensão do Parque Grande Sertão Veredas, mas o governo não vai cometer o erro de, a partir de seu gabinete em Brasília, fazer um decreto. Não, nós vamos fazer a transversalidade da discussão. A Ministra Marina e a sua equipe vão ter que se sentar com os outros ministros, com o governador, com os trabalhadores, com os empresários e encontrar a solução adequada...” (Funatura, 2004a).

Em dezembro de 2003, foi encaminhado ao Presidente da República um abaixo-assinado em apoio a ampliação do PNGSV, feito durante a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente, com mais de 600 assinaturas. Seguindo a orientação do Presidente da República, o MMA recebeu uma comissão de representantes de diversas entidades do município de Côcos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher, Congregação Franciscana, Cáritas Diocesana de Bom Jesus da Lapa, Igreja Presbiteriana, Associação de Moradores de Bairros, Comitê Gestor do Fome Zero, Associações de Produtores Rurais, Movimento de Atingidos por Barragens, Conselhos Municipais, ONG Vida Verde e Loja Maçônica), que manifestou apoio à ampliação do PNGSV e grande preocupação com a devastação ambiental na região. Posteriormente, os representantes do MMA estiveram em audiência com o Governador da Bahia, que não mudou muito a sua posição anterior, ou seja, apesar de concordar com a necessidade de proteção da região, entendia que ela tinha potenciais para a expansão da fronteira agrícola no oeste baiano. De fato, o lento processo de discussões estava criando oportunidade e ameaças para que áreas localizadas na região de ampliação do PNGSV fossem objeto de desmatamentos, produção de carvão, abertura de estradas,

dentre outras atividades impactantes, visando criar fatos na tentativa de justificar a utilização da área para impedir a ampliação. Não havia mais motivos que justificassem a não ampliação do PNGSV. O processo desenvolvido pelo IBAMA e MMA, de estudos e consultas, cumpriu todas as exigências legais. Os contatos determinados pelo Presidente da República foram feitos. Os únicos segmentos contrários eram alguns fazendeiros e setores do Governo da Bahia, ligados às atividades produtivas. Os demais segmentos da sociedade eram totalmente favoráveis a ampliação do PNGSV - o MMA, o IBAMA, as ONGs, a prefeitura de Côcos, os trabalhadores rurais de Côcos, os produtores rurais de Côcos, a igreja católica, a igreja presbiteriana, as pastorais, dentre outros (Manifesto, 2004).

Em face de todas estas questões, o manifesto liderado pela Funatura finalizava afirmando a perda irreparável que seria para o Cerrado e para o País, caso o PNGSV não fosse ampliado. Por fim, o Decreto da Presidência da República, de 21 de maio de 2004, ampliou a área do PNGSV (Brasil, 2004). Tanto na criação, como no processo de ampliação do PNGSV, a Funatura exerceu uma constante ação de *advocacy* e apoio técnico, com comprovado sucesso.

Encontros dos Povos

A Funatura idealizou e ajudou a promover, ao longo dos anos, desde 2002, quando foi realizado o primeiro Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, na Chapada Gaúcha (MG), localidade em que se encontra a base do PNGSV, encontros de povos. O objetivo era o de valorizar a história e a identidade cultural de povos que habitam o bioma Cerrado. Cesar Víctor do Espírito Santo escreveu uma matéria para o site da Funatura destacando a importância dos encontros de povos para o desenvolvimento do trabalho de conservação, valorização cultural e desenvolvimento sustentável do território³⁴.

A atuação da Funatura, ao longo dos anos, expandiu-se consideravelmente da proteção e conservação do patrimônio natural para ações relacionadas com a proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, brasileiro. Dentre os mais importantes projetos de caráter participativo, voltados para a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado e a valorização de tradições culturais envolvendo comunidades locais, destacam-se

³⁴ “XXI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas”, por Cesar Victor do Espírito Santo. *Funatura*, 20 de julho de 2023. Disponível em: <https://funatura.org.br/xxi-encontro-dos-povos-do-grande-sertao-veredas/>

aqueles desenvolvidos nos estados de Minas Gerais e Goiás, em especial nas áreas de entorno do PNGSV e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

No início dos anos 2000, a Funatura iniciou articulações com organizações parceiras para promover encontros que envolvessem as comunidades residentes nas áreas de influência desses dois grandes parques nacionais. Tratava-se de reforçar a importância da participação das comunidades, uma vez que a conservação de áreas protegidas depende, em grande medida, delas. Esses encontros seriam destinados ao fortalecimento do intercâmbio entre as populações locais, para preservar e fortalecer a cultura, estimular a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, valorizar a participação comunitária, além de apoiar a formação de RPPNs (Funatura, 2016).

Para o sucesso da realização dos eventos, houve grande mobilização e aproximação direta com pessoas das comunidades. Foram estabelecidas parcerias com as prefeituras municipais, escolas, sindicatos, ONGs e órgãos dos governos federais, estaduais e municipais. No primeiro momento, ocorreram reuniões nos municípios de Alto Paraíso, São João D'Aliança, Cavalcante e Colinas do Sul (GO) e Chapada Gaúcha e Formoso (MG). Em todos os municípios, foram aplicadas as mesmas metodologias para a realização dos eventos, com adaptações e alterações necessárias às realidades locais³⁵.

Para valorizar as expressões culturais, a Funatura promoveu a realização de intervenções teatrais e contações de histórias, além de outras atividades lúdicas, visando estimular a participação de indivíduos de todas as idades. Durante as reuniões de preparação dos encontros de povos, abertas ao público em geral, era feita a divulgação dos objetivos e da importância da participação das comunidades. Para facilitar a organização, formavam-se comissões de trabalho, cabendo a cada uma as atribuições específicas de acordo com as habilidades das pessoas envolvidas (Funatura, 2016).

Após mais de uma década do início dos encontros, houve o aumento do número de proprietários de terras interessados na criação e implementação de RPPNs e foi discutida a possibilidade de criação de outras categorias de UCs nas áreas de influência dos parques nacionais. Vale destacar a criação da primeira Reserva de Desenvolvimento

³⁵ Fernando Lima. Entrevista, 2024.

Sustentável (RDS) do bioma Cerrado, a RDS Estadual Veredas do Acari. A Funatura foi a entidade que, na ocasião, propôs esta categoria como a mais adequada para o caso em questão (Espírito Santo, 2013, p. 40).

Entre os aspectos positivos dos encontros dos povos está a formação de uma consciência ambientalista, principalmente entre os alunos e professores de escolas de ensino fundamental e médio das comunidades envolvidas, além da compreensão da cultura como instrumento de valorização e afirmação da autoestima dessas comunidades. Atualmente, os encontros são reconhecidos pelo fortalecimento dos laços de solidariedade e muitos se consolidaram como eventos oficiais que reúnem arte, cultura e meio ambiente. As avaliações indicam que as iniciativas datadas do final da década de 1990 se transformaram em instrumentos de grande importância no processo de mobilização social e de estabelecimento de RPPNs. O resultado é o crescimento da credibilidade, confiança e visibilidade da Funatura, além do fortalecimento e formação de novas parcerias institucionais e comunitárias em uma extensa área do bioma Cerrado.

O primeiro Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, como vimos, ocorreu em 2002. Até o ano de 2024, foram realizadas 22 edições do evento, que têm sido fundamentais para a mobilização social, promovendo o intercâmbio cultural e a conservação da biodiversidade no bioma Cerrado. A cada ano, o Encontro dos Povos do Grande Sertão acontece na cidade de Chapada Gaúcha. A Prefeitura Municipal, a Agência de Desenvolvimento Local e Integrado, o Instituto Rosa e Sertão e a Escola Municipal Moacir Cândido têm promovido o encontro em parceria com a Funatura e outras instituições locais, regionais e nacionais (Funatura, 2016).

Os encontros reúnem milhares de pessoas que participam das atividades e assistem às apresentações da Folia de Reis e da Dança de São Gonçalo, com apresentações de sussa, catira, manzuá, dança de roda, moda de viola e dança gaúcha. Artesãos e fiandeiras vendem produtos tradicionais do sertão, as escolas organizam exposições e apresentações de seus alunos, como o Corredor da História, que reúne fotografias, documentos antigos e históricos, objetos e informações sobre a região. Debates e mesas redondas despertam o interesse sobre a conservação da biodiversidade brasileira.

Três importantes comemorações marcaram três dos encontros realizados: em 2006, foram comemorados os 50 anos do livro *Grande Sertão: Veredas*; em 2008, foi a

vez do centenário de nascimento de João Guimarães Rosa; e em 2009, houve a elaboração de uma programação especial em decorrência dos 20 anos de criação do PNGSV (Funatura, 2016). Ao longo dos anos, Chapada Gaúcha se consolidou como sede de uma das mais importantes festas realizadas no sertão de Minas Gerais, o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas.

Na área de influência do PNCV, em Goiás, a Funatura apoiou os Encontros dos Povos da Chapada dos Veadeiros, realizados entre 2003 e 2006, nas cidades de Cavalcante, Colinas do Sul, São João D’Aliança, Alto Paraíso e Teresina de Goiás. A programação incluía mesas redondas e debates sobre aspectos culturais e ambientais da região, além das possibilidades de desenvolvimento, abordando questões específicas, como RPPNs, ecoturismo, comunicação entre as comunidades e municípios (estradas, telecomunicação etc.) e artesanato. Grupos locais e de municípios vizinhos realizavam números musicais, danças, teatro, e apresentações da Festa Caçada da Rainha (de Colinas do Sul) e do Congo (de Niquelândia). Contadores de histórias reuniam crianças e adultos para ouvi-los e os alunos das escolas locais organizavam a exposição Corredor da História, do mesmo modo como era feito na Chapada Gaúcha (MG) (Funatura, 2016).

Realizado pela Prefeitura Municipal de Formoso (MG) e a Funatura, o Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente aconteceu em 2003, 2009 e 2011. Para valorizar a cultura tradicional dos povos da região do PNGSV, foram organizadas apresentações e manifestações culturais diversas, feiras de produtos do Cerrado, exposições de artesanato, além de mesas redondas onde foram debatidos temas importantes para o desenvolvimento sustentável regional. Dois pontos altos desse encontro foram a Feira de Talentos e Produtos (com *stands* repletos de doces, compotas, comidas e bebidas típicas, artesanato em palha de buriti, móveis rústicos, sementes, entre outros produtos) e a Casa das RPPNs (*stand* montado pela Funatura, onde técnicos forneciam informações e orientações sobre a criação de RPPNs) (Funatura, 2016)³⁶.

O primeiro Encontro e Feira dos Povos do Cerrado foi realizado em Goiânia (GO), em 2001, e desde então, além de Goiânia, ocorreram encontros em Montes Claros (MG) e Brasília (DF), organizados pela Rede Cerrado. São encontros nacionais que têm sido realizados a cada três anos. A Funatura participou do lançamento desse evento e continua

³⁶ Fernando Lima. Entrevista, 2024.

como uma das organizações apoiadoras. Consolidado como um espaço para troca de experiências relacionadas com a conservação do bioma Cerrado e a promoção de meios de vida sustentáveis, o Encontro e Feira dos Povos do Cerrado reúne lideranças vindas de várias regiões onde há Cerrado (Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, São Paulo e Bahia), gestores públicos, representantes de organizações ambientalistas, e pesquisadores e estudantes.

Reconhecimento do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (MSVP) e o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC)

O documento que celebrou os 30 Anos da Funatura, em 2016, constatou que a criação do PNGSV, em abril de 1989, abriu caminho para que os governos federal e de Minas Gerais destinassem outras áreas para a implantação de UCs em um grande território do noroeste mineiro, pouco povoado e com a área de Cerrado mais conservada do estado. A região foi classificada como área de extrema importância biológica, na qual se encontravam diversas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e da flora. Nela há também um alto grau de riqueza de recursos hídricos: mais de 20% da água que abastece o rio São Francisco é oriunda de rios existentes na região (Funatura, 2016, p. 48).

Com o lançamento do Edital Nº 01/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), “Mosaico de Áreas Protegidas: Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista” (MMA, 2005), a Funatura propôs o Projeto Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP), em parceria com o IBAMA e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de Minas Gerais e outras entidades. Com a aprovação do projeto no ano seguinte esse conjunto de instituições, entidades e lideranças locais atuou para criar as condições de conservação da região de forma integrada.

O conceito de mosaico era considerado recente, definido pela Lei do SNUC da seguinte forma:

(...) quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos

objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (Brasil, 2000).

O primeiro mosaico a ser reconhecido foi o de Capivara-Confusões, em 2005, no Piauí. Até o reconhecimento do MSVP, outros quatro foram reconhecidos, como apresentado na tabela a seguir (Tabela 2), que foi atualizada a partir do artigo publicado por Melo e Irving (2014).

Tabela 2 Mosaicos do Brasil

NOME	ANO	ESTADO(S)	Nº UC
Mosaico Capivara-Confusões	2005	PI	2
Mosaico Central Fluminense	2006	RJ	29
Mosaico Bocaina	2006	RJ/SP	7
Mosaico da Mantiqueira	2006	RJ/SP/MG	17
Mosaico Lagamar	2006	SP/PR	31
Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu	2009	MG	12
Mosaico do Baixo Rio Negro	2010	AM	10
Mosaico do Espinhaço	2010	MG	10
Mosaico Mico-Leão-Dourado	2010	RJ	8
Mosaico Extremo Sul da Bahia	2010	BA	12
Mosaico Foz do Rio Doce	2010	ES	7
Mosaico Carioca	2011	RJ	22
Mosaico da Amazônia Meridional	2011	AM/MT/RO	40
Mosaico Quadrilátero Ferrífero	2019	MG	26

Fonte: Melo e Irving (2014).

O MSVP foi oficialmente reconhecido pelo MMA, por meio da Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009, que também instituiu o seu Conselho Consultivo, constituído pelos representantes de 45 entidades governamentais e não governamentais³⁷. O MSVP é formado por 12 UCs e uma reserva indígena, praticamente contíguas entre si, e localizadas em 11 municípios do noroeste de Minas Gerais e no município de Cocos, no

³⁷ Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_serto_veredas_240.pdf

sudoeste da Bahia, em região banhada pelo rio São Francisco e afluentes da sua margem esquerda³⁸.

A introdução dessa modalidade de gestão de UCs, nos sertões de Minas Gerais e da Bahia, surgiu em consequência das ações desenvolvidas no PNGSV e no seu entorno, desde 1989, pela Funatura. Várias outras UCs estaduais e federais foram criadas, ao longo dos anos, no território do Mosaico. Em sua primeira fase de execução, respondendo ao que estabelecia o Edital nº 01/2005 do FNMA/MMA, a Funatura elaborou um Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC), de forma participativa, priorizando o turismo ecocultural, o extrativismo sustentável e a gestão integrada das UCs do MSVP.

A primeira versão do PDTBC foi publicada em janeiro de 2008, para um período de duração de cinco anos (Funatura, 2008). O objetivo geral era o de “promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu”. Os objetivos específicos eram:

- Promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu;
- Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação;
- Promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais.

Em 2011, o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), lançou um edital para a implementação de ações previstas no PDTBC. Todos os objetivos foram atingidos e o projeto, após o seu término, começou a ter vida própria. Para a Funatura, o conjunto de

³⁸ Site do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Disponível em: <https://mosaicospvp.com.br/o-mosaico/>

experiências e os seus resultados positivos tornou possível a sua replicação em outros territórios, por meio de políticas socioambientais (Funatura, 2016).

O estudo publicado pelo WWF-Brasil, em 2015, denominado “Gestão integrada das áreas protegidas: uma análise da efetividade de mosaicos” (Herrmann e Costa, 2015) apontou o MSVP como aquele que apresenta a maior efetividade entre os mosaicos avaliados, com 80% dos seus indicadores considerados efetivos. Este mosaico se destaca em relação aos outros que foram avaliados — Mosaico Central Fluminense, Mosaico Baixo Rio Negro e Mosaico da Amazônia Meridional — que apresentaram efetividades de 72%, 63% e 46%, respectivamente. Foram apontados como fatores que contribuem para a alta efetividade do MSVP a mobilização prévia dos atores, a existência de uma secretaria executiva e o aporte de recursos para implementação das ações planejadas (Herrmann e Costa, 2015, p. 70). A abordagem integrada e participativa adotada pelo MSVP tem sido eficaz em promover a gestão territorial, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Assim, o MSVP serve como modelo de referência, destacando a importância de estratégias bem definidas e a colaboração entre diferentes setores para alcançar objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável.

Atualização do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC)

Após dez anos de esforços conjuntos, que envolveram gestores de áreas protegidas dos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, produtores rurais, extrativistas, comunidades tradicionais e povos indígenas, operadores de turismo, representantes do poder público, dentre outros, o MSVP, em dezembro de 2019, passou para uma nova fase, que visava a consolidação e ampliação de suas ações de conservação e uso sustentável do bioma Cerrado. Como consequência disso, o PDTBC do MSVP, com apoio do Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF), foi revisado e atualizado, com efetiva participação social (Funatura/ CEPF, 2019).

O novo PDTBC previa a ampliação da área de abrangência para cerca de quatro milhões de hectares e investimentos da ordem de 20 milhões de dólares nos próximos 12 anos, até 2032, coincidindo com a Agenda 2030 das Nações Unidas, em uma perspectiva programática ideal. Além da ampliação e consolidação das ações já em curso, ou seja, da gestão integrada das áreas protegidas, do turismo de base comunitária e do extrativismo

vegetal, o PDTBC atualizado contemplou, também, a inclusão do agronegócio sustentável, do fortalecimento da agroecologia, de ações de proteção dos recursos hídricos e de recuperação de áreas degradadas. O objetivo maior estabelecido foi o desenvolvimento da região em bases sustentáveis, considerando a existência das UCs e demais áreas protegidas, compatibilizando-as com as atividades produtivas e a valorização da cultura tradicional da região (Funatura/ CEPF, 2019).

A região, rica em belezas naturais, biodiversidade e recursos hídricos é dotada, também, de um rico patrimônio sociocultural, com tradições culturais singulares. No território estão presentes cerca de 80% das espécies da fauna do Cerrado e da Caatinga, incluídas as endêmicas e ameaçadas de extinção, além de grande diversidade da flora característica destes biomas. O patrimônio espeleológico é de grande relevância, com destaque para as cavernas do Peruaçu, protegidas pelo Parque Nacional do Peruaçu. O poder público e a sociedade civil organizada do MSVP estão empenhados no reconhecimento desse conjunto como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, pela Unesco. O censo 2010 do IBGE revelou uma população de cerca de 210 mil habitantes, caracterizando a região como pouco povoada. Ainda persiste a necessidade de melhorar os indicadores socioeconômicos, hoje abaixo da média nacional.

A vegetação nativa está dando lugar à cultura extensiva de milho, algodão e, sobretudo, da soja, e a extensas áreas de pastagens, cerca de 500 mil hectares. Hoje, o rebanho bovino é estimado em quase meio milhão de cabeças de gado. Grande parte das pastagens existentes encontra-se degradada e passível de recuperação. O desmatamento e o uso do solo na área chegam a 40% do território do MSVP (60% da vegetação nativa do Mosaico ainda estão conservados), contra os 50% no restante do bioma Cerrado. A pressão sobre os corpos d'água superficiais e do subsolo compromete a disponibilidade de recursos hídricos, agravada por prolongados períodos de estiagem.

Na execução do PDTBC original, o MSVP contribuiu para efetivar a gestão integrada do território, com a forte atuação do Conselho do Mosaico. Isto resultou: i) na melhoria na integração de ações de gestão das áreas protegidas, que hoje contam com oito novos planos de manejo aprovados, totalizando 11 UCs com esse importante mecanismo de gestão; ii) em ações que apoiaram a organização de cadeias produtivas do extrativismo, da pequena e média produção rural e do turismo de base comunitária. Esta última é uma vocação natural da região, devido as suas belezas naturais e sua rica cultura sertaneja. O

desenvolvimento dessas atividades representou um aumento na renda familiar em áreas afetadas pela região de abrangência do Mosaico³⁹.

Elencando objetivos de curto (1 a 3 anos), médio (6 a 9 anos) e longo prazo (9 a 12 anos), o PDTBC atualizado identifica necessidades, interesses e potenciais instrumentos para a conservação da natureza, o uso sustentável da biodiversidade e a geração de emprego e renda com as ações produtivas. Ele estabeleceu um conjunto de resultados organizados em temas principais: (i) Governança do Mosaico; (ii) Produção Sustentável; (iii) Turismo Sustentável; (iv) Agropecuária Sustentável; e (v) Recursos Hídricos (Funatura/ CEPF, 2019).

O PDTBC atualizado ressalta a importância da criação de um fundo para o MSVP, para que haja uma estratégia de apoio contínuo, com vistas a financiar ações de curto, médio e longo prazos, bem como projetos de magnitudes diferenciadas. A ideia é que esse fundo possa ser abastecido por fontes diversas de recursos, podendo ser públicas, privadas ou do terceiro setor, tanto nacionais como internacionais. O PDTBC atualizado concluiu que com a identificação da urgência e relevância das ações propostas, resta avançar em acordos capazes de viabilizar a redução dos impactos ambientais, reverter os processos já instalados e assegurar o engajamento das comunidades na busca da sustentabilidade para o MSVP (Funatura/ CEPF, 2019).

Ecoturismo na Chapada dos Veadeiros

O PNCV foi fechado, em 1991, em função da visitação desordenada, cujo ápice aconteceu no carnaval deste mesmo ano, quando um grupo acampou no interior da UC, deixando grande quantidade de lixo. Houve uma forte pressão junto ao IBAMA para que o PNCV fosse reaberto, a fim de proporcionar geração de renda para moradores da região, especialmente da comunidade de São Jorge. O IBAMA se manteve firme e afirmou que só reabriria o PNCV se houvesse as condições mínimas para que isso acontecesse. Uma das questões a serem resolvidas era organizar a visitação, começando com a capacitação de pessoas para trabalharem como condutores de visitantes⁴⁰.

³⁹ Fernando Lima. Entrevista, 2024.

⁴⁰ Fernando Lima. Entrevista, 2024; Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2025.

Nesta mesma época, a Funatura apresentou um projeto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)⁴¹ para apoiar a implementação do PNCV, que foi aprovado, tendo como a principal meta a capacitação de pessoas da região interessadas em trabalhar com a condução de ecoturistas. Assim, a Funatura, em conjunto com o IBAMA, proporcionou a realização do primeiro curso de condutores de visitantes ecoturísticos da Chapada dos Veadeiros, cujos beneficiários foram moradores das comunidades de São Jorge e de Alto Paraíso. O curso aconteceu entre 25 e 30 de novembro de 1991 e contou com aulas teóricas e práticas. Foram capacitadas 45 pessoas⁴².

Ao final do curso foi anunciada, pelos alunos, a criação da Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV). Muitos dos ex-alunos do curso ainda atuam no ramo de ecoturismo. O projeto executado pela Funatura foi considerado pelo FNMA como um dos que apresentaram resultados mais relevantes, entre os que tinham sido apoiados no período, e foi objeto de vídeo/reportagem divulgada no estande do Brasil durante a Eco 92, realizada no Rio de Janeiro. A Funatura desempenhou, portanto, um importante papel no início da organização e profissionalização de condutores de visitantes na Chapada dos Veadeiros. O curso teve um impacto relevante na dinâmica do ecoturismo na Chapada dos Veadeiros. A alternativa de renda a partir da atividade de guiagem e a reabertura do PNCV impactaram fortemente a economia local, gerando oportunidades de renda para parcelas significativas dos moradores da Chapada dos Veadeiros⁴³.

Do Projeto à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Foi em decorrência da prática adotada de estabelecer convênios com a FBCN que, em 1988, a recém fundada Funatura foi solicitada pelo IBDF para formular um Projeto de Lei para a criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

⁴¹ Fundo Nacional do Meio Ambiente - Projetos Apoiados. MMA. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dfre/fundo-nacional-do-meio-ambiente/projetos-apoiados>

⁴² Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2025.

⁴³ Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. ICMBio. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-chapada-dos-veadeiros/arquivos/pm_chapada_dos_veadeiros_1.pdf; Fernando Lima. Entrevista, 2024.

Maria Tereza Jorge Pádua, Paulo Nogueira-Neto, Ibsen de Gusmão Câmara, Fabio Feldmann e outros conservacionistas estiveram diretamente envolvidos nos debates sobre o que deveria ser o SNUC. No ano 2000, após longos e acirrados anos de debate no Congresso Nacional, o SNUC foi oficialmente instituído por lei, definindo e regulamentando as categorias das UCs nos níveis federal, estadual e municipal, o que representou um momento histórico para a conservação da biodiversidade no Brasil (Mittermeier et al., 2005).

No mesmo ano de criação do PNGSV, a Funatura deu um outro passo importante para a conservação da natureza no Brasil. Em 1989, ocorreu a entrega, ao Instituto IBAMA, do Anteprojeto de Lei para a criação do SNUC, elaborado por especialistas do campo da conservação. A partir de então, a Funatura acompanhou, no Congresso Nacional, a tramitação do Projeto de Lei que instituiu o SNUC, em 2000. Segundo Maurício Mercadante, a primeira proposta de Projeto de Lei do SNUC foi elaborada pela Funatura, como vimos, por encomenda do antigo IBDF, em 1988. Após várias reuniões, envolvendo técnicos do IBDF e da SEMA, e dois *workshops*, um em São Paulo e outro em Brasília, para debater com a sociedade civil, a proposta de Anteprojeto de Lei foi entregue ao IBAMA, em 1989 (Mercadante, 1999; Mercadante, 2001).

O Anteprojeto de Lei incluía a revisão e atualização conceitual e legal do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (PSUC), realizado em duas etapas, a primeira em 1979 e a segunda em 1982, pela FBCN em conjunto com o IBDF. Na apresentação do Anteprojeto de 1989 consta que, originalmente, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) havia proposto a revisão e atualização do PSUC e que o IBDF e a SEMA haviam assinado um protocolo de intenções com a Funatura, em 1988, para que esta realizasse a revisão proposta. O objetivo era que a Funatura executasse a primeira fase do projeto: “a revisão e atualização conceitual do conjunto das categorias de unidades de conservação, incluindo a elaboração de um anteprojeto de lei para dar suporte legal ao novo Sistema” (IBAMA/ FUNATURA 1989, p. III). As fases seguintes seriam: “Análise da representatividade do atual Sistema, em termos de ecossistemas protegidos”; e “Elaboração de diretrizes e estratégias para a efetiva implementação do novo Sistema” (IBAMA/ FUNATURA, 1989). Com a incorporação do IBDF ao então recém-criado IBAMA, em fevereiro de 1989, este órgão assinou com a Funatura um Termo Aditivo para seguir com a complementação de recursos e finalização do projeto. O documento

estabelecia a necessidade de se fazer uma revisão do PSUC, devido ao fato de que faltavam categorias de manejo para que fossem atingidos os objetivos nacionais de conservação da natureza. Além disso, havia categorias que estavam legalmente mal definidas, com objetivos de manejo pouco claros, e outras que deveriam desaparecer como categorias de manejo (IBAMA/ FUNATURA, 1989. p, IV).

No *boletim da Funatura*, publicado em junho de 1989, está dito que:

o propósito dessa etapa é elaborar uma nova relação de categorias de unidades de conservação, com definição de objetivos de manejo e critérios de seleção inequívocos, organizadas em um sistema que se pretende simples, integrado e completo, procurando assim eliminar a superposição e categorias, a dubiedade de conceitos e as lacunas observadas atualmente (...) A segunda parte fundamental do trabalho consiste em elaborar um Projeto de Lei que, uma vez aprovado no Congresso, instituirá legalmente o novo Sistema. (Funatura, 1989)

A coordenação geral do processo de elaboração do Anteprojeto de Lei do SNUC foi de Maria Tereza Jorge Pádua, enquanto que a coordenação técnica ficou sob a responsabilidade de Maurício Mercadante. Foram consultores Ibsen de Gusmão Câmara, Miguel Seredluk Milano, Jesus M. Delgado, Angela Tresinari Bernardes, Cesar Vitor do Espírito Santo e José Pedro de Oliveira Costa. A Funatura propôs nove categorias de UCs, organizadas em três grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral - Parque Nacional, Reserva Ecológica (fusão da Reserva Biológica com a Estação Ecológica), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (absorvendo os objetivos da Área de Relevante Interesse Ecológico, que seria extinta); Unidades de Conservação de Manejo Provisório: Reserva de Recursos Naturais; e Unidades de Conservação de Manejo Sustentável: Reserva de Fauna (e extinção do Parque de Caça), Área de Proteção Ambiental e Reserva Extrativista (Mercadante, 2001, p. 04). O grupo adotou como modelo básico as categorias esquematizadas pela IUCN, adaptadas às especificidades do Brasil (IBAMA/ FUNATURA, 1989, p. 24).

Um ponto importante que o documento trazia e que deve ser mencionado é a percepção sobre o objetivo das áreas de conservação:

Aceitou-se como conceito básico que ‘a conservação da natureza pode ser representada pela utilização racional dos recursos naturais, objetivando uma

produção contínua dos renováveis - ar, água, solo, flora e fauna – e um rendimento máximo dos não-renováveis’. A essa conceituação, amplamente admitida nos foros internacionais, agregou-se a ideia, mais filosófica e menos utilitarista, de que a preservação das espécies e dos ecossistemas é um fim em si mesmo, independente de sua serventia para os propósitos humanos. Assim, conciliando-se duas ordens de pensamento aparentemente antagônicas, mas que na realidade se complementam, optou-se por uma definição mais sintética e abrangente de Conservação da Natureza, entendida neste documento como a ‘utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando produção contínua e rendimento ótimo, condicionados à preservação da diversidade biológica’. Sob este enfoque, foram previstas desde Categorias de Manejo que respeitam integralmente os processos naturais da evolução orgânica, com um mínimo de interferência humana proposital, até outras que harmonizam as necessidades de conservação com o uso sustentável dos recursos naturais (IBAMA/FUNATURA, 1989, p. 03)

O propósito do SNUC era atender, de forma ampla, tanto o uso sustentável dos recursos naturais, quanto a preservação do patrimônio natural em território nacional. Vale ressaltar que neste documento já se utilizava o termo “uso sustentável” como um propósito, ao invés de uso racional, conforme se observa no Plano de 1979. Isso indica uma mudança de percepção sobre os recursos naturais, o que possibilitava que o discurso voltado para a conservação da natureza passasse a ter um peso maior nas políticas ambientais do Brasil. No item “4.1. Objetivos nacionais de conservação da natureza”, um dos objetivos listados é: “4. Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais” (IBAMA/FUNATURA, 1989). No Plano de 1979, o item semelhante ao uso dos recursos naturais está da seguinte maneira: “12) fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo” (IBDF/FBCN, 1979, p. 10). Assim, a Funatura começou a introduzir uma outra visão sobre a natureza. Nesse sentido, são justificados os “Objetivos nacionais de conservação da natureza”, que expressavam a preocupação crescente com o rápido desaparecimento de espécies e com a destruição de ecossistemas, fato que estava sendo apontado pela comunidade científica, especialmente em nações nas quais se concentrava uma grande diversidade biológica. O Brasil era uma dessas nações “em situação privilegiada de riqueza genética” e era “o dever de qualquer país assumir uma postura ética quanto à preservação do patrimônio genético existente no interior de suas

fronteiras que, na verdade, constitui um bem comum a toda a humanidade” (IBAMA/FUNATURA, 1989, p. 21).

A Lei nº 9.985, que instituiu o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi sancionada somente no dia 18 de julho de 2000. A Funatura tem se dedicado, especialmente, desde a sua criação, a projetos cujos objetivos focalizam a implantação, a implementação e a gestão de UCs, nos âmbitos público e privado. Trata-se, portanto, de uma ONG voltada fundamentalmente para o alcance dos objetivos estabelecidos pela Lei do SNUC.

Dos Santuários da Vida Silvestre às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)

Uma das diretrizes estratégicas da Funatura diz respeito à importância da participação da iniciativa privada na conservação da natureza. Foi com o intuito de atender a essa diretriz que ela lançou, em 1987, o Programa Santuários de Vida Silvestre (PSVS), uma iniciativa pioneira, que visava promover a pesquisa, o manejo, a educação ambiental e o ecoturismo em áreas de proteção privadas. Esta abordagem inovadora baseava-se na compreensão de que a conservação ambiental não deveria ser uma responsabilidade exclusiva do Estado, mas sim um esforço compartilhado com o setor privado, em diferentes escalas.

Dentre as iniciativas elencadas no *Boletim Funatura* Ano 1, nº 1, publicado em outubro de 1987 (Funatura, 1987a), figurava, entre outras oito em execução, o Programa Santuários de Vida Silvestre, que:

Objetiva identificar vinte áreas prioritárias para a implementação desta nova categoria de Unidade de Conservação, não prevista em lei. Em pequenas dimensões, os Santuários visam a conservação de espécies e comunidades silvestres endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, e serão implementados e administrados pela Funatura. Em fase de levantamento de áreas. E financiado pela WWF.

Como abordado no *Boletim* (Funatura, 1987a), o PSVS se propôs a lançar uma nova categoria de UC, ainda **não prevista em lei**. Ele nasceu como uma iniciativa do

terceiro setor, que buscava preencher a falta de uma estratégia para a conservação em áreas privadas. Como podemos observar na Tabela 2, até 1989 foram criadas 291 UCs, em 9 modalidades distintas, 5 de Uso Indireto (Proteção Integral) e 4 de Uso Direto (Uso Sustentável). As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) só foram reconhecidas oficialmente em 1990, por intermédio do Decreto Federal nº 98.914, revogado em 1996 pelo Decreto Federal nº 1.992. Mais recentemente, no ano 2000 a RPPN foi incluída na Lei do SNUC. O Decreto Federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006, passou a regulamentar a RPPN como UC do SNUC (Wiedmann e Guagliardi, 2018).

Até o ano de 1989, como podemos observar na tabela abaixo (Tabela 3), a categoria RPPN não consta na lista do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), enquanto que a partir de 1990, após a publicação do Decreto 98.914/90, já surgem 10 RPPNs na referida lista.

Tabela 3 CNUC atualização 29 de novembro de 2024 – unidades criadas até 1989

Proteção Integral	200
Estação Ecológica	47
Monumento Natural	2
Parque	88
Refúgio de Vida Silvestre	27
Reserva Biológica	36
Uso Sustentável	91
Área de Proteção Ambiental	48
Área de Relevante Interesse Ecológico	12
Floresta	29
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2
Total Geral	291

Fonte: <https://dados.mma.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao/resource/7a142cc0-dae9-4a0b-8180-3016994d2932>

Na publicação comemorativa de 30 anos da Funatura (Funatura, 2016), o PSVS foi referido como um Programa, baseado nas diretrizes que orientavam as áreas de conservação reconhecidas pela Funatura como santuários para: (i) pesquisa; (ii) manejo; (iii) educação ambiental; e (iii) ecoturismo. No documento se encontra o registro:

O manejo dos santuários é considerado também um fator de bem-estar e de desenvolvimento da comunidade onde se inserem. A implantação atende à demanda de mais áreas silvestres protegidas e se baseia em prioridades regionais de conservação, corretos critérios de seleção e modernos conceitos de proteção e

manejo. A visão do santuário gerenciado não como área fechada em si mesma, mas como irradiador de atitudes de respeito à natureza, fortemente inserido na comunidade, constitui a base filosófica do projeto desenvolvido pela Fundação (Funatura, 2016, p. 94).

Em 1987, foi criado o primeiro Santuário de Vida Silvestre (SVS), na Fazenda Praia do Forte, no litoral norte do Estado da Bahia, a pedido do seu proprietário, Klaus Peters. Este trabalho deu origem ao primeiro plano de manejo em propriedade particular do Brasil. Outro aspecto importante dos SVSs foi a estratégia inicial de realizar diagnósticos de áreas e espécies prioritárias da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, raras e/ou endêmicas em vários pontos do Brasil. Isto permitiu, nos anos seguintes, a criação de diversos SVSs em distintas regiões do País, de forma mais ágil e antes de existir uma legislação federal específica para tal finalidade.

Em 1988, como parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente, o Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 11.138, de 16 de junho de 1988, reconheceu o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). A partir dessa medida uma área de 580 hectares na região central de Brasília, passava a proteger e até mesmo garantir que espécies raras da fauna e da flora do Distrito Federal não fossem extintas (Funatura, 1989). Vale notar que, na época, Paulo Nogueira Neto era o Secretário de Meio Ambiente do DF. Ele achou ótima a proposta da Funatura e, como não havia legalmente a categoria de Santuário de Vida Silvestre, propôs que fosse criado uma ARIE, que foi uma categoria criada por ele, quando esteve à frente da SEMA. Assim, foi criada a ARIE Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo.

O PSVS da Funatura não apenas contribuiu significativamente para a proteção da biodiversidade em áreas privadas, mas também serviu como um modelo inspirador para políticas públicas de conservação. Ao incentivar proprietários rurais a se engajarem ativamente na preservação ambiental, a Funatura ajudou a pavimentar o caminho para uma abordagem mais inclusiva e participativa na conservação da natureza e na gestão dos recursos naturais do Brasil.

Após o início, do PSVS, em janeiro de 1990, a Funatura teve participação relevante no processo de elaboração do Decreto Federal nº 98.914, que, como vimos,

oficializou as RPPNs no arcabouço jurídico. A partir de então, a Funatura passou a atuar com as duas estratégias, SVSs e RPPNs. A maioria dos SVSs passou a ser reconhecido como RPPN, como foi o caso emblemático do Santuário de Vida Silvestre Vagafofo, em Pirenópolis, que por meio da portaria 824/IBAMA, de 1 de junho de 1990, passou a ser a primeira RPPN do Brasil⁴⁴.

Assim, a Funatura participou ativamente do processo de criação da primeira RPPN do Brasil, o que refletiu uma longa parceria com seus proprietários. Cesar Victor do Espírito Santo, então superintendente executivo da Funatura, declarou para o portal da Vagafofo⁴⁵ que a Funatura se orgulhava de sua parceria de mais de dez anos com o Santuário Vagafofo (RPPN), que se constituía em um ótimo exemplo para iniciativas semelhantes, que aliam conservação da natureza e sustentabilidade econômica.

Para evitar equívocos a respeito dos termos Santuários de Vida Silvestre (SVS), Refúgios de Vida Silvestre (RVS) e Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN) a tabela a seguir (Tabela 4) conceitua os termos:

Tabela 4 Comparativo Santuários de Vida Silvestre (SVS), Refúgios de Vida Silvestre (RVS) e Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN)

	Santuário de Vida Silvestre (SVS)	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (SNUC)	Refúgio de Vida Silvestre (RVS) (SNUC)
Natureza	Projeto da Fundação Pró-Natureza (Funatura), considerado um programa institucional, atualmente encerrado. Os SVS não são previstos no SNUC como categoria de UC.	Categoria de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, conforme o SNUC (Lei nº 9.985/2000).	Categoria de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, conforme o SNUC (Lei nº 9.985/2000).

⁴⁴ Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2025.

⁴⁵ Site do Santuário de Vida Silvestre Vagafofo. Disponível em: <https://www.vagafofo.com.br/o-santu%C3%A1rio>

Objetivo Principal	Visa a conservação da biodiversidade em áreas privadas, através do apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais que se comprometem com a proteção da fauna e flora nativas.	Conservar a diversidade biológica, proteger recursos hídricos e paisagísticos, manter o equilíbrio ecológico e proporcionar oportunidades de pesquisa científica e educação ambiental.	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Tipo de Propriedade	Áreas privadas.	Áreas privadas.	Pode ser instituído em áreas públicas ou privadas.
Nível de Proteção	Depende do compromisso do proprietário, com apoio da Funatura. Não possui o mesmo status legal de uma UC do SNUC.	Variável, dependendo do plano de manejo da RPPN. Permite atividades de pesquisa científica, ecoturismo e educação ambiental, desde que compatíveis com a conservação da natureza.	Alto, sendo permitidas apenas atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos educacionais.
Instrumento Legal	Termo de compromisso entre o proprietário e a Funatura.	Ato voluntário do proprietário, reconhecido pelo órgão ambiental competente (federal, estadual ou municipal).	Decreto do Poder Executivo (federal, estadual ou municipal).
Implicações para o Proprietário	O proprietário recebia apoio para implementar práticas de conservação e podia ter acesso a incentivos fiscais e linhas de crédito. A Funatura condicionava o apoio ao SVS à averbação, em cartório, pelo proprietário da área em caráter perpétuo.	O proprietário mantém o domínio da área, mas assume o compromisso de conservá-la. Tem direito a incentivos fiscais, como isenção do Imposto Territorial Rural (ITR).	Restrições ao uso da propriedade, conforme o plano de manejo. Pode haver desapropriação por interesse público, se a área for considerada essencial para a proteção.
Visitação Pública	Depende do acordo com o proprietário. Geralmente, a visitação é restrita.	Pode ser permitida, desde que compatível com os objetivos de conservação e prevista no plano de manejo.	Pode ser permitida, desde que compatível com os objetivos de conservação.

Exemplos	Vários projetos apoiados pela Funatura em diferentes biomas brasileiros. Por exemplo, Santuário da Vida Silvestre Fazenda Volta da Serra em Alto Paraíso de Goiás.	RPPN Reserva da Serra do Tombador (GO), RPPN Estação Veracel (BA), RPPN Mãe-da-Lua (MG).	Refúgio de Vida Silvestre do Rio Trombetas (PA), Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos (RS).
-----------------	--	--	--

Fonte: Informações reunidas pelo autor com base em documentos da Funatura e na Lei do SNUC.

No próximo capítulo será abordada a história da conservação em áreas privadas e o PSVS e a contribuição da Funatura para a expansão das RPPNs no Brasil serão tratados de forma mais detalhada, como uma estratégia eficaz de conservação em áreas privadas, que por conta das características fundiárias se adequa aos biomas com altos índices de privatização das terras, como é o caso dos biomas não amazônicos.

Capítulo 2: A História da Conservação em áreas privadas no Brasil – das Florestas Protetoras e Remanescentes às Reservas Particulares do Patrimônio Natural

"O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia..."

João Guimarães Rosa

Histórico da Conservação em Áreas Privadas

No capítulo anterior foi aberta a discussão sobre o tema da conservação em áreas privadas, que na perspectiva da Funatura tem como marco o Programa Santuários de Vida Silvestre (PSVS)⁴⁶, lançado em 1987, com objetivo principal voltado para a conservação da biodiversidade. No entanto, a história da conservação em áreas privadas no Brasil é anterior e, do ponto de vista normativo, na ótica do Estado, se inicia com as Cartas Régias, expedidas em 1796 e 1797. Por mais que as reservas privadas venham a se configurar como UCs apenas duzentos anos depois, é importante resgatar alguns eventos pontuais relacionados com os decretos e leis de proteção da natureza na história do Brasil. Também é importante mencionar que essa “natureza” a ser protegida por autoridades e órgãos governamentais se restringiu, basicamente e por muito tempo, às áreas florestais, devido à ideia de exploração racional dos recursos naturais.

Teresa Urban discorre sobre o assunto, afirmando que no final do século XVIII era declarada propriedade da Coroa a vegetação localizada à borda da Costa e dos rios que desembocavam diretamente no mar (Urban, 1998, p. 71). A autora demonstra que as determinações das cartas régias jamais foram cumpridas, pois “a borda da costa” fora concedida a particulares. Das diferentes determinações feitas pelo Império, restou nos

⁴⁶ Como vimos anteriormente, nos documentos da Funatura, ora aparece a palavra programa, ora a palavra projeto. Com o decorrer do tempo, se definiu a ideia de um programa guarda-chuva, que abriga vários projetos voltados para a criação, implementação e gestão de áreas naturais protegidas em terras privadas. Essa ideia de um programa guarda-chuva é bastante clara a partir dos Relatórios de Prestação de Contas ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dirigidos a Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, elaborados pela Funatura, a partir de 1989. Programa Santuários de Vida Silvestre (PSVS) será, portanto, a nomenclatura adotada na maior parte deste segundo capítulo. Projeto Santuários de Vida Silvestre aparecerá quando for assim referido pelos membros da Funatura.

dias atuais a designação “madeiras de lei”, as quais estiveram por momentos protegidas mesmo em terras particulares (Urban, 1998; Victor et al., 2005).

Até a criação do Código Florestal Brasileiro, em 1934, uma série de iniciativas e medidas foram tomadas em favor da conservação das florestas, em âmbito nacional e regional (Antunes, 2021). Uma delas foi o anúncio, na Primeira República, em 1907, do então presidente Afonso Pena sobre a preparação das bases de um projeto de águas e florestas (Victor et al., 2005, p. 18). Em 1921, o presidente Epitácio Pessoa criou, por decreto, o Serviço Florestal, para coordenar e desenvolver o potencial econômico das florestas brasileiras, como uma seção especial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Brasil, 1921). Nele era proposta a “negociação com os estados da federação, municípios e particulares na tentativa de adoção voluntária de um regime florestal conveniente também aos interesses econômicos do país, sem ônus para o Tesouro nacional” (Antunes, 2021, p. 100). O Serviço Florestal estipulou então a categoria de “florestas protetoras”, as quais incumbiu, em seu Artigo 3º, de:

I. Promover e auxiliar a conservação, criação e guarda das florestas protectoras, isto é, das que servem para:

§ 1.º Beneficiar a hygiene e a saude publica.

§ 2.º Garantir a pureza e abundancia dos mananciaes aproveitaveis á alimentação.

§ 3.º Equilibrar o regimen das aguas correntes que se destinam não só ás irrigações das terras agricolas como tambem ás que servem de vias de transporte e se prestam ao aproveitamento de energia.

§ 4.º Evitar os effeitos damnosos dos agentes atmosfericos; impedir a destruição produzida, pelos ventos; obstar a deslocação das areias moveiças como tambem os esbarrocamentos, as erosões violentas, quer pelos rios, quer pelo mar.

§ 5º Auxiliar a defesa das fronteiras. (Brasil, 1921)

O Serviço florestal antecedeu, deste modo, a base para a criação das Florestas Protetoras, pelo Código Florestal de 1934, e das Áreas de Preservação Permanente (APP's), que serão estabelecidas no Código Florestal de 1965. Entretanto, até 1925 apenas estudos preliminares foram realizados. Em 1926, o Serviço Florestal começou a funcionar de forma tímida e, em 1929, ganhou maior definição, com a instalação de serviços de produção de mudas, reflorestamento, estudos biológicos das essências e da flora (Urban, 1998). Em 1944, o Artigo 1º do Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944, definiu como finalidade do Serviço Florestal “promover a criação, fomento e proteção e a melhor utilização das florestas do país” (Brasil, 1944). Urban observa que com este decreto a conservação ambiental começou a ganhar algum espaço no sistema administrativo do País (Urban, 1998, p. 104).

Além do Serviço Florestal, duas outras instituições foram criadas para realizar atividades com alguma afinidade com as atribuições iniciais do Serviço Florestal – o Instituto Nacional do Mate, em 1938, e o Instituto Nacional do Pinho, em 1941, ambos vinculados ao Ministério da Agricultura e com ações focadas na produção.

Segundo Urban, a Comissão Legislativa da Revolução de 1930 atuou na elaboração do anteprojeto do Código Florestal, publicado em 1931, cujo projeto definitivo foi publicado no Diário Oficial em 1933, convertido no Decreto nº 23.793, em 23 de janeiro de 1934. Pela primeira vez a legislação fez menção à fauna e inovou também ao relativizar o direito da propriedade, ao subordiná-lo ao interesse coletivo. O Serviço Florestal foi extinto com as reformas realizadas pela Revolução de 1930 e ressurgiu em 1939, dentro do Ministério da Agricultura, como Serviço Florestal Federal. Nesse período foram criados os primeiros parques nacionais: Itatiaia, em 1937, e Serra dos Órgãos e Iguaçu em 1939, todos então administrados por funcionários do Ministério da Agricultura (Urban, 1998; Franco e Drummond, 2009).

O primeiro Código Florestal, Decreto Federal nº 23.793 de 1934, inaugurou a legislação sobre a conservação e preservação nas propriedades particulares, por meio da obrigatoriedade de manter intacta 25% da mata nativa da propriedade, também chamado de quarta parte: “Art. 23. Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de tres quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52” (Brasil, 1934). O Código instaurou o conceito de Florestas Protetoras, anteriormente

mencionadas no Serviço florestal de 1921, as quais atuavam na conservação do entorno dos cursos d'água e evitariam a erosão do solo (Brasil, 1934).

Essa lei trazia também os primeiros elementos de outros importantes dispositivos da atual política florestal. As florestas passaram a ser classificadas em: florestas protetoras, com funções semelhantes às atuais áreas de preservação permanente (APPs); florestas remanescentes, a serem destinadas para a criação de parques e reservas de proteção biológica ou estética; além de florestas modelo e florestas de rendimento, sendo estas duas classes passíveis de manejo visando à exploração de madeira. A lei abria a possibilidade de exploração nas florestas públicas de rendimento por meio de concorrência pública, uma versão simplificada das atuais concessões florestais, porém, sem um resultado prático. Esta lei serviu, também, de fundamentação legal para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros (Silva e Sambuichi, 2016, p. 203).

A experiência acumulada no período getulista forneceu a base jurídica para a legislação ambiental brasileira subsequente (Drummond, 1999). Em 1950, Osny Duarte Pereira (1950) discutia, no que diz respeito ao direito florestal brasileiro, o princípio de que a exploração da propriedade privada encontra limite no interesse coletivo. Tal princípio foi acolhido na constituição de 1988, como norteador do direito ambiental no Brasil (Urban, 1998). A legislação, ao longo do tempo, procurou estabelecer limites para a exploração dos recursos naturais e garantir a proteção de parcelas significativas das fitofisnomias nativas do território brasileiro, tanto em áreas públicas como em áreas privadas.

Em 1962, o Serviço Florestal foi absorvido pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), pertencente ao Ministério da Agricultura (Silva e Sambuichi, 2016, p. 203). De acordo com a Lei Delegada Nº 9, de 11 de outubro de 1962, que reorganizou o Ministério da Agricultura, o Art. 26 dispunha que o “DRNR, diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão central relacionado com a conservação e exploração dos recursos florestais e fauna” (Brasil, 1962), compreendendo a Divisão de Silvicultura, o Serviço de Defesa da Flora e da Fauna, e o Jardim Botânico.

De acordo com Urban, em seu período de atuação, entre 1960 e 1967, o DRNR viveu uma situação favorável e produtiva para a conservação ambiental no País, em

função de um pequeno quadro talentoso, capacitado e comprometido. Além disso, houve um arranjo de governança em que o Conselho Florestal Federal, liderado por Victor Abdennur Farah, um dos fundadores da FBCN, desempenhava um importante papel ao levar as preocupações conservacionistas à Presidência da República (Urban, 1998, p. 104 e 105). Durante o período de seu funcionamento, foram aprovados o novo Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65) e a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5197/67).

O Novo Código Florestal, Lei nº 4.771 de 1965, estabeleceu de forma mais explícita as regras de preservação permanente e de limite de uso das terras, conceito que futuramente veio a se consolidar na Reserva Legal (RL)⁴⁷. Drummond comenta que o artigo primeiro do novo código passava a considerar, além das florestas, as outras formas de vegetação como bens de interesse comum de todos os brasileiros, de forma a estabelecer limites às propriedades privadas: “As violações ao Código Florestal seriam agora sujeitas a punições do Código Civil, por serem consideradas uso *nocivo* da propriedade particular” (Drummond, 1999, p. 138). O código preconizou, ainda, a preservação perpétua de áreas consideradas de interesse público, por meio da assinatura de um termo pelo proprietário da terra (Brasil, 1965).

Art. 6º O proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público (Brasil, 1965)

A modo de análise, é interessante observar que, anos depois, quando as RPPNs foram oficializadas em 1990, por intermédio do Decreto 98.914/90, o caráter perpétuo vai figurar como característica da reserva:

Art. 1º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, observadas as normas deste Decreto, reconhecer e registrar, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, por destinação do seu

⁴⁷ A reserva legal é a área do imóvel rural que, coberta por vegetação natural, pode ser explorada com o manejo florestal sustentável, nos limites estabelecidos em lei para o bioma em que está a propriedade. Por abrigar parcela representativa do ambiente natural da região onde está inserida e, que por isso, se torna necessária à manutenção da biodiversidade local. Trecho retirado de: “O que é Reserva Legal”. *O Eco*, 20 de agosto de 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27492-o-que-e-reserva-legal/>

proprietário, e em caráter perpétuo, imóvel do domínio privado em que, no todo ou em parte, sejam identificadas condições naturais primitivas, semiprimitivas, recuperadas, ou cujas características justifiquem ações de recuperação, pelo seu aspecto paisagístico, ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da fauna ou da flora nativas do Brasil. (Brasil, 1990)

Em 1967, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), por meio do Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, por meio da fusão do Instituto Nacional do Mate (INM), do Instituto Nacional do Pinho (INP) e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR).

O IBDF

O presente quadro é trazido em função, tanto da importância do IBDF para a história da conservação em áreas privadas no Brasil, como pela atuação e relação histórica de Maria Tereza Jorge Pádua, fundadora da Funatura, com este órgão da administração pública.

Em entrevista, Paulo de Tarso Zuquin Antas, um dos fundadores da Funatura, contou que a tragédia da Serra das Araras, ocorrida em janeiro de 1967, em consequência de uma forte chuva que atingiu o município de Piraí, no Rio de Janeiro, ocasionando um deslizamento de terras, foi seguramente uma das maiores catástrofes climáticas da história do Brasil, que causou a morte de 1700 pessoas. Paulo Antas comentou sobre a relação da tragédia com a criação do IBDF. Segundo ele, o trágico evento catalisou o processo de criação do órgão, na perspectiva de promover a realização de plantios e reflorestamentos em larga escala, com a finalidade de prevenir e atenuar novas tragédias similares⁴⁸.

Como atribuição, o IBDF deveria “formular a política florestal, bem como orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país, de conformidade com a legislação em vigor” (Brasil, Artigo 2º, 1967). De acordo com Urban (1998), logo de início o IBDF limitou-se a uma atuação voltada para a produção florestal, relacionada com as atribuições do Instituto

⁴⁸ Paulo de Tarso Zuquin Antas, biólogo, membro fundador e consultor técnico da Funatura. Entrevista realizada por Pedro Bruzzi, na sede da Funatura, Brasília, 13 de novembro de 2024.

Nacional do Pinho. Em 1968, o antigo e ativo grupo de conservacionistas do DRNR recuperou suas atribuições. Mas, o IBDF, frente ao desafio das UCs, que já alcançavam algo próximo a 1,5 milhão de hectares, padecia da falta de recursos e quadros suficientes para atender as demandas associadas as suas atribuições.

Urban (1998) argumenta que, além da limitação orçamentária e de quadros, o IBDF enfrentou uma situação desfavorável no ambiente de governança institucional. A Comissão de Política Florestal e o Conselho Nacional de Proteção à Fauna não foram instituídos e o papel estratégico desempenhado pelo Conselho Florestal Federal deixou de existir, causando um vazio entre o gestor da política e o centro do governo. Urban (1998) ilustra essa situação a partir de um registro que ocorreu em 1969, quando a Lei de Proteção à Fauna já se encontrava em vigor. Apesar da Lei, o Brasil exportou 1670 toneladas de couros e peles de animais silvestres, o que significou, calculava-se, que as exportações apresentaram, pelo menos, a marca de setenta mil peças de peles de onça e gatos-do-mato.

No entanto, mesmo com todas as adversidades, houve uma pequena estrutura dentro do IBDF que manteve os propósitos do antigo DRNR. O Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza tinha por decreto a atribuição de conservar os recursos naturais renováveis e para cumpri-la foi organizada a Divisão de Proteção à Natureza. Esta tinha como dever “prover a instalação e funcionamento dos parques nacionais e das reservas biológicas, além de atender a proteção da flora e da fauna” (Urban, 1998, p. 107). Urban comenta que mesmo diante das constantes contradições que se apresentavam, esse pequeno grupo do IBDF foi responsável pela criação de vinte novos parques nacionais entre os anos de 1971 e 1989, de forma que foram acrescentadas 8,5 milhões de hectares de áreas protegidas aos 1,3 milhão de hectares já existentes (Urban, 1998, p. 107). Drummond (1999) destaca que foi entre 1979 e 1988 que houve uma “explosão de regulamentos ambientais”, motivada pelo fato de estarem os cientistas, políticos e administradores brasileiros a par das problemáticas ambientais a nível global e por estarem em contato com o movimento ambientalista em ascensão pelo Brasil, de maneira que antigas questões ambientais foram aperfeiçoadas e novas foram apresentadas, não somente para o governo, mas também para a sociedade (Drummond, 1999, p. 140).

Maria Tereza Jorge Pádua entrou no IBDF em 1968 e a sua presença na instituição foi fundamental nesse contexto, como discutido no capítulo anterior. Ela relatou em seu livro *Conservando a Natureza do Brasil*, lançado em 2015, que “foi a primeira técnica contratada do novo IBDF para a conservação da natureza”, passando a acompanhar Alceu Magnanini, que era então diretor da área de conservação (Pádua, 2015, p. 47). No mesmo livro, ela discorre sobre a mudança do IBDF para Brasília, em 1974, ocasião em que Magnanini opta por permanecer no Rio de Janeiro. Nesta circunstância, Maria Tereza Jorge Pádua assumiu a direção da área de conservação do IBDF. Ela conta que, na mesma época, o engenheiro agrônomo Celso Soares de Castro parte de Sete Lagoas (MG) para assumir a Direção do IBDF na Capital Federal. Para ela, o novo diretor desempenhou um ótimo papel, ao mostrar-se interessado pelos assuntos relacionados com a conservação ambiental, além de ter criado vínculos benéficos ao longo de sua carreira na instituição. Maria Tereza Jorge Pádua comenta que Celso foi a primeira autoridade a estabelecer o que depois ficou conhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Celso queria reconhecer reservas de proprietários privados e conseguiu após anos de negociação com o Governo (Pádua, 2015).

Em 1977, o IBDF criou a categoria de proteção ambiental chamada Refúgio Particular de Animais Nativos (REPAN), por meio da Portaria IBDF nº 327/77, a fim de proteger a fauna das propriedades particulares de caçadores. Em 1988, essa categoria foi substituída pela Reserva Particular de Fauna e Flora, por meio da Portaria IBDF nº 217/88. Por fim, como vimos no primeiro capítulo, em 1990, esta foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pelo Decreto Federal nº 98.914.

O Decreto nº 98.914 foi uma resposta à grande procura e à necessidade de se estabelecer uma categoria mais bem definida e detalhada para as áreas protegidas privadas (Souza e Côrte, 2011, p. 11). Clayton Ferreira Lino, destacado ambientalista brasileiro, comenta que:

Em 1989, o amigo Célio Valle, então Diretor do recém-criado IBAMA me convidou, juntamente com a Dra. Sônia Wiedman, procuradora daquele órgão, para ajudá-lo a desenvolver mecanismos que estimulassem os proprietários privados a conservar a natureza. Surgiu desse encontro a minuta do decreto

criando a figura das RPPNs que, meses depois seria assinado pelo Presidente da República. Diferente das legislações anteriores (refúgios de vida silvestre e refúgios de flora e fauna) a preocupação era não apenas permitir que os proprietários conservassem os ecossistemas em suas terras, mas sim incentivá-los a fazer isso. As regras ficaram mais claras e criou-se a isenção do ITR entre outros benefícios (Clayton Ferreira Lino apud Mesquita e Vieira, 2004, p. 09)

No decreto foram então estabelecidas as atividades permitidas, a forma de incentivo e os benefícios oferecidos aos proprietários, de modo a estimular a conservação em áreas particulares. O decreto surgiu a partir de uma proposta do IBAMA, criado um ano antes, em 1989. O IBAMA deve, segundo Drummond e Barros-Paltiau (2006, p. 96), ser considerado como uma consequência direta das disposições constitucionais de 1988 e da visão abrangente sobre as questões ambientais que as informaram. O IBAMA é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e a sua origem está na fusão dos seguintes órgãos: IBDF, SEMA, Superintendência de Pesca (SUDEPE) e Superintendência da Borracha (SUDHEVEA)⁴⁹. O objetivo da sua criação foi realizar a gestão ambiental de forma integrada, de modo a centralizar a execução das políticas e regulamentações ambientais. Nesse sentido, o estabelecimento das RPPNs foi um avanço nesse processo de organização das áreas protegidas pelo país.

Como visto no primeiro capítulo, posteriormente, o Decreto nº 98.914 foi substituído pelo Decreto Federal nº 1.922, de 05 de junho de 1996. Em 2006, ele foi revogado pelo Decreto Federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006, que passou a regulamentar a RPPN como UC do SNUC (Wiedmann e Guagliardi, 2018).

A consolidação das RPPNs pelo SNUC

Apenas em 2000, as RPPNs foram categorizadas como UCs de Uso Sustentável, pela Lei Federal nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além disso, essa categoria foi a primeira regulamentada após a implementação do SNUC, por meio do Decreto Federal nº 5.746/2006. Vale ressaltar que, além das regulamentações federais, os estados e os municípios podem ter legislações iguais ou mais restritivas para a criação das suas RPPNs.

⁴⁹ “Sobre o Ibama”. IBAMA, publicado em 12/01/2018, atualizado em 10/03/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama#historico>

De acordo com Wiedmann e Guagliardi (2018), a responsabilidade relativa à proteção ambiental não estaria mais limitada ao poder público, mas se estenderia também à sociedade, devido ao avanço do Direito Ambiental, ao engajamento constitucional da coletividade no processo de conservação e à presença dos conceitos de corredores ecológicos e mosaicos ambientais contidos no SNUC. Essa participação teria se manifestado, por exemplo, através do interesse de proprietários de terras em proteger parte de sua vegetação nativa. Portanto, “encerrou-se aqui um capítulo da história ambiental brasileira, no qual somente o Estado tinha obrigações de defender o meio ambiente. Com o advento da nova Carta Constitucional, esse dever foi estendido aos cidadãos, devendo o Estado prover os meios necessários” (Wiedmann e Guagliardi, 2018, p. 18). No art. 225, do Capítulo VI “Do Meio Ambiente”, da Constituição de 1988, está disposto: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

De acordo com a Lei do SNUC, as RPPNs são UCs que podem ser criadas por pessoa física ou jurídica e permitem apenas atividades de pesquisa científica, visitação turística e educação ambiental, de acordo com o plano de manejo (BRASIL, 2000). Assim está disposto no Artigo 21 da Lei do SNUC:

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I - a pesquisa científica;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III - (VETADO)

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade (Brasil, 2000)

Na Lei do SNUC foram mantidos todos os requisitos contemplados no Decreto Federal n.º 98.914/1990 (Wiedmann e Guagliardi, 2018, p. 15). A categoria se comporta como uma UC de proteção integral, mas é considerada por lei de uso sustentável, implicando em problemas de interpretação e distorções em legislações estaduais específicas:

Criou-se, assim, uma anomalia legislativa, pois, embora colocada, originalmente, no grupo de Uso Sustentável, por permitir uma atividade extrativista, a exclusão dessa atividade tipifica a RPPN, indubitavelmente, como de Proteção Integral, pois, nessas áreas, são permitidas apenas atividades típicas de preservação (Wiedmann e Guagliardi, 2018, p. 27)

Apesar da categoria não ter limitação mínima nem máxima de tamanho, as RPPNs são consideradas áreas estratégicas para a preservação dos remanescentes de vegetação, pois funcionam como corredores ecológicos e *stepping stones*, além de, muitas vezes, serem mais bem protegidas que as outras categorias de UCs (Mittermeier et al., 2005). Essa proteção se dá principalmente pelo investimento privado e sem tantas burocracias. Em contraponto com a Lei do SNUC, alguns estados e municípios delimitam tamanho mínimo para as RPPNs, como é o caso de São Paulo.

O novo Código Florestal, de 2012, redefiniu regras e diretrizes para outros espaços protegidos em áreas privadas, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Cota de Reserva Ambiental (CRA) (Tópico 4.4.1) (Brasil, 2012). O CAR é um registro obrigatório e auto-declaratório de cadastro de propriedades rurais, no qual os proprietários devem fornecer a delimitação georreferenciada de sua propriedade, seus limites e áreas legalmente protegidas, como APPs e RLs (Roitman et al., 2018).

É importante ressaltar que existem diferenças entre as RLs e APPs e as RPPNs. As RLs possuem caráter obrigatório, de acordo com o Código Florestal, para toda propriedade rural, na qual uma determinada porcentagem deve ser preservada, dependendo do bioma em que está inserida. As APPs também são obrigatórias e implicam na preservação da vegetação das margens de cursos hídricos, nascentes e lagos, fixadora de dunas ou manguezais, dos manguezais, de topos de morro e de encostas com declividade superior a 45° de inclinação (Brasil, 2012). Já as RPPNs são de criação

voluntária do proprietário que tem interesse em garantir de forma permanente a preservação de determinada área (Brasil, 2000).

Há diferenças entre os três tipos de áreas protegidas em relação ao manejo permitido, sendo que dentro das RLs é permitido o manejo sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros, enquanto nas APPs e RPPNs é proibido esse tipo de manejo. O Código Florestal estabelece que a supressão de vegetação nas APPs só será permitida em casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. De acordo com a Lei Federal nº 9.985 (2000) e seu regulamento pelo Decreto Federal nº 5.746 (2006), só serão permitidas em RPPNs atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Sendo assim, pode-se aferir que as RLs são menos restritivas que as APPs e RPPNs. As RPPNs ainda são mais restritivas do que as APPs, na medida em que animais domésticos, como o gado, podem utilizar as APPs para se dessedentar, enquanto que nas RPPNs estes animais não são permitidos.

Programa / Projeto Santuários da Vida Silvestre

Retomando o tema iniciado no Capítulo 1 da presente dissertação, a proposta de um projeto de conservação, que pode ser considerada como um objetivo estratégico ou como uma diretriz institucional, foi lançada de forma oficial na reunião conjunta dos conselhos da Funatura, em dezembro de 1986. Na redação, o Projeto era referido como “Diagnóstico para o estabelecimento de um Sistema de Santuários de Vida Silvestre a nível nacional, a ser administrado pela FUNATURA” (Funatura, 1986d, Anexo III). No entanto, o Conselho de Administração, já em reuniões anteriores, havia discutido e amadurecido a ideia, conforme acompanharemos nos parágrafos que seguem.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de agosto de 1986, os projetos fundantes da Funatura foram mencionados por Maria Tereza Jorge Pádua, que coordenava a reunião, conforme a Ata nº 03 (Funatura, 1986e):

A seguir informou aos presentes que a FUNATURA desenvolverá inicialmente, e provavelmente a partir de 1987, três projetos:

- (I) Centro de Dados para a Conservação, projeto a ser implantado na USP em dezembro de 1986/janeiro de 1987, através de financiamento e transferência de metodologia pelo TNC;
- (II) Santuários e Refúgios, realização de diagnóstico de áreas potenciais para a criação de refúgios e santuários de vida silvestre no Brasil, a serem implantados e administrados pela FUNATURA, havendo sugestões para um santuário para o peixe-boi-marinho, no Rio Mearim, e outro em uma área próxima à Brasília;
- (III) Estudo completo dos fatores bióticos e abióticos da região oeste dos estados da Bahia e Minas Gerais, à margem esquerda de Rio São Francisco - “Grande Sertão Veredas” - com a finalidade de identificar área a ser proposta para criação de uma unidade de conservação.

No dia 30 de setembro de 1986, durante a reunião do Conselho de Administração da Funatura (Funatura, 1986f), Maria Tereza informou sobre sua ida a Washington para a celebração dos 25 anos da WWF. Na ocasião, ela também informou que durante a apresentação sobre as atividades no Brasil, Pieter Oyens e Russel Mittermeier haviam incluído os projetos da Funatura, afirmando que, assim, a Funatura já era uma realidade para a WWF. Nessa mesma reunião foram pautados os três projetos fundantes, que seriam oficializados três meses depois:

Maria Tereza informou que os trabalhos, ao que tudo indica, serão aceitos e realizados a partir de 1987, sendo a liberação de verba esperada a partir de junho daquele ano. Para tal, os projetos deverão ser escritos e enviados ao WWF até novembro, havendo necessidade em formar comissões para a elaboração dos mesmos a fim de que sejam submetidos à avaliação pelo Conselho de Administração em próxima reunião (Funatura, 1986f)

Durante a reunião, Luiz Beethoven argumentou que além de Pirenópolis, a cidade mineira de Paracatu, que apresentava problemas com a exploração de ouro, e Grameal, localizada na Chapada Goiana, também mereciam atenção quanto à criação de SVSs na região de influência do Distrito Federal. Maria Tereza Jorge Pádua, então, sugeriu a criação de um comitê de estudos e identificação de áreas próximas ao DF, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão de Santuários de Vida Silvestre, formada então por Nikolaus von Behr, Fernando Thomé, Luiz Beethoven e Mauro Valle (Funatura, 1986f).

Conforme a Ata nº 05 (Funatura, 1986g), em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 30 de outubro de 1986, ao abrir o ponto de pauta relacionado aos projetos, Maria Tereza comunicou que os mesmos deveriam ser encaminhados ainda em novembro para a WWF, sendo necessária a aprovação destes na reunião. Nessa Ata fica claro que os projetos que seriam encaminhados ao WWF eram o Grande Sertão Veredas e o Santuários de Vida Silvestre, inclusive com os valores dos projetos: 66 mil dólares para o Grande Sertão e 70 mil dólares para os Santuários. O Conselheiro Bráulio Dias se encarregou de um denso informe sobre as investigações que ocorriam em torno da identificação da área para proposição do PNGSV. Ele relatou sobre as pressões que a região sofria com a “rápida e vultuosa” ocupação provocada pela migração de gaúchos e japoneses, atraídos pelo asfaltamento da rodovia que liga Brasília-Barreiras-Salvador, pelo baixo preço das terras e pelo desenvolvimento técnico associado ao melhoramento agrícola do Cerrado. Na pauta seguinte, sobre o Projeto Santuários de Vida Silvestre, Maria Tereza iniciou a apresentação dizendo

(...) que o mesmo será desenvolvido a partir de indicações já existentes quanto a necessidade de criação de santuários para proteger espécies ou comunidades de flora e fauna, tendo como base as indicações feitas no Plano de Sistema de Manejo e o conhecimento pessoal dos profissionais que trabalham em conservação ambiental. Ressaltou que não será um levantamento completo devido a impossibilidade de sua realização, mas que a identificação e implantação de novos Santuários será um esforço contínuo da FUNATURA. O projeto objetiva identificar 20 áreas prioritárias no país, concentrando, a FUNATURA, esforços na criação dos 5 mais importantes. o projeto, com duração prevista para dois anos, foi orçado em US\$ 70.000. A implantação dos santuários necessita de busca de recursos de outras fontes. Tendo cópia do projeto sido enviada previamente aos conselheiros para apreciação, Maria Tereza pediu aos presentes que argumentassem ante qualquer questão que tenha suscitado dúvidas ou que seja passível de modificações (Funatura, 1986g).

No ano seguinte, no dia 6 de fevereiro de 1987, ocorreu uma reunião do Conselho de Administração, conforme consta na Ata nº 06 (Funatura, 1987b), momento no qual foi concretizado o Projeto SVS. Maria Tereza Jorge Pádua iniciou os informes apresentando o projeto de elaboração do Plano de Manejo da Praia do Forte. Ela comentou que durante a sua visita à Praia do Forte, na Bahia, em janeiro de 1986, ela

entrou em contato com Klaus Peters, proprietário de uma área naquela localidade, e que era Presidente da Fundação Garcia D'Ávila. Ele mostrou interesse em que a sua área tivesse um plano de manejo. Em prosseguimento, Maria Tereza Jorge Pádua informou que as técnicas responsáveis pelos trabalhos, Lourdes Maria Ferreira e Maria Luiza Galante embarcaram com destino à região “a dois dias passados” (ou seja, 04 de fevereiro de 1987), de maneira que cerca de um ano após o contato com o proprietário já estava iniciada a parceria com a Funatura. Maria Tereza defendeu a importância do Projeto SVS para a Funatura pela sua natureza, pelo plano de manejo, pela competência das técnicas e pelo fato de ser desenvolvido para uma área particular, fato que era então inédito no Brasil.

Assim, em 1987, foi criado o primeiro SVS, na Fazenda Praia do Forte, no litoral norte do Estado da Bahia, a pedido do seu proprietário, Klaus Peters. Este trabalho deu origem ao primeiro plano de manejo em propriedade particular do Brasil (Funatura, 2016). Engenheiro e empresário com êxito nos negócios em diversas áreas, Klaus Peters resolveu investir na compra de uma fazenda de cocos no litoral norte da Bahia. Com essa atitude pioneira, ele ajudou a transformar a Praia do Forte em um dos mais importantes polos de ecoturismo do Brasil⁵⁰.

Ainda durante a reunião, registrada na Ata nº 06 (Funatura, 1987b), Maria Tereza Jorge Pádua comunicou que Pieter Oyens havia informado que os recursos para o Projeto SVS começariam a ser liberados a partir de julho de 1987. Esta informação também foi confirmada por José Machado, de acordo com uma conversa com Russell Mittermeier. Na ocasião Maria Tereza comunicou que Russel Mittermeier, membro fundador da Funatura, assumiu a Vice-Presidência do WWF-US. Fernando Thomé expôs, em seguida, a situação dos trabalhos do Comitê de Seleção de Áreas para SVSs próximos ao DF. Segundo ele, existiam 250 pedidos de estudos para exploração mineral na região de Mata de Calcáreo, necessitando escolher áreas sem pedido ou que ainda não tivessem sido exploradas. Outra ideia que despertou o interesse dos conselheiros foi sobre a criação do "Santuário do Riacho Fundo", proposta feita por Bráulio Dias.

⁵⁰ “Wilhelm Hermann Klaus Peters”. *Projeto Gestões empresariais inspiradoras: a trajetória de grandes empreendedores baianos e seus papéis transformadores na atividade empresarial – UFBA*. Disponível em: <https://gestoesinspiradoras.ufba.br/livro-interativo/comercios-servicos/wilhelm-hermann-klaus-peters/>

É interessante notar a parceria entre a Funatura e a WWF no processo de execução do Projeto / Programa SVS em sua etapa inicial. O intercâmbio científico entre conservacionistas nacionais e estrangeiros, que como vimos no capítulo anterior, foi intenso, desde o fim dos anos 1970, a exemplo de Thomas Lovejoy, acabou por gerar colaborações fundamentais para a realização de muitas das iniciativas propostas pela Funatura, nos anos 1980. Assim, na reunião do Conselho de Administração, realizada em junho de 1987, registrada na Ata nº 10 (Funatura, 1987c), Maria Tereza Jorge Pádua informou que a WWF havia liberado 20 mil dólares para o Projeto SVS, o que possibilitaria estender o seu prazo de execução.

Um passo importante para o Projeto / Programa SVS foi a nomeação de Cilulia Maury como coordenadora, pois, como veremos adiante, ela introduziu uma proposta filosófica no cerne dos Santuários. A Ata nº 12 da reunião do Conselho de Administração, realizada em agosto de 1987, registrou a indicação e aprovação pelo Conselho do nome de Cilulia Maria Rodrigues Freitas Maury para a coordenação do Projeto / Programa SVS (Funatura, 1987d). A Ata nº 13 da reunião do Conselho de Administração, realizada em setembro de 1987 (Funatura, 1987e), registra que Cilulia Maury iniciaria os trabalhos do Projeto / Programa SVS com a elaboração de propostas para Pirenópolis, para as áreas levantadas para o Projeto Grande Sertão Veredas e para a região do Riacho Fundo.

Na Ata nº 16, de 05 de fevereiro de 1988 (FUNATURA, 1988b), Cilulia Maury relatou que o objetivo do Projeto / Programa SVS era identificar 20 áreas em dois anos e que cada SVS deveria preencher três quesitos: viabilidade, contato buscando subsídio e a avaliação. Ela disse ainda que os SVSs “seriam indicados por pessoas e por respostas às correspondências enviadas as faculdades”. Nesse sentido, Maury comentou que já tinha oito sugestões para SVSs, dentre eles um no Riacho Fundo, o qual já havia sido visitado. Maury complementou a sua apresentação dizendo sobre a necessidade de haver critérios de seleção das áreas.

Na reunião do Conselho Administrativo, realizada no dia 07 de novembro de 1988 (Funatura, 1988c), Cilulia Maury realizou uma apresentação sobre o Projeto / Programa SVS, descrevendo os seus subprojetos, entre outros detalhes. Após essa apresentação, Maria Tereza Pádua retomou a palavra e afirmou que o Banco Mundial elogiou o projeto e que, se o custo fosse reduzido, eram grandes as chances de aprovação, com a condição de o IBDF classificá-lo como prioridade.

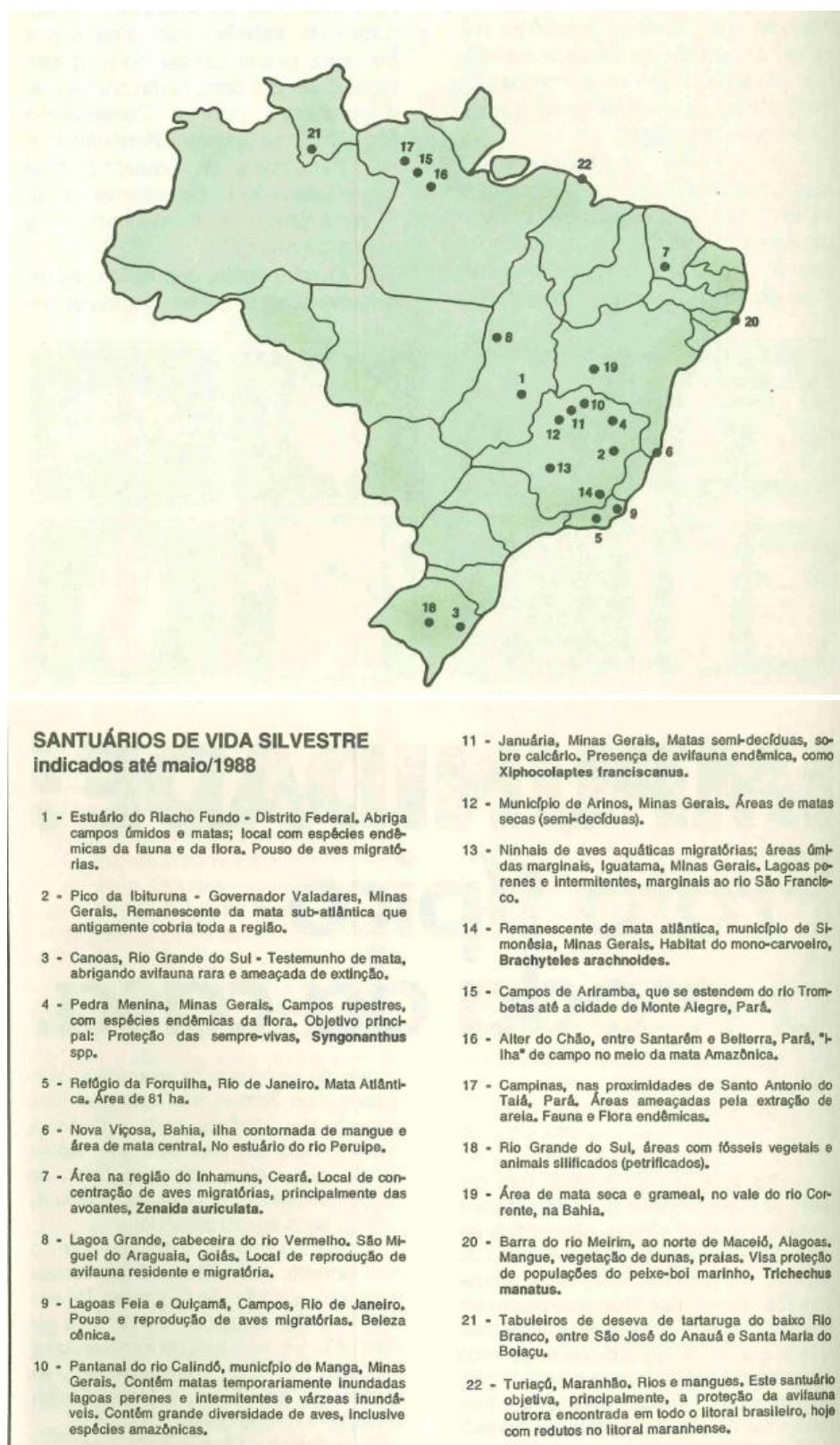
Nos anos seguintes, surgiram muitos SVSs, antes mesmo da existência de legislação federal que amparasse a criação de UCs em áreas privadas. No *Boletim Funatura*, publicado em junho de 1988 (Funatura, 1988a), na matéria “Santuários podem salvar espécies da extinção”, a Funatura divulgou o Projeto / Programa SVS:

Dentro de 2 anos o Brasil poderá contar com vinte pequenas áreas protegidas, visando garantir a reprodução de espécies da flora e fauna silvestres especialmente aquelas raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção. Este é o objetivo do projeto “Santuários da Vida Silvestre” que a Funatura iniciou em dezembro de 1987, visando, a longo prazo, a criação de um Sistema deste tipo de Unidade de Conservação, ainda não previsto na legislação brasileira. O projeto visa, de imediato, obter um diagnóstico a nível nacional de que áreas e espécies são prioritárias e que necessitam de proteção urgente, bem como as possibilidades de implantação de Santuários de Vida Silvestre através da compra da terra ou de contrato de cessão de uso do proprietário à Fundação. Futuramente, a FUNATURA pretende buscar financiamentos, principalmente na iniciativa privada, através dos benefícios da Lei Sarney, para a compra, manutenção e administração de áreas a serem mantidas por entidades não governamentais, em complemento ao sistema oficial de unidades de conservação (Funatura, 1988a, p. 04)⁵¹

De fato, a proposta se mostrava atraente aos investidores, pois, de acordo com a publicação, exigia um mínimo de gestão para que o SVS tivesse um manejo adequado. Frente às pressões antrópicas sofridas por certas espécies da fauna e da flora, o Projeto / Programa SVS previa a abrangência de uma área, em geral, de pequenas dimensões, o que exigia apenas um vigia, plano de manejo, campanha de educação ambiental para a população regional, interpretação ambiental e um centro de visitantes, quando aconselhável (Funatura, 1988a, p. 04). Até maio de 1988 a Funatura havia identificado 22 áreas para a criação de SVSs em diferentes regiões do País, conforme indicado no mapa publicado no *Boletim* (Figura 2):

⁵¹ A Lei Sarney (Lei 7.505/86) vigorou de 1986 até 1990 e permitiu abater do Imposto de Renda doações (100%), patrocínios (80%) e investimentos (50%) em cultura. A Lei Rouanet é uma evolução da Lei Sarney. Fonte: *Agência Senado*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>

Figura 2 Programa Santuários da Vida Silvestre



Fonte: Mapeamento publicado no Boletim n° 02 (Funatura, 1988a), indicando levantamento feito pela Funatura para a criação de SVSs.

Desta maneira, a Funatura atuou na criação de inúmeros SVSs no Brasil. Dentre eles, os já citados SVS do Riacho Fundo, no Distrito Federal, e a primeira reserva particular do Estado de Goiás, o SVS Vagafofo, no município de Pirenópolis/GO, que com a legislação de 1990 e com apoio da Funatura passou a ser a primeira RPPN reconhecida no Brasil.

Como vimos no capítulo anterior, o SVS do Riacho Fundo foi transformado na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, por intermédio do Decreto nº 11.138, de 16 de junho de 1988⁵². É importante ressaltar que seis meses depois desse decreto as ARIEs foram reconhecidas como UCs pela Resolução nº 12, de 14 de dezembro de 1988, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), sendo incorporadas na Lei do SNUC no ano 2000 (Drummond, Machado, Barreto e Franco, 2024, p. 36). É importante esclarecer que o caso do SVS do Riacho Fundo, que foi reconhecido como uma ARIE distrital, foi uma situação pontual, ocorrida no contexto do Distrito Federal, envolvendo a atuação da Funatura e a boa relação com os órgãos ambientais do Governo do Distrito Federal e a presença, na ocasião, de Paulo Nogueira Neto como Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal.

No artigo 2º, do decreto de criação da ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, está assim contemplado o seu objetivo:

Art. 2º - A ARIE, Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo tem por objetivo:

- I – Estabelecer um Santuário de Vida Silvestre no curso inferior do Riacho Fundo e seu estuário, propiciando a efetiva proteção da fauna e flora desta área;
- II – Manejar a biota do Santuário visando a recuperação das populações animais afetadas por pressões antrópicas;
- III – Garantir a preservação de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção ali existentes;
- IV – Proteger ninhais de aves aquáticas e outros locais de reprodução da fauna nativa;
- V – Garantir proteção às aves migratórias que ali se refugiam;
- VI – Criar um centro de visitantes, através do qual se desenvolverão atividades de educação ambiental;

⁵² “Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) - Unidades de Conservação do Distrito Federal”. Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/unidades-de-conservacao-do-distrito-federal/>

VII – Desenvolver programas de observação ecológica e pesquisas sobre os ecossistemas locais (Distrito Federal, 1988)

No *Boletim Funatura*, lançado em junho de 1989 (Funatura, 1989), foi publicada uma nota anunciando a criação do SVS do Riacho Fundo. Visto como ponto de partida para a criação dos outros SVSs previstos, o texto sobre o SVS do Riacho Fundo argumentava sobre a sua importância para a proteção e garantia de que espécies raras da flora e da fauna do Distrito Federal não fossem extintas. Também discutia as ameaças sofridas pela pressão antrópica do entorno, pelas práticas inadequadas em sua área e sobre a poluição de suas águas. Nesse sentido, é dito que a então coordenadora do Projeto / Programa SVS, Cilulia Maury, “explica que o objetivo é dar ênfase especial às pesquisas sobre regeneração natural da área do Riacho Fundo, tendo em vista a falta de dados sobre a reconstituição dos ecossistemas nativos” (Funatura, 1989, p. 03). O texto segue comentando sobre algumas espécies raras do Riacho Fundo. As da fauna seriam o roedor *Juscelinomys candango* (rato-candango) e o peixe *Cynolebias boitonei* (pirá-brasília), e da flora *Cedrella odorata* var. *Xerogeiton*, *Equisetum giganteum* e a *Sarcogottis biflora*. Além das espécies raras, foram catalogadas 48 espécies de orquídeas, em um levantamento preliminar.

Em 1994, foi elaborado o Plano de Manejo da ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, tendo a Funatura como Órgão executor e a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal (SEMATEC) como Órgão interveniente. Consta na introdução do documento, que para a elaboração do Plano foi adotada a metodologia utilizada pela IUCN e o Roteiro Técnico para Elaboração de Plano de Manejo em Áreas Protegidas de Uso Indireto, do IBAMA (FUNATURA/ SEMATEC, 1994). Este Plano de Manejo foi constituído por quatro capítulos, divididos em: 1) Aspectos gerais da Unidade de Conservação; 2) Análise da Unidade de Conservação; 3) Manejo da Unidade de Conservação; 4) Implementação. É interessante notar que entre os objetivos de manejo está a manutenção dos campos úmidos e charcos, a fim de garantir o habitat do pirá-brasília, e o incentivo da pesquisa científica e do monitoramento ambiental, com prioridade para as investigações sobre o rato-candango (FUNATURA/ SEMATEC, 1994, p. 41), de forma que o manejo contínuo de ambas as espécies raras reforçaria a justificativa central que proporcionou a criação do ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo em 1988.

Durante a década de 1990, a Funatura iniciou a sua atuação no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), localizado em Goiás, e trabalhou na criação do SVS Fazenda Volta da Serra e do SVS Fazenda Mata Funda, no município de Alto Paraíso/GO, com apoio do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

Em artigo lançado no *Boletim Funatura* nº 11 (Funatura, 1994), a ecóloga Cilulia Maria Maury, então coordenadora do Projeto / Programa SVS da Funatura, discorreu sobre o histórico e as perspectivas dessa categoria de área protegida, mostrando a expansão dos SVSs como uma ação ambiental relevante da Funatura. Porém, o que de fato chama a atenção é a base socioambiental que a Funatura se propunha a aplicar e desenvolver para que a gestão ambiental fosse favorecida. No artigo “Áreas particulares protegidas – histórico e perspectivas”, Maury comenta sobre o fato de que a gestão ambiental moderna passa a considerar o entorno da área protegida, ao invés de se limitar ao isolamento da mesma enquanto uma extensão fechada (Maury, 1994, p. 04). Essa “visão dinâmica” sobre a área protegida daria lugar ao manejo e à proteção ambiental para além dos limites legais da reserva, inserindo-a em uma realidade na qual seriam considerados o entorno e a comunidade vizinha.

A visão do Santuário gerenciado não como uma área fechada em si mesma, mas como irradiador de atitudes de respeito à natureza, fortemente inserido na comunidade, constitui a base filosófica do Programa que deverá garantir e orientar sua sustentabilidade técnica, ecológica, financeira e o caráter social dos Santuários, a médio e longo prazos (Maury, 1994, p. 05)

Para a realização dessa base filosófica proposta, Cilulia Maury argumentava que parcerias deveriam ser estabelecidas entre proprietários e moradores do entorno dos SVSs, com comunidades próximas, universidades e instituições de pesquisa regionais, para a realização, sobretudo, de atividades relacionadas com a educação ambiental e o manejo. Tais parcerias seriam então fundamentais para a viabilidade dos SVSs, sendo aplicada uma visão socioambiental estruturada no manejo coletivo de uma reserva privada. A autora diz que, em caso de que não houvesse tais parcerias, deveriam ser estimuladas a criação de ONGs locais a fim de serem corresponsáveis pelo SVS, de forma que a Funatura poderia transferir as responsabilidades de gestão para os parceiros e/ou ONGs locais, para buscar o estabelecimento de novos santuários.

De fato, no Plano de Manejo do Riacho Fundo se percebe a aplicação dessa filosofia no item “6. Programas de Manejo”, no qual está inserido o Programa de Educação ambiental, composto por cinco subprogramas: “Subprograma de interpretação ambiental”, “Subprograma de Uso Público - Atendimento ao Visitante”, “Subprograma de Desenvolvimento Ambiental - Educação Ambiental para funcionários e colaboradores”, “Subprograma de Desenvolvimento Ambiental - Educação Ambiental para professores e líderes comunitários”, e “Subprograma de Integração da Unidade de Conservação ao seu entorno” (FUNATURA/ SEMATEC, 1994).

Deste modo, o manejo da UC não estava limitado a sua diversidade biológica, mas se estendia à realidade social na qual ela estava inserida, revelando uma concepção moderna de conservação da natureza, como apresentado no *Boletim Funatura*, pela então coordenadora do Projeto / Programa SVS. Dentre os resultados esperados do Projeto / Programa SVS estavam a sensibilização para os aspectos ecológicos e ambientais de alunos, visitantes e moradores do entorno, a melhoria da qualidade de vida das comunidades limítrofes e a transmissão de atitudes ambientais desejáveis, por meio da capacitação de professores e líderes comunitários (FUNATURA/ SEMATEC, 1994, p. 59).

No tópico seguinte passaremos dos SVSs para as RPPNs, mostrando como a criação destas últimas se desenvolveu desde que elas foram instituídas legalmente como uma categoria de UC.

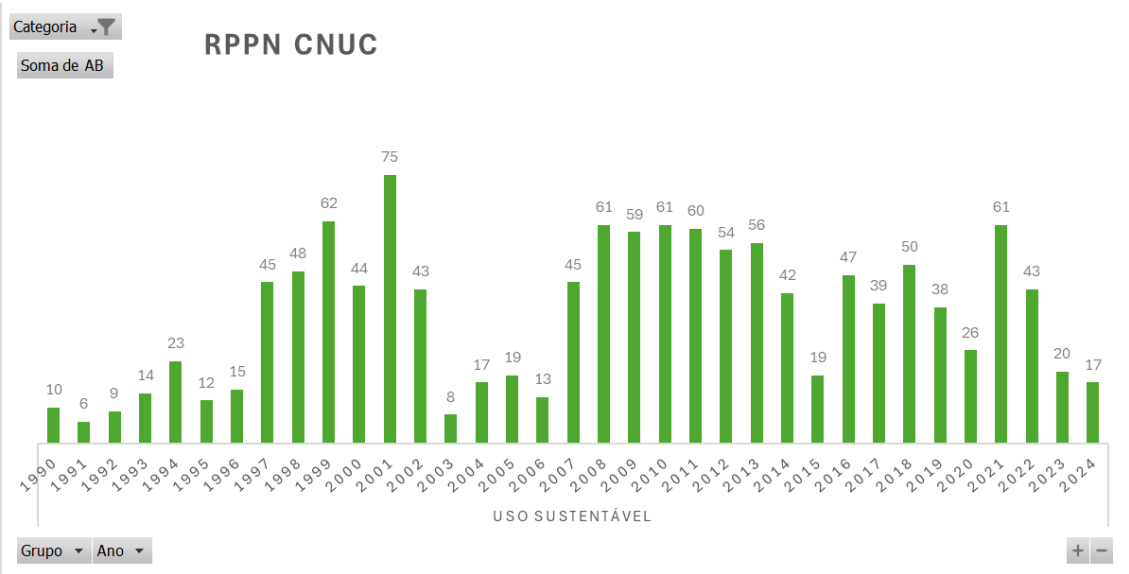
Evolução do histórico de criação de RPPNs no Brasil

Desde 1990, com a publicação do Decreto Federal nº 98.914, a criação de RPPNs tem crescido no Brasil. Com a intenção de realizar uma análise da evolução do número e da área abrangida por RPPNs, pesquisamos duas bases de dados que possuem a maior quantidade de registros desta categoria de UC. A primeira foi o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC⁵³, mantido pelo MMA. O cadastro registra todas as categorias de UCs. Para a análise foram aplicados filtros, para que fosse possível

⁵³ “Polígono CNUC 2024_10”. MMA. Disponível em: <https://dados.mma.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao/resource/7a142cc0-dae9-4a0b-8180-3016994d2932>

contabilizar apenas as RPPNs. Na data da consulta (10/01/2025), foram identificadas 1.261 RPPNs, distribuídas em todas as regiões e biomas do Brasil (Figura 3).

Figura 3 Histórico de Criação de RPPNs CNUC



Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação CNUC disponível em: <https://dados.mma.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao/resource/7a142cc0-dae9-4a0b-8180-3016994d2932>

Na base do CNUC se percebe que 2001 foi o ano com o maior número de criações, sendo registrado um total de 75. A base registra 1.261 RPPNs, que perfazem uma área total de 553.328,83 hectares. Na tabela abaixo (Tabela 5) se verifica a esfera em que a RPPN foi reconhecida na base do CNUC.

Tabela 5 CNUC 2001

ESFERA	NÚMERO DE RPPNS	%
ESTADUAL	504	40,0%
FEDERAL	752	59,6%
MUNICIPAL	5	0,4%
TOTAL GERAL	1.261	

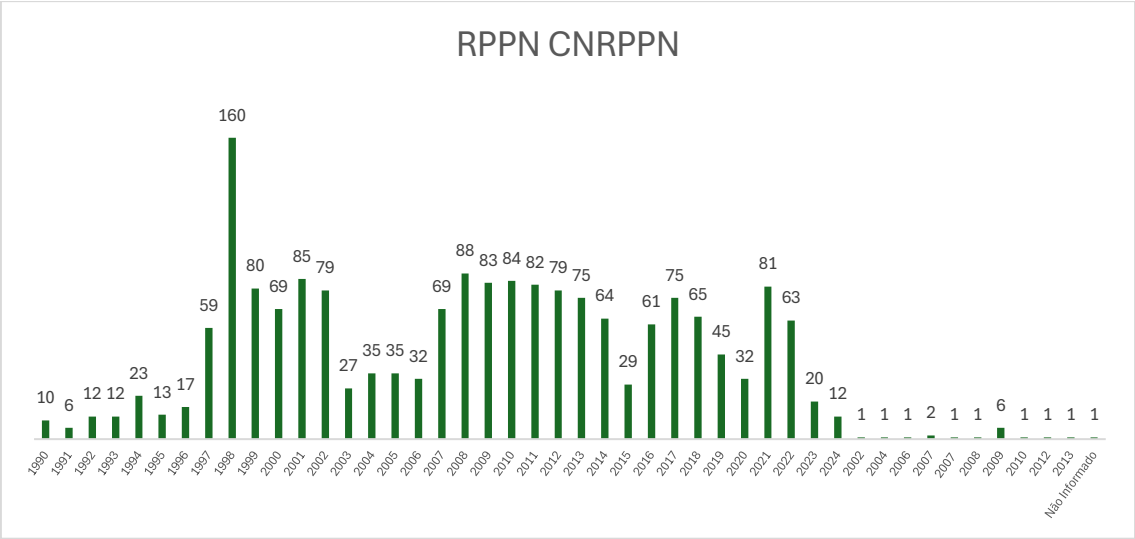
Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação CNUC disponível em: <https://dados.mma.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao/resource/7a142cc0-dae9-4a0b-8180-3016994d2932>

A segunda base pesquisada é a mantida pela Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – CNRPPN⁵⁴. A plataforma é reconhecida por ser mais completa, porém não guarda informações geoespacializadas. Na data da consulta

⁵⁴ “Confederação Nacional de RPPNs”. Disponível em: <https://www.rppn.org.br/indicadores-de-rppns>

(28/01/2025), foram identificadas 1.878 RPPNs, distribuídas em todas as regiões e biomas do País (Figura 4).

Figura 4 RPPNs na CNRPPN



Fonte: Base disponível no portal da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural disponível em: <https://www.rppn.org.br/indicadores-de-rppns>

Na base do CNRPPN, o ano com o maior registro de criações ocorreu em 1998, com 160 RPPNs reconhecidas. A base totaliza 1.878 RPPNs, as quais cobrem uma área total de 837.541,60 hectares (Tabela 6).

Tabela 6 Panorama CNRPPN

ESFERA	NÚMERO DE RPPNS	
Estadual	1.017	54%
Federal	762	41%
Municipal	98	5%
Total Geral	1.878	

Fonte: Base disponível no portal da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural disponível em: <https://www.rppn.org.br/indicadores-de-rppns>

O Projeto / Programa SVS da Funatura, que passou a se chamar Programa de Criação e Apoio à Gestão de RPPNs, a partir do ano 2000, com a aprovação da Lei do SNUC, se define como uma iniciativa desenvolvida com vistas à conservação da biodiversidade por meio da proteção de áreas privadas. Com a criação das RPPNs em suas propriedades, os proprietários se comprometem a conservar a natureza, recebendo, em contrapartida, benefícios como isenção de impostos sobre a terra e apoio técnico para a gestão da área. Trata-se de uma importante iniciativa de conservação ambiental no Brasil. No caso da Funatura, houve foco especial nos biomas Cerrado e Pantanal. Por

isso, é interessante observar o contexto no qual as RPPNs surgem, assim como o seu processo de expansão pelo país.

Como exposto no capítulo anterior, o avanço das atividades agropecuárias pelo centro-oeste brasileiro provocou a criação de programas de conservação ambiental efetivos, gerando o surgimento de organizações ambientais como a Funatura. Como contrapartida a esse avanço da fronteira de exploração dos recursos naturais no bioma Cerrado, o governo se viu pressionado a implementar medidas de conservação que protegessem remanescentes de vegetação, conforme previsto pelo Código Florestal de 1965. Diante da dificuldade de se instaurar áreas de reserva natural públicas em uma região dominada pela propriedade privada, como é o bioma Cerrado, a RPPN foi uma solução inteligente e extremamente eficiente no que diz respeito à salvaguarda de ecossistemas ameaçados pela transformação da terra. Ou seja, a criação desse tipo de UC é resultante de uma perspectiva voltada essencialmente para a conservação da biodiversidade, frente à perda de habitats, fazendo vir à tona a valoração ambiental, por meio de benefícios econômicos dados aos proprietários das RPPNs.

A iniciativa desenvolvida pela Funatura se alinha com a sua missão de promover a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, demonstrando o compromisso da organização com estratégias inovadoras de proteção da biodiversidade. As RPPNs são áreas voluntariamente destinadas pelos seus proprietários à conservação da natureza em caráter perpétuo. Elas desempenham um papel crucial na preservação de ecossistemas, complementando as áreas protegidas públicas. O Programa da Funatura busca incentivar proprietários rurais a criar RPPNs em suas terras, oferecendo suporte técnico e legal durante todo o processo. Ressaltamos aqui o papel desempenhado pela Funatura na criação, implementação e gestão de mais duas RPPNs, uma no bioma Cerrado e outra no bioma Pantanal, respectivamente as RPPNs Flor das Águas e Sesc Pantanal.

A RPPN Flor das Águas foi criada por meio da Portaria do Ibama 141/98-N, de 2 de outubro de 1998, com 43,31 hectares, em uma propriedade que a Funatura adquiriu com recursos doados pela empresa Colgate Palmolive (Funatura, 2021, p. 04). Ela fica no município de Pirenópolis (GO), localizada no Morro do Frota, sendo drenada pelo córrego Vagafofo, que corre pela Serra dos Pirineus e deságua no Rio das Almas, um dos formadores do rio Tocantins. Próxima ao Parque Estadual dos Pirineus e é contígua à RPPN Vaga Fogo. A primeira versão do Plano de Manejo foi elaborada pela Funatura em

1998, como um dos resultados do “Projeto de Implementação de Santuários de Vida Silvestre no Cerrado”, então apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Funatura, 2006). Posteriormente, foi atualizado em 2006 e 2021, tendo a última versão como base o novo roteiro metodológico para elaboração de Planos de Manejo de RPPNs, publicado pelo ICMBio em 2015. O Plano de Manejo da RPPN registrou 189 espécies de plantas e 125 espécies de aves. Nela também vivem lagartos, macacos, marsupiais, tartarugas, morcegos, pequenos felinos, lobo-guará e várias espécies de serpentes (Funatura, 2021). As primeiras ações realizadas na RPPN receberam recursos do “Projeto de Implementação de Santuários de Vida Silvestre no Cerrado” (1998-2001), executado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da Fundação Ford do Brasil. A sua sede foi inaugurada em 2001. Em 2006, a Funatura desenvolveu o “Projeto de Conservação da Biodiversidade com Turismo Ecológico (BRA/05/28)”, com apoio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos), e do GEF/Pnud (Funatura, 2006). Na RPPN, foi construído um Centro de Apoio à Pesquisa e Educação Ambiental e a Trilha da Loba, um circuito autoguiado com 2,2 km de extensão (Funatura, 2016). Em 2021, a Funatura vendeu a RPPN Flor das Águas para Adriana da Silva Ramos, mas se mantém comprometida com o apoio a sua gestão.

A RPPN Sesc Pantanal foi criada por intermédio da Portaria IBAMA nº 071/97-N, de 4 de julho de 1997, com 49.405 hectares. Mais tarde, foram adquiridas e incorporadas outras propriedades, que garantiram que a RPPN ficasse com um excelente tamanho e um formato adequado para a conservação de uma faixa bastante representativa do bioma Pantanal e de sua biodiversidade. Atualmente, a RPPN Sesc Pantanal conta com 108 mil hectares, o que corresponde a quase 1% da extensão total do Pantanal Mato-grossense e faz dela a maior RPPN do Brasil⁵⁵. Localizada no município de Barão de Melgaço, ela se encontra em um território predominantemente pantaneiro, inundável em grande parte de sua extensão na época das chuvas. O perímetro total da Reserva atinge cerca de 300 km. No ano 2000 a RPPN foi declarada pela UNESCO como Zona-Núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal e em 2003 foi reconhecida como Sítio Ramsar pela Convenção Ramsar de Áreas Úmidas (FUNATURA/GEF, 2024). Entre os anos de 1996 e 1999, a Funatura desempenhou um papel crucial no apoio à RPPN Sesc Pantanal, contribuindo significativamente para a criação da RPPN, inclusive com a participação

⁵⁵ “RPPN Sesc Pantanal”. Disponível em: https://www.sescpantanal.com.br/hotel.aspx?s=12#!p1_0

decisiva de Maria Tereza Jorge Pádua, e para a elaboração de um plano de manejo abrangente e detalhado. Durante este período, a Funatura conduziu levantamentos bibliográficos e de campo em diferentes áreas temáticas, como flora, fauna, geologia e geomorfologia. Além disso, foram confeccionados mapas e elaborados documentos técnicos que compuseram os diversos capítulos do plano de manejo⁵⁶. Este trabalho inicial foi fundamental para estabelecer uma base sólida de informações sobre a área, permitindo um planejamento mais eficaz das ações de conservação. Atualmente, a Funatura continua tendo papel importante, participando do Conselho Gestor da RPPN e de ações de manejo.

As RPPNs desempenham um papel crucial na conservação de biomas fragmentados, como o Cerrado, especialmente quando analisadas à luz da teoria da biogeografia de ilhas, que sugere que áreas de habitat isoladas, semelhantes a ilhas, enfrentam desafios únicos relacionados à manutenção da biodiversidade. No Cerrado, onde a fragmentação do habitat é uma preocupação crescente, as RPPNs atuam como importantes refúgios de biodiversidade, fornecendo habitats seguros para espécies ameaçadas. Além disso, essas reservas funcionam como corredores ecológicos e *step stones*, elementos essenciais para garantir a conectividade entre fragmentos de habitat. Ao permitir o movimento de espécies entre áreas isoladas, elas ajudam a manter a diversidade genética e a resiliência ecológica, facilitando processos naturais como a dispersão de sementes e o fluxo gênico. Dessa forma, as RPPNs são fundamentais para a preservação do Cerrado, contribuindo para a integridade ecológica e a sustentabilidade dos ecossistemas em longo prazo (De Marco et al., 2023).

Projetos Importantes dedicados à conservação em áreas privadas (1989-2018)

Nesta seção foi realizada uma pesquisa sobre os Relatórios de Prestação de Contas ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dirigidos à Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social. A Funatura passou a enviar os relatórios anualmente a partir de 1995, no entanto, eles foram organizados a partir de 1986, ano de fundação da Funatura. De acordo com o ex-superintendente executivo da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo:

⁵⁶ Cesar Victor Espírito Santo. Entrevista, 2025.

Durante os primeiros anos de funcionamento da Funatura não houve uma cobrança por parte da Promotoria de Fundações, quanto à elaboração dos Relatórios Anuais de Prestação de Contas. A partir do início da década de 90 houve uma necessidade formalizada por ofício para que a Fundação apresentasse os relatórios referentes aos primeiros anos. Em atendimento à demanda, foi realizada uma força-tarefa para apresentar os primeiros anos do Relatório. Considerando que a Funatura foi criada no mês de julho de 1986, os Relatórios foram organizados por períodos de julho a junho: volume 1 - julho de 1986 a junho de 1987; volume 2 - julho de 1987 a junho de 1988; volume 3 - julho de 1988 a junho de 1989. Os relatórios seguiram esse recorte temporal de junho a julho até 1992. Em 1992, o relatório adotou o corte de julho de 1992 a dezembro de 1993. A partir de 1993, os relatórios passaram a ser anuais, cobrindo anualmente, a partir de 1994, o período de janeiro a dezembro. O ajuste anual coincidiu com um processo de auditoria e a contratação de um escritório de contabilidade externo, que está com a Fundação até os dias atuais. Por orientação do contador José Ribamar, representante da Fapri, os relatórios passaram a acompanhar o exercício fiscal, alinhando com os balanços contábeis anuais⁵⁷.

Na série histórica aqui pesquisada, partimos do primeiro relatório localizado, que data de julho de 1989 a junho de 1990. A série está completa no acervo da Funatura, a partir desta data. Os três primeiros volumes ainda não foram localizados. Os relatórios foram encontrados no arquivo da organização, em volumes impressos e a partir de 1996 foram identificados no formato digital. Portanto, todos esses documentos fazem parte do acervo histórico e administrativo da Funatura (Funatura, Prestação Anual de Contas de 1990-2020).

Para a organização das informações apresentadas a seguir, foi realizada uma pesquisa sobre os assuntos “Santuários da Vida Silvestre” e “Reservas Privadas do Patrimônio Natural”, na série histórica dos relatórios, com o intuito de buscar construir um histórico sobre as reservas de proteção à natureza em áreas privadas. A Funatura envia os volumes impressos à Promotoria de Fundação e, a partir de 1995, a Promotoria passou a recebê-los em formato digital.

⁵⁷ Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

Os relatórios seguem uma estrutura padrão, que ao longo dos anos passou por algumas adaptações: i) Identificação da entidade e seus dirigentes; ii) Atividades da entidade; iii) Informações contábeis; iv) Fatos relevantes; v) Outras informações; e vi) Anexos.

A pesquisa focou no item II, ou seja, nas Atividades da Entidade. Até o ano 2000, os projetos descritos ficavam sob o guarda-chuva do Programa Santuários de Vida Silvestre (PSVS), depois, a partir do ano 2000, com a aprovação da Lei do SNUC, o guarda-chuva passou a se chamar Programa Reservas Privadas do Patrimônio Natural (PRPPN). A consulta aos Relatórios, no período que vai de 1989 até o fim de 2018, permitiu constatar significativos avanços pelo Brasil, com a expansão das atividades de conservação e de educação ambiental em diversas áreas privadas, apoiados por uma gama de financiadores. Este período foi caracterizado por um robusto envolvimento de entidades como o WWF, a CI, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, o SESC Pantanal, o Itaú Agroflorestal, o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA/IBAMA), entre outros, que contribuíram para a implementação e manutenção de reservas privadas.

Ao longo dos anos, destacamos os seguintes projetos desenvolvidos para o apoio à criação, implementação e gestão de reservas privadas, no âmbito do guarda-chuva Programa Santuários de Vida Silvestre (PSVS) / Programa Reservas Privadas do Patrimônio Natural (PRPPN):

- Implantação de uma Rede de SVSs, a nível nacional, com apoio do WWF. No escopo das ações executadas está a implantação de uma rede de SVSs, com o objetivo de realizar uma seleção de áreas visando a criação de SVSs com apoio financeiro do WWF. Foram realizados pagamentos de honorários à bióloga responsável, a fim de atender atividades relacionadas a levantamentos, visitas de campo, contatos com proprietários de áreas com potencial para criação de SVSs. Essas ações prosseguiram, contando com financiamento também da CI e garantiram a realização da obra de construção do Centro de Visitantes do SVS Vagafogo, com o apoio da Embaixada Britânica.
- O PSVS realizou importantes ações de conservação e manejo ambiental em diversos locais estratégicos no Brasil, com apoio financeiro de várias

instituições, destacando-se a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Um dos projetos principais foi a implementação do Santuário de Vida Silvestre do Morro do Cabeludo, localizado em Goiás. Este projeto teve como objetivo a elaboração do Plano de Manejo do Santuário, que incluiu a delimitação da área com 541,50 hectares, assegurando a proteção e o uso sustentável desse espaço. Outro projeto significativo foi a implementação do Santuário de Vida Silvestre da Fazenda Vagafogo, também em Goiás, que focou no apoio à infraestrutura do local, com a aquisição de equipamentos e mobiliário para o Centro de Visitantes. Este apoio foi crucial para fomentar a educação ambiental e o ecoturismo na região. No Rio de Janeiro.

- A implementação do SVS de Forquilha contou com o apoio financeiro do FNMA e visou principalmente a compra de equipamentos institucionais, a delimitação da área e a caracterização biótica, garantindo a conservação da biodiversidade local.
- O Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, em Brasília, foi alvo de uma série de ações integradas, incluindo a elaboração de um Plano de Manejo, a recuperação de áreas degradadas e a construção de um Centro de Visitantes. Este projeto foi apoiado pelo Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA/IBAMA) e pela Embaixada do Canadá e envolveu atividades como levantamento de informações e cercamento do perímetro do santuário.
- O Programa SVS reforçou as suas atividades com a implementação de ações em santuários como Vagafogo, Morro do Cabeludo, São Miguel e Riacho Fundo. O financiamento veio de uma ampla gama de fontes, incluindo a Fundação O Boticário, Empresas Itaú, Colgate e o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA). As ações executadas incluíram a aquisição de veículos, contratação de biólogos e vigias e a continuidade do desenvolvimento de planos de manejo. Este período destacou-se pela integração de medidas de proteção e educação ambiental, com projetos voltados para a comunidade local e funcionários das áreas de conservação.
- O projeto SVS do Riacho Fundo, financiado pelo PNMA/IBAMA. As ações executadas incluíram a proteção do SVS, conclusão das ações de

recuperação de áreas degradadas, ações de educação ambiental e o desenvolvimento do ecoturismo, equipagem do centro de visitantes e do alojamento dos guardas-parques, além da produção de um vídeo.

- O projeto “Implantação de Santuários de Vida Silvestre” (1996-1999), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, teve como objetivos assegurar a conservação e administração apropriadas de ecossistemas dos cerrados e fortalecer a capacidade institucional e técnica da entidade executora, a Funatura. As ações incluíram contatos com proprietários dos SVSs, contratação de técnico para acompanhamento administrativo e financeiro, além da aquisição de veículo e equipamentos de computação. Com a continuidade do projeto, foram desenvolvidas ações em quatro áreas de reservas particulares: Santuário de Vida Silvestre da Pousada das Araras, Fazenda Volta da Serra, Flor das Águas e Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fazenda Mata Funda – todas no estado de Goiás. As ações executadas incluíram: i) a implantação de um sistema informatizado de gestão dos projetos da Funatura; ii) a elaboração de planos de manejo; iii) a construção de centros de visitantes; iv) a demarcação e abertura de trilhas interpretativas, com fixação de placas educativas; v) a realização de cursos de capacitação voltados para condutores de visitantes ecoturísticos e para o ecoturismo do Cerrado; vi) a construção e manutenção de viveiros florestais e a recuperação de áreas degradadas; vii) a realização de cursos de capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais, de legislação ambiental e de gestão de resíduos; viii) a realização de vistorias técnicas nas reservas. Estas ações foram acompanhadas de reuniões frequentes com proprietários das reservas, para a definição de prioridades.
- O projeto “Vagafogo de Educação Continuada: formação de mão-de-obra para atividades cooperativadas e de preservação do meio ambiente” foi financiado pelo Programa de Pequenos Projetos (PPP) do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), representado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto proporcionou a capacitação da população local e regional de Pirenópolis em atividades profissionais, que envolviam a produção artesanal de doces e congêneres de forma cooperativada, promovendo a educação permanente e

autossustentabilidade econômico-financeira das comunidades, aliado à conservação da biodiversidade do Cerrado. As ações executadas incluíram cursos de produção artesanal de frutos secos ao sol, conservas, doces, pickles, derivados do leite, beneficiamento do baru, sucos e produção orgânica de alimentos, em três comunidades rurais do entorno de Pirenópolis. Foram adquiridos equipamentos como secadores solares, suqueiras, tachos de cobre, recipientes e despoldadores de baru, e foi elaborado um livro contendo receitas e o impacto do projeto nas comunidades.

- O projeto “Plano de Manejo da Área do Projeto SESC / Pantanal – MT”. Nesta etapa foram realizados levantamentos de campo e a elaboração dos capítulos do plano de manejo. A conclusão deste plano foi um marco importante, pois forneceu um guia detalhado para a gestão da RPPN Sesc Pantanal, incluindo estratégias para a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos naturais. Ao longo dos anos, a Funatura demonstrou um compromisso contínuo com a conservação ambiental, utilizando sua *expertise* para apoiar a RPPN Sesc Pantanal. Através de um trabalho metódico e colaborativo, a Funatura contribuiu para a criação de um plano de manejo que não apenas protege a biodiversidade da área, mas também promove o desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais.
- O projeto “Implementação de RPPNs no Cerrado Brasileiro”, financiado pelo Global Environment Facility (GEF) e pelo Programa das Nações para o Desenvolvimento (PNUD), teve como objetivo principal conservar a biodiversidade no entorno de dois Parques Nacionais do bioma Cerrado, PNCV e PNGSV, estimulando a iniciativa privada a participar desse esforço por meio da criação de RPPNs. As ações executadas incluíram a mobilização e formação de parcerias, visitas a propriedades com potencial para serem transformadas em RPPNs e a realização de seminários e encontros para aumentar a influência da Funatura. Além disso, foram inauguradas as estruturas físicas dos Santuários de Vida Silvestre Volta da Serra e Mata Funda, em Alto Paraíso – GO. A continuidade deste projeto incluiu a preparação dos municípios do entorno do PNCV e PNGSV para a criação dos Conselhos Consultivos, a criação de várias RPPNs, a

realização de avaliações ecológicas rápidas nas RPPNs, a elaboração de planos de manejo para RPPNs, a implantação de infraestrutura de apoio à visitação nas RPPNs, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa nas RPPNs, a realização de encontros dos povos, a publicação de várias edições do jornal *Cerrado Vivo* e a realização do seminário “A importância das RPPN para a conservação do cerrado”.

- O projeto “Conservação da Biodiversidade com Turismo Ecológico - RPPN Flor das Águas - Município de Pirenópolis” teve como objetivo a criação de roteiros ecoturísticos e a capacitação da mão-de-obra local para atender os visitantes. As ações executadas incluíram a finalização da atualização do Plano de Manejo da RPPN Flor das Águas, a intervenção e melhoria das trilhas, a colocação de placas solares, a realização de visitas monitoradas à RPPN, a vigilância e o aceiro da área da RPPN. Além disso, foram realizadas oficinas de capacitação e inaugurado o receptivo na RPPN Flor das Águas.

Destaque de projetos recentes relevantes relacionados com a conservação em RPPNs (2019-2024)

A partir do ano de 2019, a Funatura passou a captar e a desenvolver novos projetos importantes que tiveram como foco a criação de RPPNs e o apoio à gestão desta categoria de UC. Para este tópico, a documentação consultada foi a produzida pelos próprios projetos elencados, que foram três: i) “Reservas Privadas do Cerrado”, ii) Piúva-Rosa, e iii) Aroeira.

I. Reservas Privadas do Cerrado

O projeto “Reservas Privadas do Cerrado” foi uma iniciativa da Funatura, financiada pelo Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF). Os objetivos do projeto foram: (i) incentivar a criação de novas RPPNs no Cerrado; (ii) aumentar a área protegida no bioma Cerrado; (iii) engajar proprietários privados na conservação ambiental; (iv) fortalecer a gestão de áreas protegidas em corredores prioritários e áreas-chave para a conservação da biodiversidade (KBAs); e (v) promover a sustentabilidade ambiental e econômica através do ecoturismo e outras atividades sustentáveis. O valor do projeto foi

de US\$ 262,980.24 e seu período de execução foi entre 1 de setembro de 2019 a 30 de novembro de 2021.

O projeto alcançou resultados expressivos, com a criação oficial de 40 novas RPPNs. Além disso, outras 10 seguem com seus processos de criação aguardando a publicação dos instrumentos legais. As 50 RPPNs totalizam 5.147,72 hectares. O projeto demonstrou ser uma iniciativa eficaz para a conservação do bioma Cerrado, engajando proprietários privados e promovendo a criação de novas áreas protegidas. O CEPF é uma iniciativa conjunta da Agência Francesa de Desenvolvimento, da CI, da União Europeia, do GEF, do Governo do Japão e do Banco Mundial⁵⁸. A coordenação deste projeto ficou a cargo da engenheira florestal e consultora técnica da Funatura Verônica Theulen⁵⁹.

Uma estratégia do Projeto Reservas Privadas do Cerrado foi garantir que a sociedade civil estivesse envolvida com a conservação da biodiversidade. A partir de reuniões de sensibilização com proprietários de terras, ficaram claras as possibilidades de ganhos financeiros por meio do ecoturismo e dos serviços ambientais gerados pelas RPPNs. Esses benefícios poderão ser acessados pelos proprietários mediante a criação de políticas públicas e leis de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) pelos municípios envolvidos, assim como o incremento do ICMS Ecológico. É sabido que o aumento de turistas traz ao município um aumento na arrecadação pelo uso de serviços turísticos e, por consequência, um incremento na arrecadação de impostos.

II. Projeto Piúva-Rosa: Conservação de Reservas Privadas no Pantanal

O Projeto Piúva-Rosa (2022-2024), sob a égide da Funatura, emergiu como uma iniciativa estratégica para robustecer a conservação da rica biodiversidade do Pantanal e de áreas contíguas de Cerrado, dois dos biomas mais valiosos e sensíveis do Brasil⁶⁰. Reconhecendo a importância vital das RPPNs na salvaguarda da fauna, flora e dos

⁵⁸ “Reservas privadas do Cerrado”. *Funatura*. Disponível em: <https://reservasprivadasdocerrado.com.br/projeto/>

⁵⁹ Verônica Theulen, engenheira florestal e consultora técnica da Funatura, trabalhou como coordenadora do programa de SVS, entre 1997-1999.

⁶⁰ “Projeto Piúva Rosa revela interesse de proprietários rurais em criar RPPNs no Mato Grosso do Sul”, por Funatura. *Funatura*, 13 de agosto de 2024. Disponível em: <https://funatura.org.br/projeto-piuv-rosa-revela-interesse-de-proprietarios-rurais-em-criar-rppns-no-mato-grosso-do-sul/>

serviços ecossistêmicos essenciais, o projeto concentrou seus esforços na criação de novas áreas protegidas e na otimização do manejo e proteção das reservas já existentes.

O Projeto Piúva-Rosa foi impulsionado por um objetivo central: amplificar a proteção do Pantanal e de áreas de Cerrado adjacentes por meio de ações coordenadas e eficazes. Para tanto, o projeto delineou dois objetivos específicos que orientaram as suas atividades:

- Criação de RPPNs: Expandir a malha de áreas protegidas no Pantanal, estabelecendo novas RPPNs em locais de alta relevância para a conservação. Essa expansão visava garantir a proteção de habitats críticos e a conectividade entre diferentes áreas protegidas.
- Incremento do Manejo e Proteção: Aprimorar as práticas de manejo e proteção das RPPNs existentes, desenvolvendo planos de gestão integrados que considerassem as características e desafios específicos de cada reserva. Essa abordagem visava promover a sustentabilidade das atividades desenvolvidas nas RPPNs e a proteção efetiva da biodiversidade

O Projeto Piúva-Rosa foi coordenado pelo consultor técnico da Funatura Laercio Machado e alcançou resultados notáveis, superando as metas inicialmente estabelecidas e demonstrando a eficácia de sua abordagem. O projeto logrou criar seis RPPNs, excedendo a meta original de cinco reservas. Essas novas áreas protegidas foram estrategicamente localizadas em regiões de importância crucial para a conservação, conectando-se a outras áreas protegidas e contribuindo para a formação de corredores ecológicos que facilitam o fluxo de espécies e a manutenção da diversidade genética.

Foram desenvolvidos cinco planos de manejo, cumprindo o objetivo de aprimorar a gestão das RPPNs existentes. Esses planos, submetidos aos órgãos ambientais para análise e aprovação, representam um instrumento fundamental para orientar as ações de conservação. O projeto fomentou o engajamento e a articulação de diversos atores envolvidos na conservação ambiental, por meio da realização de uma Oficina de Planejamento Participativo. Esse evento proporcionou um espaço valioso para o diálogo e a colaboração entre proprietários de RPPNs, especialistas, estudantes e representantes de órgãos ambientais, fortalecendo a rede de proteção do Pantanal.

O Projeto Piúva-Rosa demonstrou a importância das parcerias entre instituições, proprietários de terras e comunidades locais para a conservação da biodiversidade. Os resultados alcançados evidenciam o potencial das RPPNs como instrumentos de proteção ambiental e a necessidade de investir em ações de manejo e gestão que garantam a sustentabilidade dessas áreas. A continuidade dos esforços e a disposição da equipe para garantir a aprovação dos planos de manejo demonstram o compromisso institucional com a conservação dos biomas Pantanal e Cerrado.

III. Projeto Aroeira: Conservação de Terras Privadas no Cerrado

O Projeto Aroeira (2023-2025), coordenado pela consultora técnica da Funatura Verônica Theulen, foi concebido como uma resposta estratégica à crescente ameaça que paira sobre o Cerrado. Reconhecendo o papel fundamental das terras privadas na conservação da natureza, o projeto concentrou seus esforços na criação de RPPNs e na elaboração de planos de manejo.

O objetivo geral do Projeto Aroeira é o de proteger o Cerrado por meio da conservação de terras privadas, estabelecendo conexões entre importantes UCs e promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais. Para alcançar essa meta ambiciosa, o projeto definiu dois objetivos específicos que nortearam suas ações:

- Ampliar a área protegida no bioma Cerrado, por meio da criação de novas RPPNs, localizadas em áreas estratégicas no entorno do PNCV, do Parque Estadual Águas do Paraíso e do Parque Estadual do Jalapão. Essa expansão visava garantir a proteção de habitats críticos e a conectividade entre diferentes áreas protegidas, promovendo a conservação da biodiversidade em escala regional.
- Elaboração de Planos de Manejo: Desenvolver planos de manejo para as RPPNs criadas, com o intuito de orientar as ações de conservação e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Esses planos, elaborados com a participação dos proprietários e demais atores envolvidos na gestão das reservas, representam um instrumento fundamental para garantir a efetividade das ações de proteção e a sustentabilidade das atividades desenvolvidas nas RPPNs.

O projeto superou a meta inicial de criação de cinco RPPNs, alcançando um total de oito reservas criadas. Esse aumento significativo da área protegida representa um

importante avanço para a conservação do bioma Cerrado, contribuindo para a proteção da fauna, flora e dos serviços ecossistêmicos. Sete planos de manejo estão em processo de elaboração, com os estudos de campo e relatórios técnicos já finalizados. A conclusão desses planos representará um marco importante para a gestão das RPPNs, orientando as ações de conservação.

O Projeto Aroeira promoveu o engajamento e a articulação de diversos atores envolvidos na conservação ambiental, por meio da realização de três oficinas de planejamento participativo. Esses eventos proporcionaram um espaço valioso para o diálogo e a colaboração entre proprietários de RPPNs, moradores locais, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, fortalecendo a rede de proteção do Cerrado⁶¹.

Os jornais das RPPNs

Caracterizado por uma abordagem ampla, o PRPPN vai além da criação das RPPNs. Como visto, a organização oferece apoio contínuo aos proprietários, auxiliando na elaboração de planos de manejo, no monitoramento da biodiversidade e na implementação de práticas sustentáveis nas áreas protegidas e seu entorno. Isso garante maior efetividade na gestão. O PRPPN também se integra a outras iniciativas da Funatura, como o Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Como discutido no capítulo anterior, esta integração permite uma abordagem de conservação em escala de paisagem, onde as RPPNs funcionam como peças-chave na conectividade entre áreas protegidas maiores, contribuindo para a formação de corredores ecológicos e *step stones*, essenciais para a manutenção da biodiversidade⁶².

O PRPPN tem um importante componente de educação ambiental e sensibilização. A Funatura utiliza sua experiência em comunicação, evidenciada por publicações como o jornal *Cerrado Vivo*, lançado em 2002, e o *Jornal do Mosaico*, lançado em 2010, para disseminar informações sobre a importância das RPPNs e incentivar mais proprietários a aderirem à iniciativa. Ambas as publicações estão disponíveis na seção “Acervo” do site da Funatura⁶³. Com periodicidade trimestral, o

⁶¹ Verônica Theulen. Entrevista realizada por Pedro Bruzzi e Ana Marcela França. Brasília, 18 de dezembro de 2024.

⁶² “Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu”. Disponível em: <https://mosaicosp.com.br/rede-nacional/>

⁶³ “Acervo da Funatura”. *Funatura*. Disponível em: <https://funatura.org.br/acervo/?categoria=periodicos>

Jornal do Mosaico tinha como objetivo a difusão de matérias sobre o Mosaico SVP, como ações relacionadas com o desenvolvimento sustentável do território, a gestão integrada das suas UCs e as atividades do Conselho do Mosaico, além de outros assuntos relacionados com a região (FUNATURA/IEF, 2010, p. 02).

Já as edições do *Cerrado Vivo* visavam disseminar informações sobre a importância das RPPNs e da educação ambiental, ao incentivar mais proprietários a aderirem à iniciativa. Tal proposta está assim colocada no editorial do primeiro número do “Cerrado Vivo”:

Se o dono da terra quer cuidar e preservar, mostra a sua preocupação com a vida hoje e amanhã. Mostra o seu carinho com a terra e com quem virá depois: os filhos dos filhos de seus filhos, que merecem, num tempo futuro, encontrar vivo esse chão. A educação ambiental é um processo contínuo e abrangente, devendo ser amplamente difundido. Educação não se resume a simplesmente fazer a coisa certa, é muito mais que isso, é além disso, troca de experiências. Está no jeito de ser e viver de um povo, nas suas tradições. Está no jeito de falar, de cantar, de dançar a dança. E é aí que o nosso projeto entra, no universo da gente desses lugares, dando as mãos para a sua cultura, aplaudindo sua sabedoria. (...) Para isso, está sendo elaborado pela equipe da Funatura um plano de educação ambiental onde os proprietários de RPPNs também estão convidados a participar, interagindo com a comunidade, num processo participativo e auto-sustentável (Funatura, 2002).

O jornal *Cerrado Vivo* foi extremamente importante para a divulgação e promoção das RPPNs. Nos números publicados e disponibilizados no *site* da Funatura para consulta pública⁶⁴, se encontram várias notícias sobre o meio ambiente e a cultura, resgatando as histórias das “gentes” e, sobretudo, a importância da preservação do bioma Cerrado por meio das RPPNs. No jornal de número 07, Ano 2, publicado em 2004, foi comemorado os 15 anos do PNGSV. Na nota “Orgulho das terras dos Gerais”, escrita pelo então secretário-superintendente da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo, temos que:

Para a Funatura, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas também faz parte da história, porque reconhecendo a sua importância, contribuiu com o processo de criação, passo-a-passo: dos primeiros contatos com a comunidade, dos

⁶⁴ “Cerrado Vivo”. *Funatura*. Disponível em: https://funatura.org.br/conteudo_acervo/cerrado-vivo/

levantamentos ecológicos e socioeconômico, o plano de manejo, a proteção do entorno, através da criação das RPPNs, e dos trabalhos com a [s] comunidades, até as campanhas para a ampliação e em combate aos desmandos ambientais de latifundiários da Bahia. ‘Nossa história tem muito da história do Grande Sertão, porque trabalhamos com ele e também para ele ao longo de tantos anos’ (Funatura, 2004, p. 03).

O jornal *Cerrado Vivo* destaca a importância da valorização cultural das populações do Cerrado para que seja criada uma conscientização ambiental na região. Na matéria publicada na edição ano 1, nº 04, de 2003, intitulada “Gente do meio ambiente”, é mencionada a necessidade de que seja conhecido o ambiente natural para que ele seja preservado pela população, por meio da “redescoberta da autoestima das comunidades, expressa através das manifestações culturais” (Funatura, 2003). Tanto neste texto quanto em outras reportagens do jornal, a Funatura defende a importância da presença dos povos do Cerrado para a conservação do bioma.

Deste modo, o PRPPNs da Funatura tem gerado impactos positivos na conservação da biodiversidade e na valorização das tradições e melhoria das condições de vida de comunidades rurais brasileiras. Ao proteger áreas críticas, o programa preserva habitats essenciais para inúmeras espécies da flora e da fauna, muitas das quais são endêmicas ou ameaçadas de extinção. Além disso, as RPPNs contribuem para o fortalecimento de culturas regionais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima, a proteção dos solos e a conservação dos recursos hídricos.

A Funatura e o seu engajamento com a proteção de áreas privadas

Ao longo dos anos, a Funatura tem demonstrado um engajamento em ações para a criação, implementação e gestão de RPPNs, associadas com projetos de turismo ecológico e de educação ambiental. A Funatura igualmente manteve o esforço de promover iniciativas de gestão integrada de áreas protegidas, nas quais as RPPNs desempenham um papel importante para garantir habitats e elementos de conectividade, como corredores ecológicos e *step stones*. As atividades desenvolvidas pela Funatura no âmbito do PSVS / PRPPN buscaram unir a conservação da biodiversidade com a

valorização das diversas tradições culturais características dos “povos” que habitam os biomas brasileiros.

Percebemos então que a Funatura tem desempenhado um papel importante na promoção e gestão de RPPNs, especialmente nos biomas Cerrado e Pantanal. A criação de RPPNs é uma estratégia eficaz para a conservação, pois permite a proteção de áreas significativas sem a necessidade de desapropriação, envolvendo diretamente os proprietários na conservação ambiental. Assim, as principais atividades promovidas são:

1. Identificação e Seleção de Áreas: A Funatura trabalha na identificação de áreas prioritárias para a conservação dentro de propriedades privadas. Isso envolve estudos de campo e análises de biodiversidade para garantir que as áreas selecionadas tenham um alto valor de conservação.
2. Apoio à Criação de RPPNs: A organização oferece suporte técnico e jurídico para proprietários interessados em transformar suas terras em RPPNs. Isso inclui assistência na elaboração de planos de manejo e na navegação pelos processos burocráticos necessários para a criação oficial das reservas.
3. Gestão e Monitoramento: Após a criação das RPPNs, a Funatura continua a apoiar os proprietários na gestão das áreas. Isso pode incluir o monitoramento da biodiversidade, a implementação de práticas de manejo sustentável e a promoção de atividades de ecoturismo que respeitem os limites ambientais.
4. Educação e Sensibilização: Parte do trabalho da Funatura envolve a educação ambiental e a sensibilização dos proprietários e das comunidades locais sobre a importância da conservação. Isso é feito através de *workshops*, palestras e materiais educativos.

Ao longo da sua história a Funatura contribuiu com a criação de 73 RPPNs no Cerrado e no Pantanal, que compõem um esforço de conservação de aproximadamente 130 mil hectares (Tabela 7).

Tabela 7 RPPNs Criadas com apoio da Funatura

Nº	Nome da RPPN	Área (ha)	Cidade	UF	Biomás	Região	Reconhecimento	Criação
1	RPPN Fazenda Vagafogo Boa Vista	17,0000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	1990
2	RPPN Fazenda Campo Alegre	7.500,8200	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	1994
3	RPPN Linda Serra dos Topázios	469,4800	Cristalina	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	1994
4	RPPN Fazenda Mata Funda	110,0000	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	1997
5	RPPN Estância Ecológica SESC Pantanal I	108.000,0000	Barão de Melgaço	MT	Pantanal	Região Centro-Oeste	Federal	1997
6	RPPN Reserva Santuário de Vida Silvestre Pousada das Araras	175,0000	Serranópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	1998
7	RPPN Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas	43,3100	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	1998
8	RPPN Veredas do Pacari	346,7920	Arínos	MG	Cerrado	Região Sudeste	Federal	2004
9	RPPN Arara Vermelha	248,4500	Arínos	MG	Cerrado	Região Sudeste	Federal	2005
10	RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas	92,1900	Colinas do Sul	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2005
11	RPPN Parque do Capetinga	1.584,2606	São João d'Alança	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2005
12	RPPN Vale das Araras	31,7500	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2005
13	RPPN Varanda da Serra	1,4265	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2005
14	RPPN Soluar	42,4864	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2006
15	RPP Murundu	40,9000	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
16	RPPN Abade	131,0000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
17	RPPN Acauã	1,7000	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
18	RPPN Além do Horizonte	20,0000	Caxias	MA	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
19	RPPN Arco-Íris	116,0000	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
20	RPPN Arival Antônio Zardo	211,7000	Chapadão do Sul	MS	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
21	RPPN Armando Otttoni	889,4300	Baixa Grande do Ribeiro	PI	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
22	RPPN ASSEPI	32,0000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
23	RPPN Ava Caneiro	1.017,0000	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
24	RPPN Bacupari	36,8000	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
25	RPPN Biorregional	2,5000	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
26	RPPN Camberra	200,0000	Uruçuí	PI	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
27	RPPN Campos Úmidos Vochysias	17,9000	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
28	RPPN Canto de Oxum = RPPN Águas de manhana	9,9000	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Estadual	2021
29	RPPN Estrela	200,0000	Caxias	MA	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
30	RPPN Fazenda Chapadões	1.747,5000	Alto Paraíba	MA	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
31	RPPN Floresta Ecomarque Botucatu	8,2370	Botucatu	SP	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
32	RPPN Florida	15,0000	Botucatu	SP	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
33	RPPN Lavinhas	1,2400	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
34	RPPN Limoeiro	47,0000	Feira da Mata	BA	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
35	RPPN Mimosa	2,0200	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
36	RPPN Monsenhor Domingos Evangelista	58,9999	Caeté	MG	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
37	RPPN Morro do Segredo	32,4000	Lajeado	TO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
38	RPPN Nascentes	149,0000	Teresina de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
39	RPPN Parque Bunitis do Ludugero	90,0505	São João d'Alança	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Estadual	2021
40	RPPN Parque do Barandão	459,4371	São João d'Alança	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Estadual	2021
41	RPPN Parque do Mingau	213,9479	São João d'Alança	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Estadual	2021
42	RPPN Pau Terra II	5,6000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
43	RPPN Renascer	9,6905	Alto Paraíso de Goiás	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Estadual	2021
44	RPPN Reserva Flor das Águas	29,2800	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
45	RPPN Reserva Jaguatirica	28,9300	Montezuma	MG	Cerrado	Região Sudeste	Federal	2021
46	RPPN Reserva Maria Helena I	63,0000	Cerqueira Cesar	SP	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
47	RPPN Reserva São Lourenço	10,0000	Avaré	SP	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
48	RPPN Rio Almas	62,1000	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
49	RPPN Santo Onofre	1.890,3700	Guia Lopes da Laguna	MS	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
50	RPPN Santuário	116,2000	Bonito	MS	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
51	RPPN Santuário de Vida Silvestre Beija Flor	8,5000	Colinas do Sul	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
52	RPPN Santuário Ecológico Mãe Terra	2,3800	Sobradinho	DF	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
53	RPPN Serra da Piedade	71,8023	Caeté	MG	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
54	RPPN Serra do Carmo	4,3300	Palmas	TO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
55	RPPN Simplicidade	4,0000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
56	RPPN Sol e Luz	49,2500	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
57	RPPN Solta I	886,5000	Baixa Grande do Ribeiro	PI	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
58	RPPN Solta II	893,2600	Baixa Grande do Ribeiro	PI	Cerrado	Região Nordeste	Federal	2021
59	RPPN Terra de Maria	10,9000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
60	RPPN Terra do Sol	172,0000	Serro	MG	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
61	RPPN Trilhas do Cerrado (Sítio Eucaliptos)	10,0000	Monte Alto	SP	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2021
62	RPPN Vale das Cocalbas	10,6700	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
63	RPPN Vida no Cerrado	10,0000	Morada Nova de Minas	MG	Cerrado	Região Sudeste	Federal	2021
64	RPPN Viver Paz e Bem	49,0000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2021
65	RPPN Recanto Olho D'Água	10,6342	Botucatu	SP	Cerrado	Região Sudeste	Estadual	2022
66	RPPN Bem Viver	27,3000	Pirenópolis	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2022
67	RPPN Recanto do Arco Iris	175,3000	Cavalcante	GO	Cerrado	Região Centro-Oeste	Federal	2022
68	Santuário	116,2100	Bonito	MS	CERRADO	Região Centro-Oeste	Federal	2024
69	Lagoa Misteriosa	38,4308	Jardim	MS	CERRADO	Região Centro-Oeste	Federal	2024
70	Howard Quigley	643,3300	Corumbá	MS	PANTANAL	Região Centro-Oeste	Federal	2024
71	SESC Bonito	19,4800	Bonito	MS	CERRADO	Região Centro-Oeste	Federal	2024
72	Ruth Paes Pires I	20,7468	Miranda	MS	PANTANAL	Região Centro-Oeste	Federal	2024
73	RPP JAGUARTE	20,0000	Corumbá	MS	PANTANAL	Região Centro-Oeste	Federal	2025
		129.883,8225						

Assim, o PSVS / PRPPN da Funatura tem promovido ações efetivas para mostrar como a conservação pode ser integrada ao uso privado da terra, beneficiando tanto a biodiversidade quanto as comunidades locais. Através de esforços contínuos e colaboração, a Funatura tem se empenhado em garantir que áreas vitais dos biomas brasileiros sejam preservadas para as futuras gerações. O PSVS / PRPPN combinou, ao longo de sua existência, *expertise* técnica, parcerias estratégicas e uma abordagem

integrada de conservação, contribuindo significativamente para a proteção da biodiversidade em terras privadas.

Capítulo 3: O papel desempenhado pela Funatura no processo de criação e gestão das RPPNs na Chapada dos Veadeiros

“Para o prazer e para ser feliz, é que é preciso a gente saber tudo, formar alma, na consciência; para penar, não se carece”.

João Guimarães Rosa

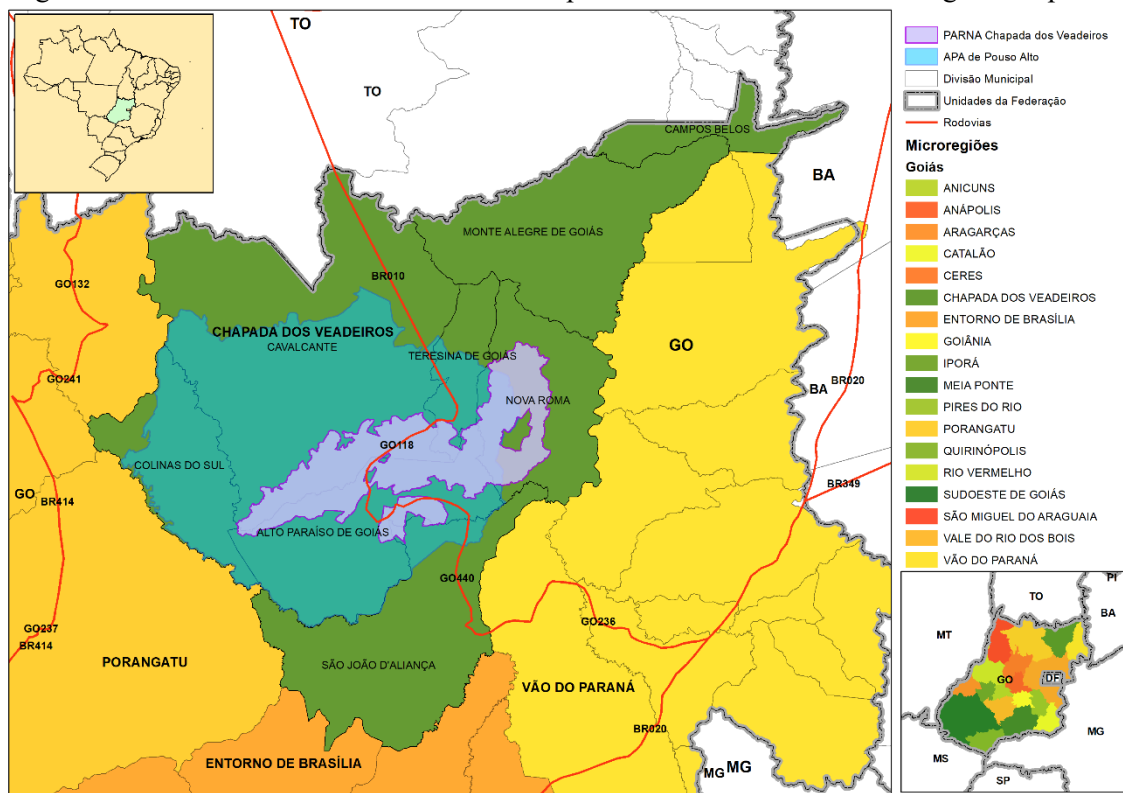
Caracterização física e da importância da biodiversidade da Chapada dos Veadeiros

A Funatura, em 2021, por meio de contrato realizado com a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de Goiás (SEMAD/GO), realizou um levantamento de informações, que se encontra no trabalho, em andamento, de Revisão do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto, especificamente na parte Revisão do Zoneamento Ambiental – Encarte 4. A presente dissertação utilizou como referência o Produto 02 – Relatório Descritivo com o Resultado do Levantamento de Informações Secundárias (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021). O documento contém a base conceitual, com as diretrizes para a revisão do zoneamento ambiental da APA de Pouso Alto, a caracterização da UC e uma análise do Encarte 4 do Plano de Manejo (2016), que tinha como objetivo gerar subsídios para a elaboração do pré-zoneamento a ser discutido e consolidado em conjunto com o Conselho Consultivo da APA (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021).

Ao longo do terceiro capítulo serão utilizados dois diferentes recortes geográficos para uma abordagem territorial: 1) A microrregião da Chapada dos Veadeiros, definida por uma classificação do IBGE e delimitada por meio do conjunto de municípios; e 2) A APA de Pouso Alto, propriamente dita. A APA ocupa uma superfície de 872.000 hectares, distribuídos nos municípios, de acordo com os seguintes percentuais: Cavalcante - 44,65%, Alto Paraíso de Goiás - 28,46%, Colinas do Sul - 15,64%, Teresina de Goiás - 4,64%, Nova Roma - 3,67%, e São João d’Aliança - 2,94%. A microrregião da Chapada dos Veadeiros é determinada por oito municípios: São João d’Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Nova Roma, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Terezina de

Goiás e Campos Belos. A microrregião ocupa uma área de 2.133.872,19 hectares, conforme o mapa a seguir (Figura 5):

Figura 5 APA de Pouso Alto e PARNA da Chapada dos Veadeiros na Microrregião Chapada



IBGE

A Chapada dos Veadeiros é conhecida pelas belezas naturais e por suas manifestações culturais. Nela estão o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), algumas APAs e RPPNs. A microrregião que será analisada neste capítulo abrange as RPPNs localizadas na APA de Pouso Alto, que compreende os municípios de Alto Paraíso do Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, São João D'Aliação e Terezina de Goiás. Por meio do Decreto nº 5.419, de 07 de maio de 2001, foi criada a APA de Pouso Alto.

Fica criada a Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, com 872.000 ha, destinada a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, neste Estado (...) Para resguardar e proteger a integridade da APA de Pouso Alto todos os empreendimentos susceptíveis de provocar modificações e/ou impactos ambientais dentro e num raio de 10 km dos limites

desta Unidade de Conservação, deverão ser submetidos à anuência da Agência Goiana de Meio Ambiente⁶⁵.

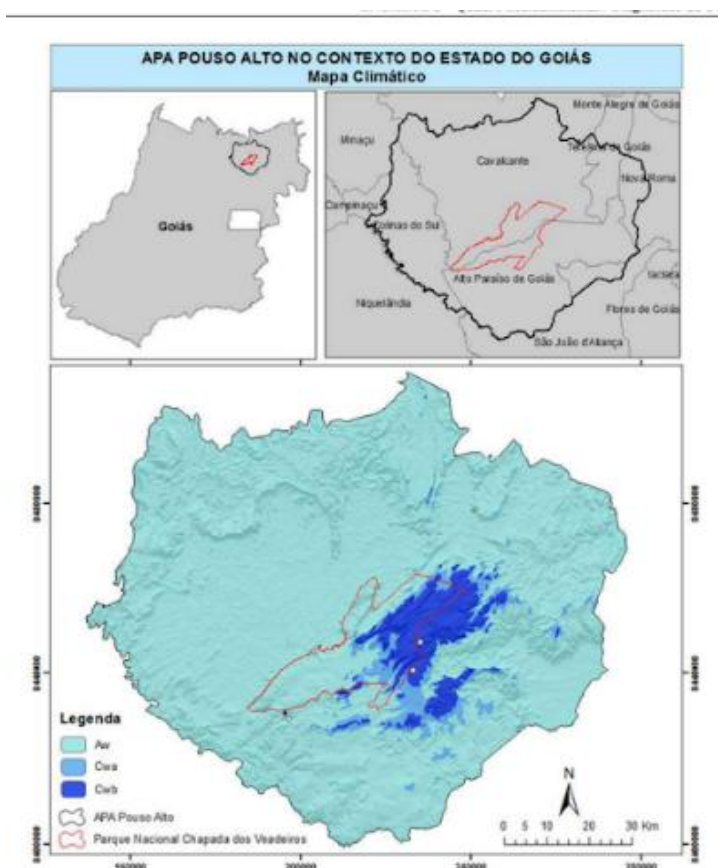
A seguir, apresentaremos uma caracterização geral da APA de Pouso Alto. Essas informações foram retiradas do “Plano de Manejo da APA de Pouso Alto, Encarte 2 - Quadro Socioambiental / Diagnóstico da UC” (SEMAD, 2016) e do “Projeto 12 – Revisão do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto - Revisão do zoneamento – Encarte 4. Produto 02 – Relatório descritivo com o resultado do levantamento de informações secundárias” (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021).

Clima

Nas áreas com menores altitudes predomina o clima Aw e, à medida que as altitudes aumentam, o clima passa a ser mais temperado (Cwa e Cwb), sofrendo maior influência da circulação dos ventos e da menor pressão atmosférica. O clima tipo Aw, que se define como clima tropical de savana, com estação seca de inverno, caracteriza-se por duas estações bem demarcadas: verões chuvosos (dezembro a março) e invernos secos. Julho é o mês mais seco e as temperaturas médias mensais do mês mais frio são superiores a 18°C. O clima Cwa é um clima subtropical, de inverno seco e verão quente, que ocorre na região serrana da APA, em altitudes acima de 1.200m. No inverno seco, tem temperaturas inferiores a 18°C, e no verão úmido tem temperaturas superiores a 22°C. O clima Cwb, definido como um clima subtropical de altitude, de inverno seco e verão ameno, também ocorre na região serrana da APA, em altitudes acima de 1.200m, nas linhas de escarpas entre as altas altitudes do clima Cwa e as baixas altitudes do clima Aw. Caracteriza-se por inverno seco e verão ameno, com temperaturas inferiores a 22°C (Figura 6).

⁶⁵ “Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto”. *Unidades de Conservação no Brasil – ISA*. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/3258>

Figura 6 Mapa climático da APA de Pouso Alto



Fonte: Mapa climático da APA, baseado em Alvares *et al.* (2013) (SEMAD, 2016).

A dinâmica atmosférica regional da APA sofre influência das altas pressões subtropicais do Atlântico Norte e das baixas pressões da região Amazônica e da região de planície do Chaco. A região é frequentemente afetada pela Massa Tropical Atlântica (Ta), que apresenta maior influência no inverno, e pela Massa Equatorial Continental (Ec), que nasce na região amazônica e carrega grande teor de umidade, agindo principalmente no verão.

A partir de dados pluviométricos coletados em seis estações meteorológicas presentes na APA, pode-se afirmar que no período entre 2002 e 2012, a precipitação anual média da área ficou em torno de 1.200 mm/ano. Este índice de precipitação corrobora positivamente no balanço hídrico e na disponibilidade de água para a região. A rede hidrográfica, o uso e ocupação do solo e a capacidade de armazenamento de água subterrânea são outros fatores preponderantes que influenciam no sistema hidrológico da região.

Geologia

A geodiversidade da região da APA, expressa pelas particularidades de seu meio físico, que abrange rochas, relevo, clima, solos e águas, é um marco do Brasil Central. A região foi reconhecida pela Unesco como uma das áreas núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado e como Patrimônio Natural da Humanidade. Em 2002 foi incluída entre os sítios geológicos mais importantes do Brasil pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (Sigep) (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021).

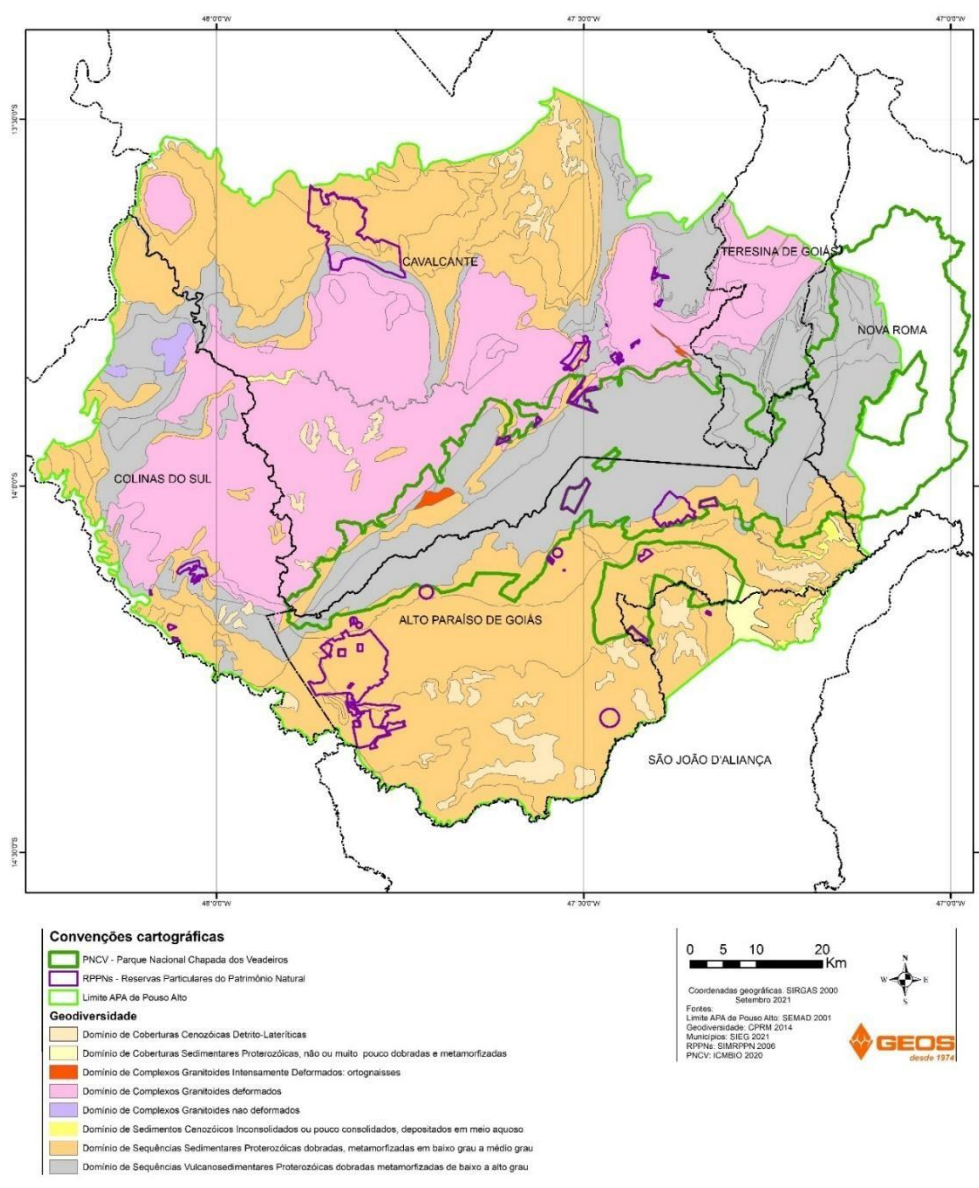
A região da APA é uma das áreas de afloramento das rochas mais antigas do Brasil, algumas com mais de dois bilhões de anos de idade. Além da antiguidade das rochas, a área também se caracteriza por feições geomorfológicas formadas a partir dos movimentos tectônicos e de grande riqueza geológica-mineral, associadas à heterogeneidade de corpos rochosos e minerais.

O subsolo contém recursos minerais diversificados e significativos no processo de ocupação humana do território. Um exemplo é Cavalcante, que foi fundada no ciclo do ouro do século XVIII. A primeira incursão no território de Cavalcante ocorreu em 1736, por Julião Cavalcante e seus companheiros, em busca de minas de ouro na região. A descoberta de uma grande mina à margem do córrego Lava Pés, na serra da Cavalhada, atraiu numerosos aventureiros, dando início ao povoado. Em 1740, foi fundado oficialmente o arraial de Cavalcante e, em 1759, ele foi elevado à categoria de freguesia, por ordem do Governador da Capitania de Goyaz, D. João Manoel de Melo⁶⁶. Com o declínio da exploração aurífera, o município passou a se dedicar às atividades da agricultura e da pecuária, seguindo um processo histórico recorrente na região. No século XX, a região da Chapada dos Veadeiros notabilizou-se pela produção de cristais de quartzo, marcada, no entanto, por altos e baixos na demanda do produto e pelos ciclos de entrada de garimpeiros na região (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021; Ribeiro e Franco, 2022).

⁶⁶ “Cavalcante”. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cavalcante/historico>

São distinguidos três grandes domínios geoambientais predominantes na região da APA: 1) Complexos granitoides deformados; 2) Sequências vulcano-sedimentares proterozoicas dobradas; 3) Sequências sedimentares proterozoicas dobradas (Figura 7).

Figura 7 Geodiversidade da APA de Pouso Alto



Fonte: (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

Relevo

O relevo da região apresenta grande diversidade de feições, resultantes de processos de erosão e dobramentos muito antigos. Pode-se distinguir 12 diferentes tipos de relevo na área da APA, relacionados principalmente à altimetria e declividade,

elencados a seguir, de acordo com a área em hectares que ocupam dentro da APA (Tabela 8).

Tabela 8 Compartimentos do relevo da APA de Pouso Alto

Compartimentos do Relevo	Características	Área (ha)	%
Chapadas e Platôs	Alto grau de fraturamento das rochas, recarga do freático e potencial a poluição por infiltração . Ultrapassam 1.000m de altitude e abrigam o ponto culminante do estado de Goiás , a serra do Pouso Alto com 1.676m e que dá nome a APA. É o relevo predominante na APA , domina o setor Leste e forma mirantes naturais e cachoeiras . Associados aos campos Cerrados.	280.307	31,07
Domínio de Colinas Amplas e Suaves	Alta taxa de fraturamento, que potencializa a capacidade de alimentar os aquíferos subjacentes. Apresentam grande número de nascentes	219.991	24,38
Domínio de Morros e Serras Baixas	Solos arenosos, soltos, com boas propriedades de infiltração da água. Ocorrem no extremo oeste da APA. Alta dissecação e ainda sujeitos aos fenômenos erosivos .	106.719	11,83
Planaltos e Platôs	Quebras de relevo com formação de cachoeiras . Setor sudeste da APA. Apresentam solos bastante intemperizados e com baixa fertilidade. Boa parte dos terrenos no centro dos vales e nos topos dos platôs, por serem planos e suavemente ondulados, apresentam atividades agossilvipastoris , principalmente lavouras e pastagens.	79.593	8,82
Escarpas Serranas	Ocorre na zona de transição entre as superfícies aplainadas de chapadas e o relevo mais alto formado pelos platôs. Apresentam alta declividade , não possibilitando infiltração de águas pluviais e a formação de solo. Ocorre no setor norte da APA e não permitem uso antrópico, com exceção de ecoturismo e contemplação .	66.455	7,37
Domínio Montanhoso	Grande variação litológica das características geomecânicas e hidráulicas. Setor norte da APA. Apresenta rochas potenciais para uso ornamental e feições de alta relevância como a serra do Tombador e o domo da serra Branca.	51.820	5,74
Degraus Estruturais e Rebordos Erosivos	Alta capacidade de retenção de água e proteção de aquíferos .	32.334	3,58
Superfícies Aplainadas Retocadas	Relevo predominantemente plano com textura dos sedimentos predominante arenosa. Setor leste da APA, no vão do Paranã. Áreas de maior aptidão agrícola da APA , onde são comuns as lavouras e pastagens. O relevo plano, junto com a alta porosidade das áreas arenosas são favoráveis a infiltração de poluentes .	26.871	2,98
Planaltos	Áreas altas com solos bem desenvolvidos e grande infiltração de águas pluviais , por sua condição que varia entre plana e suavemente ondulada.	26.729	2,96

Compartimentos do Relevo	Características	Área (ha)	%
	Ocorrem localmente no oeste da APA		
Domínio de Colinas Dissecadas e Morros Baixos	Relevo dissecado associado a erosão fluvial. Ocorrência restrita ao setor Oeste da APA, abrangendo a cidade de Colinas do Sul e o entorno do domo da Serra Branca, a Noroeste.	5.304	0,59
Planícies Fluviais ou Flúvio Lacustres	Ambiente de Planícies Aluvionares recentes, formadas por sedimentos transportados por cursos d'água e depositados formando extensas planícies. Ocorrem no Vão do Paranã, em parte do trecho do vale do rio Preto e outros locais menores.	3.696	0,41
Inselbergs e outros Relevos Residuais	Relevos Acidentados com boa capacidade de formação de nascentes . Feições únicas na paisagem , representativas no setor norte da APA.	2.448	0,27

Fonte: CTE, 2016. Elaboração: Funatura (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

Solos

Foram identificadas seis grandes classes de solos dominantes para a área da APA de Pouso Alto e a ocorrência de outros tipos de solos em associação. A maior parte dos solos é laterítico raso, arenoso, pobre e frágil, em meio a solos pedregosos e afloramentos rochosos. Em sua maior parte, possui alta suscetibilidade à erosão e baixa aptidão agrícola. Suas principais características foram resumidas na Tabela 9.

Tabela 9. Classes de solos na área da APA de Pouso Alto

Classes	Classes associadas	Área de ocorrência	Vegetação associada	Características
Neossolos	Neossolos litólicos distróficos	Locais com forte declividade, encostas de morros Relevos mais suaves em altitudes elevadas São os solos mais expresivos em área na APA	Cerrado e Cerrado rupestre	Pouco espesso Suscetível a erosão Cascalho e rochas Baixa fertilidade natural Indicado para a preservação da biodiversidade
	Neossolos litólicos eutróficos	Norte da APA, entre domo da Serra Branca e a Reserva Natural da Serra do Tombador Relevo fortemente dissecado com cristas e morros aguçados		Alta erodibilidade Impedimento para a mecanização agrícola

Classes	Classes associadas	Área de ocorrência	Vegetação associada	Características
Latossolos	Latossolos vermelhos	Pouco expressivos em termos de ocorrência Sul da APA, vale do rio Preto, Cavalcante Teresina e Vão do Paranã Relevo suave ondulado e plano	Cerrado e Floresta Pouca cobertura natural vegetal atualmente	Razoável resistência à erosão superficial Solo mais propenso para agropecuária Pecuária extensiva é a atividade mais desenvolvida neste tipo de solo na APA Baixa retenção de água e nutrientes, restrição de fertilidade
Argissolos	Argissolo vermelho	Oeste da APA, vale do rio Preto e rio Claro Relevos acidentados		Muitas limitações para atividades agropecuárias Topografia movimentada, declives muito fortes Vulnerabilidade a erosão Limitante à mecanização e ao desenvolvimento de raízes Pedregoso Não possuem usos intensivos, exceto áreas de pecuária Lavouras apenas em pequena propriedade e/ou para fins de subsistência
	Argissolo vermelho-amarelo	Área extensa no oeste da APA Manchas dispersas nos vales de Cavalcante e Teresina	Floresta	Mais comum com pastagem plantada Moderada a alta suscetibilidade à erosão Atividades agrícolas somente com práticas conservacionistas
Cambissolos	Cambissolo háplico tb distrófico	Ocorrem largamente em toda área da APA, associado às vertentes de maior declividade e relevo movimentado a forte ondulado Extremo Sudoeste da APA	Cerrado	Solos bastante suscetíveis à erosão Pedregosos Declividade e baixa fertilidade natural limitam o uso agrícola
	Cambissolo háplico ta eutrófico	Mancha única no vale da cidade de Teresina, porção Norte		Alta erodibilidade, pedregosos Requer práticas de manejo e conservação
Plintossolos		Locais planos e baixos Dispersos em manchas Dominam o setor leste do vale do rio Preto, na porção sul da serra do Tombador	Campo Cerrado e Cerrado Ocorrência de murundus	Mal drenado, fica saturado com água e até submerso Na seca, mantém-se úmido Fortes limitações químicas Poucas atividades pecuárias Drenagem artificial pode ressecar excessivamente o solo ou criar barreira ao escoamento natural de água

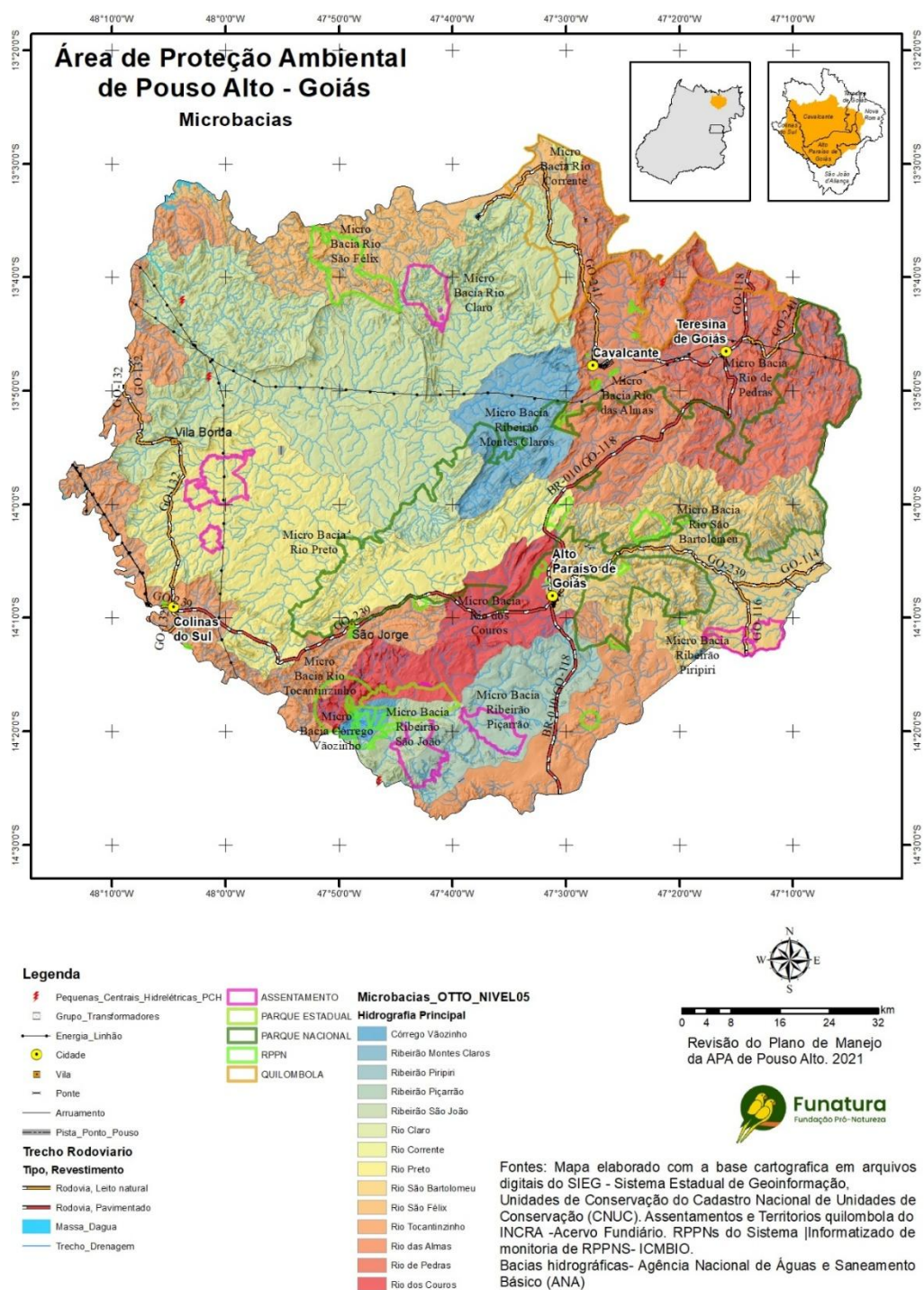
Classes	Classes associadas	Área de ocorrência	Vegetação associada	Características
Gleissolos	Gleissolo háplico	Ocorre em áreas baixas, em locais permanentemente alagados Planícies de inundação dos rios e córregos Uma unidade registrada próxima a cidade de Alto Paraíso		Mal drenado, ou encharcado Risco de inundação Limitação no uso de máquinas Drenagem artificial imprescindível Olericultura Indicado para preservação da biodiversidade

Fonte: CTE, 2016. Elaboração: Funatura (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

Recursos hídricos

A APA está totalmente inserida na bacia do Alto Rio Tocantins e se destacam oito rios principais: rio Claro, rio Preto, rio Tocantinzinho, rio São Bartolomeu, rio de Pedras, rio das Almas, rio São Félix e rio dos Couros (Figura 8). Dentre estes, o rio Claro é o que ocupa a maior parte da APA: 212.946 hectares, representando aproximadamente 23,5% da área total da UC (Tabela 10).

Figura 8 Bacias hidrográficas APA de Pouso Alto



Fonte: (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

Tabela 10 Principais corpos d'água da APA de Pouso Alto

Principais corpos d'água da APA		
Corpo hídrico	Área (ha)	% da área da APA
Rio Claro	212.946	23,50
Rio Preto	135.327	14,93
Rio Tocantinzinho	110.626	12,21
Rio São Bartolomeu	102.462	11,31
Rio de Pedras	81.727	9,02
Rio das Almas	76.494	8,44
Rio São Félix	49.015	5,41
Rio dos Couros	45.946	5,07
Ribeirão Piçarrão	38.985	4,30
Ribeirão Montes Claros	34.286	3,78
Ribeirão São João	12.905	1,42
Córrego Vãozinho	3.922	0,43
Rio Corrente	1.326	0,15
Ribeirão Piripiri	218	0,02

Fonte: CTE, 2016. Elaboração: Funatura (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

São ainda identificados cinco tipos de sistemas aquíferos na região da APA: Paranoá (setores sudeste e noroeste da APA), Bambuí (leste), Cristalino Nordeste (centro), Serra da Mesa (oeste) e aquífero Arai (sul e sudoeste). Os usos mais comuns dos recursos hídricos na APA estão relacionados ao abastecimento e saneamento dos núcleos urbanos, geração de energia, atividades agropastoris, lazer e turismo.

Caracterização do Meio Biótico

Flora

A extensa área da APA, por abarcar diversas formas de relevo, solo, altitude, umidade disponível e elementos abióticos que possibilitam a diversidade de paisagens, apresenta grande diversidade de tipos fitofisionômicos do bioma Cerrado, distribuídos em três feições principais: formações florestais, formações savânicas abertas e formações savânicas campestres, conforme se observa na Tabela 11 e na descrição que segue.

Tabela 11. Tipos fitofisionômicos que ocorrem na APA de Pouso Alto

TIPOS FITOFISIONÔMICOS QUE OCORREM NA APA DE POUSO ALTO	
Formações florestais	Floresta Estacional Semidecidual submontana Floresta Estacional Decidual submontana (Mata Seca) Savana Florestada (Cerradão) Floresta Estacional Semidecidual Aluvial (Mata Ciliar) Floresta de Galeria (Mata de Galeria)
Formações Savânicas abertas	Cerrado típico Cerrado Rupestre Cerrado Ralo Vereda
Formações Savânicas campestres	Campo sujo Campo limpo Campo rupestre

Fonte: Funatura (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

Formações Florestais

Geralmente são associadas aos cursos d'água e aos solos de melhor fertilidade natural. Na região da APA apresentam-se como cinco fitofisionomias diferentes e ocupam aproximadamente 14% da área total da UC.

1. Floresta Estacional Semidecidual Submontana: não associada aos cursos d'água. Na APA ocorre em manchas, associadas ou não às florestas de galeria ou à savana florestada. É suprimida principalmente para o cultivo de subsistência e submetida à remoção seletiva de madeira para usos na confecção de cercas e currais.
2. Floresta Estacional Decidual Submontana (Mata Seca): ocorre em ambientes de relevo pouco ondulado, solos rasos com boa fertilidade. Exclusividade fitofisionômica nos domínios da APA, é uma das formações que mais sofre pressão: pecuária extensiva e extração de espécies de alta qualidade e valor madeireiro.
3. Savana Florestada (Cerradão) – ocorre em solos profundos e bem drenados e possui moderada representatividade na APA, associada à savana arborizada ou à floresta estacional.
4. Floresta Estacional Semidecidual Aluvial (Mata Ciliar) – ocorre nas margens dos rios de maior porte, especialmente, o rio Preto, Claro, das Almas, São Bartolomeu e Tocantinzinho.
5. Floresta de Galeria (Mata de Galeria) – pode ser inundável e não inundável e forma corredores ao longo dos cursos d'água de toda a APA.

As florestas de galeria e as florestas estacionais semidecíduais aluviais são as fitofisionomias com a maior riqueza de espécies da flora nos domínios do bioma Cerrado. Juntas contêm 33% do número total de espécies de flora conhecidas para o bioma, elementos florísticos de outras regiões e espécies vegetais ameaçadas. São fundamentais para a fauna por prover alimento, abrigo e refúgio (Felfili et al., 2001).

Formações Savânicas abertas

Recobrem a maior diversidade de solos, apresentam ampla distribuição e são as fitofisionomias dominantes. Estão presentes em quase 50% da área total da APA e se diferenciam em três fitofisionomias principais na região – Cerrado Típico, Cerrado Rupestre, Cerrado Ralo e as veredas. As alterações destas fitofisionomias estão associadas geralmente às queimadas e à criação extensiva de gado.

1. Cerrado típico: tipo fitofisionômico dominante na APA, ocorrendo de maneira mais evidente nas regiões norte nordeste e noroeste, principalmente nas bacias dos rios Claro, Preto e Almas.
2. Cerrado Rupestre: restrito aos ambientes com altitudes superiores a 900m, na serra do Roncador e Santana, principalmente. Ocorre em solos de baixa fertilidade, ácidos e com pouca matéria orgânica. Caracterizado pela ocorrência de endemismos. Associado a outras fitofisionomias, especialmente ao Cerrado Ralo e formações campestres.
3. Cerrado Ralo: ocorre em solos pouco desenvolvidos, baixa fertilidade e ácidos. Ocupa relevos fortemente ondulados e serranos, topos e partes de encostas, associado a outras tipologias.
4. Vereda: formação pioneira, que ocorre principalmente no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, ao norte do município de Cavalcante, no Vale do Engenho e na porção sudoeste, na região do vale dos Couros. Quase sempre associada às surgências e ao campo limpo úmido. Apresenta estado de conservação relativamente bom, por ser menos afetada pelo fogo em função da umidade.

Formações Savânicas campestres

São as savanas gramíneo-lenhosas e diferenciam-se em três fitofisionomias principais (Campo Sujo, Campo Limpo, Campo Rupestre). Têm ocorrência restrita a solos hidromórficos, quando úmidas e em cristas de serras e morrarias, e a solos litólicos, quando secas. Apresentam padrão menos expressivo. Na APA apresentam bom estado de conservação, mas são bastante evidentes os vestígios de fogo e forrageio pelo gado. Ocupam aproximadamente 23% da área total da APA.

1. Campo sujo: na área da APA tem ampla distribuição nas morrarias e serras, que incluem a serra do Tombador, serra Branca, serra de Santana e outras.
2. Campo limpo: ocorre associado a outras fisionomias e às insurgências do lençol freático, em diversos tipos de solos. É utilizada como pastagem natural e amplamente forrageada pelo gado na época da seca.
3. Campo rupestre: ocorre em trechos descontínuos das porções mais elevadas da APA, em solos rasos, bem drenados, de baixa fertilidade e afloramentos rochosos. É bastante submetido ao fogo, para rebrota das gramíneas nativas. Apresenta grande endemismo.

Espécies de flora raras, endêmicas, ameaçadas e exóticas

Para a área da APA, no levantamento florístico realizado na ocasião da elaboração do Plano de Manejo (SEMAD, 2016), ao todo foram catalogadas 414 espécies de plantas. Destacam-se 48 espécies de flora consideradas raras (Giulietti et. al., 2009), i.e.; espécies com área de ocorrência restrita, confinadas a uma pequena região; com área de ocupação restrita, ocorrendo em condições específicas; ou quando apresentam baixa densidade. Foram ainda identificadas 22 espécies não citadas para Goiás e 13 espécies não citadas para o bioma Cerrado, até então. Em relação às espécies endêmicas, estima-se que 44% das espécies vegetais que ocorrem no interior da APA sejam endêmicas, a exemplo do que ocorre no bioma Cerrado.

No interior da APA, foram registradas quatro espécies ameaçadas, de acordo com a lista oficial do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFLORA) (Martinnelli, Tainan e Santos Filho, 2014): aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), palmito (*Euterpe edulis*), braúna (*Schinopsis brasiliensis*) e arnica (*Lychnophora ericoides*). Um estudo

realizado em 2005 (Bourscheid, 2005) destaca as espécies *Pfaffia townsendii*, *Hyptis tagetifolia*, *Diplusodon hatschbachii*, *Paspalum longiaristatum*, *Paspalum niquelandiae*.

Em relação às espécies exóticas, pode-se destacar a ocorrência de gramíneas africanas, sendo as braquiárias as espécies mais dominantes e invasivas. Todas estão associadas ao desenvolvimento da pecuária e à introdução destas espécies no ambiente natural para a formação de pastagens.

Fauna

Em relação à Herpetofauna, 62 espécies de anfíbios e 104 espécies de répteis têm potencialidade de ocorrência na área, o que representaria cerca de 29% e 39%, respectivamente, do total da diversidade de espécies deste grupo conhecida para o Cerrado. Dentre os anfíbios, 58% são endêmicos do bioma, enquanto 25% das espécies listadas de répteis são endêmicas para o Cerrado. Vale ressaltar que as formações rupestres apresentam os mais altos níveis de endemismo.

Sobre a Avifauna, 402 espécies foram registradas na APA, representando cerca de 48% do total da diversidade de aves conhecida para o Cerrado, sendo 24 ameaçadas de extinção (IUCN, 2017; ICMBio, 2018). Dentre o total das espécies de aves registradas, cinco são migratórias. Pode-se destacar as espécies *Mergus octosetaceus*, o pato-mergulhão, criticamente em perigo (IUCN, 2017; ICMBio, 2018;) e *Sporophila maximiliani*, criticamente em perigo (ICMBio, 2018) e em perigo (IUCN, 2017) (Tabela 12).

Tabela 12. Espécies da fauna ameaçadas de extinção que ocorrem na região da APA de Pouso Alto

ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO QUE OCORREM NA APA DE POUSO ALTO			
Grupo	Nome Científico	Nome Popular	Status
Anfíbios	<i>Allobates goianus</i>		Em perigo (ICMBio, 2018)
	<i>Leptodactylus tapiti</i>		Dados insuficientes (IUCN, 2017)
	<i>Proceratophrys goyana</i>		Pouco preocupante (IUCN, 2017)
Aves	<i>Alectrurus tricolor</i>	Galito	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Alipiopsitta xanthops</i>	Papagaio-curraleiro, Papagaio-galego	Quase ameaçada (IUCN, 2017)

ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO QUE OCORREM NA APA DE POUSO ALTO

Grupo	Nome Científico	Nome Popular	Status
	<i>Antilophia galeata</i>	Soldadinho	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Celeus obrieni</i>	Pica-pau-da-taboca; Pica-pau-do-Parnaíba	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Charitospiza eucosma</i>	Mineirinho; Carvoeiro	Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Clibanornis rectirostris</i>	Cisqueiro do rio	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Coryphaspiza melanotis</i>	Tico-tico-de-máscara	Em perigo (ICMBio, 2018) Vulnerável (IUCN, 2017)
	<i>Culicivora caudacuta</i>	Papa-moscas-do-campo	Vulnerável (IUCN, 2017)
	<i>Cyanocorax cristatellus</i>	Gralha do campo ou gralha de topete	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Geositta poeciloptera</i>	Andarilho	Em perigo (ICMBio, 2018) Vulnerável (IUCN, 2017)
	<i>Herpsilochmus longirostris</i>	Chorozinho de bico comprido	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Melanopareia torquata</i>	Meia lua do cerrado	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Mergus octosetaceus</i>	Pato-mergulhão	Criticamente em perigo (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Microspingus cinereus</i>	Capacetinho-do-oco-do-pau	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Neothraupis fasciata</i>	Tiê-do-cerrado	Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Nothura minor</i>	Codorna-mineira; Codornaburaqueira	Em perigo (ICMBio, 2018) Vulnerável (IUCN, 2017)
	<i>Penelope ochrogaster</i>	Jacu	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Porphyrospiza caerulescens</i>	Campainha-azul	Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Primolius maracanã</i>	Maracanã	Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Sporophila maximiliani</i>	Bicudo	Criticamente em perigo (ICMBio, 2018) Em perigo (IUCN, 2017)
	<i>Syndactyla dimidiata</i>	Limpa-folha-do-brejo	
	<i>Taoniscus nanus</i>	Inambu-carapé	Em perigo (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Tigrisoma fasciatum</i>	Socó-boi-baio; Socó-jararaca; Socó-boi-escuro	Vulnerável (ICMBio, 2018) Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Urubitinga coronata</i>	Águia cinzenta	Em perigo (ICMBio, 2018)
Mamíferos	<i>Blastocerus dichotomus</i>	Cervo-do-pantanal	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Lobo-guará	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Dasyprocta azarae</i>	Cutia	
	<i>Euryoryzomys lamia</i>	Rato-do-mato	Em perigo (ICMBio, 2018)

ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO QUE OCORREM NA APA DE POUSO ALTO

Grupo	Nome Científico	Nome Popular	Status
	<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	Gato-mourisco	Vulnerável (ICMBio, 2018) Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Leopardus colocolo</i>	Gato-palheiro	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Leopardus guttulus</i>	Gato-do-mato	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguaritica	Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato	Em perigo (ICMBio, 2018) Vulnerável (IUCN, 2017)
	<i>Leopardus wiedii</i>	Gato maracajá	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Lonchophylla dekeyseri</i>	Morcego	Em perigo (ICMBio, 2018) Ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Lycalopex vetulus</i>	Raposinha	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Monodelphis umbristriata</i>	Catita	
	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá-bandeira	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Oligoryzomys rupestris</i>	Rato-da-árvore	Em perigo (ICMBio, 2018)
	<i>Ozotoceros bezoarticus</i>	Veado-campeiro	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Panthera onca</i>	Onça-pintada	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Priodontes maximus</i>	Tatu-canastra	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Puma concolor</i>	Suçuarana; Onça-parda; Onça-de-bode	Vulnerável (ICMBio, 2018) Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Speothos venaticus</i>	Cachorro vinagre	Vulnerável (ICMBio, 2018) Quase ameaçada (IUCN, 2017)
	<i>Tapirus terrestres</i>	Anta	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Tayassu pecari</i>	Queixada	Vulnerável (ICMBio, 2018 e IUCN, 2017)
	<i>Thylamys velutinus</i>	Catita	Vulnerável (ICMBio, 2018)
Peixes	<i>Brycon nattereri</i>	Pirapitinga	Vulnerável (ICMBio, 2018)
	<i>Cynolebias griseus</i>	Peixe-da-chuva	Criticamente em perigo (ICMBio, 2018)
	<i>Eigenmannia vicentespelaee</i>	Tuvira	Vulnerável (ICMBio, 2018)
	<i>Mylesinus paucisquamatus</i>	Pacu	Em perigo (ICMBio, 2018)
	<i>Simpsonichthys flammeus</i>		Em perigo (ICMBio, 2018)
	<i>Simpsonichthys notatus</i>		Em perigo (ICMBio, 2018)
Répteis	<i>Amphisbaena mensae</i>	Cobra de duas cabeças	
	<i>Anolis meridionalis</i>		Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Apostolepis ammodites</i>		Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Bothrops marmoratus</i>		

ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO QUE OCORREM NA APA DE POUSO ALTO			
Grupo	Nome Científico	Nome Popular	Status
	<i>Micrablepharus atticolus</i>		Pouco preocupante (IUCN, 2017)
	<i>Tropidurus oreadicus</i>		Pouco preocupante (IUCN, 2017)

Elaboração: Funatura (SEMAD (GO)/ FUNATURA, 2021)

RPPNs da Chapada dos Veadeiros

A história da criação de RPPNs em Goiás remonta à década de 1990, com a formalização das primeiras reservas que serviram de modelo e inspiração para outras iniciativas. A RPPN Fazenda Campo Alegre, criada em 1994 em Alto Paraíso de Goiás, é um marco inicial. Nesta seção serão apresentados os dados básicos de cada uma das 51 RPPNs criadas na microrregião analisada nesse capítulo. Os dados foram organizados com base nas informações disponíveis no Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN mantido pelo ICMBio SIMRPPN⁶⁷ e no Sistema de Informações Geográficas Ambientais do Estado de Goiás - SIGA⁶⁸. As informações foram apuradas por meio de entrevistas e compartilhamento de informações, em planilha concedida por Veronica Theulen⁶⁹ e Juliana Bragança.

Algumas destas RPPNs ainda não estão com os dados completos, sobretudo em relação aos Planos de Manejo, seja porque não foram encontrados até a data da finalização desta dissertação, seja porque de fato os proprietários não realizaram plano de manejo em suas RPPNs. No entanto, a Funatura pretende compilar e sistematizar tais informações em uma base de dados com acesso aberto, no âmbito do projeto de criação de seu laboratório científico, que terá início em maio de 2025.

1. RPPN Fazenda Campo Alegre

Proprietário: Associação Ecológica Alto Paraíso

⁶⁷ “Sistema informatizado de monitoria de RPPN (SIMRPPN)”. ICMBio/MMA. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/login/?next=/>

⁶⁸ “Sistema de Informações Geográficas Ambientais do Estado de Goiás – SIGA”. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Governo do Estado de Goiás. Disponível em: <https://siga.meioambiente.go.gov.br/#/>

⁶⁹ Verônica Theulen. Entrevista, 2024.

Tamanho: 7.368,00 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 1994

Apoio à Criação: Funatura/Santuários

Apoio ao Plano de Manejo: OCA/CEPF

Portaria 31/94-N - DOU 61 - 30/03/1994

2. RPPN Fazenda Branca Terra dos Anões

Proprietário: Fernando da Cunha Rêgo

Tamanho: 612,00 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 1996

Apoio à Criação: s/d

Apoio ao Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria 108-N - DOU 234 - 03/12/1996

3. RPPN Fazenda Mata Funda

Proprietário: Angelo Testa

Tamanho: 110,00 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 1997

Apoio à Criação: Funatura/BID

Apoio ao Plano de Manejo: Funatura/BID

Portaria 27/N - DOU 70 - 14/04/1997

4. RPPN Cara Preta

Proprietário: Paulo Klinkert Maluhy

Tamanho: 975,00 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 1999

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: OCA/CEPF

Portarias 10/99-N - DOU 28 - 10/02/1999 e 78/99-N - DOU 182-E - 22/09/1999

As quatro RPPNs apresentadas foram, então, criadas nos anos 1990. O início do século XXI marcou um período de expansão na criação de RPPNs em Goiás. Em 2001, quatro novas reservas foram estabelecidas, todas localizadas em Alto Paraíso de Goiás, como veremos a seguir.

5. RPPN Vale dos Sonhos

Proprietário: Antônio Ferreira de Souza, Zilma Beleza Ferreira

Tamanho: 60,16 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2001

Apoio à criação: WWF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 27/2001 - DOU 43-E - 02/03/2001

6. RPPN Terra do Segredo

Proprietário: Dioclécio Ferreira da Luz

Tamanho: 40,00 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2001

Apoio à Criação: WWF

Apoio ao Plano de Manejo: OCA/CEPF

Portaria 26/2001- DOU 43- E - 02/03/2001

7. RPPN Vita Parque

Proprietário: Luiz Claudio de Oliveira Guimarães, Fanny Guimarães

Tamanho: 23,27 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2001

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 21/2001 - DOU 43- E - 02/03/2001

8. RPPN Escarpas do Paraíso

Proprietário: Roberto Galletti Martinez, Eloisa A. B. Ferreira

Tamanho: 82,71 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2001

Apoio à Criação: WWF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portarias 46/2000 - DOU 170-E - 01/09/2000 e 22/2001 - DOU 43-E - 02/03/2001

Em 2005, a criação de RPPNs se expandiu para outros municípios goianos, com o estabelecimento de novas reservas:

9. RPPN Vale das Araras

Proprietário: Richard Macedo Avalio

Tamanho: 31.75 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2005

Apoio à Criação: Funatura/GEF

Apoio ao Plano de Manejo: Funatura/GEF

Portaria 42/2005 - DOU 126 – 04/07/2005

10. RPPN Soluar

Proprietário: Itamar Magalhães Costa, Onesina Ferreira Magalhães

Tamanho: 42.49 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2005

Apoio à Criação: s/d

Apoio ao Plano de Manejo: Funatura/GEF

Portaria 17/2005 - DOU 69 - 12/04/2005

11. RPPN Varanda da Serra

Proprietário: Odecy Cupertino de Alvarenga

Tamanho: 1.43 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2005

Apoio à Criação: Funatura/GEF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 41 - DOU 117 - 21/06/2005

12. RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas

Proprietário: Osvaldo Ferreira da Silva, Vandalice Poeck Ferreira

Tamanho: 92.2 ha

Município: Colinas do Sul

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2005

Apoio à Criação: Funatura/GEF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 19/05-N - DOU 69 - 11/04/2005

13. RPPN Parque do Capetinga

Proprietário: Ennio Alex Cavalcanti de Queiroz

Tamanho: 1584.26 ha

Município: São João d'Aliança

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2005

Apoio à Criação: Funatura/GEF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 73 - DOU 198 - 14/10/2005

14. RPPN Reserva Natural Serra do Tombador

Proprietário: Fundação Grupo O Boticário

Tamanho: 8730.45 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2009

Apoio à Criação: Fundação Grupo O Boticário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 26 - DOU 87 - 11/05/2009

15. RPPN Nascentes do Rio Tocantins

Proprietário: Paulo Klinkert Maluhy

Tamanho: 270.09 ha

Município: São João d'Aliança

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2011

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 98 - DOU 232 - 05/12/2011

16. RPPN Maria Batista

Proprietário: Horley Teixeira Luzardo

Tamanho: 47.7 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2013

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 251 - DOU 222 - 14/11/2013

17. RPPN Catingueiro

Proprietário: Marcela Jacomo Brandão

Tamanho: 60 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2013

Apoio à Criação: proprietária

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 256 - DOU 237 - 06/12/2013

18. RPPN São Bartolomeu

Proprietário: Horley Teixeira Luzardo

Tamanho: 72.9 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2013

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 249 - DOU 222 - 14/11/2013

19. RPPN Ponte de Pedra

Proprietário: Horley Teixeira Luzardo

Tamanho: 112.75 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2013

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 248 - DOU 222 - 14/11/2013

20. RPPN Integra o Parque

Proprietário: Horley Teixeira Luzardo

Tamanho: 310.89 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2013

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 250 - DOU 222 - 14/11/2013

21. RPPN Santuário das Pedras

Proprietário: Fausto Sousa Melo

Tamanho: 25.61 ha

Município: São João d'Aliança

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2014

Apoio à Criação: s/d

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 50 - DOU 82 - 02/05/2014

22. RPPN Flor do Cerrado

Proprietário: Wanda Maria da Silveira Barbosa

Tamanho: 1551.24 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2016

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 20 - DOU 52 - 17/03/2016

23. RPPN Flor do Cerrado II

Proprietário: Wid Harold Shook

Tamanho: 74.08 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2016

Apoio à Criação: OCA/CEPF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 21 - DOU 52 - 17/03/2016

24. RPPN Flor do Cerrado III

Proprietário: Sociedade Civil Vale da Esperança Ltda

Tamanho: 1543.4 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2016

Apoio à Criação: OCA/CEPF

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 22 - DOU 53 - 18/03/2016

25. RPPN Diamante

Proprietário: Guilherme Augusto Cruz Gomes de Sá

Tamanho: 369.2796 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Estadual

Ano de Criação: 2017

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 124/2017-GAB - DIÁRIO OFICIAL/GO N° 22.586 – 12/06/2017

26. RPPN Komodo

Proprietário: Reinaldo Roberto da Cruz

Tamanho: 169.7821 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Estadual

Ano de Criação: 2017

Apoio à Criação: proprietário

Apoio ao Plano de Manejo: s/d

Portaria 123/2017-GAB – Diário oficial/GO N° 22.586 – 12/06/2017

27. RPPN Bacupari

Proprietário: Fábio Padula de Souza

Tamanho: 36.8 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: OCA/CEPF

Portaria 234/2021 – DOU 73 – 14/04/2021

28. RPPN Biorregional

Proprietário: IBC - Instituto Bioregional do Cerrado

Tamanho: 2.5 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: OCA/CEPF

Portaria 307/2021 – DOU 90 – 11/05/2021

29. RPPN Campos Úmidos Vochysias

Proprietário: Marcia Ahrends Braga

Tamanho: 17.9 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/Funbio

Portaria 558/2021 – DOU 170 – 01/09/2021

30. RPPN Murundu

Proprietário: IBC - Instituto Bioregional do Cerrado

Tamanho: 40.9 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: OCA/CEPF

Portaria 716/2021 - DOU 211 - 10/11/2021

31. RPPN Renascer

Proprietário: Uta Sibelle Bodewig

Tamanho: 9.6905 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Estadual

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/Funbio

Portaria 300/2021 - Diário Oficial/ GO – N° 23690 - 06/12/2021

32. RPPN Rio Almas

Proprietário: Anna Izabel Costa Barbosa

Tamanho: 62.1 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/Funbio

Portaria 676 - DOU 205 - 29/11/2021

33. RPPN Águas da Manhã

Proprietário: Dolores Edecia Wandscheer

Tamanho: 9.9 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Estadual

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/Funbio

Portaria SEMA - GO 301/2021 - 03/12/2021

34. RPPN Flor das Águas do Cerrado

Proprietário: Frederico Rosalino da Silva

Tamanho: 27.8 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2021

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/Funbio

Portaria 978 - DOU 237 - 17/12/2021

35. RPPN Sol e Luz

Proprietário: Ricardo Bezerra Duque

Tamanho: 49.25 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2022

Apoio à Criação: s/d

Apoio Plano de Manejo: s/d

Portaria 158 - DOU 49 - 14/03/2022

36. RPPN Avá-Canoeiro

Proprietário: Flavia Maria Ribeiro Cantal

Tamanho: 1017.5 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2022

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/Funbio

Portaria 241- DOU 61 – 29/03/2022

37. RPPN Parque do Barandão

Proprietário: Sybele Medeiros Cavalcante de Queiroz

Tamanho: 459.44 ha

Município: São João d'Aliança

Âmbito: Estadual

Ano de Criação: 2022

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria 275 - Diário Oficial/ GO N° 23869 - 30/08/2022

38. RPPN Acauã

Proprietário: Susana de Moura Lara Resende Leeuwenberg, Anna Paula Carminatti Martins, Breno Roberto Almeida da Costa, Elynair Sousa Carvalho, Estela Nogueira Monteiro, Tássia Alves de Souza, Tchella Guilherme Queiroz Silva

Tamanho: 1.7 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2022

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: s/d

Portaria ICMBio N° 1.088 – 03/11/ 2022

39. RPPN Parque do Mingau

Proprietário: Cid Medeiros Cavalcante de Queiroz

Tamanho: 213.95 ha

Município: São João d'Aliança

Âmbito: Estadual

Ano de Criação: 2022

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria 284 - Diário Oficial/ GO N° 23874 - 06/09/2022

40. RPPN Recanto do Arco-iris

Proprietário: Valeria Bastos

Tamanho: 126.3 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2022

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria 1087 - DOU 210 - 07/11/2022

41. RPPN Reserva Ambiental Tamanduá

Proprietário: Vicente Paulo das Graças Pereira

Tamanho: 4.02 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2023

Apoio à Criação: s/d

Apoio Plano de Manejo: s/d

Portaria ICMBio Nº 4.133 – 19/12/2023

42. RPPN Nascentes

Proprietário: Anna Izabel Costa Barbosa

Tamanho: 206.88 ha

Município: Teresina de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2023

Apoio à Criação: Funatura/CEPF1

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria ICMBio Nº 4.186 – 19/12/2023

43. RPPN Capão da Onça

Proprietário: Diego Siqueira Pagliarone, Filipe Timoner Junqueira, João Victor More Ramos, Rodrigo José De Lima Macedo, Arthur Miranda De Abreu

Tamanho: 4.97 ha

Município: Teresina de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: s/d

Apoio Plano de Manejo: s/d

Portaria ICMBio Nº 231 – 29/01/2024

44. RPPN Renascer IV

Proprietário: Uta Sibelle Bodewig

Tamanho: 3.16 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria ICMBio Nº 2.230 – 25/07/2024

45. RPPN Renascer II

Proprietário: Uta Sibelle Bodewig

Tamanho: 3.01 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria ICMBio Nº 2.269 – 30/07/2024

46. RPPN Renascer I

Proprietário: Uta Sibelle Bodewig

Tamanho: 2.95 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria ICMBio Nº3.351 – 29/10/2024

47. RPPN Renascer III

Proprietário: Uta Sibelle Bodewig

Tamanho: 5.9 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

*Portaria ausente na base do SIMRPPN

48. RPPN Terra das Vochysias

Proprietário: Marcia Ahrends Braga

Tamanho: 27.1 ha

Município: Alto Paraíso de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria ICMBio Nº 4.379 – 24/12/2024

49. RPPN Beija-Flor

Proprietário: Celia da Mota de Souza Mendes, Jardel da Silva Mendes

Tamanho: 29.44 ha

Município: São João d'Aliança

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: Funatura/Funbio

Apoio Plano de Manejo: Funatura/CEPF

Portaria ICMBio Nº 3.345 – 29/10/2024

50. RPPN Água Santa

Proprietário: Naire Cartocci Borges, Carla Maria Cartocci

Tamanho: 57.22 ha

Município: Cavalcante

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2024

Apoio à Criação: s/d

Apoio Plano de Manejo: s/d

Portaria ICMBio Nº 232- 29/01/2024

51. RPPN Sussuarana do Cerrado

Proprietário: Ana Maria Cavalcante Costa Osborn

Tamanho: 74.55 ha

Município: Teresina de Goiás

Âmbito: Federal

Ano de Criação: 2025

Apoio à Criação: s/d

Apoio Plano de Manejo: s/d

Portaria ICMBio Nº 585 – 24/02/2025

Projetos de RPPNs da Funatura na Chapada dos Veadeiros e quantas RPPNs criadas e/ou apoiadas pela Funatura

Conforme a classificação do IBGE por microrregiões, a Chapada dos Veadeiros é definida pela microrregião em verde no mapa abaixo (Figura 9). Ao todo são oito municípios: Campos Belos, Monte Alegre de Goiás, Terezina de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Colinas do Sul, Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança. Dentre esses oito municípios foram identificadas as 51 Reservas Privadas do Patrimônio Natural, como apresentado no tópico anterior e na tabela que segue (Tabela 13).

Figura 9 Microrregião da Chapada dos Veadeiros Fonte: (IBGE, 1990)

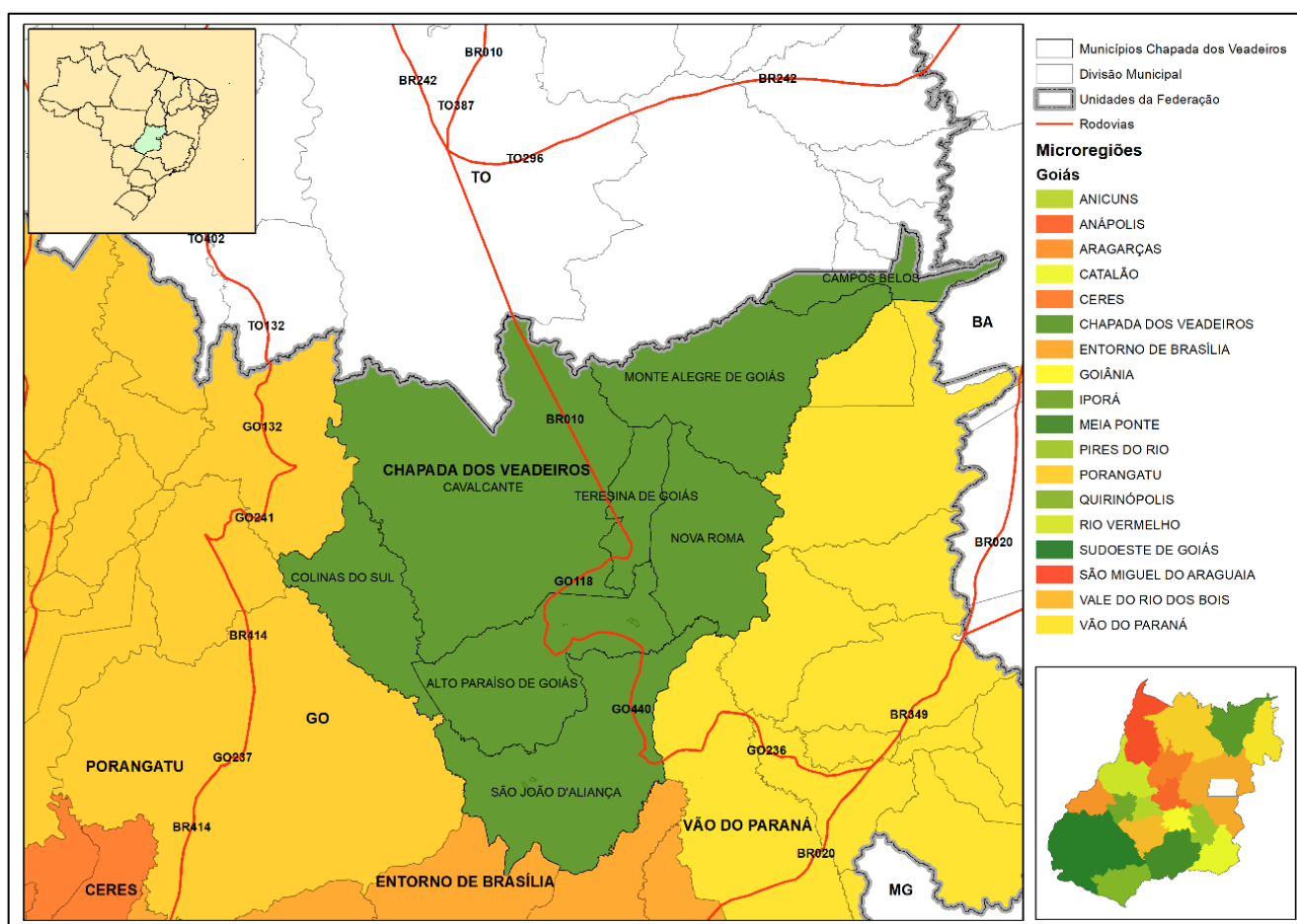


Tabela 13 Microrregião da Chapada dos Veadeiros (IBGE, 1990)

Município	Número de RPPNs por Município
Alto Paraíso de Goiás	24
Cavalcante	17
Colinas do Sul	1
São João d'Aliança	6
Teresina de Goiás	3
Total	51

Fonte: (IBGE, 1990) ⁷⁰

Na publicação “Funatura 30 Anos – 1986/2016” (Funatura, 2016) se destaca a ação na Chapada dos Veadeiros, em que a Fundação direcionou a iniciativa aos proprietários de terras adequadas à criação de novas RPPNs. A Funatura se utilizou de estratégias para sensibilizá-los a participar da preservação ambiental, destacando a importância dessas áreas para a conservação da biodiversidade do Cerrado e para a manutenção de amostras dessa biodiversidade no entorno do PNCV. Os proprietários foram envolvidos em atividades de educação ambiental, pesquisa, encontros culturais e feiras de produtos do Cerrado.

O engajamento dos proprietários nos esforços de conservação, a manifestação expressa da vontade de proteger os recursos naturais, a existência de áreas naturais significativas em propriedades particulares e o exercício pleno do direito de propriedade constituem os pressupostos que fortalecem o programa (Wiedmann, 2001, p. 400)

Com o passar do tempo, a Funatura registrou um aprendizado indicando que a melhor forma de abordagem seria a valorização das expressões culturais, tão ricas e originais, vivenciadas na região dos Gerais (MG) e da Chapada dos Veadeiros (GO). Tal entendimento originou a realização de encontros anuais que reuniam a população em dos municípios localizados no entorno do PNCV e do PNGSV, propiciando a difusão e divulgação de conhecimentos sobre a importância da manutenção e criação de UCs. Tal estratégia foi bastante exitosa nas duas regiões. Os Encontros dos Povos da Chapada dos Veadeiros foram importantes para a mobilização e sensibilização da população da região

⁷⁰ (IBGE, 1990) disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>

para a criação de RPPNs, o que pode ser constatado pelo número expressivo desse tipo de UC criado ao longo do tempo.

Durante a década de 1990, a Funatura iniciou a sua atuação no entorno do PNCV (Funatura, 2016). Em 1997, no relatório do “Workshop II -Áreas particulares protegidas”, que compõe os *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, os coordenadores do Workshop Verônica Theulen e Clóvis Ricardo S. Borges, comentam que

A opção pela criação legal de áreas particulares protegidas tem aumentado significativamente, quer pelos incentivos existentes, quer pelo maior envolvimento de proprietários com a causa ambiental. Em geral podem ser definidos três perfis dos interessados na criação de RPPNs: pequenos proprietários, empresas ou organizações não governamentais (Theulen e Borges, 1997, p. 595)

Nesse momento, a Funatura trabalhou na criação do Santuário de Vida Silvestre Fazenda Volta da Serra e do Santuário de Vida Silvestre Fazenda Mata Funda, no município de Alto Paraíso. Tais ações foram realizadas com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Projeto Implantação de Santuários de Vida Silvestre. Essas áreas são fundamentais para a proteção de nascentes de rios e entorno de diversas cachoeiras, existentes na região. O Santuário Fazenda Mata Funda foi reconhecido oficialmente como RPPN pelo IBAMA em 1997, por meio da Portaria IBAMA nº 27 11/04/1997, e teve o apoio da Funatura no processo de criação e elaboração do Plano de Manejo. O Santuário Fazenda Volta da Serra, por decisão do proprietário Lauro Jurjeaitis, segue como Santuário da Vida Silvestre, que por sua vez mantém realizando parcerias com a Funatura em projetos atuais. Lauro, atual presidente da Associação Veadeiros, lidera ações relacionadas ao ecoturismo e ao desenvolvimento sustentável na região⁷¹. O Santuário oferece atrativos que são conhecidos por sua beleza, sendo bastante visitado pelos turistas⁷².

Também merece destaque a RPPN Vale das Araras, criada em 2005, para preservar a biodiversidade do entorno do PNCV. Sua riqueza natural constitui-se de áreas de Cerrado nativo com formações típicas desse bioma, como os campos de cerrado e as matas seca, ciliar e de galeria. Exemplares da fauna local são avistados ao longo das

⁷¹ Verônica Theulen. Entrevista, 2024.

⁷² “Santuário Volta Da Serra”. Disponível em: <https://fazendavoltadaserra.com.br/>

trilhas. Reconhecida pelo Ibama em julho de 2005, a reserva teve seu plano de manejo elaborado pela Funatura, com recursos do Projeto GEF/Pnud⁷³. Além dos aspectos naturais, essa RPPN preserva um rico patrimônio histórico e cultural. Ao longo do rio São Bartolomeu existe um sistema de canais para desvio de água construído pelos bandeirantes, há mais de 200 anos. Atualmente desativados, esses canais foram utilizados para a mineração de ouro e constituem um importante registro histórico do processo de colonização do interior do Brasil⁷⁴. Em alguns trechos, os visitantes podem usar os antigos canais como trilhas, que têm o ponto final na cachoeira do São Bartolomeu.

Das 51 RPPNs identificadas na região da Chapada dos Veadeiros, seis foram reconhecidas pelo governo do estado e 45 pelo governo federal. Elas expressam um esforço para a conservação do Cerrado em uma amplitude de 26.856,37 hectares. Das 51 áreas criadas, a Funatura apoiou a criação de 26 reservas e a elaboração do plano de manejo de 21 RPPNs.

Por meio do Programa Santuários da Vida Silvestre, a Funatura apoiou a criação da RPPN Fazenda Campo Alegre, com seus 7.368 hectares no município de Alto Paraíso de Goiás, criada pela Portaria nº 31 de 29 de março de 1994. Esta foi a primeira RPPN na região da Chapada dos Veadeiros e a motivação mais relevante para a sua criação foi a conservação da biodiversidade (Silva, 2014). Cinco rios correm nos limites da Fazenda Campo Alegre: rio dos Couros, São Miguel, Segredo, Silêncio e São Pedro. Além dos rios, existem mais de 150 nascentes na região⁷⁵.

Em decorrência dos resultados positivos do Programa Santuários de Vida Silvestre, a Funatura ampliou seus propósitos e elaborou o Projeto de Implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no Cerrado Brasileiro (Projeto BRA 00/G35), que recebeu apoio do Global Environment Facility (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este Projeto teve vigência de 31/05/2001 a 31/05/2004, sendo prorrogado até setembro de 2005⁷⁶ (Funatura, 2007), e foi implementado no entorno do PNGSV e do PNCV. Em entrevista, Verônica Theulen,

⁷³ Cesar Victor do Espírito Santo. Entrevista, 2025.

⁷⁴ “Reserva Particular de Patrimônio Natural Vale das Araras”. Disponível em: <https://www.pousadavaledasaras.com.br/preservacao>

⁷⁵ “Campo Alegre: o berço das águas”. *Folha do Meio Ambiente*, 17 de fevereiro de 2004. Disponível em: <https://folhadomeio.com/2004/02/chapada/>

⁷⁶ Verônica Theulen. Entrevista, 2024.

então consultora da Funatura, comentou que o Projeto BRA 00/G35 tinha como objetivos criar, implementar e planejar as RPPNs⁷⁷. Deste modo, os relatórios das “Avaliações Ecológicas Rápidas” foram elaborados para embasar o diagnóstico dos Planos de Manejo das RPPNs apoiadas pelo Projeto. Na região da Chapada dos Veadeiros, o projeto apoiou a criação de cinco RPPNs relacionadas a seguir (Tabela 14):

Tabela 14 RPPNs apoiadas pelo Projeto GEF/PNUD

Nome da RPPN	Área (ha)	Município	Esfera	Ano de criação	Instrumento de criação
Varanda da Serra	1,43	Cavalcante	Federal	2005	PORTARIA IBAMA Nº 41, DE 20 DE JUNHO DE 2005
Vale das Araras	31,75	Cavalcante	Federal	2005	PORTARIA IBAMA Nº 42, DE 01 DE JULHO DE 2005
Soluar	42,49	Cavalcante		2005	PORTARIA IBAMA Nº 17, DE 11 DE ABRIL DE 2005
Cachoeira das Pedras Bonitas	92,20	Colinas do Sul	Federal	2005	PORTARIA IBAMA Nº 19, DE 11 DE ABRIL DE 2005
Parque do Capetinga	1.584,26	São João d'Aliança	Federal	2005	PORTARIA IBAMA Nº 73, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

Fonte: Informações reunidas pelo autor com base em arquivos da Funatura e entrevista com Veronica Theulen

O projeto "Reservas Privadas no Cerrado" foi uma iniciativa da Funatura, financiada pelo Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF). Teve um período de execução de 22 meses, de setembro de 2019 a junho de 2021, e o valor do apoio foi de US\$ 262.980,24. Os objetivos do projeto estavam relacionados à: (i) Produzir uma lista de proprietários interessados na criação de RPPNs; (ii) Criar um plano e estratégia de comunicação; (iii) Elaborar um roteiro de reuniões / seminários nas regiões e municípios de maior relevância ambiental e/ou que tenham demonstrado interesse em participar do projeto; e (iv) Implementar os processos de criação das RPPNs⁷⁸. Na região da Chapada dos Veadeiros, o projeto foi responsável pela criação de 14 áreas, conforme a tabela a seguir (Tabela 15):

Tabela 15 RPPNs apoiadas pelo Projeto Reservas Privadas do Cerrado – CEPF

RPPN	Área (ha)	Município	Esfera	Ano de Criação	Instrumento de Criação
Biorregional	2,50	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2021	PORTARIA ICMBio Nº 307, DE 11 DE MAIO DE 2021

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ “Reservas Privadas no Cerrado”. Funatura/ CEPF. Disponível em: <https://cepfcerrado.iieb.org.br/projeto/reservas-privadas-no-cerrado/>

Renascer	9,69	Alto Paraíso de Goiás	Estadua 1	2021	Portaria SEMA - GO 300/2021 06/12/2021
Águas da Manhã	9,90	Alto Paraíso de Goiás	Estadua 1	2021	Portaria SEMA - GO 301/2021 03/12/2021
Campos Úmidos Vochysias	17,90	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2021	PORTARIA Nº 558, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021
Flor das Águas do Cerrado	27,80	Cavalcante	Federal	2021	PORTARIA Nº 978, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021
Bacupari	36,80	Cavalcante	Federal	2021	PORTARIA Nº 234, DE 14 DE ABRIL DE 2021
Murundu	40,90	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2021	PORTARIA Nº 716, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021
Rio Almas	62,10	Cavalcante	Federal	2021	PORTARIA Nº 676, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021
Acauã	1,70	Cavalcante	Federal	2022	PORTARIA ICMBIO Nº 1.088, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022
Recanto do Arco-iris	126,30	Cavalcante	Federal	2022	PORTARIA ICMBIO Nº 1.087, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022
Parque do Mingau	213,95	São João d'Aliança	Estadua 1	2022	PORTARIA Nº 284, de 05 de setembro de 2022
Parque do Barandão	459,44	São João d'Aliança	Estadua 1	2022	Portaria 275/2022 SEMA GO
Avá-Canoeiro	1.017,50	Cavalcante	Federal	2022	PORTARIA Nº 241, DE 29 DE MARÇO DE 2022
Nascentes	206,88	Teresina de Goiás	Federal	2023	PORTARIA ICMBIO Nº 4.186, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Fonte: Informações reunidas pelo autor com base em arquivos da Funatura e entrevista com Veronica Theulen

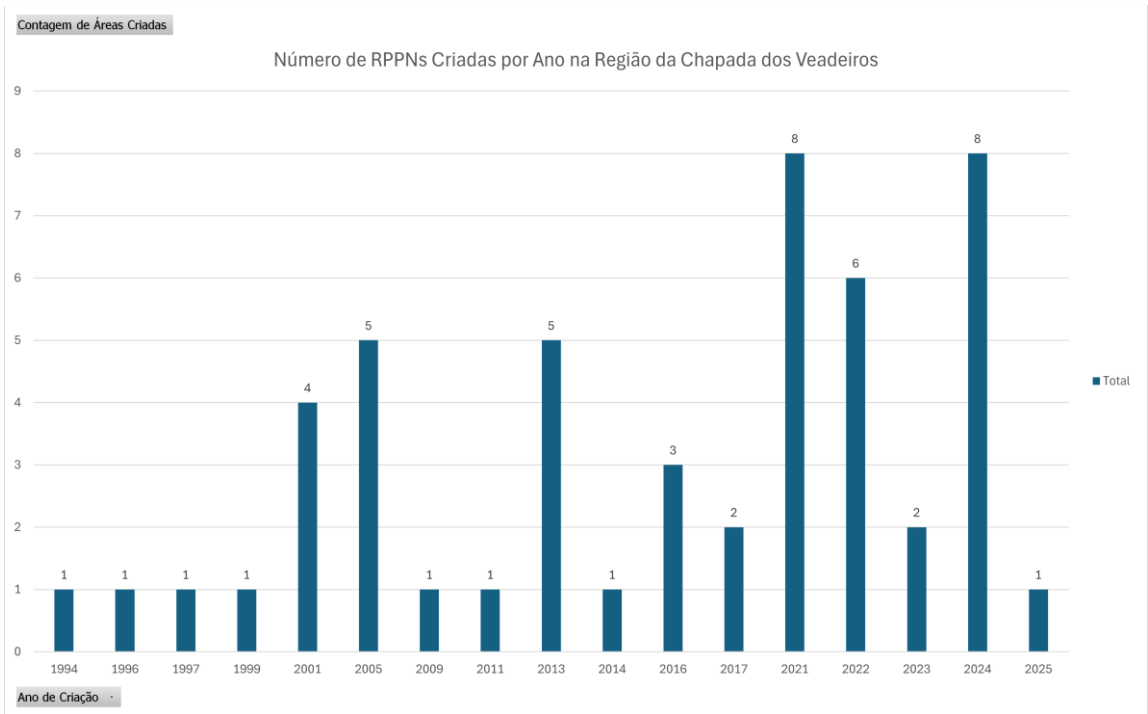
Recentemente, o “Projeto Aroeira Para Conservação de Terras Privadas” apoiou a criação e elaboração de planos de manejo de RPPNs na região da Chapada dos Veadeiros, com o financiamento do Funbio, no escopo do Projeto GEF/Copaíbas (2023-2024) (Funatura, 2024). Com esse projeto foi possível apoiar a criação de mais seis RPPNs na região, conforme a tabela a seguir (Tabela 16):

Tabela 16 RPPNs apoiadas pelo Projeto Aroeira Para Conservação de Terras Privadas

RPPN	Área (ha)	Município	Esfera	Ano de Criação	Instrumento de Criação
RENASCER I	2,95	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	PORTARIA ICMBIO Nº 3.351, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024
RENASCER II	3,01	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	PORTARIA ICMBIO Nº 2.269, DE 30 DE JULHO DE 2024
RENASCER IV	3,16	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	PORTARIA ICMBIO Nº 2.230, DE 25 DE JULHO DE 2024
RENASCER III	5,9	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	Não Localizada
TERRA DAS VOCHYSIAS	27,1	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	PORTARIA ICMBIO Nº 4.379, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2024

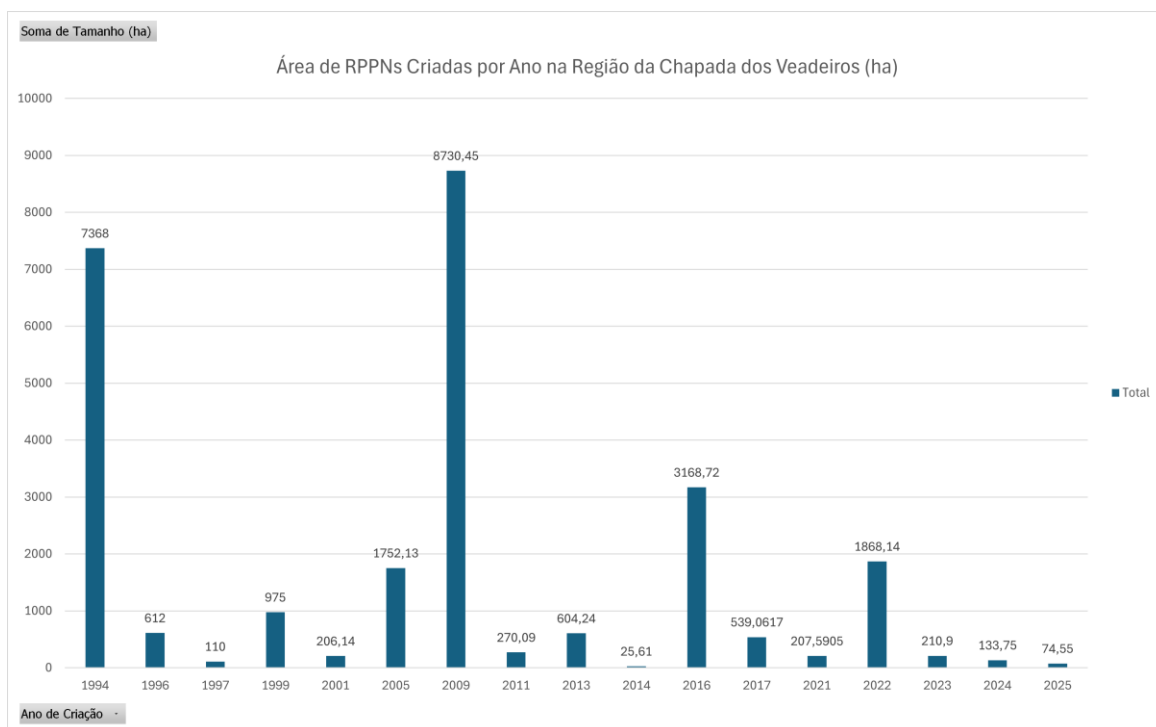
Na sequência observamos três gráficos a respeito do histórico de criação de RPPNs nos municípios quem compõem a microrregião da Chapada dos Veadeiros (Figuras 10, 11 e 12). O primeiro apresenta o histórico do número de RPPNs criadas, o segundo a área criada por ano e o terceiro área e número por ano.

Figura 10 Histórico criação de RPPNs na Chapada dos Veadeiros



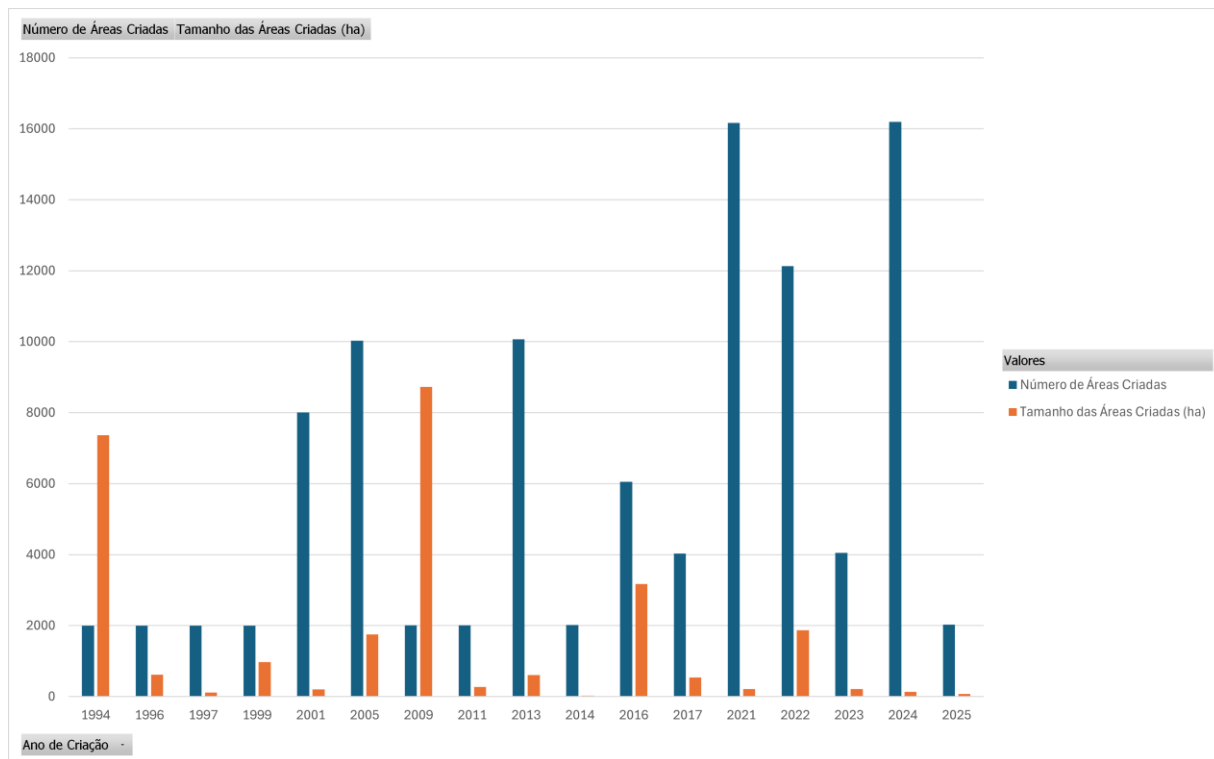
Fonte: Fonte: Informações reunidas pelo autor em arquivos da Funatura e entrevista com Veronica Theulen

Figura 11 Área de RPPN criada por ano na Chapada dos Veadeiros



Fonte: Fonte: Informações reunidas pelo autor em arquivos da Funatura e entrevista com Veronica Theulen

Figura 12 Número e Área de RPPN criadas por ano na Chapada dos Veadeiros



Fonte: Fonte: Informações reunidas pelo autor em arquivos da Funatura e entrevista com Veronica Theulen

Quanto ao apoio à elaboração dos planos de manejo, a Funatura também marcou a sua presença na microrregião estudada. O “Projeto Implantação de Santuários de Vida Silvestre”, apoiado pelo BID, contribuiu com a elaboração do Plano de Manejo da RPPN Mata Funda. O “Projeto Aroeira Para Conservação de Terras Privadas” apoiou a elaboração de oito planos de manejo de RPPNs na região da Chapada dos Veadeiros, com o financiamento do Funbio, no escopo do Projeto GEF/Copaíbas (2023-2024). E por fim, o “Projeto de Fortalecimento das RPPNs da Chapada dos Veadeiros – Uma Visão de Futuro”, financiado pelo Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF), no contexto do “CEPF- Fase I” e CEPF- Fase II (em vigor), já contribuiu para a elaboração de 12 planos de manejo. A tabela a seguir mostra os planos de manejo apoiados pela Funatura (Tabela 17).

Tabela 17 Apoio a elaboração dos Planos de Manejo Funatura na região da Chapada dos Veadeiros

RPPN	Área (ha)	Município	Esfera	Ano de criação	Apoio plano de manejo	Instrumento de criação
Fazenda Mata Funda	110,00	Alto Paraíso de Goiás	Federal	1997	Funatura/BID	Portaria MMA IBAMA No 27 11 04 1997
Vita Parque	23,27	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2001	Projeto Aroeira	PORTARIA IBAMA No 21, de 1o DE MARÇO DE 2001
Flor do Cerrado	1.551,24	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2016	Projeto Aroeira	PORTARIA ICMBio No - 20, DE 16 DE MARÇO DE 2016
Renascer	9,69	Alto Paraíso de Goiás	Estadual	2021	Projeto Aroeira	Portaria SEMA - GO 300/2021 06/12/2021
Águas da Manhã	9,90	Alto Paraíso de Goiás	Estadual	2021	Projeto Aroeira	Portaria SEMA - GO 301/2021 03/12/2021
Campos Úmidos Vochysias	17,90	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2021	Projeto Aroeira	PORTARIA Nº 558, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021
Flor das Águas do Cerrado	27,80	Cavalcante	Federal	2021	Projeto Aroeira	PORTARIA Nº 978, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021
Rio Almas	62,10	Cavalcante	Federal	2021	Projeto Aroeira	PORTARIA Nº 676, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021
Avá-Canoeiro	1.017,50	Cavalcante	Federal	2022	Projeto Aroeira	PORTARIA Nº 241, DE 29 DE MARÇO DE 2022
Fazenda Branca Terra Dos Anões	612,00	Alto Paraíso de Goiás	Federal	1996	CEPF Uma Visão de Futuro	Portaria MMA IBAMA No 108 29 _11_ 1996
Entre Veadeiros Catingueiro	49,25	Cavalcante	Federal	2022	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA Nº 158, DE 11 DE MARÇO DE 2022
Recanto do Arco-íris	126,30	Cavalcante	Federal	2022	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 1.087, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

Parque do Mingau	213,95	São João d'Aliança	Estadual	2022	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA Nº 284, de 05 de setembro de 2022
Parque do Barandão	459,44	São João d'Aliança	Estadual	2022	CEPF Uma Visão de Futuro	Portaria 275/2022 SEMA GO
Nascentes	206,88	Teresina de Goiás	Federal	2023	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 4.186, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023
Renascer I	2,95	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 3.351, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024
Renascer II	3,01	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 2.269, DE 30 DE JULHO DE 2024
Renascer Iv	3,16	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 2.230, DE 25 DE JULHO DE 2024
Renascer III	5,9	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	CEPF Uma Visão de Futuro	Não Localizada
Terra das Vochysias	27,1	Alto Paraíso de Goiás	Federal	2024	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 4.379, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2024
Beija-Flor	29,44	São João d'Aliança	Federal	2024	CEPF Uma Visão de Futuro	PORTARIA ICMBIO Nº 3.345, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024

Importância das RPPNs para a conservação da biodiversidade e, especialmente, para a conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros

Breve introdução – Biologia da Conservação e as Teorias Biorregionais

Os impactos antrópicos sobre o planeta Terra são de tamanha monta que a comunidade científica internacional tem chamado a atenção para o fato de estarmos vivenciando um sexto evento de extinção em massa de espécies, caracterizada por uma taxa de extinção muito acima da taxa de fundo de extinção, componente normal do processo de evolução biológica. Diante deste quadro, elementos que fundem a pesquisa científica, a apreciação estética, preocupações de caráter ético e utilitário embasam o ativismo político com o intuito de garantir a conservação a conservação de espécies, ecossistemas e *pools* genéticos, ou seja, da biodiversidade (Franco, 2013; Kolbert, 2015).

O conceito de biodiversidade, foi idealizado por Walter G. Rosen, do National Research Council / National Academy of Sciences (NRC/NAS), em 1985, durante o

planejamento do que ficou denominado como National Forum on BioDiversity (Fórum Nacional sobre BioDiversidade), realizado em Washington - DC, de 21 a 24 de setembro de 1986, promovido pela NAS e o Smithsonian Institute. O fórum foi resultado da preocupação iminente com as ameaças à diversidade da vida. Essa mesma preocupação acabou por levar à emergência de um novo campo da ciência, a biologia da conservação. A Society for Conservation Biology (SCB), fundada em 1985, e a publicação do primeiro número da revista *Conservation Biology*, em 1987, passaram a reunir os cientistas que se dedicam a esse novo campo, voltado para compreender as ameaças à biodiversidade e a propor estratégias para a conservação (Franco, 2013).

O National Forum on BioDiversity reuniu expoentes dos mais variados campos do conhecimento (biologia, agronomia, economia, filosofia etc.), representantes de agências de assistência técnica, de financiamento e de ONGs. Foram apresentados painéis com foco na destruição de habitats e na extinção acelerada de espécies, mais tarde reunidos em uma publicação de 1988, organizada pelo biólogo Edward O. Wilson (1929-2021), com o título original de *Biodiversity* (Wilson, 1997).

O National Forum on BioDiversity e o livro de Wilson trouxeram à público os resultados mais atualizados das pesquisas sobre a diversidade biológica e as práticas voltadas para a sua conservação. O consenso que se formou entre cientistas e ativistas sobre a necessidade de se evitar que a biodiversidade continuasse a ser erodida em consequência da imprevidência das ações antrópicas levou a que, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, fosse lançada, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (Franco, 2013).

A convergência entre a urgência da conservação da biodiversidade e o surgimento da biologia da conservação conduziram ao aprofundamento de estudos sobre a interação, a adaptação, o surgimento e o desaparecimento de espécies de organismos. Houve um processo de estreitamento entre as especulações científicas e as preocupações de gestores de áreas protegidas e de ativistas pela conservação da natureza. A biologia da conservação se configurou, assim, como o espaço mais relevante para a produção de conhecimento sobre as causas que têm conduzido a uma acelerada perda de biodiversidade: destruição de habitats, espécies invasoras, poluição e pressões diretas (caça, pesca, coleta, retaliação). Como uma ciência aplicada ela também tem se dedicado a propor ações

efetivas para deter o processo de extinção em massa em curso (Franco, 2013; Kolbert, 2015).

O conceito de manejo ou gestão biorregional, proposto por Kenton Miller, indica a necessidade de trabalhar a conservação ambiental na escala da paisagem. Essa ideia foi aplicada primeiro para embasar a concepção das Reservas da Biosfera e implicava a noção de áreas naturais protegidas (*core*), como áreas núcleo, corredores ecológicos (*corridors*), como elementos promotores de conectividade entre as áreas núcleo, e zonas de amortecimento (*buffer zones*), com o objetivo de proteger as áreas núcleo de impactos mais intensos relacionados com as atividades humanas. Trata-se de uma abordagem que associa o bem-estar social à conservação da natureza (Miller, 1980 e 1997). Convergente com o conceito de manejo biorregional, a biologia da conservação, a partir do conceito de *rewilding*, discute as diversas escalas da conservação da biodiversidade e a necessidade de um planejamento abrangente, em escala regional e até continental, no qual se defende uma estratégia baseada em áreas protegidas (*core*), corredores ecológicos (*corridors*) e espécies-chave (carnívoros). Os carnívoros de topo de cadeia alimentar, mesmo em pequeno número, desempenham o papel de espécie-chave, interagindo fortemente com toda a comunidade de fauna e cumprindo função estruturante no ecossistema. Eles atuam como espécies guarda-chuva, pois ao protegê-las, as demais espécies abaixo na cadeia alimentar se encontram protegidas. Os grandes herbívoros também se caracterizam por interagirem fortemente com todo ecossistema e atuam como espécies engenheiras, estruturando e enriquecendo habitats. A existência de carnívoros de topo de cadeia e de grandes herbívoros é, portanto, um indicador da saúde de todo o ecossistema (Soulé, 2014).

São exemplos de iniciativas de conservação biorregionais as Reservas da Biosfera, os Mosaicos de Áreas Protegidas e mesmo a Abordagem Ecosistêmica, que rege a implementação da CDB. Elas se encontram também em estratégias territoriais desenvolvidas para a conservação, tais como as previstas no conceito de Desenvolvimento de Territorial de Base Conservacionista (DTBC), nos Planos de Ação Nacionais (PANs) e no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). De acordo com o PNAP (MMA, 2006), as áreas naturais protegidas são: UCs, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, RLs e APPs. Na perspectiva da paisagem, trata-se de manter áreas protegidas conectadas por corredores ecológicos. Como um componente

importante para a efetivação das estratégias de conservação, vale considerar ainda as Outras Medidas Efetivas de Conservação baseadas em área (OMECs)⁷⁹, conceito cunhado no âmbito da CDB, que visa identificar, reconhecer e fortalecer a conservação implementada por diferentes atores, como comunidades locais e tradicionais, setor privado e inclusive governos, complementarmente às áreas protegidas.

As publicações científicas têm caracterizado a aproximação da biologia da conservação com temas como o monitoramento, o manejo e a restauração da biodiversidade. Michael Soulé e John Terborgh (1999) organizaram a coletânea *Continental Conservation: Scientific Foundations of Regional Reserve Networks*, na qual fica clara a necessidade de se pensar a conservação em grande escala, com base em áreas protegidas e corredores de habitat, para garantir a sobrevivência de populações viáveis de carnívoros de topo de cadeia e grandes herbívoros. O livro *Collected Papers of Michael Soulé: Early Years in Modern Conservation Biology* (Soulé, 2014), reúne como o próprio título indica, os principais artigos de Michael Soulé, o principal articulador da biologia da conservação como campo científico. Nos *papers* que compõem o livro, se expressa a preocupação em ir além da proteção de áreas que ainda conservam as suas principais características naturais. O estabelecimento de corredores e a garantia de populações viáveis de espécies ameaçadas de extinção indicam a importância de se estabelecer estratégias de restauração ecológica, incluindo a refaunação (*rewilding*), com o foco em espécies com interações fortes na estruturação dos ecossistemas, como carnívoros de topo de cadeia e grandes herbívoros.

Mais recentemente, tem se destacado as estratégias de conservação que incluem a questão da coexistência (*coexistence*), ou seja, da convivência entre os humanos e as espécies que dividem com eles o planeta Terra, especialmente as que geram maiores tensões e conflitos, que são justamente as espécies-chave ou guarda-chuva, como carnívoros e grandes herbívoros (Marchini et al, 2021; Marchini et al, 2024). Em uma perspectiva mais ampla, para estancar os processos que têm promovido a sexta grande extinção em massa, é cada vez mais importante conciliar as necessidades do

⁷⁹ “Reconhecer e relatar outras medidas efetivas de conservação baseadas em área. Grupo de Trabalho da Comissão Mundial de Áreas Protegidas sobre OMECs”. *UICN*. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PATRS-003-Pt.pdf>

desenvolvimento sustentável com uma ética que leve em conta o princípio fundamental da biologia da conservação, o valor intrínseco da biodiversidade (Franco, 2013).

Aspectos da Conservação da Biodiversidade em Áreas Privadas

O Programa Santuários de Vida Silvestre (PSVS), depois renomeado Programa de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (PRPPN), como abordado nos capítulos anteriores, é fruto de um esforço voltado para a conservação, a partir de algumas premissas fundamentais, as quais, apesar do tempo, permanecem bastante atuais. Era perceptível a preocupação dos atores envolvidos na criação da Funatura com a política desenvolvimentista associada à integração nacional. Tal política incentivava fortemente o desmatamento, a construção de rodovias e de grandes obras de infraestrutura, em nome de um suposto progresso econômico do país. Ou seja, havia uma ameaça ambiental real, de forma que a criação dos santuários poderia oferecer mais agilidade no processo de criação de áreas protegidas do que as iniciativas públicas voltadas para a conservação.

Como visto no capítulo anterior, o PSVS tinha como estratégia distribuir áreas de proteção significativas na paisagem nacional, em tamanhos relativamente pequenos e espalhadas pelos distintos biomas do país. A partir de estudos e análises de dados primários e secundários, realizados na etapa de diagnóstico, foi possível priorizar áreas que protegiam espécies raras, endêmicas e ameaçadas (alguns exemplos de espécies identificadas podem ser citados, como é o caso do Riacho Fundo). De fato, a estratégia se demonstrou eficaz e atualmente pode-se afirmar que se tornou ainda mais eficiente, considerando o avanço da fragmentação do Cerrado e da privatização acelerada da terra. Dada a fragmentação e a privatização crescente e levando em conta a heterogeneidade das diferentes ecorregiões e fitofisionomias do Cerrado, a criação de RPPNs se coloca como uma modalidade de UC com grande potencial para contribuir com a conservação da biodiversidade do bioma.

Apesar de sua importância biológica, o Cerrado é o bioma que possui a menor porcentagem de áreas sob proteção — apenas 8,21% de seu território é legalmente protegido por UCs. Desse total, 2,85% são UCs de proteção integral e 5,36% são UCs de

uso sustentável. Outros 0,07% correspondem à RPPNs⁸⁰. As RPPNs se constituem como uma chave para a conservação da biodiversidade, ao melhorar as condições de conectividade ecológica entre as demais categorias de UCs. Nesse contexto, as UCs maiores e com biodiversidade mais preservada funcionam como áreas núcleo e as RPPNs contribuem como elementos de conectividade, contribuindo para a formação de corredores ecológicos e *step stones*, fornecendo abrigo e espaços seguros para a movimentação de espécies da fauna silvestre. Deste modo, as estratégias de conservação do Cerrado devem levar em conta tanto a diversidade biológica como a diversidade paisagística, pois este bioma é composto por um mosaico de fragmentos naturais heterogêneos. Áreas representativas de toda a diversidade de fitofisionomias e espécies e elementos de conectividade que garantam a dispersão de indivíduos e o fluxo gênico se revestem de grande importância.

Outro aspecto relacionado ao padrão de distribuição da biodiversidade do Cerrado, que acentua a importância da conectividade e reforça a necessidade de ampliação do número de RPPNs, é o fato de que o bioma possui os três parâmetros (alfa⁸¹, beta⁸² e gama⁸³) de biodiversidade elevados. Isso quer dizer que o bioma apresenta, além das espécies comuns, uma quantidade elevada de espécies raras, aumentando, com isso, a necessidade de um grande número de UCs, espalhadas, que assegurem áreas protegidas nas diferentes representações de habitats, a fim de garantir a conservação da biodiversidade. Nessa perspectiva os fragmentos devem ser conservados no maior número possível, independentemente do tamanho.

⁸⁰ “Dia Nacional do Cerrado: projetos reforçam leis para proteção do bioma”. *Agência Senado*, 10/09/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/10/dia-nacional-do-cerrado-projetos-reforcam-leis-para-protecao-do-bioma#:~:text=Apesar%20de%20sua%20import%C3%A2ncia%20biol%C3%B3gica,de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20uso%20sustent%C3%A1vel>.

⁸¹ O Cerrado é conhecido por sua alta biodiversidade local, que se refletiria em uma alta biodiversidade alfa. Este bioma é o segundo maior da América do Sul e abrange uma vasta gama de habitats que suportam uma riqueza significativa de espécies, incluindo várias endêmicas.

⁸² A biodiversidade beta no Cerrado é alta devido à diversidade de tipos de habitats e ecossistemas que variam de savanas abertas a florestas densas. Esta diversidade ambiental resulta em uma variação significativa na composição de espécies entre diferentes locais dentro do bioma.

⁸³ Com milhões de quilômetros quadrados e diversas zonas ecológicas, a biodiversidade gama do Cerrado é altamente significativa. No entanto, menos da metade da vegetação original permanece, tornando urgente a conservação.

Em tese intitulada *Políticas de Conservação da Biodiversidade e Conectividade entre Remanescentes do Cerrado*, Roseli Senna Ganem (Ganem, 2007) discorre sobre a questão relacionada ao critério espécies-área a ser protegida:

A relação espécie-área, do modelo de biogeografia de ilhas, tem sido extrapolada para condicionar a definição de tamanho e forma ideal das UCs. Estas são comparadas a ilhas, isto é, a espaços com flora e fauna nativas cercadas de ambientes alterados pela ação humana. Critérios derivados desse modelo tem sido apontados para a seleção de áreas para conservação. Assim, são preferíveis: unidades maiores a menores, inteiras a divididas, circulares a lineares. Entretanto, Scarano questiona a aplicação dogmática da teoria da biogeografia de ilhas como diretriz para políticas de conservação. Ele cita como exemplo uma pesquisa sobre dinâmica populacional de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) em fragmentos de floresta semidecídua no município de Búzios (RJ). Descobriu-se que o maior banco de plântulas encontrava-se no menor fragmento, que seria considerado de baixa prioridade, se o critério "tamanho da área" fosse considerado na seleção dos fragmentos a proteger (Ganem, 2007, p. 68)

A autora reforça o seu argumento ao afirmar que os fragmentos devem ser protegidos no maior número possível, independentemente de seu tamanho, de forma a concordar com o questionamento levantado por Scarano (2006) e reforçado por Ribeiro et al. (2005):

Deve-se considerar o questionamento de Scarano sobre a aplicação dogmática da teoria da biogeografia de ilhas. O autor ressalta que é preciso cautela na aplicação desses princípios, pois pequenos fragmentos podem conter bancos genéticos de importância para a conservação. Para Ribeiro et al., a intensa heterogeneidade florística do bioma aponta a "necessidade de proteger muitas áreas relativamente menores no sentido de representar adequadamente a biodiversidade local e regional" (Ganem, 2007, p. 340)

Baseando-se nos estudos promovidos por distintos autores especializados na temática da conservação, Ganem defende que a estratégia mais segura seria a criação de novas UCs em tamanhos maiores, somada à estratégia de criar, também, UCs menores em maior número, a fim de consolidar um sistema capaz de assegurar a conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais e ecossistêmicos. Isso porque o Cerrado abrange um mosaico de fragmentos naturais intercalados e a conectividade deve, assim, fomentar a manutenção desse conjunto, tornando-se necessário um grande número de UCs e áreas protegidas, para que o sistema seja representativo da biodiversidade do bioma (Ganem, 2007, p. 338).

No artigo “O Papel das Reservas Privadas na Conservação da Biodiversidade”, Pinto et. al. (2004) discutem o quanto as RPPNs têm sido fundamentais para garantir a proteção de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, concluindo que as RPPNs desempenham um papel crucial na proteção dessas espécies e, por consequência, na conservação da biodiversidade brasileira.

Grande, Aguiar e Machado (2020) investigam a relação entre a perda de habitat natural e a conectividade da paisagem no Cerrado brasileiro. O estudo analisa como a remoção de habitat afeta a conectividade no bioma. O objetivo central do artigo foi avaliar os efeitos da remoção de habitat na conectividade do Cerrado, testando a hipótese de que existe um limiar de desmatamento crítico, abaixo do qual a conectividade é drasticamente reduzida. Segundo o estudo, entre 2000 e 2017, o Cerrado perdeu 23,9% de seu habitat natural (aproximadamente 254.000 km²) e a conectividade diminuiu significativamente. A remoção de fragmentos conectores ou corredores foi a mudança mais crucial, ocorrendo em 78,2% das paisagens. A relação entre o IIC⁸⁴ e a área natural remanescente revelou um ponto de ruptura (*breakpoint*), quando a área nativa em uma paisagem atingiu 39%, em 2000, e 37%, em 2017.

O teste de Wilcoxon⁸⁵ foi usado para comparar os valores de conectividade (medidos pelo IIC) do Cerrado em 2000 e 2017. O resultado ($W = 179.700$, $p < 0,01$) indica que houve uma diminuição significativa na conectividade do Cerrado durante esse período, e essa diminuição não é apenas um resultado aleatório. No campo das conclusões, o artigo aponta que independentemente da disposição espacial dos fragmentos de habitat, a conectividade da paisagem é perdida quando o habitat natural remanescente cai abaixo de um determinado limiar. Nas paisagens com menos de 37% de habitat nativo remanescente a conectividade fica comprometida. Em resumo, o estudo destaca a importância da conectividade da paisagem para a conservação da biodiversidade no Cerrado, demonstrando que a perda de habitat natural e a remoção de fragmentos conectores têm um impacto significativo na conectividade. Os resultados enfatizam a

⁸⁴ Índice Integral de Conectividade (IIC): O IIC é um índice binário que considera a área disponível de cada fragmento de habitat, o fluxo estimado entre os fragmentos e os fragmentos que funcionam como *stepping stones*. Ele é dividido em três componentes: fluxo, conector e intra.

⁸⁵ O teste de Wilcoxon ou teste dos postos sinalizados de Wilcoxon é um teste de hipóteses não paramétrico utilizado quando se deseja comparar duas amostras emparelhadas, amostras relacionadas ou medidas repetidas em uma única amostra para avaliar se os postos médios populacionais diferem (i.e. é um teste de diferenças pareadas) (https://pt.wikipedia.org/wiki/Teste_de_Wilcoxon).

necessidade de políticas de conservação que considerem a conectividade da paisagem e a restauração do habitat para garantir a sustentabilidade do bioma. O estudo recomenda a consideração de regulamentações mais restritivas e políticas públicas que busquem a conciliação entre o agronegócio e a conservação ambiental, para evitar a ocupação excessiva das paisagens (Grande, Aguiar e Machado, 2020).

A dissertação de mestrado de Priscylla Lima (2013) aborda a importância das RPPNs para a conservação da biodiversidade na região da Chapada dos Veadeiros. A autora destaca que as RPPNs desempenham um papel crucial na proteção de habitats naturais. A criação dessas reservas representa uma estratégia viável para a conservação da biodiversidade na região, considerada prioritária para projetos de conservação no Brasil. A dissertação também enfatiza que as RPPNs podem e devem cumprir um papel importante em modelos de gestão integrada e participativa. O texto destaca espécies raras, ameaçadas ou endêmicas que as RPPNs na Chapada dos Veadeiros protegem. (Lima, 2013).

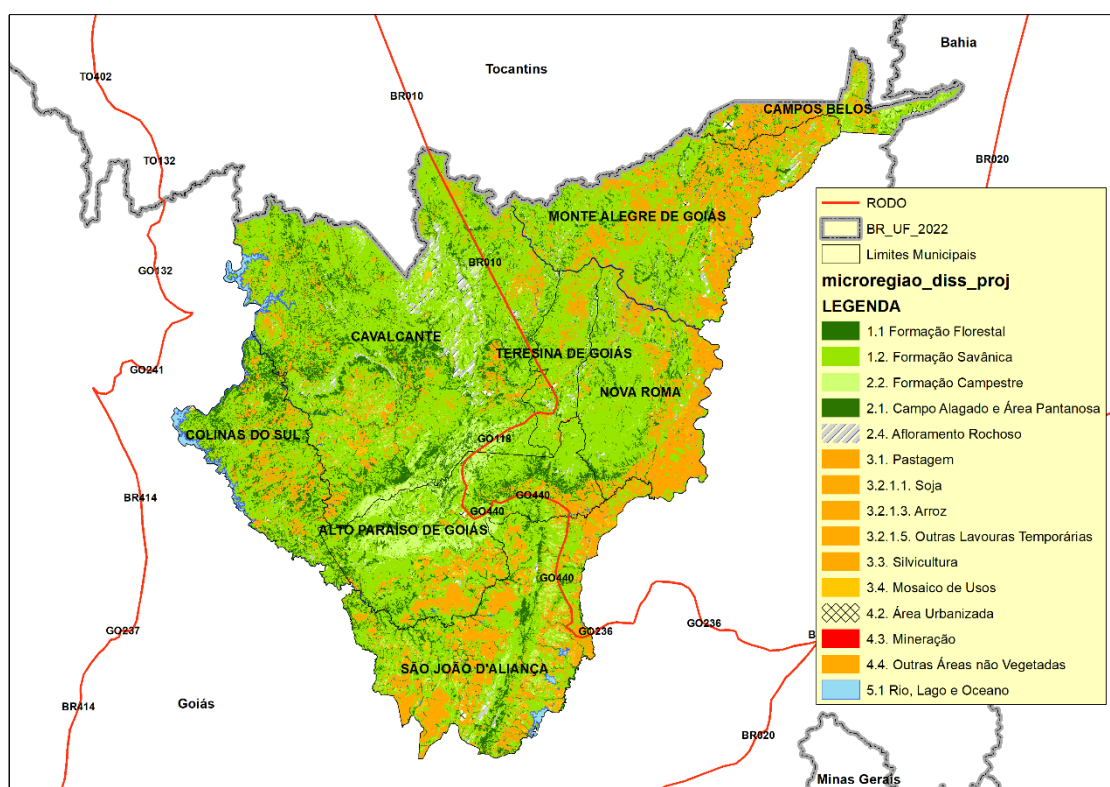
Iniciativas como o Corredor Ecológico Tombador-Veadeiros, que visa criar um corredor ecológico entre a RPPN da Serra do Tombador e o PNCV, demonstram a importância das RPPNs na promoção de políticas públicas de planejamento territorial inclusivo e participativo na região da Chapada dos Veadeiros. As RPPNs ajudam a conservar habitats sem grandes intervenções humanas, promovendo a preservação da biodiversidade local. Além disso, a sua distribuição pelo território aqui analisado complementa as UCs públicas, funcionando como zonas de amortecimento e corredores de biodiversidade, preservando nichos não contemplados pelas UCs públicas (Lima e Franco, 2014).

De Marco Jr. et. al. (2023) constataram que áreas protegidas privadas no Cerrado acomodam até 14,5% das distribuições de espécies de vertebrados ameaçados, aumentando para 25% quando considerada a distribuição do habitat nativo remanescente. Além disso, a distribuição espacial das áreas protegidas privadas beneficia um grande número de espécies. Segundo os autores, a restauração ecológica de terras protegidas privadas melhoraria os benefícios desse sistema de proteção, especialmente no sudeste do Cerrado, onde o vetor econômico se apresenta como grave ameaça à conservação ambiental. O estudo conclui que as terras privadas desempenham um papel crucial na proteção das espécies ameaçadas do Cerrado. Assim, a restauração de áreas protegidas

privadas é uma meta importante, que merece atenção e financiamento. Diante disso, a pesquisa sugere um esquema de priorização para orientar os esforços de restauração, maximizando os benefícios para a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, como o armazenamento de carbono e a polinização de culturas.

Baseado no que foi discutido, foram realizadas análises geoespaciais sobre o conjunto dos oito municípios que compõem a Microrregião da Chapada dos Veadeiros, de acordo com a classificação do IBGE (Figura 13, 14 e 15). Foram então consideradas as 51 RPPNs identificadas dentro desses municípios (já apresentadas neste capítulo). Para que fosse possível ter uma ideia da classificação do uso e da ocupação do solo nos municípios e nas RPPNs listadas, foi utilizada a matriz da “Coleção 9” do Mapbiomas⁸⁶ (Tabelas 18, 19 e 20).

Figura 11 Mapa Classificação Microrregião Chapada dos Veadeiros



Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base em bases de dados disponíveis no IBGE e na Plataforma Mapbiomas

⁸⁶ “Coleção 9”. Mapbiomas. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-9/>

Tabela 18 Mapbiomas (2023) Microrregião Chapada dos Veadeiros

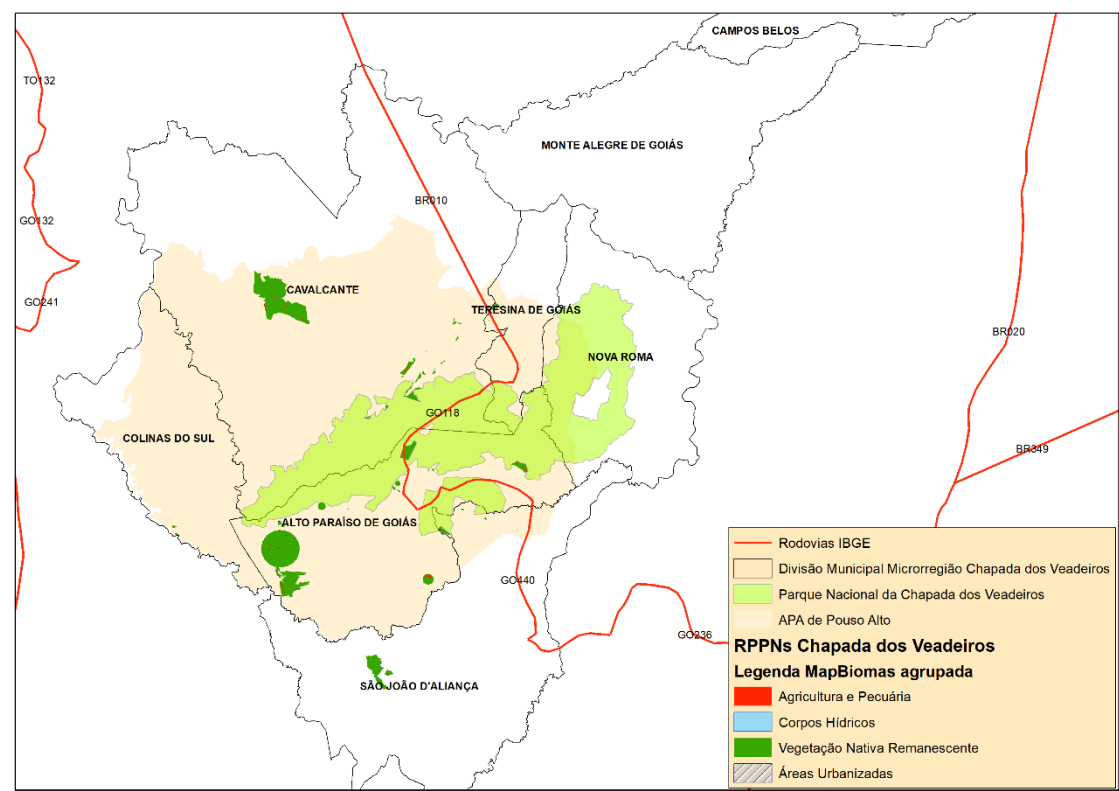
Classificação Mapbiomas (2023)	Área	%
Agricultura e Pecuária	477.510,52	22%
3.1. Pastagem	353.603,97	74%
3.2.1.1. Soja	64.516,58	14%
3.2.1.3. Arroz	298,58	0%
3.2.1.5. Outras Lavouras Temporárias	3.767,10	1%
3.3. Silvicultura	2.606,38	1%
3.4. Mosaico de Usos	52.717,91	11%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	10.984,50	1%
4.2. Área Urbanizada	2.563,74	23%
4.3. Mineração	79,03	1%
4.4. Outras Áreas não Vegetadas	8.341,74	76%
Corpos Hídricos	18.501,08	1%
5.1 Rio, Lago e Oceano	18.501,08	100%
Vegetação Nativa Remanescente	1.626.874,13	76%
1.1 Formação Florestal	244.379,37	15%
1.2. Formação Savânica	1.208.325,62	74%
2.1. Campo Alagado e Área Pantanosa	19.225,92	1%
2.2. Formação Campestre	115.987,28	7%
2.4. Afloramento Rochoso	38.955,95	2%
Total Geral	2.133.870,23	100%

Tabela 19 Classificação Mapbiomas (2023) por município Microrregião Chapadas dos Veadeiros

Classificação Mapbiomas (2023)	Área	%
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	259.325,62	12%
Agricultura e Pecuária	41.159,62	16%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	990,67	0%
Corpos Hídricos	159,11	0%
Vegetação Nativa Remanescente	217.016,23	84%
CAMPOS BELOS	72.411,19	3%
Agricultura e Pecuária	31.411,80	43%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	1.372,82	2%
Corpos Hídricos	41,38	0%
Vegetação Nativa Remanescente	39.585,19	55%
CAVALCANTE	695.388,27	33%
Agricultura e Pecuária	67.257,90	10%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	1.033,60	0%
Corpos Hídricos	6.967,11	1%
Vegetação Nativa Remanescente	620.129,66	89%
COLINAS DO SUL	170.872,87	8%
Agricultura e Pecuária	29.651,38	17%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	414,74	0%
Corpos Hídricos	6.695,83	4%
Vegetação Nativa Remanescente	134.110,92	78%
MONTE ALEGRE DE GOIÁS	312.048,93	15%
Agricultura e Pecuária	115.592,15	37%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	1.178,33	0%
Corpos Hídricos	902,85	0%
Vegetação Nativa Remanescente	194.375,60	62%
NOVA ROMA	213.565,01	10%
Agricultura e Pecuária	68.268,28	32%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	603,27	0%
Corpos Hídricos	628,38	0%
Vegetação Nativa Remanescente	144.065,08	67%
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	332.790,40	16%
Agricultura e Pecuária	112.772,82	34%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	5.131,92	2%
Corpos Hídricos	2.982,34	1%
Vegetação Nativa Remanescente	211.903,32	64%
TERESINA DE GOIÁS	77.467,94	4%
Agricultura e Pecuária	11.396,56	15%
Áreas Urbanas, Mineração e outros	259,16	0%
Corpos Hídricos	124,09	0%
Vegetação Nativa Remanescente	65.688,13	85%
Total Geral	2.133.870,23	100%

Os percentuais em **negrito** se referem à área do município com relação à área total da microrregião e os percentuais sem **negrito** se referem à classificação do Mapbiomas em relação à área total do município.

Figura 12 Mapa RPPNs da Chapada dos Veadeiros com a APA de Pouso Alto e o PARNA da Chapada dos Veadeiros



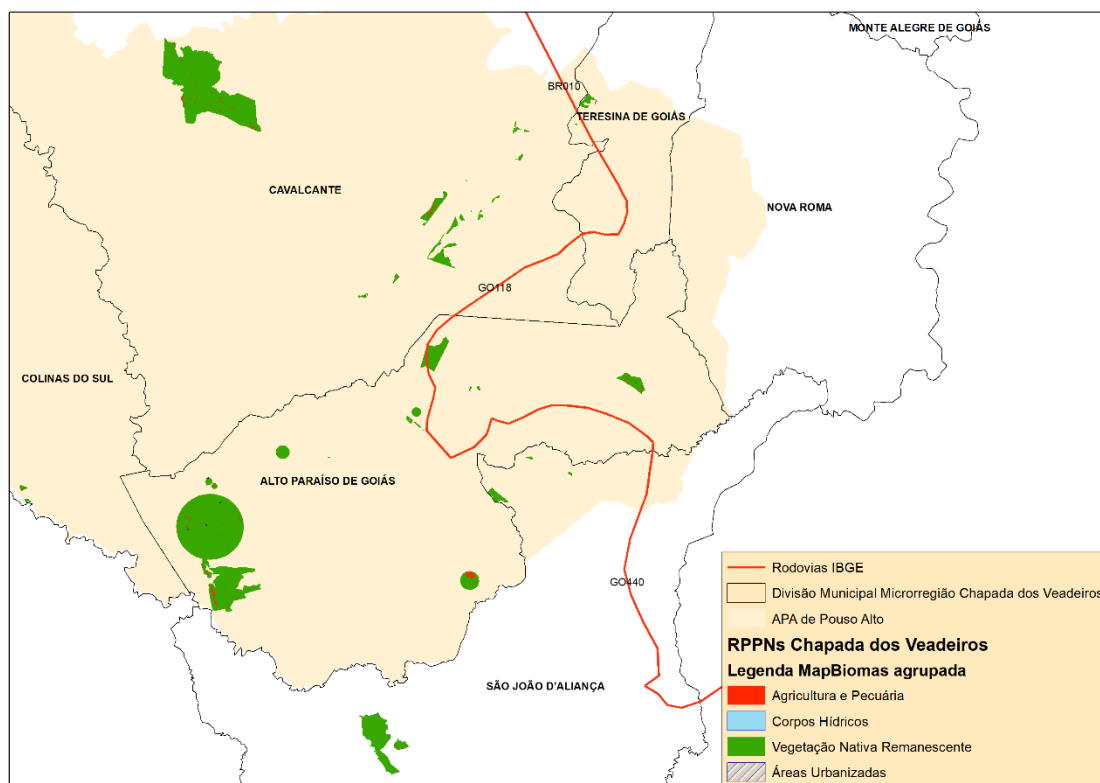
Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base em bases de dados disponíveis no IBGE e na Plataforma Mapbiomas

Tabela 20 Classificação Mapbiomas (2023) RPPNs Microrregião da Chapada dos Veadeiros

<i>Classificação Mapbiomas (2023) RPPNs Microrregião da Chapada dos Veadeiros</i>	Área (ha)	%
Agricultura e Pecuária	488,38	2%
3.1. Pastagem	218,52	45%
3.2.1.1. Soja	68,60	14%
3.4. Mosaico de Usos	201,26	41%
Áreas Urbanizadas	5,29	0%
4.2. Área Urbanizada	2,16	41%
4.4. Outras Áreas não Vegetadas	3,14	59%
Corpos Hídricos	2,34	0%
5.1 Rio, Lago e Oceano	2,34	100%
Vegetação Nativa Remanescente	26.137,31	98%
1.1 Formação Florestal	4.018,49	15%
1.2. Formação Savânica	18.418,68	70%
2.1. Campo Alagado e Área Pantanosa	334,06	1%

2.2. Formação Campestre	2.743,69	10%
2.4. Afloramento Rochoso	622,39	2%
Total Geral	26.633,33	100%

Figura 13 Mapa RPPNs da Chapa dos Veadeiros e APA de Pouso Alto



Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base em bases de dados disponíveis no IBGE e na Plataforma Mapbiomas

Os percentuais em negrito referem-se à área da classe com relação à área total do conjunto de 51 RPPNs da microrregião e os percentuais sem negrito referem-se à subclassificação em relação a área total da classe.

Papel da Funatura como articuladora de redes de parceria.

A Funatura desempenha um papel central e multifacetado como articuladora de redes de parceria na região da Chapada dos Veadeiros, atuando, por exemplo, como organização de apoio e incubação da Rede de Proprietários de RPPNs, por meio do Projeto Aroeira, apoiado pelo Funbio (GEF Copaíbas), assim como da Rede de Monitoria Participativa da Fauna. Essa função de incubadora confere à Funatura a responsabilidade de prover assistência técnica essencial e gestão de projetos, elementos esses indispensáveis para a funcionalidade e expansão da rede. A atuação da Funatura, portanto,

transcende o mero apoio operacional, configurando-se como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade na região.

Uma das principais frentes de atuação da Funatura reside no apoio técnico e gerencial que oferece às redes locais. Essa assistência é essencial para a viabilização dos projetos, permitindo que a rede acesse oportunidades de financiamento e gerencie seus recursos de forma eficaz. Ao fornecer essa estrutura de suporte, a Funatura apoia as redes locais na implementação de suas iniciativas de monitoramento e conservação de forma organizada e eficiente.

Ao prover a estrutura técnica e legal necessária para a gestão de projetos, a Funatura habilita a Rede a buscar e obter financiamentos alinhados com seus objetivos e visão. Essa capacidade de atrair recursos financeiros é vital para a sustentabilidade das atividades de monitoramento e conservação, permitindo que as redes locais possam expandir seu alcance e aprofundar o impacto na região.

A importância estratégica da Funatura se manifesta também no apoio à gestão territorial integrada, promovendo a colaboração entre diversos atores, incluindo proprietários privados, comunidades locais, autoridades públicas e universidades. Essa abordagem colaborativa é fundamental para a conservação da biodiversidade, pois reconhece a interdependência entre os diferentes atores e a necessidade de ações coordenadas para proteger os ecossistemas da região. No âmbito do Projeto GEF Áreas Privadas, a Funatura irá articular o reconhecimento do Mosaico Veadeiros Paranã, que poderá aglutinar esforços dos diferentes atores regionais em um possível Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista.

Além disso, a Funatura contribui para a conservação da biodiversidade ao ajudar a estabelecer um banco de dados robusto por intermédio do monitoramento da fauna. Esse banco de dados fornece informações valiosas para a tomada de decisões e para o desenvolvimento de estratégias de conservação eficazes. Ao apoiar a coleta, sistematização e análise de dados, a Funatura fortalece a base científica para a proteção da vida selvagem na Chapada dos Veadeiros.

O envolvimento da Funatura também se alinha aos objetivos mais amplos de promover o desenvolvimento sustentável na região do Cerrado. Ao equilibrar a

conservação com os benefícios socioeconômicos para as comunidades locais, a Funatura contribui para a construção de um futuro mais justo e próspero para todos. Essa abordagem integrada reconhece que a conservação da natureza e o bem-estar humano estão intrinsecamente ligados, e que ambos devem ser considerados na busca por um desenvolvimento sustentável.

Desse modo, a Funatura desempenha um papel multifacetado e essencial como articuladora de redes de parceria na Chapada dos Veadeiros. Sua atuação como incubadora da Rede de Monitoria Participativa da Fauna, seu apoio técnico e gerencial, sua facilitação financeira, seu apoio à institucionalização da Rede, suas funções operacionais estratégicas, seu apoio à gestão territorial integrada, sua contribuição para a conservação da biodiversidade e seu alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável a tornam um ator de grande importância para a proteção dos ecossistemas e para o bem-estar das comunidades da região.

Conclusões

Ao longo desta dissertação, a principal intenção foi compreender e elucidar a trajetória e o papel desempenhado pela Funatura na conservação da natureza no Brasil, mostrando o seu foco na criação, implementação e gestão de áreas protegidas, públicas e privadas. A análise revelou que a Funatura, desde sua fundação em 1986, consolidou-se como uma organização de destaque no cenário ambiental brasileiro, impulsionada pela visão pioneira de Maria Tereza Jorge Pádua em conjunto com um grupo de conservacionistas que contribuiu fortemente para o atual panorama das áreas protegidas no Brasil, em especial das UCs atualmente estabelecidas.

A Funatura estabeleceu, quando da sua fundação, três linhas de atuação principais: i) a criação e gestão de UCs públicas; ii) a criação e gestão de áreas protegidas privadas, por meio do Programa Santuários da Vida Silvestre, depois renomeado Programa de Reservas Privadas do Patrimônio Natural; e iii) a sistematização e estabelecimento de bancos de dados e sistemas de informações ambientais. A criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV) e o apoio à criação de áreas protegidas privadas (SVs e RPPNs) foram iniciativas que estiveram presentes já no início da atuação da Funatura, como propósitos e diretrizes que têm funcionado como agregadores, mobilizadores das pessoas, causas e equipes, que permanecem presentes atualmente.

A frente relacionada ao estabelecimento de bancos e sistemas teve uma consolidação muito importante no Sistema Nacional de Unidades de Conservação e no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, a partir da contribuição da organização do Anteprojeto de Lei do SNUC, enviado ao congresso em 1990. Atualmente a Funatura investe energia em uma diretriz que dará seguimento a essa antiga frente, relacionada com a produção, organização e sistematização de dados. A organização está em processo de organização de um centro de documentação e de produção de conhecimentos sobre a história da conservação e de um laboratório de monitoramento da biodiversidade, reunindo esforços para colocar em movimento uma estratégia relacionada com a pesquisa, a elaboração e publicação de uma série de estudos - *policy briefs*, livros autorais e coletâneas, e artigos científicos, relacionadas ao trabalho da organização.

A criação do PNGSV, em 1989, representou um marco importante na história da Funatura, demonstrando seu compromisso com a proteção de áreas naturais significativas. A atuação da Funatura não se limitou à criação do parque, mas também envolveu a implementação de ações de gestão, o processo de realocação das famílias que viviam no interior do parque e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno. Ao longo de sua trajetória pode contribuir com o fortalecimento de diversas unidades de conservação públicas pelo Brasil e vem se modernizando para que possa acompanhar as questões atuais relacionadas as novas metodologias de elaboração e revisão de Planos de Manejo, o Uso Público e as Concessões em especial nos Parques, os conflitos de uso e acesso às Unidades de Conservação. A organização precisa estar aberta e pronta para discutir e trabalhar em torno da importância das áreas protegidas nas questões climáticas, conservação da biodiversidade e recursos hídricos, do papel do ecoturismo na educação ambiental e formação de consciência ambiental, afinal com a aceleração das crises globais a questão ambiental é a cada dia a mais importante e inadiável pauta.

O Programa Santuários de Vida Silvestre, posteriormente transformado no Programa de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, representou uma iniciativa inovadora para a conservação em áreas privadas. A Funatura desempenhou um papel fundamental na criação da categoria de UC denominada RPPN, que se tornou um importante instrumento para a proteção da biodiversidade em terras particulares.

A análise da atuação da Funatura na Chapada dos Veadeiros revelou seu papel como articuladora de redes de parceria, promovendo a colaboração entre proprietários privados, comunidades locais, autoridades públicas e universidades. A Funatura apoiou a criação de diversas RPPNs na região, contribuindo para a proteção de habitats importantes e para a conectividade da paisagem.

Embora a criação e a gestão de áreas protegidas tenham se constituído como o foco principal da Funatura, a organização também tem atuado em outras questões relevantes para a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável. A Funatura tem se dedicado à pesquisa científica, a projetos de conservação de espécies ameaçadas de extinção (como o pato-mergulhão - *Mergus octosetaceus*), à educação ambiental, ao apoio a comunidades tradicionais e à promoção de práticas sustentáveis de produção, entre outros.

A Funatura tem enfrentado desafios importantes, como a necessidade de fortalecer a gestão territorial e ambiental das áreas sob domínio de povos e comunidades locais, indígenas e agricultores familiares, e de promover a produção sustentável e o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, a Funatura tem buscado inovar e adaptar suas estratégias de atuação, buscando compreender as situações caracterizadas por conflitos socioambientais, promover o diálogo e garantir a melhoria de vida das comunidades envolvidas nos processos de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento territorial, por meio de estratégias de promoção da produção sustentável e comercialização dessa produção, da restauração ambiental, de viveiros e agroflorestas, e da valorização de tradições culturais e do ecoturismo.

A Funatura tem se empenhado, com maior intensidade, em ações voltadas para a conservação de espécies ameaçadas de extinção e de *rewilding*, expressas sobretudo na valorização das áreas protegidas como habitat (*core*), dos corredores ecológicos como espaços de dispersão e fluxo genético (*corridors*), dos predadores de topo de cadeia como espécies-chave (*carnivores*) e da convivência entre humanos e fauna silvestre em situações de conflito (*coexistence*). A conservação da fauna tem sido ressaltada também no apoio a projetos de gestão integrada, como os mosaicos de áreas protegidas e os grandes corredores de biodiversidade. A Funatura tem buscado parcerias para desenvolver suas ações para a conservação da fauna, especialmente com a Universidade de Brasília (Programa de Conservação dos Mamíferos da Chapada dos Veadeiros, Centro UnB Cerrado e Centro de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Ciências Biológicas), com o ICMBio (Cenap), com o Onçafari, com o Programa de Conservação dos Mamíferos do Cerrado, com a Panthera e com a Rede de Monitoramento de Fauna da Chapada dos Veadeiros. Essas parcerias tem se refletido: i) na participação em projetos como “A fronteira de ocupação humana e a proteção da biodiversidade no bioma Cerrado: o corredor da onça-pintada (*Panthera onca*) e o desenvolvimento territorial com base conservacionista na APA de Pouso Alto – GO” (2023-2024), desenvolvido no âmbito do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e do Programa de Conservação dos Mamíferos da Chapada dos Veadeiros, e financiado pela FAP-DF; e ii) na coordenação de projetos desenvolvidos pela Funatura, contando com a parceria das entidades citadas, como o projeto GEF Áreas Privadas, com um forte componente de monitoramento da fauna de médios e grandes mamíferos (em execução), e o projeto “Onde a Onça Bebe Água – o viver bem”, financiado pela Petrobras (em execução).

Desse modo, a Funatura tem desempenhado ações de grande importância para a conservação da natureza no Brasil, especialmente nos biomas Cerrado e Pantanal. Sua atuação tem sido intensa na criação e gestão de UCs públicas e de RPPNs, no apoio a projetos de conservação em áreas privadas e em ações para a melhoria da qualidade de vida de comunidades locais. Diante dos desafios ambientais que se apresentam no século XXI, a Funatura se mantém como uma organização relevante, capaz de articular diferentes atores e promover soluções inovadoras para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável, com um papel fundamental no apoio à criação e gestão de áreas naturais protegidas públicas e privadas, na promoção da conectividade da paisagem, no monitoramento e na conservação da biodiversidade, em estratégias de restauração ambiental e de *rewilding*, na proteção dos recursos hídricos, na mediação de conflitos, no apoio a organizações sociais de base comunitária, no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, na pesquisa e produção de conhecimentos.

Referências:

Fontes:

BRASIL. **Decreto Federal nº. 4.421, de 28 de dezembro de 1921.** Cria o Serviço Florestal do Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacaooriginal-91264-pl.html>

BRASIL. **Decreto Federal nº. 23.793, de 23 de janeiro de 1934.** Decreta o Código Florestal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>

BRASIL. **Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944.** Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1944. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16677-29-setembro-1944-479776-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.** Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1962. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-9-11-outubro-1962-364964-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Brasília: Presidência da República, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.** Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-289-28-fevereiro-1967-376825-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Capítulo VI Do Meio Ambiente. Brasília: Presidência da República, 1988. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrariibama1989ntegra?codteor=318230

BRASIL. **Decreto nº 97.658, de 12 de abril de 1989.** Cria nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com limites que especifica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

BRASIL. **Decreto de 10 de novembro de 2000.** Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/dnn9077.htm

BRASIL. **Decreto de 21 de maio de 2004.** Amplia os limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado pelo Decreto nº 97.658, de 12 de abril de 1989, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=21/05-1&ano=2004&ato=b53cXRE9UeRpWT886>

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

BRASÍLIA (DF). **Escritura Pública de Constituição da Fundação pró-Natureza “Funatura”.** Livro 678, Cartório do 2º ofício de notas, nº 1086, Brasília- DF, 05 de setembro de 1986 (Anexo II).

CAMARGO, Suzana. Maria Tereza Pádua é primeira brasileira e segunda mulher a receber mais alta condecoração ambientalista do mundo, **Conexão Planeta**, 04 de outubro de 2016. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/maria-tereza-padua-e-primeira-brasileira-e-segunda-mulher-receber-mais-alta-condecoracao-ambientalista-do-mundo/>

COSTA, João Batista de Almeida et. al. **Os guardiões das Veredas Grande Sertão: a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o inventário das referências culturais.** Brasília: Fundação Pró- Natureza, 2005.

CORREIO BRAZILIENSE. **Proteção.** Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL: Correio Braziliense (DF) - 1970 a 1979. Ano 1974\Edição 04391A. Brasília, 30 de março de 1974. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pagfis=46011

CORREIO BRAZILIENSE. **“Sertão” de Rosa poderá virar Parque.** Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL: Correio Braziliense (DF) - 1980 a 1989.

Ano 1986\Edição 08542B (1). Brasília, 04 de dezembro de 1986a. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22Funatura%22&pagfis=91719

CORREIO BRAZILIENSE. **O Sertão vai virar parque.** Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL: Correio Braziliense (DF) - 1980 a 1989. Ano 1986\Edição 08544B (1). Brasília, 06 de dezembro de 1986b. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22Funatura%22&pagfis=91802

ESPÍRITO SANTO, Cesar Victor do. **Histórico da atuação da Fundação Pró-Natureza – Funatura no Parque Nacional Grande Sertão Veredas e sua região de influência.** Brasília: Funatura, 2013.

FUNATURA. **Ata nº 01. Reunião de Membros Fundadores.** Brasília, 30 de julho de 1986a (Anexo I).

FUNATURA. **Ata nº 01. Reunião do Conselho de Administração.** Brasília, 30 de julho de 1986b.

FUNATURA. **Estatuto da Fundação Pró-Natureza - Funatura (1986).** Brasília, 05 de setembro de 1986c.

FUNATURA. **Ata da Reunião dos Conselhos científico, econômico, fiscal e de administração.** Brasília, 05 de dezembro de 1986d (Anexo III)

FUNATURA. **Ata nº 03. Reunião Extraordinária do Conselho de administração.** Brasília, 21 de agosto de 1986e.

FUNATURA. **Ata nº 04. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 30 de setembro de 1986f.

FUNATURA. **Ata nº 05. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 30 de outubro de 1986g.

FUNATURA. **Ata nº 06. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 06 de fevereiro de 1987b.

FUNATURA. **Ata nº 10. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 12 de junho de 1987c.

FUNATURA. **Ata nº 12. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 31 de agosto de 1987d.

FUNATURA. **Ata nº 13. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 28 de setembro de 1987e.

FUNATURA. **Ata nº 16. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 05 de fevereiro de 1988b.

FUNATURA. **Ata nº 19. Reunião do Conselho de administração.** Brasília, 07 de novembro de 1988c.

FUNATURA. **Ata nº 31. Reunião do Conselho de administração [Estatuto de 1990].** Brasília, 13 de julho de 1990.

FUNATURA. **Programa Grande Sertão Veredas.** Brasília: Funatura, 1995.

FUNATURA. **Boletim Funatura.** Brasília: ano 1, nº 1, outubro de 1987a.

FUNATURA. **Boletim Funatura.** Brasília: ano 2, nº 2, junho de 1988a.

FUNATURA. **Boletim Funatura.** Brasília: ano 2, nº 3, junho de 1989.

FUNATURA. **Boletim Funatura.** Brasília: ano 7, nº 11, dezembro de 1994.

FUNATURA. **Estatuto da Fundação Pró-Natureza - Funatura** [2016]. Brasília, 17 de janeiro de 2017.

FUNATURA. **Cerrado Vivo. Jornal da Reserva Particular do Patrimônio Natural.** Brasília: ano 1, nº 01, out/ nov/ dez. de 2002.

FUNATURA. **Cerrado Vivo. Jornal da Reserva Particular do Patrimônio Natural.** Brasília: ano 1, nº 04, jul/ ago/ set. de 2003.

FUNATURA. **Cerrado Vivo. Jornal da Reserva Particular do Patrimônio Natural.** Brasília: ano 2, nº 07, abr/ mai/ jun. de 2004.

FUNATURA. **Ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas seriamente ameaçada por ação de fazendeiro.** Funatura: Brasília, 12 de fevereiro de 2004a.

FUNATURA. **Avaliação Ecológica Rápida - RPPN Campo Alegre.** Projeto PNUD BRA/00/G35 – Implementação de RPPN no Cerrado Brasileiro. Brasília: Funatura/PNUD, 2005.

FUNATURA. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas.** Brasília: Funatura/ PPP-ECOS/ GEF/PNUD, 2006.

FUNATURA. **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.** Brasília, 2008. Disponível em: <https://mosaicospvp.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Plano-DTBC.pdf>

FUNATURA. **Funatura 30 Anos - 1986/2016.** Brasília: Funatura, 2016.

FUNATURA. **Plano de Manejo RPPN Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas.** Brasília: Funatura, 2021.

FUNATURA. **Projeto Aroeira para Conservação de Terras Privadas - 1º relatório anual.** Brasília: Funatura/ Funbio/ Programa Copaíbas, 2024.

FUNATURA/CEPF. **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC) do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu**. Brasília: Funatura, 2019. Disponível em:

<https://funatura.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Mosaico-SVP-Plano-DTBC-2019.pdf>

FUNATURA/GEF. **Especial Plano de Manejo Integrado do Fogo – PMIF: Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPNSesc Pantanal**. / Serviço Social do Comércio; Polo Socioambiental Sesc Pantanal. Cuiabá/MT: Sesc, Departamento Nacional, 2024. Disponível em:

<https://www.sescpantanal.com.br/arquivos/cadastro-itens/layout-6/arquivos/file-638744541090331283.pdf>

FUNATURA/IEF. **Jornal do Mosaico. Projeto de gestão integrada do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu**. Belo Horizonte/ Brasília: n° 01, 2010.

FUNATURA/SEMATEC. **Plano de Manejo do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo**. MMAL/ IBAMA/ PNMA. Brasília-DF, 1994. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Plano-de-Manejo.pdf>

IBAMA/ FUNATURA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC: aspectos conceituais e legais** [Anteprojeto de Lei]. Brasília, 1989.

IBAMA/ FUNATURA. **Plano de Manejo Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Brasília: MMA/ IBAMA, 2003. Disponível em:

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-grande-sertao-veredas/arquivos/parna_grande_sertao_veredasplanodemanejo.pdf

IBDF/FBCN. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**. Brasília: IBDF, 1979.

IBDF/FBCN. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil – Etapa II**. Brasília: IBDF, 1982.

MANIFESTO DA SOCIEDADE CIVIL EM FAVOR DA AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS. Brasília, 18 de maio de 2004.

MAURY, Cilulia Maria. Áreas particulares protegidas – histórico e perspectivas. **Boletim Funatura**. Brasília: ano 7, n° 11, dezembro de 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - Curadoria de Fundações. Ato n° 026/90-FUND, 2° Ofício Registro de títulos e documentos. n° 7106 [Acervo Funatura], Brasília, 21 de novembro de 1990.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Categorias de Unidades de Conservação: objetivos de manejo. **Boletim FBCN**. Rio de Janeiro: IBDF/FBCN, v. 13, n. 1, 1978, p. 78-84.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge Pádua. Carta enviada ao Curador de Fundações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Paulo Roberto de Magalhães Arruda [Acervo Funatura]. Brasília, 10 de maio de 1990.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge Pádua. **Conservando a natureza do Brasil**. Curitiba: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2015.

SEMAD. **Plano de Manejo da APA de Pouso Alto – Encarte 2. Quadro socioambiental/Diagnóstico da UC**. Centro Tecnológico de Engenharia. Goiânia, GO: CTE, 2016. Disponível em: https://goias.gov.br/meioambiente/wp-content/uploads/sites/33/2016/06/encarte-2_compressed-b7d.pdf

SEMAD (GO)/ FUNATURA. **Projeto 12 – Revisão do Plano de Manejo da APA do Pouso Alto - Revisão do zoneamento – Encarte 4. Produto 02 – Relatório descritivo com o resultado do levantamento de informações secundárias**. Brasília, 2021.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil**. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

Relatórios:

FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1989**. Brasília, 1990.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1990**. Brasília, 1991.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1991**. Brasília, 1992.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1992**. Brasília, 1993.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1993**. Brasília, 1994.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1994**. Brasília, 1995.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1995**. Brasília, 1996.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1996**. Brasília, 1997.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1997**. Brasília, 1998.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1998**. Brasília, 1999.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 1999**. Brasília, 2000.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2000**. Brasília, 2001.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2001**. Brasília, 2002.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2002**. Brasília, 2003.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2003**. Brasília, 2004.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2004**. Brasília, 2005.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2005**. Brasília, 2006.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2006**. Brasília, 2007.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2007**. Brasília, 2008.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2008**. Brasília, 2009.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2009**. Brasília, 2010.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2010**. Brasília, 2011.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2011**. Brasília, 2012.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2012**. Brasília, 2013.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2013**. Brasília, 2014.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2014**. Brasília, 2015.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2015**. Brasília, 2016.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2016**. Brasília, 2017.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2017**. Brasília, 2018.
FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2018**. Brasília, 2019.

FUNATURA. **Prestação Anual de Contas. Exercício 2019.** Brasília, 2020.

Entrevistas:

Cesar Victor do Espírito Santo. [Entrevista concedida a] Pedro Bruzzi, José Luiz de Andrade Franco e Ana Marcela França. Brasília, 26 de janeiro de 2025.

Fernando Lima. [Entrevista concedida a] Pedro Bruzzi. Brasília, 17 de novembro de 2024.

Paulo de Tarso Zuquim Antas. [Entrevista concedida a] Pedro Bruzzi. Brasília, 13 de novembro de 2024.

Veronica Theulen. [Entrevista concedida] Pedro Bruzzi e Ana Marcela França. Brasília, 18 de dezembro de 2024.

Bibliografia:

ALVARES, C. A et al. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711–728, 1 dez. 2013. Disponível em: https://www.schweizerbart.de/papers/metz/detail/22/82078/Koppen_s_climate_classification

ANTUNES, Tayla. 1934, um ano decisivo para a legislação florestal brasileira. **Faces da História**, v. 8, n. 1, p. 93–117, 2021. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1946>

AZEVEDO, Tasso; ROSA, Marcos Reis; SHIMBO, Julia Zanin; OLIVEIRA, Magaly Gonzales de; VALDIONES, Ana Paula; LAMA, Carolina Del; TEIXEIRA, Lana Mara Silva. **Relatório Anual de Desmatamento 2021.** São Paulo: MapBiomas, 2022.

BOLFE, Édson Luis; SANO, Edson Eyji; CAMPOS, Silvia Kanadani. **Dinâmica agrícola no cerrado: análises e projeções.** Brasília, DF: Embrapa, 2020.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 81–85, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100011>

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos.** São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CAMARGO, Suzana. Maria Tereza Pádua é primeira brasileira e segunda mulher a receber mais alta condecoração ambientalista do mundo, **Conexão Planeta**, 04 de outubro de 2016. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/maria-tereza-padua-e-primeira-brasileira-e-segunda-mulher-receber-mais-alta-condecoracao-ambientalista-do-mundo/>

COSTA, João Batista de Almeida et. al. **Os guardiões das Veredas Grande Sertão: a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, Parque**

Nacional Grande Sertão Veredas e o inventário das referências culturais. Brasília: Fundação Pró- Natureza, 2005.

COUTINHO, L. M. **O conceito de bioma.** Acta Botanica Brasilica, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

DEAN, Warren . **A Ferro e Fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

De MARCO, Paulo et al. The value of private properties for the conservation of biodiversity in the Brazilian Cerrado. **Science**, v. 380, p. 298-301, 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.138, de 16 de junho 1988.** Dispõe sobre a criação de Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo – ARIE. Brasília, 16 de junho de 1988. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4985_20200822_002819.pdf

DRUMMOND, José A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & sociedade**. v. 2, n. 4, p. 127-49, 1999.

DRUMMOND, J. and BARROS-PLATIAU, A.F. Brazilian Environmental Laws and Policies, 1934-2002: A Critical Overview. **Law & Policy**, v. 28, p. 83-108, 2006. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9930.2005.00218.x>

DRUMMOND, José Augusto.; FRANCO, José Luiz de Andrade.; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R.S. (org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 341-385, 2010.

DRUMMOND, José Augusto; MACHADO, Marília Teresinha de S.; BARRETO, Cristiane Gomes; FRANCO, José Luiz de A. **Proteção da Natureza no Brasil: 20 Anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000 – 2020).** Curitiba: Appris, 2024.

FAHRIG, Lenore. How much habitat is enough? **Biological Conservation**, v. 100, n.1, 65-74. Ottawa, Canadá, 2001.

FBCN. **Boletim informativo.** Rio de Janeiro: IBDF/FBCN, 1971. v. 6
FELFILI, J.M. et al. Flora fanerogâmica das matas de galeria e mata ciliar In: Ribeiro, J.F.; Fonseca, C. E. L.; Sousa-Silva, J. C. **Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria.** Planaltina: Embrapa Cerrados, 2001. pp. 195-264.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil:1958-1992. **Textos de História**, v. 17, n. 1, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: Da proteção à natureza à conservação da

biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Organizadores). **História Ambiental I: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 333–366.

FRANCO, Jose Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. Nature Protection: the FBCN and Conservation Initiatives in Brazil, 1958-1992. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña – HALAC**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, marzo-agosto 2013, p. 338-367.

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. In: **História (São Paulo)**, v.32, n. 2, julho/dezembro de 2013, p. 21-48.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN): História das áreas protegidas e das espécies ameaçadas de extinção no Brasil. In: DICHDI, Ayelen; PEREIRA, Elenita Malta. (Orgs.). **Protección de la naturaleza: narrativas y discursos**. V. 1, 1ed. Buenos Aires: Teseo, 2021, p. 169-205.

FUNATURA. **Funatura 30 Anos - 1986/2016**. Brasília: Funatura, 2016.

GANEM, Roseli Senna. **Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de cerrado**. Tese de doutorado CDS-Unb. Brasília, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GIULIETTI, A. M. et al. **Plantas raras do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Conservação Internacional. Co-editora: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

GRANDE, Thallita O., AGUIAR, Ludmilla M.S. & MACHADO, Roberto B. Heating a biodiversity hotspot: connectivity is more important than remaining habitat. **Landscape Ecol**, v. 35, 2020, p. 639–657. <https://doi.org/10.1007/s10980-020-00968-z>

HERRMANN, Gisela Herrmann e COSTA, Cláudia. **Gestão integrada de áreas protegidas: Uma análise de efetividade de mosaicos**. Brasília: WWF-Brasil, 2015. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_estudo_de_efetividade.pdf

IBDF/FBCN. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**. Brasília: IBDF, 1979.

IBDF/FBCN. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil – Etapa II**. Brasília: IBDF, 1982.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Brasília: ICMBio, 2018. 4162 p

IUCN. **The IUCN Red List of Threatened Species** (Version 2017-2), 2017. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>

KOLBERT, Elizabeth. **A Sexta Extinção: Uma História não Natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LIMA, Priscylla Cristina Alves de. **As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais**. CDS – UnB, dissertação de mestrado. Brasília, 2013.

LIMA, P. C. A. DE.; FRANCO, J. L. DE A. As RPPNs Como Estratégia Para a Conservação da Biodiversidade: O caso da Chapada dos Veadeiros. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 1, p. 113–125, jan. 2014.

<https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15617/13918>

MARCHINI, Silvio; FERRAZ, Katia M.; FOSTER, Vania; REGINATO, Thiago; KOTZ, Aline; BARROS, Yara, ZIMMERMANN, Alexandra; MACDONALD, David W. Planning for Human-Wildlife Coexistence: Conceptual Framework, Workshop Process, and a Model for Transdisciplinary Collaboration. *Frontiers in Conservation Science* 2, 752953, 2021.

MARCHINI, Silvio; BOULHOSA, Ricardo; CAMARGO, Juliana; RESTEL; CAMILO, André; CONCONE, Henrique; FELICIANI, Felipe; FERRARDO, Isabella; FIGUEIROA, Gustavo; FRAGOSO, Carlos Eduardo; MORATO, Ronaldo; PORFIRIO, Grasiela; SALOMÃO JR, Jorge; SAMPAIO, Ricardo; SANTOS, Cyntia Cavalcanti; TORTATO, Fernando Rodrigo; VIANNA, Diego; TOMAS, Walfrido Moraes. A systems approach to planning for human-wildlife coexistence: The case of people and jaguars in the Brazilian Pantanal. *Conservation Science and Practice*, 6:e13082, 2024.

MARTINNELLI, G.; TAINAN, M.; SANTOS FILHO, L. (Orgs). **Livro vermelho da flora do Brasil – Plantas raras do Cerrado**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson : Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro: CNCFlora, 2014. Disponível em: <http://dspace.jbrj.gov.br/jspui/handle/doc/27>

MAURY, Cilulia Maria. Áreas particulares protegidas – histórico e perspectivas. **Boletim Funatura**. Brasília: ano 7, nº 11, dezembro de 1994.

MAURY, Maria Beatriz. Mulheres na vanguarda: Pioneiras na Sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 152-161, maio/agosto 2014. MELO, Gustavo Mendes de; IRVING, Marta de Azevedo. Mosaicos de unidades de conservação: desafios para a gestão integrada e participativa para a conservação da natureza. **Revista Geografias**, v. 10, n. 2, p. 46–58, 2014. DOI: [10.35699/2237-549X.13383](https://doi.org/10.35699/2237-549X.13383).

MERCADANTE, Mauricio. Breve histórico da origem e tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). **Revista de Direito Ambiental: RDA**, v. 4, n. 16, p. 223-226, out./dez. 1999.
<http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/103230>

MERCADANTE, Mauricio. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. Em: **Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o Regime Jurídico das Unidades de Conservação**. Benjamin, Antônio Herman (org). Editora: Forense Universitária. 2001. pp.190-231

MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo e VIEIRA, Maria Cristina Weyland. RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica. **Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série conservação e áreas protegidas**, 28. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004.

MILLER, Kenton. **Planificación de Parques Nacionales para el ecodesarrollo em Latinoamérica**. Madrid: FEPMA, 1980.

MILLER, Kenton. **Em busca de um novo equilíbrio**. Brasília: IBAMA, 1997.

MITTERMEIER, Russel; FONSECA, A. Gustavo A. B.; RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, Julho de 2005.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. DECRETO Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ Diretoria de Áreas Protegidas, 2006. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Mosaicos de áreas protegidas: Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista** - Edital nº 01/2005. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

NAPOLITANO, Juliana. **Estratégias Políticas para o Cerrado**. Brasília: Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e WWF-Brasil, 2018.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. IN: **Ensaio em Ciências Ambientais: Crises, Riscos e Racionalidades**. S. Dutra e Silva, D. Sayago, F. Toni e F. Campos (Orgs.), Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Categorias de Unidades de Conservação: objetivos de manejo. **Boletim FBCN**. Rio de Janeiro: IBDF/FBCN, v. 13, n. 1, 1978, p. 78-84.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge Pádua. **Conservando a natureza do Brasil**. Curitiba: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2015.

PEREIRA, Osny Duarte. **Direito florestal brasileiro**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

PINTO, L.P., et al. O papel das reservas privadas na conservação da biodiversidade. Em: **RPPN: Conservação em Terras Privadas - desafios para a sustentabilidade**. Rodrigo Castro & Maria E. Borges (orgs.). Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado, **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, janeiro/dezembro de 2000, p. 111-131.

QUEIROZ, Aliny Ferreira; SOUSA, Flávia Kênia de Jesus; CARVALHO, Isabel Antônio de; SANTOS, Mayra Nayara Nair dos; SANTOS, Victor Alves. Veredeiros: modos de vida e sua atual relação com o cerrado. **Revista de Geografia**, v. 39, n. 3, p. 46–67, 2022. DOI: 10.51359/2238-6211.2022.252559.

RIBEIRO, J. F. et al. Ocupação do bioma Cerrado e conservação da sua diversidade vegetal. In: SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C. & FELFILI, J. M. (org.). **Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005, p. 383-399.

RIBEIRO, Luanna de Souza; FRANCO, José Luiz. de Andrade. Das Primeiras Ocupações à Criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 12, n. 1, p. 108–136, 2022. DOI: 10.32991/2237-2717.2022v12i1.p108-136.

ROITMAN et al. 2018. Rural Environmental Registry: An innovative model for land-use and environmental policies. **Land Use Policy**, v. 76, p. 95-102.

SCARANO, F. R. Prioridades para conservação: a linha tênue que separa teorias e dogmas. in ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; SLUYS, M. V. & ALVES, M. A. S. **Biologia da conservação: essências**. São Carlos: RiMa, 2006. p. 23-40.

SILVA, Desireé Cristiane Barbosa da. **As reservas particulares do patrimônio natural como ferramenta de conservação da natureza: o caso da Chapada dos Veadeiros**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

SILVA, A. P. M., SAMBUICHI, R. H. R. Estrutura institucional brasileira para a governança dos recursos florestais. In: **IPEA, Governança Ambiental no Brasil. Instituições, Atores, Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. pp. 201-229.

SOULÉ, Michael E.; TERBORGH, John (Edited by). **Continental Conservation: Scientific Foundations of Regional Reserve Networks**. Washington, DC: Island Press, 1999.

SOULÉ, Michael E. **Collected Papers of Michael E. Soulé: Early Years in Modern Conservation Biology**. Washington, DC: Island Press, 2014.

SOUZA, José Luciano; CÔRTE, Dione Angélica de Araújo. **Roteiro para Criação de RPPN Federal. Reserva particular do Patrimônio Natural**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011.

SOUZA, José Luciano; CÔRTE, Dione Angélica de A; FERREIRA, Lourdes M. **Perguntas e Respostas sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural**. Brasília: ICMBio, 2012.

SOUZA, Juliana da Costa Gomes de. **Pensamento e estratégias da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza conforme publicados nos Boletins FBCN (1966-**

1989). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2024.

THEULEN, Verônica e BORGES, Clóvis Ricardo S. Workshop II -Áreas particulares protegidas. Em: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Anais. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997, vol. 1

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil**. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

VICTOR, Mauro Antônio Moraes, et al. **Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005.

WIEDMANN, Sonia Maria Pereira. Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – na Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. In: BENJAMIN, Antônio Herman (coord.). **Direito Ambiental Das Áreas Protegidas. O Regime Jurídico das Unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2001.

WIEDMANN, Sonia Maria Pereira; GUAGLIARDI, Roberta. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): unidade de conservação particular. In: **Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs: 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade**. Roberta Guagliardi (org.). Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente, 2018. 320 p. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/11/RPPN-10-anos.pdf>

WILSON, Edward O. (Org.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198–215, 1991.

ANEXOS

Ata de Constituição da Funatura - Anexo I

Escritura Pública de Constituição – Anexo II

**Ata Reunião Conjunta dos conselhos Científico, Econômico e Fiscal e de
Administração da Funatura – Anexo III**

Linha do Tempo Funatura – Anexo IV

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, a Funatura passou por um período de consolidação e expansão de suas atividades. Diferentes presidentes assumiram a liderança da organização neste período, cada um contribuindo para o crescimento e diversificação dos projetos. A Funatura começou a participar ativamente em conselhos e comitês importantes, como o CONAM-DF (1997-2002), demonstrando seu crescente reconhecimento e influência no setor ambiental.

Em 1991 coordenou os trabalhos, em Brasília, das reuniões preparatórias para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência Rio-92). O evento foi realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e o World Resources Institute (WRI). Em 1992 participou como observadora oficial da Conferência Rio-92 e organizou o workshop onde foram apresentados os resultados da consulta pública na América do Sul sobre a Estratégia Global para Conservação da Biodiversidade e participou do evento paralelo Fórum Global 92.

Em 1993 foi aprovada a proposta do Projeto de Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA GSV) para efeito de conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais, com duração de 20 anos, pela Comissão Técnica de Projetos Ambientais do Conselho Monetário Nacional/Banco Central.

Em 1994 a Funatura recebeu o Diploma Ação Verde criado pelo Banco Crefisul para homenagear, anualmente, os melhores projetos de proteção do meio ambiente desenvolvidos no Brasil. O Projeto Santuários de Vida Silvestre, coordenado pela bióloga Cilulia Maria Maury, foi escolhido entre 26 trabalhos, em 1993, pela Comissão Ação Verde, um júri independente formado por profissionais ligados aos temas ambientais. Também em 94 participou do processo de elaboração do Projeto de Lei que definiu os limites, funções e o sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado, aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal propondo a inclusão, na reserva, de áreas de todos os estados que compõem o bioma Cerrado.

Em 1995 participa dos atos em defesa do Parque Nacional de Brasília e criação da Rede Cerrado e do Fórum de Ongs do Distrito Federal. Recebeu, pelo seu pioneirismo entre as ONGs ambientalistas brasileiras, o importante atestado da Promotoria de Tutela

das Fundações e Entidades de Interesse Social, vinculada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público da União. Entregou o manifesto do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e encontrou o então Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, em defesa do Parque Nacional de Brasília que é uma unidade de conservação de grande importância nessa região. Representou as ONGs brasileiras na III Semana Conservacionista realizada em Quito (Equador), promovida pela The Nature Conservancy (TNC), para apresentar as ações desenvolvidas pelo Programa Grande Sertão Veredas, no Parna GSV, localizado no noroeste de Minas Gerais. Participou da oficialização e estruturação da Rede Cerrado durante Encontro de ONGs do Centro-Oeste, realizado em Goiânia (GO). Promoveu a reunião das ONGs do Distrito Federal (DF), em sua sede, para criar e estruturar o Fórum de ONGs do DF.

Em 1996 iniciou as ações de coordenação-geral do Workshop do Cerrado, desenvolvido em parceria com a Fundação Biodiversitas, Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília (UnB) e Conservation International (CI), e que produziu um mapa do Cerrado com as áreas prioritárias para conservação e indicação das prioridades de conservação nessas áreas. Assinou o Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para continuidade do Programa de Santuários de Vida Silvestre assegurando a conservação e tratamento de amostras representativas da biodiversidade do bioma Cerrado. O evento contou com a participação de proprietários particulares, que resultou na implementação de quatro importantes RPPNs. Realizou, em Brasília, o Seminário sobre Parceira e Cogestão em Unidades de Conservação reunindo ONGs e órgão públicos em uma reflexão sobre os acertos e erros resultantes das relações estabelecidas entre a sociedade civil e o poder público para execução de trabalhos e projetos em UCs. Assinou a Moção em defesa das Unidades de Conservação do DF entregue ao Governo do Distrito Federal, destacando as principais modificações que devem ser feitas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT) necessárias à conservação ambiental.

Em 1997, por meio de decreto presidencial, foi declarada entidade de utilidade pública federal (Funatura, 2016, p. 09).

Em 1998 participou da reunião, em Brasília, da Rede Pró-Unidades de Conservação de Proteção Integral e assinou a Carta de Princípios da Rede, na qual estão recomendações aos poderes públicos federal, estaduais e municipais sobre a defesa do

patrimônio biológico brasileiro, de acordo com os compromissos internacionais ratificados pelo Brasil ao assinar a Convenção da Diversidade Biológica, aprovada durante a Conferência Rio-92. Foi declarada entidade de Utilidade Pública Federal por meio de Decreto da Presidência da República, de 21 de maio de 1997. A partir desta data, a Funatura passou a integrar o grupo de ONGs oficialmente reconhecidas como prestadoras de relevantes serviços à sociedade brasileira.

Comemoramos a assinatura da Lei Nº 9.985, em 18 de julho de 2000, que regulamentou o Art. 225 (do meio ambiente) na Constituição Federal de 1988, e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). A Funatura participou da elaboração do Anteprojeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, onde tramitou durante oito anos, antes de ser votado.

Inaugurou em 2021 o Centro de Apoio à Pesquisa e Educação Ambiental na RPPN Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Especial Japonês e Fundação Ford. Também no mesmo ano iniciou o Projeto de Estabelecimento de RPPNs no Cerrado, com apoio do PNUD/GEF, no entorno do PARNA GSV, em Minas Gerais e na Bahia, e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

Um projeto significativo neste período foi o processo de desapropriação das fazendas São Francisco e Gentio para a criação do Assentamento São Francisco (2000-2001), evidenciando o envolvimento da Funatura não apenas na conservação ambiental, mas também em questões sociais e fundiárias relacionadas a pauta ambiental.

A partir de 2002, a Funatura intensificou suas atividades em várias frentes. Iniciou a publicação do jornal "Cerrado Vivo", que continuou até 2011, servindo como um importante meio de comunicação e educação ambiental. A organização também começou a realizar e apoiar uma série de encontros importantes, como o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas e o Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros, que se tornaram eventos anuais. Realizou, no âmbito do projeto apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/GEF), em parceria com a Prefeitura Municipal da Chapada Gaúcha (MG), o I Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas; e, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO), o I Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros.

Em 2003 realizou o I Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente, em Formoso/MG, com a participação de ONGs e prefeituras municipais da região do entorno do Parna GSV. Realizamos na sede da Funatura a assembleia para a eleição da diretoria da Confederação Nacional das RPPNs. Participou da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, por indicação das ONGs do Distrito Federal. Foi indicada como uma das três ONGs da Rede Cerrado no Grupo de Trabalho do Cerrado, instituído pelo MMA para propor a criação do Programa Nacional de Conservação e uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável). Participou da implantação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Projeto de Assentamento São Francisco, no município de Formoso (MG), formado por famílias oriundas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, uma das únicas iniciativas do gênero, no Brasil, de realocação de populações que viviam no interior de uma unidade de conservação de proteção integral. Participou da apresentação, pelo MMA, do Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, o evento contou com a coordenação da Funatura nas informações referentes aos biomas Cerrado e Pantanal. Conclui a apresentação do Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O Plano foi realizado pela Funatura com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2004 foi anunciado o reconhecimento oficial, pelo Ibama, da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Veredas do Pacari, a primeira reconhecida no entorno do Parna GSV, criada para ampliar a sua faixa de proteção. Neste ano foi anunciada a ampliação da área do PARNA GSV dos 84 mil ha iniciais para 231 mil ha, por Decreto publicado em 21 de maio, pelo Governo Federal, como resultado de mais de dois anos de campanha liderada pela Funatura para obter a expansão dessa área do bioma Cerrado. Em 2004, se registrou uma modificação significativa no estatuto da Funatura, estabelecendo uma administração por Conselho de Curadores e Diretor-Presidente, o que trouxe uma nova estrutura de governança para a organização.

Em 2005 concluiu, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG), o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Araras, com 11.137 hectares, no município de Chapada Gaúcha (MG). Iniciou a execução do

projeto de recuperação e proteção das cabeceiras do Rio Carinhanha, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O Carinhanha é um dos maiores afluentes do Rio São Francisco e atravessa o PARNA GSV. E recebeu o diploma Destaque Cultural do Ano – 2005 concedido pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado de Goiás, pela sua importante contribuição no campo da cultura em função do apoio à realização e participação no IV Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros.

Em 2006 apoiou a criação da Cooperativa Sertão Veredas, na Chapada Gaúcha (MG), formada por agricultores familiares e extrativistas que tem como objetivo principal trabalhar com produtos do cerrado e da agricultura familiar na região no entorno do Parna GSV. O ano de 2006 marcou o início do Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (Mosaico SVP), um projeto de grande escala que se tornaria uma das iniciativas mais importantes da Funatura nos anos seguintes. Este período foi marcado pela intensificação da presença da Funatura na região dos Gerais, norte de Minas Gerais. A organização trabalhou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) e continuou seu trabalho no Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

Em 2007 realizou a pesquisa sobre o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), espécie criticamente ameaçada de extinção, para avaliar seu status de conservação e propor estratégias para a sua preservação na Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás.

Em 2008 apresentou o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) que estabeleceu as condições para reconhecer o Mosaico SVP. Iniciado em 2006, em parceria com diversas ONGS e órgãos governamentais de Minas Gerais, propôs a criação e o trabalho com mosaicos de unidades de conservação em área do Cerrado, no noroeste e norte de Minas e parte do sudoeste da Bahia. Concluiu e divulgou o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, realizado com apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB). O rio São Bartolomeu, formado pela junção do Rio Pípiripau e do ribeirão Mestre D'Armas, é contribuinte da Bacia do Paraná/Paraguai e se constitui, com seus afluentes, na maior bacia hidrográfica do Distrito Federal.

Em 2009 anunciou o reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009, do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas – Peruaçu (Mosaico SVP) abrangendo 11 unidades de conservação, entre elas dois parques nacionais: o Grande Sertão Veredas e o Cavernas do Peruaçu. Iniciou o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Rio São Bartolomeu, financiado pela FBB com apoio do Governo do Distrito Federal (GDF), contando com a participação de comunidades de Planaltina, Paranoá e São Sebastião (DF) e Cidade Ocidental, Luziânia e Cristalina (GO) para produção de milhares de mudas e reflorestamento dessas áreas. Coordenou o Projeto Gestão Integrada do Mosaico SVP, por meio de convênio firmado com o Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG).

Em 2020 implantou a trilha ecológica da Reserva Particular do Patrimônio Natural e Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas, em Pirenópolis/GO, com uma área de 43,31 hectares (ha), inserida no Corredor Ecológico Paranã-Pireneus e próxima da Área de Proteção Ambiental Estadual dos Pireneus e do Parque Estadual dos Pireneus, que englobam os municípios de Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás. Participou do 6º Seminário Franco-Brasileiro Mosaico de Áreas Protegidas, realizado em Nord-Pas de Calais, na França, representando as ONGs do Conselho Consultivo do Mosaico SVP. Participou das comemorações do 10º aniversário da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), no Rio de Janeiro, onde é lembrada sua contribuição para elaboração do Anteprojeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional, em 2000.

Em 2011 foi eleita para ocupar a secretaria-executiva do Conselho Consultivo do Mosaico SVP, formado por ONGs e órgãos governamentais. Recebeu o título de Honra ao Mérito concedido pelo município de Chapada Gaúcha (MG) pelos relevantes serviços prestados à comunidade, além do conjunto do trabalho realizado desde a década de 1990, naquela localidade. Inaugurou o Centro Comunitário no Assentamento São Francisco (ASF), na região do entorno do Parna GSV, município de Formoso/MG. O Centro funciona como uma importante área de uso coletivo para as comunidades da região.

Em 2012 conclui e encaminhou ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a Proposta de Reconhecimento Oficial da Estrada-Parque Guimarães Rosa, uma via em benefício do turismo ecocultural e do fortalecimento da identidade

territorial do Mosaico SVP. Realizou o Projeto gestão participativa do Parque Nacional Grande Sertão Veredas entre os anos de 2012 e 2015 em parceria com o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio) e a TFCA (Tropical Forest Conservation Act).

Em 2013 realizou estudos e consultas públicas para criação dos parques estaduais São Bartolomeu, Serra da Prata e São Félix, previstas no Projeto Cerrado Sustentável Goiás, iniciativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), com financiamento do Banco Mundial (Bird). Conclui o Projeto Grande Sertão Veredas, apoiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio/TFCA), que proporcionou a abertura oficial do Parna GSV, com a implantação da Trilha do Mato Grande. Mais de 1.500 pessoas visitaram o Parque, entre 2013 e 2015.

Em 2014 iniciou o Projeto de Assistência Técnica e Capacitações (Projeto Ater Cerrado) sobre uso sustentável de produtos do Cerrado em cinco empreendimentos comunitários de Minas Gerais e Goiás, apoiado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SBF), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2015 iniciou a execução do Projeto Apoio a Estratégias Nacionais de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro (Procerrado Federal), que integra o Programa de Cooperação entre Brasil, Reino Unido e Banco Mundial (Bird) com apoio do Fundo Fiduciário para Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado Brasileiro.

Em 2016 a Funatura completou 30 anos de atuação em projetos de conservação da biodiversidade brasileira e importantes contribuições ao desenvolvimento sustentável de comunidades estabelecidas em áreas do entorno de parques nacionais e outras unidades de conservação. Concluiu o Projeto Ater Cerrado apoiado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SBF/MMA), em municípios de Minas Gerais e Goiás, que beneficiou produtores da Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda. (Copabase), Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros Ltda. (Coopae), Cooperativa Agrossilviextrativista Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas), Associação Comunitária do Areião e Adjacências, e Empreendimento Cinthia Peter.

Em 2017 executou ações para fortalecer o Mosaico SVP: assistência técnica às comunidades locais voltada à geração de renda por meio do aproveitamento sustentável de produtos extrativos do cerrado, implantação de sistemas agroflorestais, e gestão integrada do território por meio da atuação constante do Conselho do Mosaico. Concluiu a atualização e revisão do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC), concluída em 2020, com a definição de seis linhas de atuação: Gestão Integrada, Turismo Ecocultural de Base Comunitária, Extrativismo Vegetal Sustentável, Agroecologia, Agronegócio Sustentável, e Recursos Hídricos.

Em 2018 desenvolveu o Plano de Ação Nacional (PAN) Pato-Mergulhão, em parceria com outras organizações e apoio da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza para aliar a pesquisa e o conhecimento científico às boas práticas de conservação do pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*).

Em 2019 realizou o censo da população do pato-mergulhão na região do Rio Novo (TO), desde a Estação Ecológica da Serra Geral até a Cachoeira da Velha, famoso ponto turístico do Parque Estadual do Jalapão. O trabalho foi executado em parceria com o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), órgão ambiental do governo do Estado do Tocantins, e a Universidade Estadual do Maranhão (Uema/Campus Caxias). Assinou o acordo de cooperação técnica com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), que prevê a elaboração de planos de manejo para unidades de conservação (UCs), na Bahia, com a participação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) com o apoio da empresa Enel Green Power Primavera Eólica S.A., empreendedor responsável pelo adimplemento da compensação ambiental. Iniciou o Projeto Reservas Privadas do Cerrado com ações de conservação dos recursos naturais por meio do incentivo à criação, expansão e gestão eficaz das reservas privadas do patrimônio natural (RPPNs), com recursos do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (Critical Ecosystem Partnership Fund – CEPF), além de apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e do Instituto Cerrados.

Entre 2019 e 2021 a Funatura realizou o projeto Reservas Privadas do Cerrado, em parceria com o Instituto de Educação para o Brasil – IEB e com o apoio do Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos – CEPF o projeto é considerado um marco nos processos de criação de RPPNs no Brasil. Obteve resultados expressivos na prospecção de áreas para a criação de RPPNs no Bioma Cerrado, mais de 120 áreas foram

apresentadas no banco de dados ENKETO. Destas áreas, 61 entraram em processo de criação fase 1, assinatura de intenção e 50 áreas concluíram toda a documentação e foram apresentadas aos órgãos ambientais competentes e de fácil acesso aos consultores. Dessas 50 áreas, 18 foram criadas e já receberam a portaria de criação que significa mais 2.357 hectares de áreas protegidas em RPPN, de um total de 11.411 hectares que serão transformados em RPPN.

Em 2020 realizou a atualização e revisão do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC), concluída em 2020, com a definição de seis linhas de atuação: Gestão Integrada, Turismo Ecocultural de Base Comunitária, Extrativismo Vegetal Sustentável, Agroecologia, Agronegócio Sustentável, e Recursos Hídricos. Assumiu a execução do Projeto FIP Coordenação que envolve importantes ações executadas, no Cerrado, pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Ciência e Tecnologia (MCT), com financiamento do Banco Mundial (Bird). O objetivo é monitorar e avaliar os sete projetos financiados pelo Plano de Investimentos do Brasil (PIB), no âmbito do Programa de Investimento Florestal (FIP), que compõe uma iniciativa global do Climate Investment Found (CIF) de apoio à redução das emissões e da degradação florestal.

Em 2021 iniciou uma nova fase do Projeto de Monitoramento da Fauna e da Flora na Fazenda Barra do Moeda (município de Três Lagoas/MS), em parceria com Suzano S.A. O objetivo foi avaliar, ao longo do tempo, as respostas da flora e da fauna nativas para as atividades silviculturais da empresa nas reservas de vegetação nativas e plantios comerciais de eucalipto vizinhos. Iniciou os estudos para elaboração dos novos Planos de Manejo e de Uso Público do parque Estadual de Caldas Novas (GO). Esta unidade de conservação foi criada, em 1970, para proteger a área de captação da chuva que abastece o lençol termal, onde ocorre a geotermia que gera o seu grande atrativo turístico.

Entre 2021 e 2023 a Funatura realizou o Projeto Conserva Cerrado em parceria com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram), por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibram e a Fundação Banco do Brasil para executar os recursos provenientes de Projetos de Compensação Florestal – Plano de Diretrizes para Aplicação de Recursos da Compensação Ambiental. Os objetivos são a (re)definição de poligonais e a (re)categorização de dez UCs, elaboração de 10 Planos de Manejo, elaboração de mapa

com áreas prioritárias para criação de UCs, além de propostas para criação de cinco UCs. As principais atividades realizadas foram o levantamento, por dados secundários, de informações do meio físico, meio biótico e socioeconômico para justificar a recategorização e criação de UCs e subsidiar a caracterização dos planos de manejo. Além disso o projeto teve um forte componente de mobilização social para que todas as etapas fossem desenvolvidas com a participação social.

Durante os anos 2022 e 2023 atuou com foco nos projetos de Elaboração do Plano de Manejo Integrado de Fogo na RPPN SESC Pantanal com apoio do Funbio, por meio do Projeto GEF Terrestre e apoio o fortalecimento do Sistema Distrital da Unidades de Conservação, junto ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM e a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal por meio do Projeto Conserva Cerrado em parceria com a Fundação Branco do Brasil.

Em 2024 a Funatura concluiu a execução do Projeto FIP Coordenação. O projeto faz parte da estratégia do Plano de Investimentos no Brasil do Programa de Investimentos Florestais (PIB/FIP), foi composta por um total de oito projetos. O PIB/FIP compõe uma iniciativa global do Climate Investment Found (CIF) de apoio à redução das emissões e da degradação florestal. A Funatura atuou na organização do seminário internacional de fechamento do Programa, evento no qual foi possível articular futuros aportes de investimentos, políticas e programas em prol do desenvolvimento sustentável do Bioma Cerrado. Atualmente com uma carteira de projetos renovada a Funatura trabalha intensamente nos processos de desenvolvimento organizacional para que possa se manter em constante evolução e alcançar excelência nos processos de execução e implementação de projetos.

Carteira de Projetos Funatura

1. Áreas Protegidas: Cerrado e da Caatinga

Para entender melhor o potencial ecológico das zonas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, a Funatura está pesquisando informações sobre biodiversidade, serviços ecossistêmicos, posse de terra e impactos ambientais em territórios importantes para a conservação dos dois biomas.

Os dados colhidos pelo projeto vão subsidiar propostas de criação de novas unidades de conservação, com vistas a salvaguardar uma amostra relevante do ecótono Cerrado-Caatinga. Segundo pesquisas do Ibama, esse ecótono ocupa 1,3% de todo o território nacional, mas apenas 3,3% desse total está legalmente protegido.

Com uma seleção genética diversa, essas regiões formam ecossistemas tão ricos quanto vulneráveis.

A Funatura está atuando para promover a conectividade ambiental nos seguintes territórios:

- Região do Parque Estadual Veredas do Peruaçu (MG)
- Região do Parque Nacional Serra da Capivara (PI)
- Região da Jerumenha (PI)

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Criação de unidades de conservação
- **Área de atuação:** Norte de Minas e Sul do Piauí
- **Biomas:** Cerrado e Caatinga
- **Investimento:** R\$ 7,3 milhões
- **Doador:** Rainforest Trust
- **Prazo:** 2029

2. Comunidades Gerais: Restaurando Veredas e Sertões

A Funatura vai restaurar 231,8 hectares de Cerrado, proteger mananciais de água e reforçar corredores ecológicos que conectam unidades de conservação. O maior desafio será restaurar áreas de veredas afetadas por incêndios, ressecamento do solo e rebaixamento do lençol freático.

Para isso, a Funatura contará com o apoio de técnicas desenvolvidas por pesquisadores da UnB, da UFMG e da Embrapa, dentre outras instituições.

Também serão promovidas atividades de capacitação e assessoria técnica para fortalecer as cadeias de restauração e grupos de coleta de sementes.

Este projeto faz parte do programa Floresta Viva, que está investindo R\$ 500 milhões em iniciativas de restauração ecológica.

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Restauração Ecológica
- **Área de atuação:** Norte de Minas
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 5,8 milhões
- **Doador:** Funbio/BNDES/Petrobrás
- **Prazo:** 2028

3. GEF Áreas Privadas — Concretização do potencial de conservação da biodiversidade em áreas privadas no Brasil

Contribuir para a conservação da biodiversidade e a provisão dos serviços ecossistêmicos em áreas privadas, além de aumentar a conectividade, da cobertura de vegetação nativa e do manejo sustentável da paisagem são os principais objetivos do projeto, que inicia sua segunda fase em 2025.

Na Chapada dos Veadeiros, a Funatura desenvolve ações em quatro frentes:

- **Monitoramento da Biodiversidade:** sensibilizar proprietários rurais para a instalação de câmeras e desenvolvendo a ciência cidadã
- **Extrativismo Sustentável:** identificar demandas de produtos para empreendimentos locais e estimular políticas públicas de aquisição de alimentos do Cerrado
- **Ecoturismo:** consolidação do Caminho dos Veadeiros e Caminho de Santana e elaboração do Guia das Trilhas de Longo Curso
- **Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural,** o reconhecimento do Mosaico Veadeiros-Paraná

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Monitoramento da Biodiversidade, Extrativismo Sustentável, Ecoturismo, Gestão Ambiental e Territorial
- **Área de atuação:** Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto (GO)
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 4,8 milhões
- **Doador:** Global Environment Facility (GEF)
- **Prazo:** 2026

4. Onde a Onça Bebe Água: Comunidades e Bem Viver

Como predadora de topo da cadeia alimentar, a onça pintada é uma espécie-chave e indicadora da saúde do ecossistema. Ela regula as populações de suas presas, como capivaras, queixadas, pecaris e caí-titis. Dessa forma, evita a proliferação excessiva de herbívoros, que podem causar o sobrepastoreio e a degradação da vegetação.

O projeto promove a conectividade da paisagem e a manutenção do habitat da onça-pintada no Cerrado, estabelecendo corredores ecológicos e implementando a recuperação de áreas degradadas.

Serão recuperados 10 hectares de áreas degradadas utilizando Sistemas Agroflorestais (SAF) para proteger as fontes de água utilizadas pelos grandes carnívoros.

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Monitoramento da Biodiversidade, Restauração Ecológica
- **Área de atuação:** Distrito Federal, Nordeste de Goiás e Sudoeste da Bahia
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 2,9 milhões
- **Doador:** Petrobras
- **Prazo:** 2026

5. Rede Sociobio Cerrado-Pantanal

A Funatura está apoiando para o fortalecimento dos processos coletivos de gestão socioprodutiva, territorial e ambiental de produtores familiares agroextrativistas organizados em três cooperativas que atuam na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

O projeto visa a geração de renda com foco em produtos extrativos do Cerrado, valorizando o envolvimento de jovens e mulheres e a interação com a cultura tradicional das comunidades.

Estão sendo desenvolvidas as seguintes atividades:

- Consolidação da geração de renda de comunidades tradicionais e agricultores familiares
- Cartografia social das áreas utilizadas pelas comunidades para o extrativismo
- Atuação em Rede para otimizar o planejamento da produção e a execução das diferentes fases das cadeias produtivas
- Valorização das identidades culturais e territoriais

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Extrativismo Sustentável
- **Área de atuação:** Norte de Minas Gerais
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 2,6 milhões
- **Doador:** Ministério do Meio Ambiente
- **Prazo:** 2026

6. Fortalecimento das reservas privadas na Chapada dos Veadeiros: uma visão de futuro

Na Chapada dos Veadeiros, existem conta com 51 RPPNs legalmente estabelecidas em mais de 27.000 hectares de Cerrado. Porém, seus proprietários não atuam de forma integrada e não possuem representação em instâncias participativas. Muitas RPPNs não possuem visitação pública, por falta de organização e capacitação.

Para beneficiar e estimular os proprietários de reservas privadas na Chapada dos Veadeiros, o projeto prevê, entre outras ações:

- Criação de oito novas RPPNs
- Elaboração de nove Planos de Manejo
- Criação de uma Rede de Proprietários de RPPNs
- Incentivo à liderança de proprietárias mulheres
- Criação do “EcoMuseu das RPPNs” na internet

Pretende-se assim, destacar o papel dos proprietários, especialmente das mulheres, como os protagonistas da conservação da região.

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Criação e Gestão de Unidades de Conservação
- **Área de atuação:** Chapada dos Veadeiros
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 1,5 milhão
- **Doador:** Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF)
- **Prazo:** 2025

7. Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas

A Funatura tem uma longa relação com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Desde a sua criação, em 1986, a partir de estudos realizados pela Funatura, o parque tem sido o foco de diversas outras iniciativas. Vamos agora atualizar o Plano de Manejo elaborado em 2003, indicando quais pontos ou aspectos específicos devem ser revisados – considerando a ampliação da área do parque.

O projeto também vai abordar ameaças registradas pelo ICMBio na área de entorno do parque, como a expansão de monocultivos com uso de agrotóxicos e uso indiscriminado da água para irrigação.

Serão realizados:

- Estudos técnicos para atualização do Plano de Manejo
- Estudos sobre disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas
- Implementação de uma Trilha de Longo Curso (TLC)
- Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e Funatura

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Gestão de Unidades de Conservação
- **Área de atuação:** Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG)

- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 400.000
- **Doador:** Instituto Humanize
- **Prazo:** 2025

8. Projeto Aroeira para Conservação de Terras Privadas

No ano passado, a Funatura apoiou a criação de 1.089 hectares em oito novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na Chapada dos Veadeiros (GO) e no Jalapão (TO). Mais outras sete RPPNs já existentes receberam seus Planos de Manejos, conforme exige a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC),

Essa iniciativa faz parte do Programa Copaíbas, viabilizado com recursos da Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas – NICFI, por meio do Ministério das Relações Exteriores da Noruega, e gerido pelo Funbio.

Em 2025, o projeto continua com a elaboração de Planos de Manejo para duas RPPNs na Chapada dos Veadeiros.

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Criação e Gestão de Unidades de Conservação
- **Área de atuação:** Chapada dos Veadeiros (GO)
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** R\$ 100.000
- **Doador:** Funbio
- **Prazo:** 2025

9. Implementação das Ações Prioritárias do Plano de Ação Nacional Pato-Mergulhão

O pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) é uma das aves mais ameaçadas das Américas e uma das mais raras do mundo, já tendo sido considerada extinta. No Jalapão, uma das últimas regiões onde ainda pode ser encontrado vivendo na natureza, a Funatura atua para garantir a sobrevivência da espécie. Esse esforço integra o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Pato-mergulhão.

No ano passado, o censo anual no Rio Novo, em Tocantins, encontrou evidências de apenas 16 a 18 indivíduos. Esses números representam uma queda de 30% em relação a 2019.

O projeto é executado em parceria com o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com apoio do Fundo Mohamed Bin Zayed de Espécies Ameaçadas, dos Emirados Árabes Unidos.

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Monitoramento da Biodiversidade

- **Área de atuação:** Jalapão (TO)
- **Bioma:** Cerrado
- **Investimento:** U\$ 34.000
- **Doador:** Fundo Mohamed Bin Zayed de Espécies Ameaçadas
- **Prazo:** 2025

10. Monitoramento de Biodiversidade nas Áreas da Suzano

O monitoramento da fauna e da flora na Fazenda Barra do Moeda, ao redor da fábrica de celulose da Suzano S.A., no município de Três Lagoas (MS), é realizado pela Funatura desde 2017. O local é certificado pela Forest Stewardship Council (FSC) como Área de Alto Valor de Conservação, indicando a presença de espécies ameaçadas, endêmicas e raras.

Os serviços prestados pela Funatura incluem a verificação de parcelas permanentes de flora arbórea nas formações vegetais nativas e avaliação quantitativa e qualitativa das espécies de anfíbios, répteis, aves e mamíferos.

O projeto também avalia o impacto do atropelamento de fauna na BR 158, no trecho entre a cidade de Três Lagoas (MS) e Paulicéia (SP).

FICHA TÉCNICA:

- **Serviços prestados:** Monitoramento da Biodiversidade
- **Área de atuação:** Fábrica da Suzano em Três Lagoas (MS)
- **Bioma:** Mata Atlântica e Cerrado
- **Investimento:** R\$ 90.000,00
- **Doador:** Suzano S.A.
- **Prazo:** 2025

Histórico das Diretorias – Anexo V

Maria Tereza Jorge Pádua (05/09/1986 a 22/03/1992). Durante a gestão pioneira de Maria Tereza Jorge Pádua, a Funatura foi fundada e estabeleceu suas bases como uma das primeiras organizações não-governamentais dedicadas à conservação ambiental no Brasil. Neste período, foram iniciados os estudos para a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, um marco importante na conservação do Cerrado. Ao assumir a Presidência acumulou a função de Diretora Executiva.

Paulo de Tarso Zuquim Antas (22/03/1992 a 22/10/1992). Apesar do curto período de gestão, Paulo de Tarso Zuquim Antas deu continuidade aos projetos iniciados e fortaleceu as parcerias da Funatura com outras instituições de pesquisa e conservação.

Bráulio Ferreira de Souza Dias (22/10/1992 a 27/04/1993). Durante a gestão de Bráulio Ferreira de Souza Dias, a Funatura intensificou seus esforços na pesquisa e conservação do Cerrado, consolidando sua posição como uma instituição pioneira no estudo deste bioma.

Lídio Coradin (27/04/1993 a 11/08/1994). Sob a liderança de Lídio Coradin, a Funatura expandiu suas ações para incluir não apenas a conservação da biodiversidade, mas também a valorização do patrimônio cultural das comunidades tradicionais do Cerrado.

Luiz Van Beethoven de Abreu (11/08/1994 a 14/08/1995). Durante este período, a Funatura fortaleceu suas parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, ampliando sua capacidade de atuação em projetos de conservação.

Maria Tereza Jorge Pádua (14/08/1995 a 08/08/2001). Em seu retorno à presidência, Maria Tereza Jorge Pádua liderou a Funatura na elaboração e proposição do anteprojeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que se tornou lei em 2000, um marco na política de conservação do Brasil.

Henrique Brandão Cavalcanti (08/08/2001 a 31/05/2013). Durante a longa gestão de Henrique Brandão Cavalcanti, a Funatura expandiu significativamente sua atuação, incluindo projetos de desenvolvimento sustentável, como o trabalho no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu e o fomento ao extrativismo sustentável no Cerrado.

Herbert O. R. Schubart (31/05/2013 a 22/05/2017). Sob a liderança de Herbert O. R. Schubart, a Funatura fortaleceu suas ações de pesquisa científica e sua participação em fóruns de políticas públicas ambientais, contribuindo para a consolidação de estratégias de conservação do Cerrado.

Aldenir Chaves Paraguassú (22/05/2017 – 28/04/2020). Durante sua gestão, Aldenir Chaves Paraguassú focou na ampliação das parcerias da Funatura com o setor privado e na promoção de iniciativas de educação ambiental, fortalecendo a atuação da organização em múltiplas frentes.

Braulio Ferreira de Souza Dias (28/04/2020 – 06/04/2023). Em seu retorno à presidência, Braulio Ferreira de Souza Dias liderou a Funatura em importantes iniciativas de fortalecimento institucional, retomando processos de planejamento estratégico e solucionando passivos institucionais. Sua gestão contribuiu para preparar a organização para uma nova fase e na renovação da carteira de projetos.

Lídio Coradin (06/04/2023 – 27/07/2023). Durante seu breve retorno à presidência, Lídio Coradin reforçou o compromisso da Funatura com a conservação da agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos genéticos do Cerrado, temas nos quais ele é especialista reconhecido.

Maria Beatriz Maury (27/08/2023 – 31/10/2023). Na curta gestão de Maria Beatriz Maury, a Funatura priorizou projetos de restauração ecológica e o fortalecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) como estratégia complementar de conservação, aproveitando sua experiência em gestão ambiental urbana, e em processos educativos e de formação.

José Luiz de Andrade Franco (31/10/2023 – Atual). Na gestão atual de José Luiz de Andrade Franco, a Funatura tem focado na integração entre conservação da biodiversidade e valorização do patrimônio cultural, promovendo abordagens inovadoras para o desenvolvimento sustentável nos biomas brasileiros, especialmente no Cerrado e no Pantanal, e fortalecendo a pesquisa científica sobre e para a conservação da natureza no Brasil.

Quadro das Diretorias

Presidente	Início	Fim
Maria Tereza Jorge Pádua	05/09/1986	22/03/1992
Paulo de Tarso Zuquim Antas	22/03/1992	22/10/1992
Bráulio Ferreira de Souza Dias	22/10/1992	27/04/1993
Lídio Coradin	27/04/1993	11/08/1994
Luiz Van Beethoven de Abreu	11/08/1994	14/08/1995
Maria Tereza Jorge Pádua	14/08/1995	08/08/2001
Henrique Brandão Cavalcanti	08/08/2001	31/05/2013
Herbert O. R. Schubart	31/05/2013	22/05/2017
Aldenir Chaves Paraguassú	22/05/2017	28/04/2020
Braulio Ferreira de Souza Dias	28/04/2020	06/04/2023
Lídio Coradin	06/04/2023	27/07/2023
Maria Beatriz Maury	27/08/2023	31/10/2023
José Luiz de Andrade Franco	31/10/2023	Atual